

# MEMORAT

MEMÓRIA E CULTURA ESCRITA  
NA FORMAÇÃO BRASILEIRA

GILDA MARIA WHITAKER VERRI  
(ORGANIZAÇÃO)

Editora  
Universitária



# **MEMORAT**

**MEMÓRIA E CULTURA ESCRITA  
NA FORMAÇÃO BRASILEIRA**

**GILDA MARIA WHITAKER VERRI**  
(ORGANIZAÇÃO)

# **MEMORAT**

**MEMÓRIA E CULTURA ESCRITA  
NA FORMAÇÃO BRASILEIRA**

Editora  
Universitária  UFPE

RECIFE - 2011

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Reitor:** Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins

**Vice-Reitor:** Prof. Gilson Edmar Gonçalves e Silva

**Diretora da Editora:** Prof<sup>a</sup> Maria José de Matos Luna

### COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Prof<sup>a</sup> Maria José de Matos Luna

*Titulares:* André Luiz de Miranda Martins, Artur Stamford, Christine Paulette Yves Rufino, Elba Lúcia C. de Amorim, Emanuel Souto da Mota Silveira, José Dias dos Santos, José Wellington Rocha Tabosa, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Lívia Suassuna, Marcos Gilson Gomes Feitosa, Marlos de Barros Pessoa, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque.

*Suplentes:* Alexandre Simão de Freitas, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Augusto César Pessoa Santiago, Benício de Barros Neto, Bruno César Machado Galindo, Carlos Alberto Cunha Miranda, Carlos Sandroni, Ivandro da Costa Sales, José Gildo de Lima, Luiz Carlos Miranda, Vera Lúcia Menezes Lima, Zanoni Carvalho da Silva.

**Editores Executivos:** José Rodrigues de Paiva, Antonio Paulo de Morais Rezende

Editora associada à



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

#### **Projeto Gráfico e capa**

Diogo Cesar

#### **Revisão**

A autora

#### **Ilustração original da capa**

Ladjane Bandeira

© Instituto Cultural Ladjane Bandeira

#### **Impressão e acabamento**

EDUFPE

Catologação na fonte:  
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

|      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| M533 | Memorat : memória e cultura escrita na formação brasileira / organização Gilda Maria Whitaker Verri. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2010.<br>329 p. : il.<br><br>Vários autores<br>Inclui bibliografias<br>ISBN 978-85-7315-840-3 (broch.)<br><br>1. Informação e Memória. 2. Disseminação da Informação. 3. Memória e Cultura Escrita. I. Verri, Gilda Maria Whitaker (Org.) |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

## HOMENAGEM

Aos 60 anos do Curso de Biblioteconomia instituído  
em 1950 na Universidade do Recife,  
por proposta de Edson Nery da Fonseca,  
a quem o Reitor Joaquim Amazonas delegou a tarefa de coordenar a  
capacitação de pessoal para organizar primeiramente a  
Biblioteca da Faculdade de Direito.

1950 - 2010



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. DENIS, F. *Résumé de l'histoire littéraire*
2. VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*
3. ALMEIDA, T. *O feliz independente do Mundo e da fortuna*
4. COMPÊNDIO Histórico do Estado da Universidade de Coimbra
5. VELOSO, J. M. da C., *frei. Aviário brasílico*
6. BOCAGE, M. M. B. *Elogio para recitar no theatro*
7. TRIBUTO de gratidão
8. BOSSE, A. *Tratado da gravura*
9. ARAÚJO, A. *Nova arte de escrever*
10. DA VINCI, L. *Homem vitruviano*
11. BANDEIRA, L. *Biopaisagem 1.*
12. BANDEIRA, L. *Biopaisagem 2*
13. BANDEIRA, L. *Biopaisagem 3*



## APRESENTAÇÃO

O Seminário – MEMÓRIA E CULTURA ESCRITA NA FORMAÇÃO BRASILEIRA, edição 2010 trouxe como tema “***O livro e a leitura no período colonial e na modernidade***”. Arte e cultura na formação brasileira foram temáticas proferidas, livros e leituras se fizeram presentes-ausentes na vida cultural do Brasil colonial. Experiências que trouxeram valor aos esforços individuais e à memória dos antepassados.

Já em 1750 a profunda influência de Rousseau como filósofo político ultrapassou a fronteira da era das luzes e ganhou destaque como teórico social graças ao *Discurso sobre as ciências e as artes*. A sua famosa frase “**O homem nasce livre e em toda parte está acorrentado**” trouxe à tona a discussão sobre a ênfase na liberdade individual e na igualdade social, isto para enfatizar como ele tornou-se uma figura importante nos conflitos ideológicos que levaram aos ideais da Revolução Francesa e pelos quais até hoje lutamos.

A importância da memória na formação cultural humana foi discutida neste Seminário sob a forma de conferências, colóquios e debates. Neste sentido, ao refletirmos sobre a influência entre memória e cultura, remetemo-nos ao conceito de memória coletiva, em que a memória pessoal refere-se diretamente àquela do grupo e ali se constitui.

Quanto à cultura, não vamos desconsiderar a necessidade existencial do sonho, do imaginário, da criação estética, da reflexão sobre o sentido das coisas, tendo claro que ela constitui um bem a ser cultivado, não é fixa, não está terminada e é construída por meio de um processo contínuo de educação permanente.

Da mesma forma, a memória também se estabelece cotidianamente por meio de um trabalho no qual interagem os contextos social e afetivo de sua criação. Garantir uma apropriação da memória como elemento integrante do projeto institucional; produzir e difundir conhecimento a partir da produção teórica e da ação prática sobre o tema é garantir a realização de um debate multidisciplinar, com a presença de pesquisadores com formações distintas, capazes de abordar o tema sob diferentes aspectos.

Parabenizamos, portanto, a Coordenação dos trabalhos deste Seminário na pessoa da Professora Gilda Verri, ao Departamento de Pós-Graduação em Ciência da Informação na pessoa do Prof. Marcos Galindo e na pessoa da Professora Virgínia Leal a todos os palestrantes convidados e, finalmente, a Comissão Organizadora do Evento. A exposição Arte Moderna em Ladjane Bandeira que integrou esse evento consolida o INSTITUTO que tem entre outros objetivos a missão de promover e realizar ações culturais através da Arte e da Educação. Atualmente, as atividades culturais da instituição estão dirigidas para ações de pesquisa e organização do acervo. Uma presença marcante que abrilhantou este Evento.

A iniciativa de reunir esse conjunto de textos demonstra o compromisso destes pesquisadores com a discussão de temas relevantes à realidade do século XXI. Este livro possui um potencial renovador para pensarmos as inquietações que cercam os processos formativos e a cultura escrita na contemporaneidade.

Por tudo isto, nós que representamos a Editora Universitária, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Pró-Reitoria de Extensão e a Universidade Federal de Pernambuco, tivemos a honra em receber no **Auditório Gilda Lins** a todos os participantes que valorizam a Memória e a Cultura Brasileira com práticas de pesquisa-formação, práticas de formação e de leitura que têm como repertório básico o conceito de memória, as experiências de rememoração entre outros tantos eixos que contribuem para formação cultural humana.

Reconhecemos neste trabalho a socialização dos resultados de estudos de mestrados, professores e pesquisadores tendo como foco as diferentes perspectivas de abordagens das intrincadas relações de memória. Autores e leitores deste livro poderão dialogar com seus pares, educadores, pesquisadores, historiadores e estudantes que circulam no contexto da realidade nacional e internacional.

Profa. Maria José de Matos Luna

Prof. Anísio Brasileiro

Profa. Solange Coutinho



## MEMORAT EM RESUMO

Marlos Pessoa

Memorat foi o nome atribuído ao Seminário Memória e Cultura Escrita na formação brasileira, que buscou apresentar e compartilhar pesquisas, estudos e reflexões do grupo de pesquisa “Memória e Cultura Escrita” (CNPq/UFPE), proposto pelos Departamentos de Ciência da Informação e de Letras da UFPE, centrando-se num eixo comum de cunho informacional e histórico. O Seminário ampliou essa célula básica de sua concepção e agregou pesquisadores, artistas, técnicos e especialistas, tanto regionais quanto nacionais.

O *Memorat* realizou-se no agradável auditório Gilda Lins, da Editora da Universidade Federal de Pernambuco, a mais antiga dentre essa rede pública de editoras brasileiras, e contou com uma rica combinação de atividades científicas e de lazer cultural. Organizado por uma Comissão presidida pela Professora Gilda Maria Whitaker Verri, do Departamento de Ciência da Informação (DCI) da UFPE. O Seminário se desenvolveu entre 1 e 3 de setembro de 2010.

Na abertura, na manhã do dia primeiro, uma mesa foi composta de representantes dos Departamentos, Centro de Artes e Comunicação, Pró-Reitoria de Extensão e Editora da UFPE, além da participação do Instituto Cultural Ladjane Bandeira (ICLB), referência à grande artista plástica pernambucana, cuja obra foi objeto de uma rica exposição, como parte das atividades do seminário. Depois dessa primeira parte, tivemos a conferência “Espaços da Memória”, proferida pela Professora Virgínia Leal (Letras-UFPE), integrando memória poética e espaço urbano recifense. Em seguida a palestra de Fátima Braga (UFMA). À tarde, visita ao *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Nota-se uma harmoniosa distribuição complementar de atividades.

Sob a coordenação do Professor Marlos Pessoa (PPGL/UFPE), o segundo dia constituiu-se de uma rica mesa com enfoque em história literária e cultural, com especial menção à participação do Professor Luis Carlos Villalta (UFMG) os professores Anco Márcio Vieira (PPGL/UFPE) e Álvaro de Araújo Antunes, (UFOP/MG) e da Professora Christianni Cardoso Morais (UFSJdelRei/MG). À tarde, realizou-se visita ao *Instituto Ricardo Brennand* (IRB), que coleciona obras de arte com valor histórico e guarda rico acervo bibliográfico de história regional. Seria repetitivo enfatizar essa feliz combinação das palestras com a visita ao IRB.

No terceiro dia, na mesa coordenada pelo Professor Lourival Pinto (DCI-UFPE) jovens alunos de pós-graduação expuseram projetos e pesquisas em curso, a começar por Jônatas Souza de Abreu (PPGCI/UFPE) e Thiago Trindade Matias (Doutorando em Liguística UFPB). Mas, dois destaques importantes devem ser registrados, sem demérito aos demais participantes. A exposição de Márcia Lyra (PPGCI/UFPE), evocando o acervo Ladjane Bandeira, ou a rica obra dessa artista local, e a palestra de Dr<sup>a</sup>. Esther Bertoletti (Minc/RJ), que apontou as peculiaridades do trabalho minucioso de constituição da documentação colonial do Projeto Resgate Barão do Rio Branco em outros países, além de Portugal. Não se pediria um fecho mais enriquecedor.

Não se pode deixar de destacar a participação de professores, alunos de graduação e de pós-graduação. Partes integrantes no apoio ao evento, os estudantes de graduação do DCI vivenciaram ricas atividades concernentes ao papel do livro, da cultura e da história, que lhes ampliaram a visão de seu futuro campo de atuação profissional.

O *Memorat* cumpriu muito bem o que propunha: difundir e integrar os trabalhos do grupo de pesquisa “Memória e Cultura Escrita” (CNPq/UFPE). Para isso, incluiu *O Seminário de Olinda e a educação para a mocidade*, de Gilda Verri. Além disso, mostrou como poucas vezes foi feito, o diálogo frutífero entre áreas afins, mas costumeiramente distanciadas no seu fazer cotidiano, no Centro de Artes e Comunicação da UFPE. Cabe agora continuar a promissora iniciativa.



## INTRODUÇÃO

Saber mais sobre a nossa formação ao longo do período Colonial, durante o Império e a República, inspira estudos particularizados sobre vários aspectos da vida cultural e política brasileira. Tirar do passado e da memória o aprofundamento da existência individual e ou coletiva requer informação oral, escrita, sonora ou monumental, que tenham sido preservadas, ou postas a salvo pelo testemunho coletivo ou pessoal. São temáticas a ampliar e a renovar na literatura, nas artes. Cenários a rever, como cidades, vilas e campos. Instituições e personagens a destacar: autores, artistas, anônimos que, por herança, imitação ou recriação conseguiram demarcar espaços, deixar obras e formas, definir imagens e sons, produzir raízes e testemunhos que fixam o passado e projetam o futuro.

De outras épocas, os impressos a ler contêm algo a memoriar e a transmitir. Propiciam modos de rever, pensar e interpretar o passado no presente. Assim, em uma relativa temporalidade, a fixação, a interpretação e a circulação da informação se fazem como “coisa”, em “processo” ou como “conhecimento” contextualizados, lembra Michael Buckland. A informação, portanto, é produzida, reproduzida, descrita, representada, registrada, exibida e divulgada em suportes tangíveis e ou intangíveis.

As condições atuais de vida redefinem os dados, os fatos, os eventos em diferentes situações sociais e políticas. Hierarquizam as informações quando se referem a períodos findos. No cotidiano, a instantaneidade, o novo, o último, surgem envoltos em magia e o antigo nem sempre aparece para desvendar os pontos fortes ou fracos representados pelo conhecimento, pela experiência no âmbito da educação, da política, da economia, da cultura e das artes, das ciências, das relações sociais. Na era do consumo, o acesso aos lugares de produção e aos

produtos da informação demarca a necessidade de identificação, de análise, de interpretação e de comunicação afirmativa ou negativa de questões específicas em diversos campos do conhecimento. Assim, as informações se inscrevem na própria estrutura da sociedade. Daí as distinções, as oposições, os paradoxos. Viver ou pensar com informações, por meio de sinal, som, palavra ou objeto, dá significado e ou modifica signos, ideias, pensamentos. Portanto, mutáveis ou não, os significados, apreendidos pela mediação da palavra, da imagem ou do som, atualizam o percurso histórico, encurtam o tempo, dinamizam o conhecimento. Ao preservar a informação registrada, os recursos simbólicos demonstram, explicam ou favorecem novas relações e dimensões para o entendimento do ambiente em que se vive, ou seja, memoriam os instantes e os passos já alcançados, e lançam a perspectiva de compreensão do presente.

Os registros ou a “representação presente das coisas ausentes do passado”, como afirmou Paul Ricoeur, em geral são fontes que se ampliam na cultura escrita. Produzidos, reapresentados e ou postos em circulação por meio de novas tecnologias, possibilitam à Ciência da Informação a interdisciplinaridade, a compatibilidade ou o confronto com diferentes abordagens, ações e contribuições metodológicas. Assim, os registros permitem circunscrever lugares, conhecimentos que, no espaço e no tempo, asseguram ou ignoram argumentos científicos ou não. Neste sentido, a História, as Letras, a Iconografia corroboram com a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, como estudado por Tefko Saracevic, e mantém vivo, crível, o processo de reconhecimento dos percursos e das experiências passadas e ou de construções científicas e sociais em andamento.

A formação cultural brasileira foi delineada em coexistência, transformação ou apropriação das formas de ser e de pensar, dos modos e costumes de agir e consumir, oriundos de culturas indígenas, europeias, africanas, norte-americanas, orientais. Em resumo, pode-se dizer que a memória social brasileira foi se fazendo a partir das relações interpessoais e das imagens internas e externas apreendidas e desenvolvidas ao longo do processo de colonização até os dias atuais.

Professores, alunos e interessados nessas áreas vêm reunindo objetivos, identificando os desafios, buscando por meio de leituras, debates e escritos, aprofundar e demonstrar resultados em favor da aventura que faz circular

a receptividade e o entendimento da informação na sociedade. Assim, foi registrado o grupo de pesquisas *Memória e Cultura Escrita*, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/UFPE. O compartilhamento das respostas obtidas em horas de trabalho teve outro grupo parceiro, uma equipe dedicada a pensar e a executar as muitas tarefas, quase sempre invisíveis, para a divulgação de resultados dos estudos. Daí a organização do Seminário Memorat-2010, apoiado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e pela Proext da UFPE. Neste caso, todavia, a visibilidade e a exposição foram amplas, planetária, em razão do *blog*<sup>1</sup> criado com o apoio do Instituto Cultural Ladjane Bandeira, parceiro de primeira hora.

*Memorat, Memória e Cultura Escrita na Formação Brasileira* revelam estudos de pesquisadores de Universidades Federais: de Minas Gerais, da Paraíba, do Maranhão, e de Pernambuco, que têm também no Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, do Ministério da Cultura, a sustentação documental necessária ao estudo do Brasil Colônia. Mas, o esforço individual e coletivo não poderia restringir-se às comunicações em eventos.

A memória para resistir ao tempo, que se faz histórico e social, solicita mais espaço à cultura letrada. Assim, para reconstituir e assegurar a mediação, Mallarmé a confirmou, em entrevista a Jules Huret, datada de 1891: *Tout au monde existe pour aboutir à un livre* – Tudo no mundo existe para terminar em livro. – A pertinência da frase, lançada por Edson Nery da Fonseca, o iniciador do Curso de Biblioteconomia, em 1950, da então Universidade do Recife, tem propiciado, de vários modos, longas discussões em decorrência dos modernos suportes tecnológicos, que favorecem e confirmam o alcance da Ciência da Informação.

Para propiciar fonte e produto de pesquisa, o saber se constrói e se refaz a partir de observação, investigação, registro, leitura, análise, produção, circulação, transmissão e aplicação da informação/conhecimento. Resultado: os textos aqui reunidos difundem a memória e a cultura escrita na formação brasileira a partir de um ponto geográfico, o Recife. Dos primeiros ensinamentos segue-se, na sequência, a formação superior, a política editorial, o mito da

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://memorat2010.blogspot.com>>. Acesso: jan. 2011

autoria, a leitura do cotidiano e a arte pictórica. Questões que proporcionam aos leitores fatos curiosos e cenas representadas, presentificadas, enlaçadas ou expandidas durante a construção e a recomposição histórica, cultural e política da sociedade brasileira. Assim, ler torna-se um prazer.

Com agradecimentos, o que ora se firma na Universidade Federal de Pernambuco tem o apoio seguro da Professora Solange Galvão Coutinho, Pró-Reitora de Extensão (Proext), do Professor Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, Pró-Reitor para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq), da parceria com a Professora Maria José de Matos Luna, Diretora da Editora Universitária.

Gilda Maria Whitaker Verri  
Janeiro 2011



## ESPAÇOS DA MEMÓRIA : O RECIFE ENTRE LETES E MNEMÓSINE

Virgínia Leal

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações.

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.

Ecléa Bosi<sup>1</sup>

*Memória e Sociedade: lembranças de velhos*

O recorte que estabeleci para abordagem do tema geral do evento – *Memória e Cultura Escrita na Formação Brasileira* – está dado no título da exposição – jorrado! – como em uma fonte – após os desvios de percurso propiciado pela experiência fundamental como analista de discurso da escola francesa. O título que dei a este escrito foi: *Espaços da Memória: O Recife entre Letes e Mnemósine*. Para os que não conhecem as denominações implicadas no título, Letes, segundo a mitologia clássica, é a personificação do esquecimento, filha de Éris (a discórdia), irmã de Hipnos e de Tântatos (o sono e a morte). Letes deu nome à Fonte do Esquecimento, cujas águas os mortos bebiam quando chegavam ao inferno para esquecerem sua vida terrestre. Já Mnemósine é a personificação da memória, filha de Urano (o céu) com Gaia (a terra).

Com este solo explicitado, vou expor algumas ideias que sinalizam uma perspectiva de abordagem da cultura escrita, mais especificamente da leitura de imagens, paisagens, geografia, símbolos, entre outros elementos, que vão construindo a memória de um espaço – o da cidade – a partir da palavra

---

<sup>1</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

poética, não negando, portanto, as “minhas origens” ou filiações poéticas. Como o tema assim tocado é vastíssimo, operei mais um recorte, desta vez motivada por um aspecto singular da cidade do Recife, conhecida como “Cidade Anfíbia”, “Veneza Brasileira” ou “Veneza Americana”. Dentre os vários pedaços deste tecido que constrói o imaginário anfíbio da cidade, não fui em busca do novo, ao trazer aqui imagens e palavras sobre rios, açudes, mangues e alagados. Mas, como disse o crítico inglês I. A. Richards: *Não se esperam cartas novas quando se joga um jogo tão antigo; é a mão que importa.*

Voltemos ao título: *Recife: entre Letes e Mnemósine*. Ele recupera, faz aflorar, traz à lembrança dois elementos fundamentais da mitologia greco-romana. Ainda que diferentes versões apontem tanto Letes quanto Mnemósine como fontes, grande parte da literatura ocidental vai tratá-los como rios: um da memória (Mnemósine); outro do esquecimento (Letes). Então será sobre este jogo entre memória e esquecimento que tratarei aqui dos espaços da memória no âmbito de uma cultura escrita sobre o Recife. Para que se entenda o desvelamento da interlocução conceitual proposta, é preciso realçar que o esquecimento é parte fundamental e constitutiva da memória. Tratarei, portanto, de elementos que são fundamentais para a compreensão/ interpretação das imagens poéticas e, principalmente, da construção que o leitor faz de novos significados relacionados à imagética sobre rios, mangues e alagados, apontando ora o predomínio das águas da memória, ora o das águas do esquecimento e para onde caminham os sentidos pelas águas estabelecidos.

Como observou Eni Orlandi, analista de discurso da escola francesa,

*Afinal, os sentidos não nascem ab nihilo. São criados. São construídos em confronto de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários. Tudo isso tendo como pano de fundo e ponto de chegada, quase que inevitavelmente, as instituições. Os sentidos, em suma, são produzidos. [...] Os sentidos são, pois, partes de um processo. Realizam-se num contexto, mas não se limitam a*

*ele. Têm historicidade, têm um passado e se projetam no futuro.*  
(grifo nosso).<sup>2</sup>

A cultura escrita sobre o Recife, não sendo diferente de outras tantas cidades, apresenta assim os seus traços peculiares que servem como condutores (no fio exato do discurso) que organizam um discurso nascido “lá trás”, mas que chega até nós recriado na memória, e que prossegue como as águas de um rio sendo o mesmo e o diferente. Cuidado, no entanto, é preciso. Ítalo Calvino, através de seu personagem Marco Polo, no livro *As cidades invisíveis*, nos lembra com propriedade de que “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve”<sup>3</sup>, apesar da estreita relação entre estes dois mundos: o da linguagem e o da natureza. No entanto, em uma sociedade altamente semiotizada como a nossa, as criações discursivas assumem papel marcadamente estruturante. O Recife, no nosso caso, vai ser (re)visto a partir das memórias que geraram espaços particulares de interpretação. Como, através de uma cultura escrita, determinados escritores interpretaram a cidade? Como também eles se viram diante de tais interpretações? O próprio Recife levou seus “cantores” a interpretá-lo de um modo especial vinculado à “onipresença” das águas? São questões que nos levam a refletir sobre uma das possibilidades de liames que se estabelecem entre memória e cultura escrita, tomando como objeto a construção imagética e memorialística do Recife a partir de suas águas: do mar, dos rios, dos mangues, dos açudes e dos lagos.

Como Cidade Anfíbia, Veneza Americana ou Brasileira, o Recife é protagonista de uma quantidade enorme de discursos (estórias, causos, relatos, canções, poemas etc.) girando em torno de suas águas. Assim, interessante é estabelecer quais foram os percursos desta leitura-resgate. Começamos delimitando no século passado o recolhimento de textos cujas imagens e discursos estarão sendo aqui citados. Um são do início do século XX; outras, próximas aos anos 1950 e, por fim, algumas da chamada “cena pernambucana dos anos 1990”. Não há, como se pode verificar, nenhuma

---

<sup>2</sup> ORLANDI, Eni. O inteligível, o interpretável e o compreensível. In: ZILBERMANN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988. p. 58-77.

<sup>3</sup> CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Biblioteca Folha [s. d.]. p. 2.

intenção de cientificidade, de exaustividade ou mesmo de representatividade – termos tão caros às abordagens científicas. Ao contrário, são textos que (ainda) sei de cor, textos que estão lá guardados por Mnemósine e também porque eles materializam duas visões distintas do Recife: a do fausto e a da pobreza; a dos quintais dos pequenos engenhos e das residências remanescentes de uma cidade de outrora, a das palafitas, das favelas, das invasões. São textos sobre um lugar cuja materialidade urbana encontra-se tangenciada pelas construções imagéticas, as quais conferem às águas uma pluralidade de sentidos e funções. Estas imagens surgem de diferentes processos criativos, desaguando em diferentes gêneros do discurso. No entanto, todas elas mobilizam a memória de um modo bastante peculiar, pelo maior ou menor grau de aderência ao real da história.

Começemos pelo imaginário discursivizado por Gilberto Freyre, em seu *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife*:

*A verdade é que não se compreende o Recife desquitado da água que lhe vem distinguindo fisionomia: a água do Capibaribe, a água do Beberibe, a água do mar, a água do açude de Apipucos [...], a água do Riacho da Prata, também de Apipucos, onde é tradição estar sepultada a prata que foi de Branca Dias, rica judia, da época colonial que a Inquisição teria perseguido, obrigando-a a esconder aquela fortuna naquele riacho desde então mal-assombrado. Infelizmente as águas de rio são hoje no Recife – célebre outrora pelos seus banhos de rio – águas sujas. O banho bom, higiênico, lúdico – outrora um dos regalos de Apipucos – é no Recife atual, o de mar. Sobretudo na Boa Viagem.<sup>4</sup>*

Esse rio, da narrativa de Gilberto Freyre, dos banhos das famílias abastadas que viviam nos engenhos e sobrados à beira do Capibaribe; esse rio-cidade cantado nas loas às suas pontes e ruas; essas águas que lhe davam

---

<sup>4</sup> FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. Apresentação e textos de atualização de Antonio Paulo Rezende. Ilustrações e capitulares de Luís Jardim. Mapa turístico de Rosa Maria. Biobibliografia de Edson Nery da Fonseca. 5. ed. revista, atualizada e aumentada. São Paulo: Global, 2007. p. 78.

margem são hoje um retrato na parede – e como dói!... Explica-se esse fenômeno pelo advento da sociedade industrial. As mudanças ocorridas no tecido urbano transformaram, portanto, as águas de Mnemósine em águas do Letes. No prefácio ao livro de Ecléa Bosi, Marilena Chauí diz o seguinte:

*A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança de que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança (versus mobilidade), a família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo).<sup>5</sup>*

Voltar ao mundo narrado em Freyre não significa voltar ao passado, mas revivê-lo, recriando as coordenadas espaço/tempo porque a memória não é da ordem do real, do individual, mas da ordem do desejo, do social. E mais, a memória, como vimos anteriormente, só é possível na sua relação constitutiva e indissolúvel com o esquecimento. Ou seja, sem esquecimento não há memória; sem morte, não há vida; sem Letes, Mnemósine desaparece. Daí a importância das estórias de assombração, das estórias dessas Branca Dias, do Riacho da Prata do qual fala muito bem a narrativa freyreana...

Mas, sigamos em frente. Agora tomemos o Recife do alagoano Ledo Ivo, em *Recife, Poesia*:

*Amar mulheres, várias,  
Amar cidades, só uma – o Recife  
E assim mesmo com as suas pontes,  
E os seus rios que cantam,  
E seus jardins leves como sonâmbulos,  
E suas esquinas que desdobram os sonhos de Nassau  
[...]  
Felizes os poetas que podem lembrar-se eternamente*

---

<sup>5</sup> CHAUI apud BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz Ed., 1979. p. xix.

*Das pontes que separavam: ia-se  
À noite no Capibaribe,  
e as águas do Beberibe  
Te davam, ó Madalena  
O meu primeiro verso.<sup>6</sup>  
[...]*

Esse rio de Freyre e de Ivo não é mais o rio que vive na memória das novas gerações de recifenses. Na verdade, as águas do Letes o dominam transmutando-o em rio do esquecimento, pois onde estão as suas límpidas águas? Certamente distantes das límpidas almas das populações ribeirinhas; esse rio mal cheiroso, das águas lamacentas, não é o rio que desejamos seja Mnemósine... A cada dia, a cada hora, a cada minuto, este rio imaginário vai desaparecendo e uma nova imagem se impõe à lembrança – a do futuro – como águas dos alagados e mangues, habitat dos caranguejos – espécies que se alimentam de toda sorte de detritos e que são, antropofagicamente, utilizados na alimentação humana.

Um segundo imaginário sobre as águas do Recife aparece com toda força, e está muito bem discursivizado por Josué de Castro, em *Homens e Caranguejos*. Diz ele:

*Os mangues do Capibaribe são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita para o homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi especialmente para o caranguejo. Tudo aí é, foi, ou está para ser caranguejo. Inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com a urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela... vive nela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com a lama a carinha branca de suas patas e a geleia esverdeada das suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhes as patas,*

---

<sup>6</sup> IVO, Ledo. *Recife, poesia*. Disponível em: <<http://leaoramos.blogspot.com/2010/01/amar-mulheres-varias-amar-cidades-so.html>>. Acesso em: 30 nov. 2010

*comer a sua carne feita de lama, fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeita, volta como detrito para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez.*<sup>7</sup>

Essa água-mangue foi assim tratada pelo poeta Marcus Accioly, em *Nordestinados* (1978), trazendo uma descrição do movimento do rio, introduzindo o humano, mas em um recorte mimético da paisagem – a paisagem que vai criar memórias:

*Riomangue*

*O rio ao entrar no mangue  
Logo deixa de ser rio  
Para ser mangue somente  
E encher de mangue o vazio;*

*Com exceção da folhagem  
Verde, que ao sol se derrama,  
Embora tendo os pés negros  
Plantados dentro da lama.*

*O mangue, como um mar morto,  
Recebe o rio e o encerra  
Entre seus lábios viscosos  
E suas ilhas de terra.*

*[...]*

*Assim é que ele anda sempre  
Morto de fome e de sede,  
Comendo até raízes  
De sua flora mais verde.*

---

<sup>7</sup> CASTRO. J. de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967. p. 28-9.

*Abocanhando, engolindo,  
E vomitando, afinal,  
Crustáceos, ostras e peixes,  
Das goelas do lamaçal.*

*O rio ao sair do mangue  
(Depois que o mangue o repele)  
Calça sapatos de lama  
E veste de lama a pele.<sup>8</sup>  
[...]*

Dando um salto para os anos 1990, vamos encontrar uma metaforização dessa vida-lama, trazendo no fio do discurso uma memória social, um pré-construído, sobre um Recife da periferia. Trata-se *do Manguetown*, do Chico Science (*Afrocibernélia*/ CD):

*Estou enfiado na lama  
É um bairro sujo  
Onde os urubus têm casas  
E eu não tenho asas  
Mas estou aqui em casa  
Onde os urubus têm asas  
Vou pintando, segurando as paredes  
no mangue de meu quintal  
Manguetown*

*Andando por entre becos  
Andando em coletivos  
Ninguém foge ao cheiro sujo*

---

<sup>8</sup> ACCIOLY, Marcus. *Nordestinados*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

*Da lama da manguetown  
Andando por entre becos  
Andando em coletivos  
Ninguém foge à vida suja  
Dos dias da manguetown*

*Esta noite sairei o que?  
Vou beber com meus amigos  
E com as asas que os urubus me deram ao dia  
Eu voarei por toda a periferia  
Vou sonhando com a mulher  
Que talvez eu possa encontrar  
Ela também vai andar no que?  
Na lama-lá do meu quintal  
Manguetown...<sup>9</sup>*

Podemos observar, nos excertos trazidos, o movimento das águas entre Letes e Mnemósine. A especulação imobiliária, as reformas urbanas de modernização das cidades, as concepções acadêmicas de preservação do espaço construído são elementos importantes a considerar na construção do imaginário sobre uma cidade. Vejamos, a título de exemplo, os casos de Paris e Roma. A memória da cidade é da busca do passado, do estado original. Mas de que forma? Em Paris, as fachadas são limpas e recuperadas em sua formulação original. Já em Roma, a preservação deixa no patrimônio construído, ou seja, na concretude da construção, a história experienciada, as fissuras, as rugas do monumento. Ou se observarmos o Pelourinho: vai-se a um passado de glória dos arredores da Faculdade de Medicina ou ao fausto e declínio da prostituição, antes da recuperação do patrimônio construído? Afinal, é possível uma volta às origens?

Voltemos ao domínio da cultura escrita, ao embate crucial entre Letes e Mnemósine, pois para trazer à memória é preciso esquecimento, e os fatos

---

<sup>9</sup> SCIENCE, Chico. *Manguetown*. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/chico-science-nacao-zumbi/manguetown.html#ixzz1HrFkMx6m>>. Acesso em: 30 de nov, 2010

que deixamos na memória ou levamos ao esquecimento são determinados por fatores de ordem social – excetuando o campo dos traumas os quais, por serem individuais, não nos interessam neste momento. Nesta direção, diremos que a discursivização do Recife enquanto lugar metafórico das águas traz à cena uma certa carga étnico-religiosa emprestada às águas como memória imagética de “batismo”, ou dos banhos “indígenas”. Isso é possível porque no processo de construção das memórias um certo imaginário vem e vai e vai e vem. Nestas voltas, nunca é o mesmo que retorna. Em Chico Science a retomada do mangue surge junto com outros símbolos e metáforas que nos remetem não ao local, ao periférico, mas à necessidade de articular o local e o global, o periférico e o central – ainda que diversos teóricos da globalização e da mundialização não aceitem estas dicotomias. Mas, sem dúvida, o mangue de Science é e não é o mesmo de João Cabral, em *O Rio*:

*Ao entrar no Recife,  
Não pensem que entro só,  
Entra comigo a gente  
Que comigo baixou  
Por essa velha estrada  
Que vem do interior;  
Entram comigo os rios  
A quem o mar chamou,  
Entra comigo a gente  
Que com o mar sonhou,  
e também retirantes  
em que o suor não secou,  
E entra essa gente triste,  
A mais triste que já baixou,  
A gente que a usina  
Depois de mastigar, largou.<sup>10</sup>*

---

<sup>10</sup> MELO NETO, João Cabral. *O Rio*. Disponível em: <<http://leaoramos.blogspot.com/2007/07/na-viagem-que-faz-o-Capibaribe-de-sua.html>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

À guisa de conclusão: da união de Zeus com Mnemósine nascem nove Musas. Por vício de linguista, não posso deixar de por acento no fato de que Música e Museu são palavras derivadas de Musa que, para alguns filólogos, significa “fixar o espírito sobre uma ideia, uma arte”. Os artistas da palavra ultrapassam as limitações de tempo e espaço. Os artistas da palavra podem, e o fazem com maestria, resgatar uma experiência ordinária com o tempo que está lá na memória social, sinalizando-o com um traço de permanência, uma espécie de imortalidade (o oposto de Letes – o rio da morte) joga a nós todos no paradigma das possibilidades, da quimera, elevando os espíritos da concretude mundana.

Seguindo o “*verba volant, scripta manent*”, o homem inventa as possibilidades de resgate da palavra. A palavra-estrutura vira palavra-acontecimento. Discurso de uma cultura escrita que joga, através da língua, com o esquecimento, com o silêncio. E segundo os analistas de discurso, silenciar, ou esquecer, pode e assume as formas do dizer paradoxal. Ou seja, a memória se constitui de esquecimento. Nossas leituras de Gilberto Freyre, Ledo Ivo, Marcus Accioly, Josué de Castro, Chico Science e João Cabral trouxeram à cena diversos discursos poéticos sobre o Recife e suas águas. Movimento do presente ao passado, do passado ao presente, apenas passado, apenas presente. Um imaginário urbano que foi e continua sendo construído em torno de dois movimentos: o da memória e o do esquecimento. Esse rio, esse açude, esse mangue, esse mar: Que significados trazem essa espécie de animização das águas? O que foram, o que são, o que serão? Que significados encerram essas águas límpidas-barrentas? Que teatralização elas possibilitam dos dramas sociais? Ao leitor, a busca de respostas ou de outras indagações.

**RÉSUMÉ**  
**DE L'HISTOIRE LITTÉRAIRE**  
**DU**  
**PORTUGAL,**  
**SUIVI DU**  
**RÉSUMÉ**  
**DE L'HISTOIRE LITTÉRAIRE**  
**DE**  
**BRÉSIL,**  
**PAR FERDINAND DENIS.**



---

**PARIS,**

**LECOINTE ET DUREY, LIBRAIRES,**

**QUAI DES AUGUSTINS, N° 49.**

**1828**



# ONDE A HISTÓRIA E O MITO RIVALIZAM: UM ESTUDO DE CASO — D. RITA JOANA DE SOUSA<sup>1</sup>

**Ancó Márcio Tenório Vieira**

Toda a humanidade conspira por encontrar a porta do mito, por atingir a última Porta, o Santo dos Santos que abre para o conhecimento — a Porta de Ouro onde estaria gravada a palavra do enigma.// Mas é ainda uma porta e um texto.

Gennie Luccioni.

*Atualidade do mito.*

Estudar o modo como foram e são configuradas as histórias das literaturas nacionais é desvelar a construção de uma das poéticas e de um dos “mitos ontológicos”<sup>2</sup> mais duradouros que o século XIX nos legou. Se os teóricos do Estado-nação cimentaram a homogeneidade entre solo pátrio, sangue, raça, língua e valores culturais, é que eles acreditavam, dentro dos princípios nominalistas defendidos por J. G. Herder, “[...] que, independente da vontade do indivíduo, ele já adquire, ao nascer, o ‘espírito’ ou a ‘alma’ do povo a que pertence”<sup>3</sup>. Seguindo essa trilha, os historiadores da literatura nacional tentaram e tentam dar um sentido de unidade, progresso e evolução às obras estudadas; buscaram e buscam construir urdidura entre obras, escolas estéticas e gêneros distintos, separados por décadas ou séculos, que

---

<sup>1</sup> Este ensaio é uma versão revista e ampliada do artigo *A Perpetuação de um mito*, publicado na *Continente Multicultural*, Recife, a. 3, n. 28, p. 16-19, abr. 2003.

<sup>2</sup> ELLUL, Jacques. Mitos modernos [Trad. de Sergio Eugênio Bath], *Diógenes*, Brasília, p. 108, 1981 definia os “mitos ontológicos” como aqueles que “[...] exprimiam alguma profunda e permanente verdade sobre o homem, revelando-o como se estivesse diante de um espelho”.

<sup>3</sup> JOBIM, Luís José. Notas sobre a teoria romântica da História. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 67.

encerram “disposições mentais”<sup>4</sup> diversas. No entanto, como expressões da nacionalidade, as histórias das literaturas nacionais se constituem exemplos de narrativas míticas em dupla acepção.

1. Porque, como dissemos acima, tentam urdir, a partir de determinados modelos teóricos e metodológicos, escolas estéticas, obras e gêneros distintos sob o mesmo guarda-chuva: o que acolhe a alteridade linguística, a cor local e os valores culturais de um dado solo pátrio. No entanto, como “Os métodos modernos de pesquisa e escrita da história não são instrumentos neutros da academia, mas ferramentas desenvolvidas especificamente para favorecer os propósitos nacionalistas”<sup>5</sup> as histórias das literaturas nacionais surgem, no século XIX, não apenas como matéria secundária da história “científica” que se firma nos setecentos, mas também se inscrevendo dentro de uma dupla realidade: de um lado, são reflexos dos pressupostos ideológicos que fundam o Estado-nação; de outro, instrumentos necessários para a consolidação do próprio Estado-nação. Dessa forma, mesmo sendo uma segmentação da história nacional, a história da literatura, enquanto expressão da ideologia nacionalista, já nasce assumindo uma posição de destaque dentro da estrutura pedagógica do Estado. O motivo para tal prestígio, é que o historiador da literatura defende seu objeto de estudo como “especialmente sensível” às “peculiaridades físico-geográficas e culturais” de cada nação, i. é., a literatura funciona “à maneira de um espelho em que o espírito nacional pode mirar-se e reconhecer-se”<sup>6</sup>. Assim, diferente das histórias eclesiásticas, militares, administrativas e diplomáticas, a história da literatura foi “[...] a única que se instalou, ao lado de uma história que se poderia qualificar como geral (na verdade, de dominância política), nos currículos escolares, integrando assim os sistemas de educação cívica implantados nos vários estados nacionais modernos”<sup>7</sup>.

Como subproduto da história “científica”, os historiadores da literatura irão também se valer dos procedimentos que fundam as “grandes narrativas

---

4 JOLLES, André. *Formas simples*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 88.

5 GEARY, Patrick J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. Trad. Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. p. 28.

6 SOUZA, Roberto Acizelo de. A ideia de história da literatura: constituição e crises. In. MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003. p. 147.

7 SOUZA, 2003, p. 148.

constituídas”<sup>8</sup> em detrimento da tradição crítica até então consolidada nos estudos literários. No caso, a *Retórica* (a arte de convencer pelo discurso), a *Poética* (o estudo das espécies poéticas e dos seus efeitos) e a *Bibliografia* (a relação exaustiva dos autores e de suas respectivas obras)<sup>9</sup>. Os historiadores da literatura buscam, agora, numa investigação não raras vezes infrutífera, o *verbo* que primeiro foi traduzido em linguagem fingida, que primeiro encerrou o que poderia ser uma dada consciência nacional — mesmo que a ideia de Estado-nação ainda se encontrasse, como diria Machado de Assis no “ventre do futuro”<sup>10</sup> —. Nessa busca pelo *verbo-princípio* vale muito mais o discurso do texto (o que ele diz) do que o modo como ele foi organizado (seus procedimentos formais). Os traços que firmam a nacionalidade é que vão prevalecer e ser perseguidos nas obras em estudo: a alteridade linguística, a cor local, as manifestações culturais, a pátria do autor. Daí o motivo de perder sua força teórica e argumentativa os preceitos que regem a *Poética* aristotélica (voltados que são para a poesia imitativa, as suas espécies, os seus elementos essenciais e estruturais) e os estudos da *retórica* — substituídos, agora, pela investigação linguística e filológica. Como o tratamento entre as fontes primárias e as fontes secundárias se torna uma questão central na história “científica”, o historiador da literatura vai arregimentar todos os esforços para encontrar os textos fundadores (em geral, recolhidos em códices ou manuscritos) de uma dada literatura nacional. Com eles em mãos, irá compulsá-los, apurá-los e estabelecê-los em sua versão definitiva. Para tal, recorre à Filologia (que estabelece a genuinidade de uma obra), à Diplomática (que firma a veracidade de um escrito não literário) e à Edótica (que fixa a autenticidade de um manuscrito literário)<sup>11</sup>. São nesses textos que vão ser explorados os primeiros traços da nacionalidade; textos estes que, enredados aos demais títulos que vão lhes suceder, irão, dentro de um harmônico processo diacrônico, perfazer e encerrar o próprio espírito de uma comunidade

---

8 BARTHES, Roland. Mudar o próprio objeto. In: \_\_\_\_\_. *Atualidade do mito*. Trad.: Carlos Arthur R. do Nascimento. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 11.

9 AUERBACH, Eric. *Introdução aos estudos literários*. Trad. José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972. p. 25-27.

10 ASSIS, Machado de. Literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: \_\_\_\_\_. *Crítica literária*. São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores, 1955. v. 29, p. 131.

11 Sobre a Edótica, ver SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: crítica textual*. 2. ed. revista e atualizada. São Paulo: Ars Poética; Edusp, 1994.

imaginada à semelhança do presente: a Nação. Em outras palavras, o “ventre do futuro” já se encontrava no passado, o que faltava para percebê-lo eram as teorias e os métodos corretos de análise.

Assim como os historiadores “científicos” se valem das fontes primárias como bases das suas interpretações dos fatos e, por extensão, fornecem ao seu leitor “[...] os meios de verificar a informação e de formular uma outra interpretação com base nesses fatos [...]”<sup>12</sup>, o historiador literário busca se distinguir da crítica literária impressionista praticada nos jornais, lançando mão tanto dos métodos científicos — a Filologia, a Diplomática e a Edótica — que compulsam e estabelecem os textos antigos quanto dos instrumentais que lhe permitem interpretar o texto, a exemplo da biografia e da psicologia dos autores, das explicações sociológicas para o fenômeno social e dos determinismos físico-geográficos e culturais.

No entanto, não podemos falar das histórias das literaturas nacionais sem falar de três outros mitos que calçam a história “científica” e, por extensão, alicerçam a sua *urdidura narrativa*: os conceitos de Nação, Progresso e Evolução.

Para Jacques Ellul, o mito da Nação “[...] transforma o fenômeno do nacionalismo em um valor”<sup>13</sup>. A passagem entre o sentimento de pertencer a uma determinada terra — a Pátria — para o de se sentir integrante de uma comunidade imaginada, complexa, cheia de sutilezas ideológicas — a Nação —, nasce quando o homem toma consciência do processo histórico, isto é,

---

12 VEYNE, Paul. Entre o mito e a história... ou as fraquezas da razão grega. [Tradução de Wamberto Hudson Ferreira]. *Diógenes*, Brasília, p. 84, 1981. – Como observa (GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas (SP): Papirus, 1998, p. 16, 19, “No mundo moderno — como explicam os manuais para escritores de dissertações —, os historiadores realizam duas tarefas complementares. Devem examinar todas as fontes relevantes para a solução de um problema e construir uma nova narrativa a partir delas. A nota de rodapé prova que ambas as tarefas têm sido levadas a cabo. Ele identifica tanto a prova primária que garante a solidez da novidade da história quanto às obras secundárias que não minam a forma e a tese de sua novidade. Contudo, ao fazê-lo, ela identifica a obra de história em questão como a criação de um profissional”. Mais: “Para a maioria dos leitores, as notas de rodapé exercem um papel diferente. Em uma sociedade moderna, impessoal, na qual os indivíduos precisam, para a maioria dos ofícios, confiar em outros dos quais nada sabem, as credenciais fazem o que a recomendação pessoal costumava fazer: elas dão legitimidade.”

13 ELLUL, Jacques. Mitos modernos. [Tradução de Sérgio Eugênio Bath]. *Diógenes*, Brasília, p. 116, 1981.

no “[...] momento em que a história se tornou de fato a razão, a justiça, a verdade, o supremo juiz e a fonte da emancipação”<sup>14</sup>. Sendo a Nação o objeto da história “científica”, ela — a Nação — é tomada como uma etapa posterior e de progresso e, por extensão, como um degrau mais elevado do que o sentimento patriótico. Ora, o mito do Progresso, definido por Jacques Ellul como uma “força-imagem”<sup>15</sup>, vai sedimentar o mito da Nação por ser o ponto de confluência entre história e ciência. Se a ciência se traduz numa “força-imagem” de avanço tecnológico e material, a história é tomada “[...] como se estivesse descobrindo o progresso lento, amortecido e misterioso do homem que, desde sua aparição na terra, tem sido impelido, a despeito de vacilações e retrocessos, em direção a uma realização mais perceptível e compreendida”<sup>16</sup>. Urdindo os dois mitos anteriores, temos, a partir da segunda metade do século XIX, o mito da “evolução”, a convicção de que o homem de hoje é, em todos os aspectos — morais, éticos, culturais, sociais, econômicos e políticos —, superior e mais civilizado do que os contemporâneos de Homero; de que o Estado-nação é o ápice da organização de uma dada comunidade.

A consciência do processo histórico dilata-se numa outra consciência: os fatos não se repetem, eles acontecem uma única vez; o tempo é sucessivo e, principalmente, irreversível. Num caminho inverso a essa consciência — a da inexorabilidade de um tempo linear, irreversível e infinito —, a Nação é conceitualmente tomada pela história “científica” como algo perene, trans-histórica, que termina, ao seu modo, por abolir o tempo e o espaço. Assim, a construção do mito da Nação é, por desdobramento, a construção do mito supremo da alteridade. Ou seja, as “grandes narrativas constituídas” vão nos convencer de que desde o momento que uma comunidade tomou consciência daquilo que lhe irmanava, que ela se tomou como parte de uma comunidade imaginária. E é aqui que entra a construção mítica da Nação: pois falar de Nação é falar de um tempo e de um espaço trans-histórico. É dessa forma que um francês oitocentista é levado a se reconhecer num outro francês do século X; que um autor do século XII — não obstante se assentar numa “disposição mental” diversa da de um autor do século XX — é acatado como nacional pelos leitores dos

---

14 ELLUL, 1981, p. 116.

15 Idem, 1981, p. 114.

16 Id., 1981, p. 115.

novecentos. Todos (escritores e leitores) subscrevem uma série de qualidades nacionais: nasceram em um mesmo solo pátrio, têm um sangue comum correndo nas veias, usam de um mesmo código linguístico e compartilham dos mesmos “valores culturais”. Dessa forma, gêneros e formas literárias — objetos de estudo da *Poética* — terminam sendo secundários ante o discurso que urde essa comunidade imaginária. Em resumo: se “O tempo mítico não tinha nem profundidade nem medida”, como bem observa Paul Veyne<sup>17</sup>, pois lhe diligenciar a “profundidade” e a “medida” “seria o mesmo que procurar saber se as aventuras do Pequeno Polegar se passaram antes ou depois das aventuras de Cinderela”, o tempo mítico que se inscreve no conceito de Nação tem “profundidade” e “medida”; mas é uma “profundidade” e uma “medida” que se espraiam na inexorabilidade de um tempo linear, irreversível e infinito. Assim, se o “[...] futuro é por definição o que não se parece nem com o passado nem com o presente: é a região do inesperado”<sup>18</sup>, na comunidade imaginária chamada Nação, passado, presente e futuro são urdidos por um fio de valores incorruptíveis e trans-históricos.

2. A segunda acepção de narrativa mítica das histórias das literaturas nacionais se dá na sua forma, isto é, no modo como se ordena a sua *tecedura narrativa*. Apesar de estar calçada sobre pressupostos teóricos e metodológicos “científicos”, encontramos nessa forma narrativa a mesma estrutura que perfaz a *forma simples* do mito. No caso, as *formas* que nascem ligadas à oralidade, à criação coletiva, imemorial, “[...] às Formas que se produzem na linguagem e que promanam de um labor da própria língua, sem intervenção — por assim dizer — de um poeta”<sup>19</sup>. Entre essas “Formas que se produzem na linguagem”, encontra-se, por exemplo, o livro do *Gênese*. Contraditoriamente, e apesar de ser fruto da faina de um ou mais autores, o *Gênese*, enquanto texto mítico, encerra também a mesma estrutura da *forma simples*. Assim, ao ler essa narrativa bíblica, o leitor nota que não está “[...] em presença de uma simples asserção, que não se trata de um simples relato ou de uma simples descrição” sobre como se deu, a partir da ação de Deus, a formação do universo, mas

---

17 VEYNE, 1981, p. 98.

18 PAZ, Octavio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 28.

19 JOLLES, André. *Formas simples*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 20.

que antes da “asserção”, do “relato” ou da “descrição” que se lê no *Gênesis* há algo que os precedem, “[...] e esse algo é uma interrogação ou uma série de interrogações” que precisam ser respondidas. Assim, “Os períodos são redigidos de maneira nobremente afirmativa e, ousado dizer, apaziguadora, onde se surpreende como que o eco de um diálogo”. No caso, a “[...] resposta [que se dá ao interrogador] é de tal natureza que não é possível formular outra pergunta; a pergunta anula-se no mesmo instante em que é formulada; a resposta é decisiva”.<sup>20</sup>

Note-se que estamos falando aqui sobre a Forma como se organiza a narrativa mítica e não do mito em si, do mito como “representação coletiva”<sup>21</sup> ou como construção de um desejo coletivo. Assim, então, se é a pergunta que “[...] gera a história, em seu sentido mais amplo”, como observa Eudoro de Souza<sup>22</sup>, a *forma simples* só se dá quando, dentro de uma estrutura narrativa, “[...] a pergunta anula-se no mesmo instante em que é formulada [...]”<sup>23</sup>. Neste caso, “tem lugar a forma a que chamamos Mito”.<sup>24</sup>

Nas histórias das literaturas nacionais a pergunta implícita que cose toda a estrutura narrativa — “onde a literatura *x* se distingue da literatura *y*?” — anula-se na sua própria *urdidura narrativa*. Em geral, a forma como o historiador da literatura coloca, nos parágrafos iniciais do seu estudo, os princípios e os objetivos que vão pautar o seu trabalho, já trazem consigo as respostas que serão dadas ao leitor ao longo da sua “grande narrativa constituída”, i. é., as perguntas que estão implícitas são as mesmas que perseguem as narrativas heróicas e fundadoras da nacionalidade. Sendo o discurso que lhe alicerça o da alteridade, o da naturalização dos conflitos sócio-político-culturais, nada lhe parece mais urgente do que responder as perguntas. Primeiro: o que separa uma dada literatura nacional das demais literaturas nacionais, inclusive daquelas que se valem do mesmo código linguístico para compor suas obras, a exemplo das literaturas do Brasil e de Portugal. Segundo: como se pode encontrar sentido entre as obras que foram escritas antes da formação dos

---

20 JOLLES, 1976, p. 87.

21 DURKHEIM apud BARTHES, Roland. Mudar o próprio objeto. In: \_\_\_\_\_. *Atualidade do mito*. Trad.: Carlos Arthur R. do Nascimento. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 11.

22 SOUZA, Eudoro de. *História e mito*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 9.

23 JOLLES, 1976, p. 87.

24 Idem, 1976, p. 88.

Estados nacionais (textos que miravam antes a ideia de pátria do que a de um dado território como organismo político-administrativo) e as que foram escritas já sob o signo do Estado nacional e, posteriormente, do Estado-nação?

Tomando aqui como referência algumas obras da historiografia literária brasileira — particularmente do séc. XIX —, podemos observar como essas indagações estão implícitas na estrutura narrativa do texto e como elas, desde os primeiros parágrafos iniciais do livro, se anulam na própria resposta dada pelo historiador da literatura. O primeiro exemplo encontra-se em Joaquim Norberto de Sousa e Silva, no capítulo introdutório à sua *História da Literatura Brasileira*, publicada entre 1859 e 1862. Nesse capítulo — “Introdução histórica sobre a literatura brasileira” — Norberto defende que não foi apenas uma natureza em “berço esplêndido” que foi herdada pelos brasileiros, mas também, como uma extensão dessa mesma natureza, um “talento” que os distingue dos demais homens:

*Além do solo, que lhe coube por herança, o céu benigno, sob cuja influência nascera, o ar suave que o vivifica, a imensidade de seus rios, a magnificência de seus portos e baías, a majestade de suas florestas seculares e as riquezas de suas minas auríferas e diamantinas, coube ao brasileiro em grande parte, na partilha dos bens celestes, o talento, que distingue os homens entre os outros homens. [...] Ainda não éramos nação, mas uma colônia vexada pelo cativo, cuja instrução, pobre e mesquinha à falta de livros e de escolas e seminários, conquanto não fosse um delito, era contudo um pesadelo para a mãe-pátria; ainda não éramos uma nação, e já tínhamos historiadores que memorassem a glória da pátria, poetas que celebrassem a vitória de seus compatriotas e oradores que do alto da tribuna sagrada os incitassem aos feitos do heroísmo, que logo às primeiras páginas honram a nossa história.<sup>25</sup>*

---

25 SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Editor; Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 2002. p. 37-38.

O talento, aqui, que se traduz no fato de que o nacional — no caso, o brasileiro, mesmo privado dos meios que permitem o desenvolvimento intelectual — livros e escolas —, escreveu obras em várias áreas do conhecimento: na história, na poesia e no sermão. Mas esse dizer não seria convincente para quem lê Joaquim Norberto se ele não urdisse sua narrativa dando-lhe sempre um tom grandiloquente e, como diria André Jolles, de “maneira nobremente afirmativa”, como é, por analogia, a narrativa do *Gênese*. Tomando a natureza como moldura da sua narrativa, Norberto vai encaminhando o leitor de uma imagem para outra, e sempre num tom crescente, como se ele — o leitor — ouvisse uma peça sinfônica, onde a cada intervalo se acrescentasse uma oitava a mais. É assim que, ao evocar o “solo” herdado, o autor passa para o seu oposto — o “céu benigno” — e deste para um elemento etéreo, o “ar suave”. Prosseguindo o movimento das imagens, retorna às coisas terrenas e elenca os organismos dos reinos vegetal e mineral — rios, portos, baías, florestas, ouro e diamantes —, para, novamente, retornando ao mundo celeste, lembrar que na “partilha” dos seus bens, foi dado ao brasileiro encerrar mais “talento” do que os demais homens. “Talento” esse que já parece justificado ou determinado pela própria natureza terrena e pelas estrelas, pelo céu e pela terra. Assim, o texto se constitui respondendo a uma pergunta implícita: temos literatura e, caso ela exista, qual o seu valor? A resposta é sim, já tínhamos literatura, mesmo quando a realidade colonial maquinava contra o nosso “talento”, pois o “mundo celeste”, a natureza e o talento proveram os brasileiros para que eles cumprissem seu destino: se distinguissem “entre os outros homens” e construíssem uma grande literatura.

O segundo exemplo, colhemos em uma obra marco da nossa historiografia literária: *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, publicada em 1888. Ciente de que estava escrevendo um estudo pioneiro — o da história de uma literatura brasileira dentro dos mais modernos princípios metodológicos e teóricos concebidos pela “ciência” do seu tempo — Romero já principia seu texto afirmando, no parágrafo inicial do “Capítulo 1” — “Fatores da Literatura Brasileira” —, que

*As pátrias letras, entre outras muitas lacunas, mostram bem claramente a grande falha causada pela ausência de trabalhos*

*históricos. Se não existe uma história universal escrita por brasileiro, se a nossa própria história política, social e econômica tem sido apenas esboçada e foi mister que estrangeiros no-la ensinassem a escrever, no terreno da literatura propriamente dita a pobreza nacional ostenta-se ainda maior.*<sup>26</sup>

Ao encetar a sua obra expondo, em um breve parágrafo, o quadro em que se encontrava a historiografia nacional, Romero já responde sobre os motivos que mantinha o Brasil ainda sem uma moderna história da sua literatura. Pelo tom desabusado e afirmativo, o leitor, por dedução, é levado a crer que com o presente volume tal empreitada foi consumida. Assim, e para que não reste dúvida sobre o que afirmara no início da sua obra, Silvio Romero elenca todos os estrangeiros que tentaram historiar a nossa literatura (Ferdinand Wolf, Friedrich Bouterwek, Sismonde de Sismondi e Ferdinand Denis), incluso os portugueses — “nos seus trabalhos sobre a literatura de sua pátria, são portadores de algumas notícias de nossa vida intelectual, tudo ainda como um acessório do pensamento da antiga metrópole”<sup>27</sup> — e, por fim, os brasileiros que escreveram “alguns pequenos ensaios, parcas monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto”.<sup>28</sup>

Exposto as causas da “pobreza nacional” no campo da história literária, Romero passa a responder como deve ser escrito a história da nossa literatura:

*A história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.*

---

26 ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. p. 54.

27 ROMERO, 1953, p. 54.

28 Idem, 1953, p. 54.

*É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação mestiçaria em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira.*

*Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é este critério novo.*

*Tanto mais um autor ou um político tenha trabalhado para a determinação de nosso caráter nacional, quanto maior é o seu merecimento. Quem tiver sido um mero imitador português, não teve ação, foi um tipo negativo.<sup>29</sup>*

Depois de responder sobre os motivos que levaram o Brasil a não ter ainda uma história da sua literatura, Romero argumenta sobre outra interrogação que também está implícita na sua obra: como então escrever uma história da literatura brasileira? Sua resposta toma como premissa que a História do Brasil é a “História da formação de um tipo novo”: o mestiço. A mestiçagem, base da nossa alteridade racial, quando não está no “sangue” está nas “ideias”. Sendo assim, o que alicerça a alteridade do nosso “caráter nacional” é o que deve guiar os estudos literários; por extensão, o “mérito dos escritores” se dá na maior ou menor contribuição a “este critério novo” — a miscigenação — como determinante para a formação do “caráter nacional”.

Se em Joaquim Noberto o que difere os brasileiros dos outros homens é o “talento” que lhes foi dado quando da “partilha dos bens celestes”, em Romero o que diferencia os brasileiros dos outros povos e, por extensão, a sua produção intelectual, são os fatores biológicos. No caso, a mistura de raças que resultou na miscigenação.

Deslocando a discussão da nossa alteridade literária dos horizontes firmados tanto por Joaquim Noberto quanto por Sílvio Romero, José

---

29 ROMERO, 1953, p. 55-56.

Veríssimo inicia sua *História da Literatura Brasileira* (1916) respondendo, em “Introdução”, uma indagação implícita: onde a literatura brasileira foi se apartando da literatura portuguesa? O que enreda a literatura colonial brasileira da literatura constituída após a independência política do Brasil? Para Veríssimo

*A literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia.<sup>30</sup>*

Ou seja, “apesar da comunidade da língua” entre o Brasil e Portugal, é possível observar, desde as primeiras manifestações literárias na colônia, que se formou aqui uma “expressão de um pensamento e sentimento” diversos do português. Esse sentimento é “o espírito nativista”, transformado, com a independência política, em “espírito nacionalista”.

“Talento”, “Miscigenação”, “Sentimento Nativista e Nacionalista”: são respostas que anulam as perguntas que estão implícitas na própria resposta, pois esta “é de tal natureza que não é possível formular outra pergunta”. Ou o leitor acata a resposta que vai calçar a “grande narrativa constituída” ou pensa literatura por categorias que não sejam as de Mito e, por extensão, as de Epifenômeno da História Nacional: como Nação, Progresso, Evolução, Ciência.

---

30 VERÍSSIMO, José. *História da Literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 2.

Não é possível negociação. Mas como, em tese, “a história se institui e constitui pela decidida exclusão dos mitos”<sup>31</sup> — pois, no mundo moderno, o mito só seria possível enquanto alegoria —, é, então, pela sua *tecedura narrativa*, pela *Forma Simples*, que o mito se inscreve ou constitui as poéticas das histórias literárias, direcionando as respostas que serão dadas pelo objeto em estudo. Como exemplo de como a poética da história literária termina constituindo mitos literários, temos o nome de uma pioneira escritora do Brasil colônia — d. Rita Joana de Sousa. Vejamos.

## II

Quando, em 1826, o francês Ferdinand Denis publicou a primeira história de uma literatura brasileira — *Resumo da História Literária do Brasil* — uma única escritora se fez presente na sua obra: d. Rita Joana de Sousa. Talvez seus leitores tenham estranhado a presença da pernambucana nascida em Olinda, quando duas outras importantes escritoras brasileiras, que tiveram suas obras publicadas no século XVIII, estavam ausentes do seu livro: Teresa Margarida da Silva e Orta (autora daquele que é considerado o primeiro “romance brasileiro” conhecido: *Aventuras de Diófanes*, de 1752) e Ângela do Amaral Gurgel. No mínimo, era uma decisão controvertida, essa de Denis. Creio que, para alguns, até pouco defensável. No entanto, sua omissão tinha uma base ideológica. Como bom romântico, o crítico francês privilegiava, além da língua, o local de nascimento como critério para se definir a nacionalidade de um autor, bem como a temática por este explorada. No caso específico de Teresa Margarida, mesmo nascida no Brasil, vivera quase toda sua existência em Lisboa (saíra de São Paulo aos cinco anos, em 1716, acompanhando seus pais e o seu irmão mais velho, Matias Aires). Mais: sua obra não fazia nenhuma alusão ao rincão que a viu nascer. Sendo assim, teria Denis raciocinado: sua vida e sua obra não pertenciam ao Brasil, e sim a Portugal.

Já no caso de Ângela do Amaral Gurgel, a questão passava pelo fato de ter escrito a quase totalidade da sua obra poética em espanhol. Em sua época,

---

31 SOUZA, 1981, p. 21.

particularmente no mundo que o português criou, essa era uma escolha tida como elegante, de bom gosto, uma forma de distinção intelectual e social. Com o advento do Romantismo, toda essa produção poética, que prevaleceu nos séculos XVII e XVIII, passou a ser condenada. Aqueles que fizeram uso de tal “exercício linguístico” foram acusados de traírem a língua portuguesa. De Denis, passando por Almeida Garrett, até o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, para ficarmos em alguns nomes ilustres, todos foram unânimes em condenar os escritores que trocaram a língua de Camões pela de d. Luís de Gôngora. Garrett chegou mesmo a escrever no seu *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa* (1826), que “[...] de toda essa safra de versos castelhano-portugueses pouco ou nada há que espremer”<sup>32</sup>

É bem verdade que a referência de Denis a d. Rita Joana de Sousa se dá numa singela e breve nota de rodapé. Mas indiferentemente dela ser citada em rodapé de página ou não, o fato é que Denis perpetuava, naquele ano de 1826, com seu texto inaugural, o mito tantas vezes decantado de uma “escritora”, “filósofa” ou “pintora” que, entre os intelectuais do século XVIII, fora considerada um dos maiores nomes que as letras do Brasil já produziram. Sem questionar a veracidade de tais afirmativas, o crítico francês reitera o que era tido como a verdade dos fatos, e não titubeia em afirmar, em pouco mais de duas linhas, que “Dentre as mulheres ilustres de que se honra Pernambuco, conta-se d. Rita Joana de Sousa, natural de Olinda; faleceu em 1719. Cultivou com êxito as belas-artes e a literatura; deixou diversos tratados”<sup>33</sup>

Ao contrário de Teresa Margarida e Ângela do Amaral Gurgel, que tinham suas vidas e obras conhecidas, o pouco que Denis sabia, ao seu tempo, dessa “poetisa” e “pintora” nascida a 12 de maio de 1696, ou vinha das suas leituras do 3º tomo da *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (Esse tomo, com o verbete da escritora olindense, fora publicado em 1752), ou talvez da decantada obra de Cyrillo Volkmar Machado: *Coleção de memórias:*

---

32 GARRETT, Almeida. *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 46.

33 DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. In: CÉSAR, Guilhermino (Org.). *Historiadores e críticos do romantismo — 1: a contribuição européia: crítica e história literária*. Seleção, apresentação e tradução Guilhermino César. São Paulo: EDUSP, 1978. p. 45.

*relativas às vidas dos pintores, e escultores, arquitetos, e gravadores portugueses, e dos estrangeiros, que estiveram em Portugal* (1823). No entanto, mesmo que tenha se valido da leitura da obra de Volkmar Machado, tudo o que este escreveu sobre d. Rita foi uma breve apreciação: “[...] na curta idade de 23 anos que teve de vida, fez tão grandes progressos na pintura como na filosofia: foi natural de Olinda, e faleceu em 1719”<sup>34</sup>. Brevíssima informação esta que, certamente, foi copiada da obra de Diogo Barbosa Machado, onde lemos que Rita Joana de Sousa “[...] deixou eternizado o seu nome na Arte da Pintura, lição da História, e notícia de Filosofia natural em que escreveu *Vários Tratados*. Na florente idade de vinte e três anos a despojou a morte da vida em o ano de 1719”<sup>35</sup>. Observamos, por sua vez, que Barbosa se revela pouco original quanto às suas opiniões. É que a fonte para o seu verbete ele encontrou num outro erudito português: frei João de São Pedro. Este, no seu *Teatro Heroíno, abecedário histórico, e catálogo das mulheres ilustres em armas, ações heróicas, e artes liberais etc.*, publicado em 1736 (dezenove anos antes do 3º tomo da *Biblioteca lusitana*), assinala que “[...] [a] filha do doutor João Mendo Teixeira se fez recomendada na posteridade pelas obras de seu juízo e engenho. Na arte da pintura os mestres, que não excedeu, igualou. Na Filosofia natural escreveu diversos Tratados, e na lição das Histórias foi tão aplicada, que revolveu as de Espanha, e França”<sup>36</sup>.

Em 1826, assim como hoje, pouco se conhecia da vida ou da obra dessa escritora que morrera, segundo os ensaístas Joaquim Norberto de Souza Silva<sup>37</sup>, em *Brasileiras Célebres* (1862), e Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake<sup>38</sup>, no seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (1902), aos 21 anos de idade (ou

---

34 MACHADO, Cyrillo Volkmar. *Colleção de memórias: relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiveram em Portugal*. Notas J. M. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 38.

35 MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana: história, crítica, e cronologia etc.* Coimbra: Atlântida Editora, 1966. [Obra editada, primeira edição, em 1652] t. 3, p. 636.

36 SÃO PEDRO apud RENOLDI-TOCALINO, Magda M. A escritura e a mulher brasileira no período colonial. *Remate de Males*, Campinas, SP, n. 14, p. 101-110, 1994.

37 SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *Brasileiras célebres*. Introdução Antonio José Barbosa. Brasília: Senado Federal, 1997. p. 148.

38 BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. v. 7, p.133.

aos 23 anos, como fora defendido por Barbosa Machado e Cyrillo Volkmar), no ano de 1718; ou mais precisamente em abril de 1718, como irá assinalar com tanta convicção Francisco Augusto Pereira da Costa, em seu *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*.<sup>39</sup>

O fato é que, quase trinta anos depois da publicação da obra de Denis, Joaquim Norberto de Sousa Silva pouco ou quase nada acrescenta ao que dissera o crítico francês. Em sua pretenciosa obra de pouco mais de 220 páginas, ele dedica não mais do que três páginas de frases retóricas à vida e à obra de d. Rita. Entre frases empoladas, nada nos revela sobre o destino que foi dado aos seus escritos e às suas pinturas. Contenta-se em afirmar, se valendo de uma suposta autoridade intelectual (tão comum aos de sua geração), que “[...] passou ela [d. Rita de Sousa] a sua mocidade alegre e ruidosa no entretenimento próprio da pintura, e, quando depunha os seus pincéis, o tento e a palheta, era para se entregar ao estudo da história e da geografia, que faziam os seus encantos, e sobre o que escreveu algumas investigações, que talvez ainda se conservem sob a poeira dos anos, ou tenha, o que é mais certo, levado o descaminho, que tem tido tanta riqueza literária, graças ao nosso descuido e incúria, e o nenhum apreço das nossas cousas”.<sup>40</sup>

Esse tom retórico também perpassará todo o capítulo que, em 1879, Henrique Capitolino Pereira de Mello<sup>41</sup> dedicou, em seu *Pernambucanas Ilustres*, a d. Rita. Seu texto é, na verdade, um arremedo grosseiro do de Joaquim Norberto, a quem ele o toma para epígrafe do capítulo. O mesmo caminho será percorrido por Pereira da Costa, em 1882, que apenas repete o quase nada que fora dito pelos seus antecessores, reforçando o mito intelectual e literário de uma mulher que, no século XVIII brasileiro, teria deixado contribuições importantes no campo da história, da geografia, da filosofia e da pintura. Segundo ainda Pereira da Costa, Damião de Fróes Perim, frei João de São Pedro e o abade Barbosa Machado ainda teriam tido acesso aos “[...]”

---

39 COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Typographia Universal, 1882. p. 768.

40 SILVA, 1997, p. 148.

41 MELLO, Henrique Capitolino Pereira de. *Pernambucanas ilustres*. Nota prévia Antônio Corrêa de Oliveira; prefácio Gilvan de Sá Barreto e J. B. Regueira Costa. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1980. p. 95-100.

documentos comprobatórios dos seus méritos artísticos e literários [...]”<sup>42</sup>. Na verdade, nenhum desses autores citados por Pereira da Costa acrescentou alguma informação nova além do que Denis escreveu na década de 20 do século XIX. Como já vimos, frei João de São Pedro e o abade Barbosa, por exemplo, não oferecem nenhum sinal, em suas citadas obras, de que colocaram os olhos na mítica produção intelectual da escritora. Pereira da Costa divagava.

Sem nenhum documento substantivo à mão, a controvérsia e o mito Rita Joana de Sousa adentram o século XX e continuam a desafiar os seus intelectuais, críticos e historiadores da literatura, sem que nenhum passo seja dado além do que já fora dito por frei João de São Pedro, Diogo Barbosa ou Ferdinand Denis. No entanto, Américo Lopes de Oliveira, no seu *Dicionário de mulheres célebres*, pretende nos oferecer alguma possível pista da obra que teria sido escrita pela escritora pernambucana. Diz ele: “Deixou manuscritos, alguns *Tratados de Filosofia Natural* e *Memórias Históricas*, que não chegaram a ser publicados”<sup>43</sup>. Digo que Américo de Oliveira pretende oferecer alguma possível pista, porque o que ele faz é nada mais do que transcrever o que dissera o citado Sacramento Blake que, por sua vez, já recorrera a Fróes Perim. Diz Sacramento Blake: “Escreveu: — *Memórias Históricas* — que nunca foram publicadas. — *Tratados de Filosofia Natural* — como afirma F. Perim, e que também não foram publicados [...]”<sup>44</sup>. Na verdade, os “tratados” e as “memórias” citados aqui teriam sido antes escritos dispersos sobre filosofia ou história do que títulos de obras em si. Se é que um dia eles existiram.

Por fim, para completar toda essa névoa que paira sobre a pessoa e a obra da escritora setecentista, névoa com certo gosto de personagem borgiano ou de mistério de romance policial, dom Domingos Loreto Couto afirma, em seu *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (1757), que d. Rita “Faleceu de vinte e três anos, e alguns meses no [ano] de 1618”<sup>45</sup>. Ou seja, um século

---

42 COSTA, 1882, p. 768.

43 OLIVEIRA, Américo Lopes de. *Dicionário de mulheres célebres*. Porto: Lello & Irmãos, 1981. p. 1242.

44 BLAKE, 1902, p. 133.

45 COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro [1903], 1904. p. 170. Ver também: \_\_\_\_\_ . *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Posfácio e índice onomástico José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. [Edição

antes do que todos os seus “críticos” e “biógrafos” tinham afirmado ou viriam a afirmar: 1718 ou 1719. Como sabemos, a obra de Loreto Couto, apesar de ter sido escrita em 1757, só fora publicada em 1904, nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, particularmente nos volumes 24-25. Essa edição foi possível graças ao trabalho de paleografia que fora realizado a partir do manuscrito que estava depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Como a segunda e última edição dessa obra é de 1981, e mesmo assim é fac-similar da de 1904, de duas uma: ou estamos diante de um erro tipográfico grosseiro (em nossa opinião, a hipótese mais provável) — que passou despercebido tanto pelo primeiro quanto pelo segundo editor, assim como do posfaciador da edição mais recente, o historiador José Antônio Gonsalves de Mello (tão atento a qualquer erro de datação histórica) — ou Loreto Couto, como homem nascido no Recife, provavelmente em 1696 (o mesmo provável ano, então, do de d. Rita de Sousa), sabia o que estava dizendo: ele não fora coetâneo da escritora olindense. Nesse caso, todas as outras datações — tanto as que foram dadas no século XVIII quanto as que foram registradas nos séculos XIX e XX — estão erradas. A dúvida só poderia ser resolvida na consulta aos manuscritos de *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, a que não tivemos acesso e, até onde averiguamos, ninguém mais pôs os olhos desde que foi realizada a edição paleografada de 1904.

Mas como o mito tem mil fôlegos, vemos o nome de d. Rita Joana de Sousa ressurgir em recente antologia de poesia: *Pernambuco, Terra da Poesia: um painel da poesia pernambucana dos séculos XVI ao XXI* (2005), organizada por Antônio Campos e Cláudia Cordeiro. Ressurge, é verdade, mas ressurge novamente pela voz dos que a mitificaram ao longo dos últimos 300 anos. Assim, no capítulo que lhe é dedicado, vamos encontrar não a sua obra, como seria o esperado, mas a reprodução das páginas que lhe dizem respeito no volume citado de Henrique Capitolino Pereira de Mello: *Pernambucanas Ilustres*. No entanto, os dados sobre a poetisa não se restringem ao capítulo que deveria encerrar a sua obra poética, mas se estendem às “Notas Biobibliográficas”<sup>46</sup>.

---

fac-similar].

46 CAMPOS, Antônio; CORDEIRO, Cláudia. (Org.). *Pernambuco, terra da poesia: um painel da poesia pernambucana dos séculos XVI ao XXI*. Recife: IMC; São Paulo: Escrituras, 2005. p. 583-584.

Neste, encontramos mais uma vez transcrito excertos biográficos do livro de Henrique Capitolino, agora acrescidos dos dados contidos no verbete que Eliane Vasconcelos escreveu para a obra coletiva (organizada por Zahidé Lupinacci Muzart) *Escritoras Brasileiras do Século XIX* (2000). Assim, como todos os seus antecessores, Eliane Vasconcelos vai do nada a lugar nenhum. Um só verso, uma linha qualquer, ela revela sobre a mítica autora olindense. A suposta obra de d. Rita continua a ser “decifrada” não pelo conhecimento dos seus manuscritos, mas recorrendo-se à *Forma Simples*: ante a pergunta implícita sobre a existência ou não de escritoras no Brasil colônia, a resposta nos convence, mesmo prescindindo de dados substantivos. E nos convence porque temos necessidade de sermos convencidos, assim como queremos acreditar que o céu e a natureza nos reservaram um destino particular entre as demais nações.

O fato é que entre tantos mitos intelectuais que foram criados pela historiografia brasileira (muitos carecendo ainda hoje de uma revisão rigorosa), o de d. Rita Joana de Sousa parece encantar, ao tempo que desafia gerações e gerações de brasileiros. A existência de uma mulher, nos primeiros anos do século XVIII, que, no Brasil Colônia, conseguiu em tão tenra idade produzir uma obra — o *verbo-princípio* — que alinhavava várias áreas do conhecimento humano, era o testemunho que os românticos brasileiros precisavam para provar que intelectualmente eles foram “superiores” àqueles que os colonizaram. Mito que seduziu um Ferdinand Denis, mesmo que tenha posto suas observações sobre a escritora pernambucana numa singela nota de rodapé. Talvez não pudesse ser de outra forma, principalmente quando se estava diante de alguém que pouco ou quase nada se conhecia da sua real existência. O fato é que, em rodapé ou não, o mito sobrepunha a verdade histórica dos fatos e viria a ser alimentado a cada geração de brasileiros. Assim como as histórias literárias se tornaram alegorias da nacionalidade, autores como d. Rita sobrevivem como alegoria de um passado idealizado, construído antes pelo discurso e pela *tecedura narrativa*, do que por dados substantivos. Quando se espera que o nome de d. Rita Joana de Sousa saia de cena por motivos mais do que óbvios — nada existe da sua lavra que justifique seu nome em qualquer antologia —, ela continua a ressurgir. Como dissemos no início deste trabalho: estudar o modo como foram e são configuradas as histórias das

literaturas nacionais é desvelar a construção de uma das poéticas e de um dos “mitos ontológicos” mais duradouros que o século XIX nos legou.



## O SEMINÁRIO DE OLINDA E A EDUCAÇÃO PARA A MOCIDADE<sup>1\*</sup>

Gilda Maria Whitaker Verri

Em 1800, em Olinda, há exatos 211 anos, o dia 16 de fevereiro foi dedicado à fundação do Seminário<sup>2</sup> Episcopal de Nossa Senhora da Graça. Do alto do outeiro, a construção, que primeiramente servira ao Colégio dos Jesuítas para atender as recomendações do Concílio de Trento (1546), reuniu professores a fim de “instruir a Mocidade da nossa Diocese no conhecimento das verdades da Religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das artes, e ciências, que são necessárias para *pulir* o homem, e fazer Ministros dignos de servirem à Igreja, e ao Estado”<sup>3</sup>. O texto expressava o direcionamento dos *Estatutos* redigidos por Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1742-1821)<sup>4</sup>, documento enviado ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho que o remeteu

---

1 Com o apoio do CNPq, da aluna Michelle Barros dos Santos, PIBIC/UFPE/CNPq, pesquisa realizada no Departamento de Ciência da Informação da UFPE: Projeto: “Do texto à circulação da informação na sociedade colonial: primeira metade século XIX em Pernambuco”, 2010.

2 Seminário, termo utilizado para designar internato.

3 COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo, *Dom. Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco*, ordenados por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, XII Bispo de Pernambuco do Conselho de S. Majestade Fidelíssima, fundador do mesmo Seminário. Lisboa: Na Tipografia da Academia Real das Ciências, Com licença da Mesa de Desembargo do Paço, 1798. 109 p. In: NOGUEIRA, Severino Leite, *Mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 317.

4 Azeredo Coutinho nascido em Campos dos Goitacazes, Capitania do Rio de Janeiro, estudara Direito, Direito Canônico e Filosofia, em Coimbra, fora nomeado Bispo de Pernambuco em 12 de setembro de 1794, consagrado em 25 de janeiro do ano seguinte, mas só embarcou em 20 de novembro de 1798, chegando à Capitania 36 dias após a partida de Lisboa, para ocupar o lugar de Bispo, de Governador Interino da Capitania e de Diretor-Geral dos Estudos.

em nome da Augusta Soberana à Mesa do Desembargo do Paço, presidida por Luiz de Vasconcelos e Souza. Aprovados e reiterados, os princípios eram “regidos nos estudos das virtudes, e das ciências”, para que o Colégio fosse “um perpétuo Seminário de Ministros de Deus”.<sup>5</sup>

O alvará de 22 de março de 1796, assinado pela Rainha D.<sup>a</sup> Maria, confirmava que o antigo edifício, destinado ao ensino e à Igreja dos Jesuítas, seria repassado à Diocese de Pernambuco. Lá se instituiria “a economia do governo interior da casa, o regulamento dos costumes, e o da direção dos estudos, que fazem o caráter de um Colégio regular”<sup>6</sup>, ou seja, os *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco* definiriam as questões econômicas, morais e literárias a serem repassadas aos jovens chamados e vindos a estudar.

Na verdade, os *Estatutos* concebiam, indicavam e relacionavam as grandes linhas a serem desenvolvidas em benefício da mocidade. Portanto, quanto à observância da ordem econômica, a proposta estatutária resultaria em fatores de socialização e de cultura para todos os alunos. A começar pela indicação e escolha de meninos naturais do Bispado, pobres e órfãos, ou filhos de pais sem condições de sustentação dos estudos, sendo, em todos os casos, nascidos de legítimos matrimônios. Diante de normas rígidas, a relação entre renda familiar e maneiras de se comportar começava pela idade mínima de doze anos, a partir de conhecimentos elementares: ler, escrever e contar, e pela demonstração da vontade de aprender. Para tanto, não deveriam portar doença de qualquer natureza. Nessas condições, o custo de manutenção seria garantido pelo Colégio, de modo a atender a um menino de cada freguesia, exceção feita para a do Recife e a de Santo Antônio, mais populosas, concorrendo com dois candidatos.

Os jovens do interior, particularmente os do Sertão, poderiam ser escolhidos, desde que atendessem aos requisitos previstos e tivessem aprovação e licença do Pároco, do Vigário Forâneo e de Vereadores. A anuência pelo Reitor do Colégio se daria perante duas ou três testemunhas responsáveis pela apresentação do candidato. Na oportunidade, seria lembrado e jurado obediência aos preceitos instituídos. Assim, quais seriam os procedimentos

---

5 COUTINHO, 1798, p. 317.

6 Idem, 1798, p. 318.

diários e quais orientações pedagógicas seriam repassadas aos jovens internos que se fariam religiosos ou seguiriam outras carreiras? Como uma sociedade sem imprensa organizaria uma biblioteca básica em um colégio? Como seriam arregimentados e pagos os professores? As respostas se firmariam nas ordens régias e nos *Estatutos*, pela aprovação e implementação de medidas disciplinares e pedagógicas.

A identidade dos alunos seria demonstrada pela uniformidade da indumentária adotada, uma, de uso diário interno e outra, para saídas ou de uso externo. O vestuário corresponderia a um “roupão diário de druguete<sup>7</sup> ou samarra<sup>8</sup> preto”, sem sobremangas, abotoado de cima a baixo. Para uso externo ou público seria vestido beca de durante<sup>9</sup> roxo claro, sem mangas, aberta dos lados, com cauda um palmo acima do chão que, durante a caminhada, deveria ser apanhada debaixo do braço esquerdo. A beca seria usada por cima da batina, longa, abotoada até os tornozelos. Por cima da beca, uma estola verde, pendente na frente e pontas lançadas sobre os ombros em direção às costas. O pescoço seria recoberto por cabeção<sup>10</sup> e volta<sup>11</sup>. Na mão ou na cabeça um gorro de pano ou de druguete preto que não excedesse o comprimento de dois palmos. As meias, os sapatos e as fivelas seriam proporcionais à pobreza, de modo a que na rua as “meias fossem de laia preta ou de linha de cor honesta”, jamais de seda, “por serem impróprias da pobreza a cujo título foram admitidos”<sup>12</sup>. O primeiro enxoval trazido pelo aluno, composto de roupas brancas e de cor deveriam ter marcas individuais e guardadas em arca pessoal, com o devido controle de

---

7 Druguete, assim gravado em NOGUEIRA (1985). Em BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino...* 1712, a grafia é droguete, casta de pano tecido com linho e lã ou com linho e seda. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. No DICIONÁRIO Aulete: tecido ordinário de lã, algodão e seda. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/dicionarios/>>

8 Samarra, espécie de túnica ou batina usada pelos clérigos. In: DICIONÁRIO Aulete. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/dicionarios>>

9 Durante, tecido de lã muito brilhante, lembrando o cetim. In: Dicionário Aulete. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/dicionarios>>

10 Cabeção, gola da vestimenta de eclesiásticos. In: DICIONÁRIO Aulete. Disponível em: <[http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete\\_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=cabe%E7%E3o](http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=cabe%E7%E3o)>

11 Volta, Tira branca de linho ou algodão da vestimenta dos clérigos, das togas, becas etc. In: DICIONÁRIO Aulete, loc. cit.

12 COUTINHO, 1798, p. 322.

uso e de lavagem. Livros também fariam parte do enxoval, embora nenhuma lista ou autor tenham sido mencionados. A economia com a saúde começava com questões de higiene, cabendo ao Colégio não apenas mandar lavar toda a roupa branca de alunos e servidores, como manter barbeiro, cirurgião e médico pagos anualmente.

O Seminário receberia igualmente meninos abastados, desde que o sustento estivesse garantido por cômputo anual. Os controles chamam a atenção, porque seria dado igual tratamento aos porcionistas, sabedores “nos dias das suas entradas, para que logo fiquem perdidas as esperanças de toda e qualquer distinção que não lhes será admitida, por ser prejudicial às comunidades”<sup>13</sup>. Portanto, teriam que se adaptar às mudanças e às práticas e representações do meio escolar-religioso. Dessa maneira, as determinações Tridentinas (1553) seriam cumpridas visando à formação e ao crescimento de futuros religiosos.

A alimentação saudável do corpo e do espírito garantiria uma situação que daria condições econômicas de sustentação a todos os residentes, evitando-se doenças, que não só enfraqueceriam os jovens, física e intelectualmente, como o uso dos remédios e a assistência médica prejudicariam as finanças da instituição. Os jejuns e os horários seriam rígidos, sendo mantidos no almoço e no jantar a hierarquia das autoridades, a prece pronunciada e a leitura do Breviário ao meio dia, antes do sentar à mesa e da leitura da Sagrada Escritura a cada refeição da noite. Aos domingos à tarde haveria merenda conjunta sem separação uns dos outros. Nesses dias, o pecado da gula deveria ser evitado, domado, a partir da proibição de retirada de qualquer guloseima para fora do refeitório. Às nove horas da noite, diariamente, seria servido ceia com duas variedades de pratos, seguida de repouso de meia hora antes do recolhimento.

A maneira de se comportar, com civilidade, ajustaria os costumes familiares à hierarquia e às regras religiosas. As funções e atividades em favor da economia alimentícia do cotidiano seriam exercidas por um sujeito de “boa inteligência [...] que seja aseado no seu ministério, repartindo as porções com igualdade, e tratando tudo com a limpeza que requer o comestível, sem faltar com coisa alguma nas horas competentes para não se inverter o regulamento da Comunidade”<sup>14</sup>. As orientações estatutárias, entretanto, não mencionavam

---

13 COUTINHO, 1798, p. 322.

14 Idem, 1798, p. 331.

quais alimentos seriam consumidos nem eram assinaladas ou calculadas as necessidades anuais de alimentação para todos os residentes, incluindo os mestres.

O registro, as conferências e o controle das contas do Colégio, sem detalhes descritos ou previstos, seriam feitos mediante escrituração em quatro livros: o da receita, o da despesa, o dos ordenados e salários das pessoas que seriam pagas pelas rendas do Colégio e outro, o do lançamento das contas judiciais referentes à receita e às despesas. Livros que seriam apresentados ao Conselho da Junta da Economia, em quatro reuniões anuais. Nenhuma menção à compra de mobiliário ou à aquisição ou despesas com material didático.

O propósito da segunda parte exposta pelos *Estatutos* explicitava como seriam “os estudos de um Seminário de educação da mocidade”, com referência às questões Morais ou à “norma de regular os costumes na prática da virtude, pois é bem certo, que sem virtude não há verdadeira sabedoria”<sup>15</sup>, concretizada mais na prática e menos na teoria, cumprindo a função de estruturar o homem cristão. O princípio da Sabedoria, ou o santo temor a Deus seria a primeira lição a divulgar. O poder emanado da autoridade divina permitiria dissipar névoas que escurecessem o entendimento, refreasse as paixões desordenadoras, permitisse a aproximação com a Sabedoria Eterna. Aprender a temer a Deus, com a ajuda do Catecismo, composto de verdades fundamentais da religião, começaria pela salvação da alma, e por conhecer Jesus Cristo. A segunda ideia a transmitir defendia que Deus é o Princípio e o Fim, concebeu o ser, a vida e a razão, com zelo por tudo ver, conhecer pensamentos, palavras e ações, derramando amor pela eternidade.

Para agradecer os merecimentos, os colegiais cumpririam os rituais do culto de adoração, a começar às primeiras horas da manhã. Ao toque da campanha matinal, se dirigiriam ao Coro da Igreja, para de joelhos fazerem o sinal da cruz, assim, adorariam Deus em Espírito e Verdade, como ensinara Jesus Cristo. Nesses momentos de reflexão e de graças pelos benefícios recebidos e por súplica do divino socorro, seguiam-se os cânticos, iniciados com o Hino *Veni Sancte Spiritus*, seguido de missa celebrada pelo padre vice-reitor, ajudado por um dos colegiais, revezados semanalmente.

---

15 COUTINHO, 1798, p. 337.

As celebrações da Missa Pontifical na Sé de Olinda seriam assistidas por todos os clérigos, “vestidos de sobrepelizes para ajudarem aos do coro, e servirem em tudo o que lhes for mandado pelo Mestre das Cerimônias da Catedral”<sup>16</sup>, segundo os graus das Ordens que tivessem. Às noites, depois das Ave-Marias, seria rezado no Coro da Igreja, ou na Capela interior do Colégio, o terço do Rosário de Nossa Senhora, a quem todo o cristão deveria implorar patrocínio, em especial aqueles estudiosos das ciências em busca da sabedoria. Confessar e comungar seriam rituais em obediência aos preceitos divinos e à submissão ao Reitor. A formação do caráter, o respeito aos outros e a caridade seriam os fundamentos para a saúde do corpo civil da sociedade, concorrendo “unidas para o mesmo fim da tranquilidade, aumento e segurança”<sup>17</sup> das pessoas. Do mesmo modo, a obediência às leis e o respeito ao próximo estendiam-se ao comportamento e à comunicação dentro e fora do colégio, ao tempo do silêncio dos estudos e recolhimentos individuais. O verdadeiro cristão praticaria atos de Fé em Deus, de Esperança em graças, por merecimento e infinita Misericórdia, e de Caridade, por amor ao próximo como a si mesmo, sempre por amor a Deus.

Dadas as condições de organização e disciplina, a instalação do Seminário em Olinda e a execução dos procedimentos voltados para a educação de jovens caberiam a D. Azeredo Coutinho que, ainda em Portugal, recebera a comunicação feita por carta régia datada de 13 de abril de 1798, do Príncipe Regente D. João a D. Thomaz José de Mello, Governador de Pernambuco. Na correspondência constava a menção à Carta de Lei para o pagamento de todos os professores “Mestres de ler, e escrever, ou de Solfa, ou de Grammatica, ou de qualquer outra instrução de Meninos”<sup>18</sup> da Diocese, a ser efetuado com o subsídio literário, imposto criado em 1772. Portanto, a implementação das medidas educacionais estaria articulada com a arregimentação de professores e as ações de caráter financeiro, que permitiriam desonerar os cofres da Coroa, ao mesmo tempo, obter o controle da educação e da aplicação do imposto a

---

16 COUTINHO, 1798, p. 339.

17 Idem, 1798, p. 342.

18 LEI abolindo as antigas consignações para a instrução dos Estudos, e estabelecendo o Subsídio Literario. In: SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da Legislação Portuguesa*: desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio D. da Silva. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829. Legislação de 1763 a 1774. p. 617.

ser arrecadado, bem como fixar o teto salarial e o pagamento de professores leigos e religiosos.

Em benefício do Seminário, a correspondência vinda de Lisboa pretendia assegurar a educação, que há muito sofria com a falta de recursos financeiros e humanos. Por isso, ordenava que as Câmaras de Pernambuco e das capitânias anexas fossem consultadas a fim de ser instituída a contribuição de 10 a 20 réis por habitante, com idade acima de 12 anos. Apesar da orientação vinda da Coroa, as Câmaras de Olinda e do Recife posicionaram-se contrárias. O historiador José Antônio Gonsalves de Mello<sup>19</sup> registrou que, em Olinda, a proposta apresentada em carta e negada, fora “levada à apreciação dos vereadores pelo ouvidor Antônio Luiz Pereira (depois Marquês de Inhambupe)”:

*E sendo ouvido pelos ditos vereadores e Procurador do Conselho responderam com ânimo uniformemente que visto que Sua Majestade por sua Real Grandeza deixava ao seu arbítrio o estabelecimento desta contribuição, eles não podiam convir por ser sumamente onerosa a este Povo, que aliás se acha consternado com a esterilidade da Capitania e carestia dos gêneros de primeira necessidade, muito mais quando para este mesmo fim já se acha aplicado o subsídio literário para o qual todos contribuem.<sup>20</sup>*

Certa ou errada, boa ou má para a população, a posição encaminhada e decidida pelo ouvidor deixava em falta os recursos necessários para assegurar o pleno funcionamento do Seminário. D. Azeredo, designado Governador da Capitania e Diretor Geral dos Estudos, cargo criado pela reforma pombalina, ressentiu-se diante da atitude do ouvidor, como demonstrou ao escrever ao Ministro D. Rodrigo Coutinho, Conde de Linhares:

---

19 BIBLIOTECA Virtual José Antônio Gonsalves de Mello. Disponível em: <<http://www.fgf.org.br/bvjagm>>

20 VERAÇÃO de 22 de agosto de 1798 apud BIBLIOTECA Virtual José Antônio Gonsalves de Mello. Disponível em: <<http://www.fgf.org.br/bvjagm>> Em depósito na Biblioteca Estadual de Pernambuco.

*O ouvidor Antônio Luiz, meu jurado inimigo oculto, sem eu saber, apenas chegou a dita Carta Régia, foi logo propor o dito negócio da contribuição às Câmaras destas vilas do Recife e de Olinda, as quais por isso já estavam dispostas por ele e pelos interessados contra o dito estabelecimento, em menos de meia hora resolveram que os Povos não podiam pagar a dita contribuição, de sorte que quando cheguei, já tudo achei resolvido pelas duas principais e mais ricas Câmaras desta Capitania: o mesmo exemplo seguiram as outras mais ricas de Igarassu, Goiana e Paraíba, quando todas as outras da comarca das Alagoas, do Rio Grande do Norte e algumas dos sertões mais pobres convieram na dita contribuição.<sup>21</sup>*

Os compromissos financeiros da Coroa para com a Igreja vinham de longa data, oriundos por força da cobrança dos dízimos, cômguas, esmolas e do subsídio literário (1772). No entanto, eram frequentes as queixas das paróquias e das dioceses quanto à falta de recursos para a manutenção dos cultos da Igreja, dos orfanatos, dos recolhimentos para moças, das escolas. Razões que levaram os bispos em Pernambuco, D. Frei Luiz de Santa Teresa (1738-1754), D. Thomas da Encarnação Costa Lima (1774-1784) e D. Frei Diogo de Jesus Jardim (1785-1794) a não conseguirem instalar um Seminário<sup>22</sup> que servisse a toda a região. A Diocese de Olinda estendia-se pelo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba ia até a Foz do rio São Francisco com limite a de S. Salvador da Bahia que, por extensa, demandava grande parcela de recursos financeiros, assim como necessitava da formação de religiosos, visto serem “muitos sujeitos totalmente iletrados e contra as disposições do Sagrado Concílio Tridentino”.<sup>23</sup>

Conhecedor dessas questões, D. Azeredo Coutinho, depois de sagrado bispo, teve a vinda para a Capitania revestida de nomeações: Diretor Geral dos Estudos de Pernambuco, Governador Interino, e Presidente da Junta da

---

21 Carta de Azeredo Coutinho ao Conde de Linhares apud BIBLIOTECA Virtual José Antônio Gonsalves de Mello. Disponível em: <<http://www.fgf.org.br/bvjagm>>

22 VERRI, G.M.W. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

23 Carta Pastoral de D. Frei José Fialho (1726) apud NOGUEIRA, Severino Leite, *Mons. O Seminário de Olinda e seu fundador o bispo Azeredo Coutinho*. Recife: Fundarpe, 1985. p. 53.

Fazenda (1798-1802), títulos que se concretizaram com a chegada ao Recife em 25 de dezembro de 1798, portanto, quatro anos após a nomeação. Entendia, portanto, que as ordens régias devessem ser cumpridas por todo o Reino, porque todas as instâncias administrativas delas teriam ciência e deveriam as fazer cumprir, quando as palavras reais afirmavam:

*Mando á Meza do Desembargo do Paço; Inspector Geral do Meu Real Erario; Regedor da Casa da Supplicação; Governador da Relação, e Casa do Porto; Real Meza Censoria; Conselhos da Minha Real Fazenda, e do Ultramar; Meza da Consciencia, e Ordens; Reitor da Universidade de Coimbra; Senado da Camara; Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios; Vice-Reis, Governadores, e Capitães Generaes dos Meus Dominios Ultramarinos, e das Ilhas dos Açores, e da Madeira; e bem assim a todos os Desembargadores, Provedores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, e mais Pessoas destes Meus Reinos, e Dominios, a quem o conhecimento desta Carta de Lei pertencer, que a cumprão, guardem, e fação cumprir, e guardar com inteira, e inviolavel observancia, sem embargo de quaesquer Leis, Regimentos, Disposições, Ordens, ou Estilos, que sejam em contrario, porque todas, e todos de Meu Motu próprio.<sup>24</sup>*

A comunicação das ordens reais, mesmo com a maioria da população iletrada, se fazia aos súditos por meio da publicação, da divulgação e da preservação do suporte gráfico que registraria as informações:

*Ordeno, que a faça publicar na Chancellaria, e que remetta os Exemplos impressos della, debaixo do Meu Sello, e seu Sinal, a todos os Provedores das Comarcas; Ouvidores das Terras de Donatarios; e Ministros, a que se costumão remetter semelhantes Leis: E se registrará em todos os Tribunaes, e Camaras das Cidades, e Villas destes Reinos, Ilhas adjacentes, e Dominios Ultramarinos;*

---

24 SILVA, 1829, p. 618.

*e o original se remetterá para o meu Real Archivo da Torre do Tombo.*<sup>25</sup>

Nesse sentido, a cobrança e a aplicação da *Lei abolindo as antigas consignações para a instrução dos Estudos, e estabelecendo o Subsídio Literário*<sup>26</sup>, de 10 de novembro de 1772, incidiriam sobre o corte da carne verde e da produção de aguardente, que abasteceriam as cidades. O arrecadado seria destinado à manutenção do “grande número de Mestres, e Professores das Escolas menores, com que em Carta de Lei da mesma data deste dei providencia em Commum beneficio ao ensino público dos Meninos, e Mancebos de todos os Meus Reinos”. Assim, em

*hum real em cada arratel de Carne da que se cortar nos Açougues [...] Dez réis em cada canada de Agua-ardente das que se fazem nas Terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê, ou venha a dar. [...] Debaixo das mesmas penas pelo que toca ás Aguas-ardentes; incumbindo sempre aos ditos respeitos, e em todos os casos os pagamentos, e os encargos ás Pessoas, que fizerem as vendas em grosso nos seus Armazéns.*<sup>27</sup>

A aplicação das medidas seria organizada e garantida localmente por

*Provedores, e Ouvidores nas Comarcas dos Meus Reinos, e Dominios estabeção logo, e fiquem estabelecendo Livros separados para esta arrecadação; por elles numerados, rubricados, e encerrados, sem emolumento algum: Que assim os entreguem aos Juizes de Fóra nas Cidades, e Villas, que os tiverem; ou onde elles faltarem, aos Juizes Ordinarios; para todos procederem ás sobreditas arrecadações na fôrma abaixo ordenada.*<sup>28</sup>

---

25 SILVA, 1829, p. 618.

26 Idem, 1829, p. 618.

27 Id., 1829, p. 619.

28 Ibidem, 1829, p. 619.

Dada a finalidade e o alcance geográfico, a ordem régia buscava avanços para o processo educacional, começando por suprir os baixos salários pagos anualmente ou em atraso em todo o reino. Em Pernambuco, os professores das primeiras letras percebiam “na base de 150\$ anuais; o melhor pago, o lente de geometria, percebia 480\$ anuais, mas nem assim os vencimentos lhes eram pagos com regularidade: em 31 de dezembro de 1798 o Erário devia aos professores 12:269\$159 de atrasados”<sup>29</sup>. A concepção da lei visava sanar essas diferenças, entretanto, quando aplicada, não surtiu o efeito desejado nem o montante arrecadado correspondeu ao planejado, visto as despesas serem mais altas que a receita.

Diante da impossibilidade de remunerar professores de faixas salariais mais baixas, como os das primeiras letras e de gramática latina, D. Azeredo Coutinho, por provisão, em 10 de abril de 1799, determinou duas medidas em nome do governo. A primeira faria a cobrança incidir além das carnes verdes também sobre as carnes secas provenientes do Ceará e do Rio Grande do Sul. De imediato, a medida foi “impugnada por negociantes e senhores de engenho de Pernambuco (Bento José da Costa, Domingos Afonso Ferreira, Antônio Marques da Costa Soares)”<sup>30</sup>. A pressão fez o bispo recuar e tornar o imposto válido apenas para as carnes que fossem salgadas em Pernambuco. Mas, como isso não ocorresse, a medida fora inócua. A segunda rebaixava os vencimentos dos professores das primeiras letras. A reação contrária não se fez esperar por parte dos professores régios José Fernandes da Gama e José Leitão de Almeida. Nesse clima iniciado pela hostilidade, foi sendo desenhada a atuação do Bispo que recebera funções tripartites. Portanto, se de um lado a situação precisava ser mudada, do outro, a resistência se faria forte contra as ações cerceadoras e disciplinadoras que ele haveria de tomar.

Todavia, as providências para a inauguração do Seminário foram tomadas para a festa de inauguração. Em carta ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Bispo descreve a cena e narra como se fez a solenidade.

*Na sala da casa da minha habitação naquela cidade recitou o professor de retórica, o revdo. Miguel Joaquim de Almeida e*

---

29 BIBLIOTECA. Disponível em: <<http://www.fgf.org.br/bvjagm>>

30 Idem.

*Castro, uma muito elegante oração, em que mostrou com as vivas cores da eloquência quanto difere o homem sábio do ignorante e quanto é prejudicial à Religião e ao Estado o homem sem estudo e sem educação, entregue aos vícios e a si mesmo. [...]*

*Acabada a oração vesti as becas a mais de 30 seminaristas, à vista de Numeroso concurso dos assistentes da maior graduação desta praça; depois do que saí com os meus dois colegas de Governo, e todos os nossos Seminaristas, Estudantes, Professores de todas as classes, o Reverendo Cabido, os preladados das Religiões, e Senado da Câmara daquela cidade, os Capitães Móres, Coronéis de Linha e de Milícias e muitas pessoas de distinção e nobreza, acompanhados da tropa que guarnece aquela cidade com todo o seu instrumental, até o Seminário onde os entreguei ao Reitor e Vice-Reitor do mesmo Colégio, recomendando-lhes que vigiassem sobre a educação deles e os tratassem como seus filhos... Depois fui jantar com eles no seu refeitório para os animar e lhes fazer ver que eu os amo como meus filhos, do que eles se mostraram muito contentes, e agradecidos, recitando-me várias obras em prosa e em verso português e latino e dando mostra muitos deles de grandes talentos. Os seus Regentes e seus Mestres me têm dado todas as boas informações não só das suas aplicações, mas também dos seus procedimentos, da mesma sorte os Estudantes de fora, que vão às aulas no mesmo Seminário, nos quais todos à competência trabalham por se distinguir.<sup>31</sup>*

Para o aproveitamento dos alunos, as disciplinas e as aulas a serem adotadas pelos mestres seriam planejadas de acordo com preceitos pedagógicos expostos nos *Estatutos*, visto que “o método de expor e ouvir as lições é outro objeto importantíssimo, porque dele principalmente nasce o bom ou mau fruto do ensino”<sup>32</sup>. O novo método a ser desenvolvido no Seminário era decorrente

---

31 COUTINHO, J.J. de A. Carta a D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Diário de Pernambuco*. Recife, 11 jun. 1950. Disponível em: <<http://www.fgf.org.br/bvjagm>>

32 COUTINHO, 1798, p. 367.

das medidas tomadas e articuladas pelo ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o Conde de Oeiras (1759), futuro Marquês de Pombal (1769), após a expulsão dos Jesuítas, e firmado no “*Alvará régio*, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime”<sup>33</sup>. As diretrizes para o ensino provinham de pensadores portugueses vivendo no estrangeiro, que traçaram um método de renovação do ensino, inspirado no movimento de reação contra a escolástica, com princípios iluministas baseados na obra de Luís Antonio Verney, e adotados pela Ordem de São Felipe Néri, para os estudos de gramática, de ciências naturais, de matemática, geometria, física, química, medicina.

A reforma educacional pombalina fora apoiada nos preceitos de livro impresso em Nápoles<sup>34</sup> que, antes chegado a Lisboa, causara impacto negativo, sobretudo, junto aos representantes da nobreza, defensores do ensino jesuítico. Era o *Verdadeiro Método de Estudar, para ser util a Republica, e a Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal* (1746), que aparecera assinado por *Barbadinho da Congregação de Itália*, pseudônimo de Luís Antônio Verney<sup>35</sup>, pensador, leitor dos Iluministas italianos, em particular de Luigi Antonio Muratori (1672-1750), um bibliotecário da Universidade de Módena, dedicado à filosofia, à teologia, à pesquisa histórica e à literatura. Abrigado em Roma, Verney estabelecera correspondência com Muratori, a quem ocultava a autoria de sua obra, daí receber o comentário sobre a repercussão do livro em Lisboa, onde estavam

*Convencidos do grande e desavergonhado atrevimento que consiste em o autor do livro ter usurpado o magistério e pretender ensinar*

---

33 ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. “Apêndice Documental”. In: \_\_\_\_\_. A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo: Saraiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

34 ANDRADE, A. A. Banha de. Verney no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 46-58, jun. 1977.

35 MARTINS, T. Payan. *Verdadeiro método de estudar*. Disponível em: < <http://www2.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/VERNEY.pdf>>

*aos portugueses qual seja o mais louvável método das ciências nas principais escolas da Europa.*<sup>36</sup> [...]

*Apesar de tudo, esperamos que também em Portugal tão inconsiderado movimento de opinião pouco a pouco perdendo a sua violência, e que, vistas as coisas com mais serenidade, acabe por se aprovar aquilo que agora tão precipitadamente se condena.*<sup>37</sup>

A observação do mestre italiano demonstrava perceber o atraso de Portugal nos estudos, condição reconhecida por D. Azeredo<sup>38</sup>, que identificava na obra do Barbadinho a defesa e a aplicação das ciências da Natureza, por isso, alertava:

*Inúteis seriam os Estatutos, que dirigem os estudos de um Seminário de educação da mocidade, se eles ao mesmo tempo não prescrevessem a norma de regular os costumes na prática da virtude: pois é bem certo, que sem virtude não há verdadeira Sabedoria, a qual não consiste tanto na teoria das ciências, como na prática delas; e esta só se consegue, quando as regras da especulação se aplicam para formar no homem costumes verdadeiramente cristãos.*<sup>39</sup>

A influência das ideias de Verney na reforma pombalina repercutiu sem que a obra ou o autor fossem mencionados, porém, foi dado aos Oratorianos o mérito da aplicação do novo método. No Recife, as obras de Verney fizeram parte da biblioteca e do Catálogo dos Oratorianos, conforme registro: *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam, De Re Lógica e De Re Methphysica, e*

---

36 MURATORI, L. Carta XVII. In: MONCADA, L. C. *Estudos de história do Direito*. 1950, p. 295 apud MORAIS, Regina Célia de Melo. L. A. *Muratori e o Cristianismo Feliz na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai*. Niterói, RJ: PPGH-UFF, 2006. p. 93. Dissertação.

37 MURATORI, p. 297 apud MORAIS, 2006. p. 94.

38 ANDRADE, Luís A. Banha de. *Verney e a projeção de sua obra*. Lisboa: Instituto de Cultura, 1980.

39 COUTINHO, 1798, p. 337.

“mais três da polêmica. *Verdadeiro método de estudar, Reflexoens apoloéticas*, de Arsênio da Piedade, o jesuíta José de Araujo, e *Retrato de Mortecor*, de Alethophilo Candido de Lacerda”<sup>40</sup>. Na verdade, em 1796, foram remetidos para Pernambuco cinco títulos de autoria de Luis Antonio Verney, sendo quatro exemplares de *De Re Lógica ad usum lusitanorum adolescentium Libri* e um de *De Re Metaphysica ad usum lusitanorum adolescentium libri quatuor*. Mais tarde, sendo dois e mais quatro exemplares da *Grammatica Latina*, em 1799 e 1801, respectivamente. Em 1800 foi recebido o texto obrigatório, *De Orthographia Latina*,<sup>41</sup> o que demonstra terem sido os cursos do Convento da Madre de Deus feitos à semelhança da Casa de N. Sr.<sup>a</sup> das Necessidades, em Lisboa.<sup>42</sup>

O reformismo promulgado por D. José I também fizera o médico Antônio Ribeiro Sanches, formado em Medicina na Universidade de Salamanca, que vivera em Paris e em São Petesburgo, “revolver no pensamento o que tinha juntado da minha leitura sobre a Educação civil e política da Mocidade, destinada a servir à sua pátria tanto no tempo da paz como no da guerra”<sup>43</sup>. Assim, o autor das *Cartas para a Educação da Mocidade* dedicara vários capítulos, quase um manual de pedagogia, a pensar Portugal diante do avanço político, religioso e filosófico dos países europeus, a orientar e a divulgar a natureza da educação, bem como as exigências requeridas aos mestres para ler e escrever, os resultados a obter dos discípulos em todos os níveis. A orientação para a educação política, militar e religiosa incluía o domínio da língua materna, do latim e do grego, as ciências, física, geografia e história, e a criação e instalação de Seminários no Reino e nas colônias. A divulgação das *Cartas*, em um primeiro momento, suscitou resistência da parte do Ministro Carvalho e Mello. No entanto, os preceitos recomendados surtiram efeitos nas reformas

---

40 ANDRADE, Luís A. Banha de. Vernei no Brasil. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 50, jun. 1977.

41 VERRI, G.M.W. *Tinta sobre papel*, livros em Pernambuco no século XVIII (1769-1807) Catálogo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. v. 2.

42 VERNEY. *De Orthographia Latina*, constava da lista de livros obrigatórios nas *Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica*. (D. José I)

43 SANCHES, A. R. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. p. 1.

adotadas no Colégio dos Nobres, em Lisboa e nos *Estatutos* elaborados por D. Azeredo.

Os *Estatutos* também traduziam as orientações advindas dos conhecimentos e da influência exercida por D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, que participava do círculo do Marquês de Pombal, e pensava em

*Instruir os padres de modo a constituir uma elite culta e interventiva, porque os povos precisam de bons pastores, conhecedores da religião e da teologia, mas também instruídos na física, medicina, mecânica e agricultura, para deste modo serem capazes de curar os doentes e de ajudar e incentivar os camponeses a praticarem uma nova agricultura.*<sup>44</sup>

O Bispo de Beja era um reformista convicto, leitor incansável, possuidor de objetos antigos, de uma vasta biblioteca, descobridor de autores e títulos raros e novos, que buscava adquirir por meio de uma intensa rede de amizades, localizada em vários lugares de Portugal, em outras cidades no estrangeiro. Pela erudição, pela competência, por meio de cartas e ações, muito contribuiu para a difusão do espírito das luzes, por ser

*Um homem de projetos, que com sua ação em prol da ciência e da cultura transformou num autêntico Príncipe das Letras do Alentejo, um mecenas para todos os que se aventuravam nos caminhos das Belas-Artes e das Belas-Letras e recorriam ao seu patrocínio.*<sup>45</sup>

Assim, D. Azeredo, o brasileiro que estudara e se relacionara em Portugal, traria para o Ultramar o pensamento racional, formado por uma educação civil a partir da condição de senhor de engenho em Campos, no Rio de Janeiro, instruído pela vida eclesiástica ampliada pelos cursos de Filosofia, Letras,

---

44 VAZ, Francisco António Lourenço (Org.). *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo*; repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009. p. 14.

45 Idem, 2009, p. 14.

depois Direito Canônico, na Universidade de Coimbra. O círculo de amizades com religiosos de diferentes localidades estendeu-se na Academia Real das Ciências em Lisboa, onde fez estampar, primeiro, as *Memórias Econômicas sobre o Preço do Açúcar* (1791), em seguida, o *Ensaio sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias* (1794), que teve divulgação fora de Portugal e no Brasil. Entretanto, no ano em que foi eleito bispo de Pernambuco, “implorou de joelhos e com lágrimas nos olhos a Sua Alteza Real houvesse por bem dispensá-lo da escolha [...] alegava que bem conhecia o mundo e a si mesmo, que o mundo queria ser servido e ele não era capaz de servi-lo, de sorte que acabaria necessariamente sacrificado”.<sup>46</sup>

Em 1794, ainda em Lisboa, o fluminense D. Azeredo Coutinho, antes da redação dos *Estatutos*, soubera serem poucas as escolas na Capitania de Pernambuco. Em 1796, constavam apenas 17 jovens e sete professores os que formavam a escola dos Oratorianos. Assim ao chegar, D. Azeredo encontraria um único professor régio de Retórica, um professor de Gramática latina, José Fernandes da Gama, que logo seria demitido pelo Bispo, devido ao peso das acusações de cunho moral. Na qualidade de Diretor Geral dos Estudos na Capitania soubera também de um professor de sobrenome Almeida, suspeito de não poder comprovar o currículo. Além do mais, o subsídio literário, destinado a remuneração de professores, não estaria bem gerido<sup>47</sup>. Todas essas dificuldades deveriam ser superadas pela concepção e pela qualidade da formação a serem implantados no colégio, conforme os *Estatutos*. Daí, o quadro do magistério pernambucano seria formado por professores escolhidos pela Mesa Censória, alguns mestres sacerdotes seculares, Congregados do Oratório e frades, que se encarregariam de ministrar disciplinas como: Teologia dogmática e Teologia moral, História eclesiástica, Filosofia, Matemáticas, Retórica e poética, Grego, Latim, Canto-chão, Desenho, primeiras letras. Assim, foi o

---

46 HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas* (1794-1804). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 15.

47 CARDOZO, Manoel. Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Governador Interino e Bispo de Pernambuco, 1798-1802. (Alguns documentos elucidativos do Arquivo Histórico Ultramarino). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 282, p. 3-45, jan./mar. 1969.

*Seminário logo considerado o melhor colégio de instrução secundária no Brasil. Os processos pedagógicos dos jesuítas, imbuídos da filosofia aristotélica, cederam aí o passo à renovação intelectual pelas doutrinas cartesianas, de que os padres do Oratório foram em Portugal os propugnadores mais audazes, seguidos de perto por membros de outras ordens religiosas, que evoluíram no terreno filosófico antes das reformas pombalinas de ensino, baseadas no Verdadeiro método de estudar do padre Verney.<sup>48</sup>*

O sucesso nos estudos estaria no domínio das primeiras letras, porque “ler é conhecer e pronunciar o som e significado dos caracteres escritos, impressos ou abertos, com os quais quis alguém declarar o seu pensamento. Escrever é formar com um instrumento caracteres que são retratos do pensamento e da fala”<sup>49</sup>. Para realizar essas operações a contento, o ensino das Letras e da Aritmética em muitos casos, precisaria fosse reforçado por aulas extras para alunos com déficit de aprendizado. Aulas de Religião e de Canto fariam parte da formação dos jovens, sempre unindo as práticas com um professor de Teologia moral e litúrgica e com o suporte de livros nessas áreas.

O ensino da gramática se expressaria pela correção do falar, do ler, dando a regra dos termos e das frases<sup>50</sup>. Ao professor seria solicitado clareza, precisão, devendo, para isso, “dividir as lições dos estudantes, como em três classes”, a começar pela Gramática latina acompanhada de noções de Gramática portuguesa, de maneira a não memorizar, mas fazendo uso do juízo e do discurso. Nesse sentido, em substituição ao *Ratio Studiorum*, estava exposta a concepção da *Gramática de Port-Royal* expressa por Antoine Arnauld e Claude Lancelot, que preconizavam um Novo Método apresentado em Portugal, desde 1749, por Luís Antônio Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*.

Na segunda classe, os aprovados em sintaxe fariam pequenas traduções de Sulpício Severo, César e Cícero. Aos da terceira classe seriam dados a traduzir Salústio, Tito Lívio e Terêncio, a revelar fábula, história, beleza, e o

---

48 LIMA, M. de Oliveira. *Pernambuco*, seu desenvolvimento histórico. 2. ed. Recife: SEC, 1975. p. 216.

49 COUTINHO, 1798, p. 345.

50 Idem, 1798, p. 351.

que mais “pertencer para a boa inteligência da latinidade”<sup>51</sup>. Isso porque o latim se transformara “no ideal de uma pedagogia humanista, abreviada nos seus processos e adequada na sua estrutura às necessidades novas da cultura lusitana”<sup>52</sup>, agora aplicada na Colônia. Dominada a prosa, passariam para a versão dos melhores poetas, para a identificação das diferenças de estilo, do uso das figuras poéticas. Contudo, saber os termos, frases e propriedades da língua “só se adquire pela lição dos livros em que ela está depositada”<sup>53</sup>.

A memória, a ordem e o domínio das palavras estruturariam a Retórica, a “que ensina a falar bem, supondo já a ciência das palavras, dos termos e das frases: ela é que ordena os pensamentos, a distribuição e o ornato; e com isto ensina todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e atrair as vontades”<sup>54</sup>. Portanto, seria recomendado ao professor de retórica trabalhar com alunos aprovados na latinidade, adotando os compêndios de Quintiliano e de Cícero para o exercício de composições oratórias e epistolares. Assim, a arte da palavra estaria ligada também à escrita, o que propiciaria a memória coletiva, como bem lembrou Jacques Le Goff<sup>55</sup>. Nas aulas, seriam redigidos elogios aos grandes homens e ensaiados os discursos a serem pronunciados no púlpito. O domínio da eloquência viria por meio dos estilos das cartas, dos diálogos da história, dos panegíricos, das declamações e das contendas geradas pelos argumentos dos alunos que entre si aprofundavam as experiências, sempre orientados a manter a cortesia e a civilidade. Da prosa, seguia-se em busca da poesia originada pela arte de Horácio, pelas belezas “dos nossos poetas, especialmente de Camões, que apesar dos seus defeitos, não deixou de ser um excelente poeta”<sup>56</sup>, interpretou o Bispo. Na sequência, o professor de Retórica seria também de História, de História Universal, incluiria Geografia, explicando princípios gerais, noções de cronologia, de épocas e dos tempos, dos mapas e esferas, de modo a dar informações úteis aos alunos da primeira idade.

---

51 COUTINHO, 1798, p. 351.

52 CARVALHO, L. Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, Saraiva, 1978. p. 66.

53 COUTINHO, 1798, p. 352.

54 Idem, 1798, p. 353.

55 LE GOFF, Jacques. *Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1997. p. 23.

56 COUTINHO, 1798, p. 353.

Entre as disciplinas, a Filosofia, que “ensina a indagar as coisas pelas suas causas e efeitos”<sup>57</sup>, teria um professor para Lógica, Metafísica e Ética, que adotaria um compêndio moderno, explicando com clareza questões relacionadas aos juízos, discursos, crítica, ontologia, hermenêutica, virtudes e ofício dos homens. Para tanto, um livro de grande sucesso, escrito e impresso ao longo de dez anos, em vários volumes, fora certamente, a *Recreação Filosófica ou Dialogo sobre a Filosofia Natural*, do oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804). Ainda, do mesmo autor, *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna ou Arte de Viver Contente em quaesquer Trabalhos da Vida*, com notas e estampas.

A Filosofia desmembrava-se para atender a Filosofia Natural, ou Física Experimental, abrangendo Mecânica, Hidrostática e “os princípios necessários para a Inteligência das máquinas e das suas forças: cujo conhecimento é muito necessário para fazer mover e levantar grandes corpos, e conduzir as águas de um país, cujo fundo principal consiste na agricultura, e no trabalho de lavrar as terras, cavar, e extrair os minerais, etc.”<sup>58</sup>. — Ao tempo que preparasse os jovens, a realização da proposta trazida de Lisboa consubstanciaria os planos econômicos postos em prática pelo Bispo enquanto Governador da Capitania de Pernambuco, onde se empenhava em solucionar o problema do abastecimento de água para o Recife. Os planos indicavam a construção de aquedutos para abastecer a vila, em substituição a “água transportada em canoas imundas, desde o rio Beberibe em Olinda, reduzida a um ‘dos objetos de grande negociação desta terra’”<sup>59</sup>.

O professor de Filosofia ensinaria também História natural com ênfase aos três reinos da natureza: animal, vegetal e mineral. Sairia pela tarde, a passeio fora da cidade, com os discípulos, a observar e a indagar sobre as propriedades dos corpos, a examinar a composição dos elementos de cada objeto, para descobrir os efeitos, as virtudes, as propriedades relativas e a aplicação da química nos produtos da natureza. Englobadas como aulas da observância literária, a Geometria, que “ensina a medir, não só a terra, mas também a água, os corpos celestes e, geralmente a quantidade, segundo todas as suas

---

57 COUTINHO, 1798, p. 354.

58 Idem, 1798, p. 355.

59 Id., 1798, p. 95.

dimensões”<sup>60</sup>, começaria pela Aritmética, tratando das diversas regras para combinações dos números. Raciocínio, exatidão e rigor geométrico exigiriam a atenção do aluno e trariam benefícios à concatenação das ideias, dos discursos teóricos postos em prática. A Trigonometria e a Álgebra elementar viriam a seguir.

É de se notar que no *Alvará* sobre a reforma do ensino ou nos *Estatutos* não constam palavras como *aquisição*, *incorporação*, *doação*, ou *troca* de material didático para as disciplinas a serem ministradas em escolas ou no Seminário. Nos *Estatutos*, as diretrizes, o encaminhamento das aulas, em particular as de Religião e Moral, bem como as Literárias e de Gramática, estavam correlacionadas a uns poucos autores a serem adotados e estudados. Contudo, a quase total ausência de indicações para leitura de obras que seriam utilizados durante as aulas, não impediu o cruzamento entre as disciplinas e as referências de livros autorizados pela Real Mesa Censória para remessa de Lisboa a Pernambuco<sup>61</sup> a partir de 1799.

Com efeito, a montagem das dependências do Seminário começara a ser organizada em 1799, depois da chegada de D. Azeredo, portanto, antes da abertura oficial. Naquele ano, o fluxo das remessas de livros para a antiga Capitania se intensificara, para atender a demanda criada por uma instituição que pretendia expandir várias áreas do conhecimento. Assim, de acordo com as disciplinas mencionadas nos *Estatutos* e os registros feitos por meio das petições enviadas a Real Mesa Censória, preservadas na Torre do Tombo (Lisboa), poder-se-ia dizer, pelos assuntos e quantidade de exemplares enviados, que parte das remessas à Capitania seria destinada a suprir as necessidades das aulas programadas para o Seminário.

Todavia, não seria possível esquecer, como destacou Georges Duby, que os livros atenderiam aos preceitos estatutários, mas que,

*Durante muito tempo [...] a escola continuou a ser o instrumento de uma formação estritamente profissional: preparava para a administração do sagrado. [...] muitos, entre os homens que tinham estudado o bom latim, enveredaram, a despeito das*

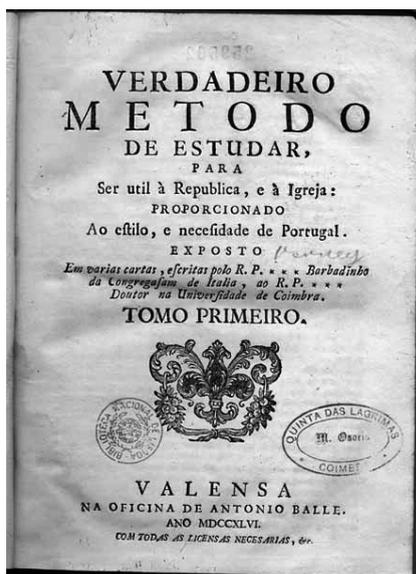
---

60 NOGUEIRA, 1985, p. 356.

61 VERRI, 2006, v. 2.

*injunções da autoridade eclesiástica, pelas carreiras profanas. O mundo novo necessitava dos clérigos: juizes, notários, médicos, escritores, espalharam-se largamente fora da Igreja. Ao mesmo tempo, a escola, sem mudar de método nem de programa, abria-se aos laicos [...]. Ninguém poderia pretender participar na alta cultura, se não tivesse, na sua juventude, traduzido Cícero, Virgílio, Horácio, se não fosse capaz de alinhar, ele próprio, alguns versos latinos. Esquece-se frequentemente que, até o século XVIII, a maior parte dos livros impressos na Europa, livros de devoção, livros de erudição, mas também obras de puro divertimento literário eram em latim. Ainda, na aurora do nosso século nenhum sábio podia ignorar esta língua.*<sup>62</sup>

Assim, o quadro abaixo demonstra parte dos livros enviados para Pernambuco, trazidos por portadores, sem indicação precisa do destinatário final, todavia, pressupostamente destinados ao Seminário de Olinda.



Disponível em: <<http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>>

62 DUBY, Georges. *A civilização latina: dos tempos antigos ao mundo moderno*. Lisboa: Dom Quixote, 1989. p. 19.

## LIVROS PARA PERNAMBUCO

LICENÇAS AUTORIZADAS PELA REAL MESA CENSÓRIA - 1799

| REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | SOLICITANTE                   | No EXEMPLARES |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|---------------|
| <b>ABOIM, Diogo Guerreiro Camacho de.</b><br><i>Escola moral, política, christã, e jurídica / Diogo Guerreiro Camacho de Aboim. 3a. edição nova, e curiosamente correcta.</i><br>- Lisboa : Off. de Bernardo Antonio de Oliveira, 1759. - 1 v. ; in-folio                                                               | Joaquim<br>Coelho<br>Mesquita | 1             |
| <b>ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.</b><br><i>Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa para adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas / Academia Real das Ciencias .</i><br>- Lisboa : Na Officina da mesma Academia, 1789-1815. - 5 tomos ; 21 cm. | Simão Pires<br>Sardinha       | 1             |
| <b>ALBERNAZ, Luís Miguel Coelho de.</b><br><i>Memorial de ritos para mais facil, e perfeita execução solemne dos Officios Divinos do Altar. 2ª edição correcta e emend. .</i> - Lisboa : Na Typografia Rollandiana, 1792. - XV, 239, [1] p. ; 16 cm .                                                                   | Joze Antonio da<br>Silva      | 1             |
| <b>ALMEIDA, Francisco José de.</b><br><i>Tratádo da educação fisica / Francisco José de Almeida .</i> - Lisboa : Of. da Acad. Rial das Ciencias, 1791. - [4 fl.], 142 p. ; 22 cm . - Public. p. o. da Academia Real das Sciencias                                                                                       | Simão Pires<br>Sardinha       | 1             |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                            |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|------------|
| <p><b>ALMEIDA, José Lopes Batista de.</b><br/> <i>Prendas da adolescência, ou adolescência prendada com as prendas, artes, e curiosidades mais uteis, deliciosas, e estimadas em todo o mundo ; obra utilissima nam só para os ingenuos adolescentes, mas para todas, e quaesquer pessoas curiosas, e principalmente para os inclinados às Artes, ou Prendas de Escrever, Contar, Letrear, Dibuxar, Illuminar, Pintar, Colorir, Bordar, Entallar, Miniaturar etc, compostas e offerecidas ao glorioso Patriarcha S. Joseph, esposo de Maria Santissima... pelo Doutor Jozé Lomathepez Baptista de Almeida transmontano da Villa de Chaves . - Lisboa : Na Oficina de Francisco da Silva, 1749. - [18]-202 p. : il. ; 28 cm . - Tem ilustrações ; Tem páginas muito escurecidas, acidificadas e com humidade. - Notícia in Dicionário Bibliográfico Português, vol. IV p. 422 “Livro muito curioso, e para o seu tempo de grande utilidade”. - Barbosa Machado IV, p. 193 “para instruir a mocidade portugueza nas artes de escrever, contar e colorir nos quaes he insigneamente feito”. Um raro e curioso livro sobre a educação, com inúmeros pormenores sobre os adolescentes e as matérias que estes devem aprender [[Titulo aproximado]]</i></p> | <p>Jozé Bernardo Girão</p> | <p>150</p> |
| <p><b>ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804.</b><br/> <i>Entretenimentos do coração devoto com o Santíssimo Coração de Jesus seguidos de alguns actos de desaggravo e outros obsequios: Theodoro d'Almeida. 3º ed., correcta e augmentada . - Porto : Livraria Catholica de Manuel Malheiro, [18--]. - XVI, 510, [2] p. ; 14 cm [[Ed. anterior]]</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p>Joze Gomes Claro</p>    | <p>1</p>   |
| <p><b>ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804.</b><br/> <i>O feliz independente do mundo e da fortuna ou arte de viver contente em quaesquer trabalhos da vida / pelo P. Theodoro d'Almeida. 2ª ed. corrigida e acrescentada com notas e com estampas . - Lisboa : na Regia Oficina Typografica, 1786. - 3 v. : il. ; 17 cm</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>Joze Gomes Claro</p>    | <p>1</p>   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                   |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <p><b>ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804.</b><br/> <i>Recreação filosofica ou dialogo sobre a filosofia natural, para instrução de pessoas curiosas que não frequentarão as aulas /</i> Theodoro d'Almeida. 5ª imp. muito mais correcta, que as precedentes . - Lisboa : Na Regia Officina Typographica, 1786-. - v. : il ; 18 cm . - 1º v.: 1786. - [36], LIX, 368 p.</p> <p><b>ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804.</b><br/> <i>Recreação filozofica, ou dialogo sobre a filozofia natural, para instrução de pesoas curiosas, que não frequentarão as aulas /</i> pelo P. Teodoro d'Almeida. 3ª imp. muito mais aumentada e correcta que as precedentes . - Lisboa : na Off. de Miguel Rodrigues, 1758-1785. - 7 v. : il ; 17 cm . - 1º v.: [479] p., pag. var.. - 2º v.: Trata das qualidades sensiveis. - 1757. - [8], 467 p., 4 est. desdobr.. - 3º v.: Trata dos quatro elementos. - 1757. - [8], 421 p., 4 est. desdobr.. - 4º v.: Trata do homem. - 1757. - [8], 333 p., 5 est. desdobr.. - 5º v.: Trata dos brutos e das plantas. - 1761. - [8], 413 p., 5 est. desdobr.. - 6º v.: Trata dos ceos e do mundo. - 1762. - [8], 509 p., 5 est. desdobr.. - 7º v.: Trata da logica. - Lisboa : na Regia Of. Typográfica, 1785.- [8], 489 p.</p> | <p>Antonio Manuel P. da Silva<br/> +<br/> Joze da Silva, padre +<br/> Joze Antonio dos Santos</p> | <p>53</p> |
| <p><b>BÉZOUT, Étienne, 1730-1783.</b><br/> <i>Elementos de Arithmetica /</i> por E. Bezout . - Paris : Na Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1836. - 423 p., 2 quadros ; 16 cm [[Ed. Solicitada: 1794]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <p>Joze Antonio da Silva</p>                                                                      | <p>20</p> |
| <p><b>BIBLIA –</b><br/> <i>A Bíblia sagrada /</i> trad... segundo a Vulgata latina, ilustrada com prefações, notas, e lições variantes... por Antonio de Figueiredo.... Ed. nova. - Lisboa : Simão Thaddeo Ferreira, 1794- [[Trad. de A. F.]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <p>Julião Gervázio de Aguiar + Joze Gomes Claro + Antonio Martins + Jozé Fernandes Matos</p>      | <p>4</p>  |
| <p><b>BRAGA, José de São Boaventura Luz, O.F.M. fl. 1770.</b><br/> <i>Arithmetica ou arte de contar em que se envolvem algumas contas de Algebra e Geometria [Manuscrito ]]: praticadas na escola sita no Convento de Nossa Senhora da Conceição de Matozinhos... / sendo professor da mesma escola Fr. Jozé de Sam Boaventura Luz Braga, Observante de S. Francisco da Província de Portugal q deo principio às suas liçoens em 17 de Janeiro de 1780 . - , [depois de 1780]. - [3], 249 f., enc. ; 22 cm . [[Ed. posterior]]</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | <p>Joze da Silva, padre</p>                                                                       | <p>20</p> |
| <p><b>BREVIARIO DA OBRIGAÇAM DA REZA QUE TODOS OS DIAS DEVEM REZAR OS RELIGIOSOA, E RELIGIOSAS CONVERSOS E CONVERSAS DA SAGRADA ORDEM DOS PRÉGADORES.</b> <i>Breviario da obrigaçam da reza que todos os dias devem rezar os religiosoa, e religiosas conversos e conversas da Sagrada Ordem dos Prégadores.</i> [S.l. : s.n., ca 1700]. 16 p.; 16 cm</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <p>Joze Gomes Claro + Joze Fernandes de Mattos</p>                                                | <p>2</p>  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                          |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------|
| <p><b>BROTERO, Félix de Avelar, 1744-1828.</b><br/> <i>Compêndio de botânica / Felix Avellar Brotero . - Lisboa : Casa de Paulo Martins, 1788. - 2 v. : il. ; 21 cm</i> [[Título solicitado: “Elementos de historia natural”]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>Joze da Silva, padre + Jacynto da Conceição, frei</p> | <p>17</p> |
| <p><b>CABRAL, Manuel de Pina, O.F.M. 1746-18-- .</b><br/> <i>Magnum lexicon latinum et lusitanum ,[ ad plenissima, scriptorum latinorum interpretationem accommodatum....] / . - Olisipone : Typis Regiae Officinae, 1780. - 1 v. ; fol.</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                         | <p>Joze Antonio da Silva + Jozé Gomes Claro</p>          | <p>2</p>  |
| <p><b>CAETANO, José, 1690-?</b><br/> <i>Novo Methodo, ou Arte das necessidades, oferecida aos que cursam nas escolas das mesmas , pelos curiosos da Grammatica mais corrente. Obra necessaria, e proveitosa , que athegora se não tirou a limpo expedida na Officina Secreta do Cano Real, na travessa dos Agachados . - [S. l. : s. n.], 1752. - 8 p. ; 4º (20 cm)</i></p>                                                                                                                              | <p>Jozé Fernandes Matos</p>                              | <p>1</p>  |
| <p><b>CAETANO, José, 1690-?</b><br/> <i>Syntaxe natural, chamada antes syntaxinha ericeiriana / Joseph Caetano. 3ª imp. acrescentada com muitas regras . - Lisboa : Off. de Miguel Manescal da Costa, 1757. - [10] f., 42 p., [1] f. ; 15 cm</i> [[Título aproximado]]</p>                                                                                                                                                                                                                               | <p>Joze Gomes Claro</p>                                  | <p>1</p>  |
| <p><b>CAMÕES, Luís de, 1524?-1580.</b><br/> <i>Obras / de Luis de Camões. Nova edição mais completa e emendada de quantas se tem feito até o presente tudo por diligencia e industria / de Luis Francisco Xavier Coelho . - Lisboa : na Officina Luisiana, 1779-1780. - 4 t.</i></p>                                                                                                                                                                                                                     | <p>Joze Antonio da Silva</p>                             | <p>6</p>  |
| <p><b>CAMPOS, Luis Caetano de, 1750?-18-- .</b><br/> <i>Viagens d'Altina nas cidades mais cultas da Europa, e nas principaes povoações dos balinos, povos desconhecidos de todo o mundo . - Lisboa : Offi. Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1828. - 4 v. ; 8º . - Nome do autor segundo Inocêncio 5, 236. - Tomo 1 Offi. Simão Thaddeo Ferreira, 1798. - Tomo 2 Offi. J. Rodrigues Neves, 1805. - Tomo 3 Offi. Viúva Neves &amp; Filho, 1813. - Tomo 4 2ª ed. - Offi. Viúva Neves &amp; Filho, 1828.</i></p> | <p>Joze Antonio da Silva + Joze Gomes Claro</p>          | <p>4</p>  |
| <p><b>CAMPOS, Manuel de, S.J. ca 1681-depois de 1737.</b><br/> <i>Elementos de geometria plana e solida, segundo a ordem de Euclides principe dos geometras / P e Manoel de Campos . - Lisboa : Of. Rita cassiana, 1735. - [36] 333 p., [8] f. il. ; 21 cm</i></p>                                                                                                                                                                                                                                       | <p>Joze da Silva, padre</p>                              | <p>1</p>  |
| <p><b>CÂNDIDO LUSITANO, pseud.</b><br/> <i>O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas / Francisco José Freire . - Lisboa : Off. de Ignacio Nogueira Xisto, 1759. - ; 4º . Ed.- Lisboa : Typ. Rollandiana, 1797. - 1 v. ; 21 cm</i> [[Ed. anteriores e muitas posteriores]]</p>                                                                                                                                                                                         | <p>Jozé Fernandes Matos + Joze Gomes Claro</p>           | <p>2</p>  |
| <p><b>CÂNTICO EM LOUVOR DA IMACULADA CONCEIÇÃO MARIA SANTÍSSIMA.</b><br/> <i>Cantico em louvor da Immaculada Conceição de Maria Santissima . - [Lisboa] : Na Officina Patriarcal, [17--]. - 8 p. ; 20 cm</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                         | <p>Joze Antonio da Silva</p>                             | <p>1</p>  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                             |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|----|
| <b>CASTRES, Sabatier de</b><br><i>Dictionnaire de Litterature / Sabatier de Castres.</i> - Paris : Chez Vincent Imp. Libr., 1770. - 3 vols : il. ; 18 cm. - Obra completa                                                                                                                                            | Joze da Silva, padre                        | 2  |
| <b>CASTRO, João Baptista de, 1700-1775.</b><br><i>Vida de Jesus Christo Senhor Nosso, reduzida chronologicamente a hum corpo de historia...</i> / pelo Padre João Bautista de Castro... 2ª ed. retocada e aumentada pelo mesmo autor . - Lisboa : na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1766. - [16], 623 p. ; 21 cm  | Joze Antonio da Silva                       | 2  |
| <b>CICERO, Marco Túlio.</b><br><i>M. Tullii Ciceronis. Orationes selectae ad usum Scholarum Lusitanarum Jussu Josephi I. Regis fidelissimi. editae et sacundum Josephi Oliveti.</i> Editionem emendatae . - Olisípone : ex Typographia Regia, 1793. - [5 fl.], 424 p. ; 16 cm                                        | Joze Gomes Claro                            | 1  |
| <b>CUNHA, João Pinheiro Freire da, 1738-18--</b><br><i>Breve tratado de orthographia / João Pinheiro Freire da Cunha</i> . - Lisboa : Offi. de António Gomes, 1792. - 1 v. ; 20 cm                                                                                                                                   | Joze Antonio da Silva                       | 1  |
| <b>DU PHANJAS, Para.</b><br><i>Arithmeticae, algebrae et geometriae principia</i> . - Venetiis : Apud Laurentium Basilium, 1782. - 618, [1] p., [7] f. desdobr.                                                                                                                                                      | Joze da Silva, padre                        | 1  |
| <b>ESCOLA FUNDAMENTAL, OU MÉTODO FÁCIL PARA APRENDER A LER, ESCREVER E CONTAR</b><br><i>Escola fundamental, ou methodo facil para aprender a ler, escrever e contar: com os primeiros elementos da doutrina christã, por um professor.</i> 2ª ed. - Lisboa : Typ. Rollandiana, 1800. - 1 v. ; 20 cm [[Ed. anterior]] | Joze Antonio da Silva + Joze Bernardo Girão | 50 |
| <b>ESOPO, fl. 620-560 a.C.</b><br><i>Fabulas de Esopo / traduzidas da lingua grega com applicações moraes a cada fabula por Manuel Mendes da Vidigueira.</i> 2ª ed. correcta e emendada . - Lisboa : na Typografia Rollandiana, 1791. - XXXII, 134 p. ; 15 cm                                                        | Joze Antonio da Silva                       | 1  |
| <b>ESPIRITO DO CRISTIANISMO.</b><br><i>Espirito do christianismo, ou conformidade do cristão com Jesus Christo / trad. do francez em port.</i> P. H. M. B. . - Lisboa : Na Rgia Officina Typografica, 1773. - XXIV, 355 p. ; 17 cm                                                                                   | Joze Antonio da Silva + Joze Gomes Claro    | 2  |
| <b>FEIJÓ, João de Moraes Madureira, S.J. 1688-1741.</b><br><i>Orthographia, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza / João de Moraes de Madureira Feijó.</i> 5ª impressão . - Lisboa : Regia Offi. Typ., 1797. - ; 4º                                                                        | Joze Antonio da Silva + Jozé Gomes Claro    | 1  |
| <b>FÊNELON, François de Salignac de La Mothe, 1651-1715.</b><br><i>Aventuras de Telemaco / François Salignac de la Mothe,</i> traduzidas em verso portuguez por Joaquim José Caetano Pereira e Sousa . - Lisboa : na Off. de Francisco Luiz Ameno, 1788. - 2 v. ; 8º [[Cf. pedido]]                                  | Joze Antonio da Silva + Joze Gomes Claro    | 2  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                       |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------|
| <p><b>FIGUEIREDO, António Pereira de, C.O. 1725-1797.</b><br/> <i>Novo methodo da grammatica latina: dividido em duas partes dos mestres das escolas da congregação do Oratório</i> / António Pereira de Figueiredo . - Lisboa : Na Regia Officina Typographia, 1797. - [4], 378 p.<br/> [[Ed. desde 1752, 53, 56, 59, 60, 65, 79, 80, 95, 97, 1803, 806, 811- etc]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <p>Joze Fernandes Mattos</p>                          | <p>1</p>  |
| <p><b>FIGUEIREDO, António de, C.O. 1725-1797.</b><br/> <i>Principios da historia ecclesiastica, escritos em forma de dialogo</i> / por Antonio Pereira de Figueiredo . - Lisboa : Na Officina de Miguel Rodrigues, 1765. - 2 t. em 1 v. ; 16 cm [[Solicitação: “Resumos de Pereira”]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <p>Joze Gomes Claro</p>                               | <p>1</p>  |
| <p><b>FLOS SANCTORUM, OU HISTORIA DAS VIDAS DE CHRISTO NOSSO SENHOR, DE SUA SANTISSIMA MÁY, E DOS SANTOS, MEZES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, E MAYO E NO TOMO SEGUNDO PELOS MEZES DE JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO, COM AS PRATICAS E FESTAS QUE NELLES SE CELEBRÃO.</b><br/> <i>Flos Sanctorum, ou historia das vidas de Christo Nosso Senhor, de Sua Santissima Mãy, e dos Santos, mezes de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, e Mayo e no tomo segundo pelos mezes de Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro, com as praticas e festas que nelles se celebrão</i> / composto pelo P. Fr. Diogo do Rosario, dedicado à Soberana Trindade da Terra Jesus, Maria, Joseph por Miguel Rodrigues . - Lisboa : Officina de Miguel Rodrigues, 1741-1744. - 2 v. ; 30 cm . - vol.1 1741. - 1004 p. - vol.2 1744. - 976 p.</p> | <p>Jozé Fernandes Mattos + Ângelo Gonçalves Aires</p> | <p>2</p>  |
| <p><b>GENOVESI, Antonio. [GENUENSIS, Antonius] .</b><br/> <i>Elementorum Artis logico criticae libri V.</i> Editio decima . - Venetiis : Apud Thomam Bettinelli, 1776. - 1 v. ; 17 cm</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <p>Joze Gomes Claro + Joze da Silva, padre</p>        | <p>12</p> |
| <p><b>GENOVESI, Antonio [GENUENSIS, Antonius].</b><br/> <i>Lições de metafysica feitas para uso dos principiantes</i> / por Antonio Genuense, trad. por Bento José de Souza Farinha. Nova ed . - Lisboa : Na Typographia Rollandiana, 1828. - 112 p. ; 15 cm [[Ed. é anterior é de Veneza. Ed. solicitada: Coimbra, 1788]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <p>Joze da Silva, padre</p>                           | <p>10</p> |
| <p><b>GIBERT, Balthasar.</b><br/> <i>La rhétorique, ou les règles de l'éloquence</i> . - Paris : Chez Barbon, 1766. - ; 12°</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <p>Joze Antonio da Silva</p>                          | <p>2</p>  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                            |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <p><b>GOUGET, François Aimé.</b><br/> <i>Instruções geraes em forma de catecismo: Nas quaes se explicão em compendio pela. Sagrada Escritura, e Tradição A historia, e os dogmas da religião. A noral crhistã, os sacramentos, as orações, as cerimoniaes, e os usos da igreja. Impressas por ordem do senhor Carlos Joaquim Colbert Bispo de Montpellier. Com dous catecismos abbreviados...</i> / François Aimé Gouget, Traduzidas na Lingua Portugueza Para o Uso do Bispado de Coimbra . - Lisboa : Regia Off. Typografica, 1770. - 3 vol. em 4 tom ; 18 cm . - T. da o. orig. : <b>Catéchisme de Montpellier.</b> - Primeira [-terceira] parte</p> | <p>Joze Antonio da Silva +<br/> Joze Gomes Claro</p>                                                                       | <p>5</p>  |
| <p><b>HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E CONQUISTAS DOS PORTUGUESES NO NOVO MUNDO.</b><br/> <i>História dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes no novo mundo</i> . - Lisboa : Off. António Gomes, 1786. 4 v. ; 15 cm</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <p>Joze Antonio da Silva</p>                                                                                               | <p>4</p>  |
| <p><b>HORÁCIO, 65-8 a.C.</b><br/> <i>Arte poetica</i> / de Q. Horacio Lusitano, trad., il. por Candido Lusitano. 2ª ed., correcta e emendada . - Lisboa : Of. Rollandina, 1778. - 30, 255 p. : il. ; 18 cm</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <p>Joze Gomes Claro + Joze Antonio da Silva</p>                                                                            | <p>2</p>  |
| <p><b>HORÁCIO, 65-8 a.C.</b><br/> <i>[Odes 39 e 40 / Horácio]</i> . - , [1778?]. - [1] f., ; 30 cm . - Ms. - Retirado da obra Opera Horacio. - Lutetiae : apud Ioannem Macaeum, 1567 (BN L. 5333 A.)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p>Joze Gomes Claro</p>                                                                                                    | <p>1</p>  |
| <p><b>HORÁCIO, 65-8 a.C.</b><br/> <i>Odes do poeta latino Q. Horacio Flacco</i> / trad. José Antonio da Matha . - Lisboa : Off. Francisco Luiz Ameno, 1783-1786. - 2 v. ; 20 cm</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | <p>Joze Antonio da Silva</p>                                                                                               | <p>3</p>  |
| <p><b>IDEIA GERAL DOS NOVOS MÉTODOS DE ENSINAR A LER, ESCREVER, E CONTAR, ENSAIADAS NA ESCOLA GERAL DE BELÉM.</b><br/> <i>Ideia geral dos novos métodos de ensinar a ler, escrever, e contar, ensaiadas na Escola Geral de Belém</i> . - Lisboa : Imp. Régia, 1816. - 15 p. ; 15 cm [[A ed deve ser mais antiga]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <p>Antonio Manuel P. da Silva</p>                                                                                          | <p>50</p> |
| <p><b>IGREJA CATÓLICA..</b><br/> <i>Ceremonial da missa rezada, que contém a instrucção das suas respectivas cerimoniaes, extrahidas das rubricas do missal romano, traduzidas em portuguez... dirigido ao novo sacerdote, a fim de celebrar com perfeição a sua primeira missa</i> / por Manoel da Apresentação . - Lisboa : Regia Officina Typografica, 1780. – 295 p. ; 15 cm</p>                                                                                                                                                                                                                                                                    | <p>Antonio Manuel P. da Silva + Joze do Rosário, frei + Jozé Fernandes Matos + Antonio Martins + Joze Fernandes Mattos</p> | <p>8</p>  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                               |          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------|
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Cerimonial e missa.</b><br/> <i>Instrução de cerimónias em que se expõe o modo de celebrar o Sacrosanto Sacrifício da Missa assim rezada, como cantada, conforme as rubricas do missal romano, decretos da congregação dos ritos, e doutrina dos melhores authores / por hum sacerdote D. C. D. M.. 6ª edição . - Lisboa : António Rodrigues Galhardo, 1804. - XXVIII-406 p., 1 desdobrável ; 15 cm [[Ed. anterior]]</i></p>                                                                                                                                                                                | <p>Joze Gomes Claro + Jozé Pinheiro Salgado + Joze Fernandes Mattos</p>       | <p>3</p> |
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Concílio de Trento, 1545-1563.</b><br/> <i>Decretos e determinações do sagrado Concilio Tridentino q[ue] deue[m] ser notificadas ao pouo por serem de sua obrigaçam e se hão de publicar nas parochias. Foy acrescentada esta segunda edição... com os capitulos das confrarias, hospitaes &amp; administradores delles... - Lisboa : per Frâncisco Correa, 15 Outubro 1564. - [32] f. ; 4º (21 cm) . [[Ed. posterior]]</i></p>                                                                                                                                                                             | <p>Joze Antonio da Silva + Joze Gomes Claro</p>                               | <p>2</p> |
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual.</b><br/> <i>Baptisterio e ceremonial dos sacramentos da Sancta Madre Igreja Romana. Emendado, e acrescentado em muitas cousas nesta ultima impressão, conforme o Cathecismo, &amp; Ritual Romano . - Coimbra : Na Officina de Luis Seco Ferreyra, 1730. - 152 p. ; 4º (22 cm) . -</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p>Joze Antonio da Silva + Jozé Gomes Claro + Joze Pinheiro Salgado</p>       | <p>3</p> |
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual.</b><br/> <i>Officio da semana santa em latim, e em portuguez: com as rubricas do missal, e breviario romano.. - Lisboa : Na Officina Lacerdina, 1808. - 784 p. ; 15 cm [[Ed. anterior]]</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <p>Antonio Martins + Joze Gomes Claro + Antonio de Souza Joze Lemos, frei</p> | <p>3</p> |
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual.</b><br/> <i>Ripanso ou officio da semana santa em portuguez: com oracoéns para a confissão e sagrada communhão, vezita as Igrejas em quinta feira santa e novena das almas . - Lisboa: Vende-se na loja de Matos Livreiro, [17--?]. - [2], 496 p. : il. ; 12 (12 cm)</i></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | <p>Joze Antonio da Silva + Joze Gomes Claro + Joze Fernandes de Mattos</p>    | <p>3</p> |
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual</b><br/> <i>Theatro ecclesiastico em que se acham muitos documentos de canto chão para qualquer pessoa dedicada ao culto divino nos officios do coro, e altar.. / exposto por seu autor Fr. Domingos do Rosario..., dado ao prelo por Jozé Gomes de Oliveira. - Lisboa : Na officina Joaquiinianna da Musica de D. Bernardo Fernandez Gayo..., 1743. - [32], 383 p. : pricipalmente mús. ; 4º (21 cm). - Obra vulgarmente conhecida com Arte de Mafra (cf. Vieira, Ernesto - Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses 1: 555). - Com todas as licenças necessárias, no rosto.</i></p> | <p>Joze da Silva, padre</p>                                                   | <p>1</p> |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Liturgia e Ritual. Horas da Semana Santa.</b><br/> <i>Horas da Semana Santa, empregadas na lição, e meditação dos principaes officios e sagrados mysterios deste santo tempo... / traduzidos e expostos em lingua portugueza...seu author fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento. Undécima impressão . - Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1799. - 584 p. ; 12° (13 cm) .</i></p> | <p>Joze Antonio da Silva</p>                                                                                                                                   | <p>1</p>  |
| <p><b>IGREJA CATÓLICA. Papa, 1572-1585 (Gregório XIII).</b><br/> <i>Praeparatio ad Missam / Gregorius XIII. P. M. . - Romae : ex Typ. Dominici Antonii Herculis, [17--]. - [1] p. desdobr. ; 29 cm</i></p>                                                                                                                                                                                                    | <p>Joze Gomes Claro + Joze Fernandes de Mattos</p>                                                                                                             | <p>2</p>  |
| <p><b>KEMPIS, Tomás de, C.R.S.A. 1380-1474.</b><br/> <i>Imitacam de Christo: dividida em tres livros escritos em latim / pelo venerável Thomas de Kempis, trad. em portugues por Diogo Vaz Carrilho. 2ª impr. aumentada . - Trangambar : Off. da Real Missão de Dinamarca, 1744. - 280 p. ; 15 cm [[O autor é o mesmo, título indicado: "Obras espirituais"]]</i></p>                                         | <p>Joze da Silva, padre + Joze Fernandes de Mattos + Joze Gomes Claro</p>                                                                                      | <p>7</p>  |
| <p><b>LA PORTE, De.</b><br/> <i>O viajante universal ou noticia do mundo antigo e moderno / obra composta em francez por Mr. de Laporte... . - Lisboa : na Typ. Rollandiana, 1798-1815. - 51 v. ; 15 cm</i></p>                                                                                                                                                                                               | <p>Bernardo Agostinho de Campos</p>                                                                                                                            | <p>8</p>  |
| <p><b>LARRAGA, Francisco, fl. 1829.</b><br/> <i>Promptuario de theologia moral / composto primeiramente pelo P. M. Fr. Francisco Larraga..., reformado e accrescentado... por D. Francisco Santos e Grosin . - Lisboa : off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1798. - 2 v. ; 15 cm</i></p>                                                                                                                          | <p>Julião Gervázio de Aguiar + Joze Antonio da Silva + Jozé Fernandes Matos + Antonio de Souza Joze Lemos, frei + Joze Gomes Claro + Joze Fernandes Mattos</p> | <p>6</p>  |
| <p><b>MILLOT, 1726-1785.</b><br/> <i>Historia universal... / escrita em francez pelo Abbade Millot, trad... por J. J. B. . - Lisboa : na Typ. Rollandiana, 1780-1789. - 9 v. ; 20 cm</i></p>                                                                                                                                                                                                                  | <p>Joze Antonio da Silva</p>                                                                                                                                   | <p>9</p>  |
| <p><b>OVÍDIO, 43 a.C.-18?</b><br/> <i>Cartas de Ovidio chamadas Heroides, expurgadas de toda a obscenidade / Ovidio Nasão, trad. Miguel do Couto Guerreiro . - Lisboa : Off. Franci Luiz Ameno, 1789. - 2 v. ; 20 cm</i></p>                                                                                                                                                                                  | <p>Joze Antonio da Silva</p>                                                                                                                                   | <p>2</p>  |
| <p><b>PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de</b><br/> <i>Elementos de Chimica, e Farmacia / Manoel Joaquim Henriques de Paiva. - Lisboa : Impressão da Academia das Sciencias, 1783. - 1 v. ; in-4.</i></p>                                                                                                                                                                                                       | <p>Joze da Silva, padre</p>                                                                                                                                    | <p>16</p> |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                    |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <p><b>QUENTAL, Bartolomeu do, C.O. [1626-1698].</b><br/> <i>Meditações da gloriosa resurreição de Cristo</i> / Bartolomeu do Quental. - Lisboa : Regia oficina tipografica, 1794. - 375 p. ; 15 cm</p>                                                                                                                                                | <p>Joze da Silva, padre</p>                                                                        | <p>4</p>  |
| <p><b>QUINTILIANO, ca 40-ca 96.</b><br/> <i>Instituições oratorias de M. Fabio Quintiliano</i> / escolhidas, trad. e il. com notas criticas... por Jeronymo Soares Barboza . - Em Coimbra : Na Imp. Real da Universidade, 1788-1790. - 2 v. ; 21 cm</p>                                                                                               | <p>Joze Antonio da Silva + Joze Gomes Claro</p>                                                    | <p>3</p>  |
| <p><b>REGO, José António da Silva, fl. 1774.</b><br/> <i>Geografia moderna precedida de hum pequeno tratado da esfera, e globo terrestre...</i> / por Joze Antonio da Silva Rego . - Lisboa : Impr. de J. F. M. de Campos, 1793-1816. - 10 v. ; 16 cm . - Nos T. 1-5, a data de ed. é de 1816, nos T. 6-10, as datas são de 1790-1793</p>             | <p>Joze Antonio da Silva</p>                                                                       | <p>10</p> |
| <p><b>SALÚSTIO, 87-35 a.C. –</b><br/> <i>Les histoires de Salluste et des piéces entières tirées des fragments...</i> 5éme éd . - A Paris : chez Les Frères Barbou, [179-]. - 536 p. [[Não houve indicação de título ou língua, apenas do autor]]</p>                                                                                                 | <p>Joze Gomes Claro</p>                                                                            | <p>1</p>  |
| <p><b>SARMENTO, Francisco de Jesus Maria, O.F.M. 1713-1790.</b><br/> <i>Flos sanctorum ou santuário doutrinal que comprehende o extracto e relação dos mystérios e festas, e das vidas e obras dos principaes santos...</i> / por Fr. Francisco de Jesu Maria Sarmento . - Lisboa: na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1794-1818. - 2 v. ; 30 cm</p>   | <p>Joze Fernandes de Mattos + Joze Gomes Claro + Francisco Joze Serpa + Ângelo Gonçalves Aires</p> | <p>25</p> |
| <p><b>SARMENTO, Francisco de Jesus Maria, O.F.M. 1713-1790 .</b><br/> <i>Historia biblica abbreviada, ou compendio doutrinal e instructivo de tudo o que se trata nos veneraveis livros da Sagrada Escritura...</i> / por Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento... . - Lisboa : na Off. da Academia Real das Sciencias, 1787-1788. - 8 v. ; 21 cm</p> | <p>Ângelo Gonçalves Aires + Joze Antonio da Silva + Joze Fernandes Mattos</p>                      | <p>3</p>  |
| <p><b>SARMENTO, Francisco de Jesus Maria, O.F.M. 1713-1790 .</b><br/> <i>Historia biblica abbreviada, ou compendio doutrinal e instructivo de tudo o que se trata nos veneraveis livros da Sagrada Escritura...</i> / por Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento.... - Lisboa : na Off. da Academia Real das Sciencias, 1787-1788. - 8 v. ; 21 cm</p>  | <p>Joze Antonio dos Anjos + Joze Antonio da Silva + Ângelo Gonçalves Aires</p>                     | <p>25</p> |
| <p><b>SWIFT, Jonathan, 1667-1745.</b><br/> <i>Viagens de Gulliver a varios paizes remotos</i> / trad. por J. B. G. . - Coimbra : na Real Imprensa da Universid., 1793. - vol. ; 8 (16 cm)</p>                                                                                                                                                         | <p>Antonio Manuel P. da Silva + Bernardo A de Campos + Joze Bernardo Girão</p>                     | <p>30</p> |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                         |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <p><b>TISSOT, Simon André.</b><br/> <i>Aviso ao povo ácerca da sua saude / Por Tissot,..., Traduzido em Portuguez, e Accrescentado Com Notas, Illustrações, e Hum Tratado Das Enfermidades Mais Frequentes, Tanto Internas, Como Externas, de Que Não Tratou Mr. Tissot na Referida Obra. Por Manoel Joaquim Henriques de Paiva,... . - Lisboa : Of. Simão Thaddeo Ferreira, 1796. - 2 vol. ; 15 cm . - Tomo I [-II</i></p> | <p>Joze Antonio da Silva +<br/> Joze Gomes Claro</p>                    | <p>3</p>  |
| <p><b>VERNEY, Luís António, 1713-1792.</b><br/> <i>De orthographia latina / Aloysius Antonius Verneius. Editio tertia . - Olysipone : Typis Michaelis Rodrigues, 1759. - 1 v. ; 20 cm</i></p>                                                                                                                                                                                                                               | <p>Antonio Francisco Lisboa</p>                                         | <p>2</p>  |
| <p><b>VIDA E AVENTURAS ADMIRÁVEIS DE ROBINSON CRUSOÉ.</b><br/> <i>Vida e aventuras admiráveis de Robinson Crusó / trad. Henrique Leitão de Sousa Mascarenhas . - Lisboa : Offi. de A. Rodrigues Galhardo, 1785. - 4 v. ; 8º</i></p>                                                                                                                                                                                         | <p>Joze Gomes Claro + Bernardo A. de Campos</p>                         | <p>3</p>  |
| <p><b>VILLELA, Francisco</b><br/> <i>Horas Portuguesas do Oficio da Virgem Maria Nossa Senhora... / Francisco Villela. - Lisboa : Off. Simão Thaddeo, 1785. - 1 v. ; 13 cm</i></p>                                                                                                                                                                                                                                          | <p>Joze Gomes Claro + Francisco Joze Serpa + Ângelo Gonçalves Aires</p> | <p>49</p> |
| <p><b>A VOZ DO PASTOR.</b><br/> <i>A voz do pastor: discursos familiares de um paroco aos seus fregueses para todos os Domingos do anno / traduzido da lingua franceza por D.I.D.M.D.P. . - Lisboa : Na Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1793. - 292 p. ; In-12 (15 cm) . - Tomo II: Contém desde o primeiro Domingo da quaresma até o Domingo antes de Pentecarxe</i></p>                                                | <p>Joze Antonio da Silva + Joze Gomes Claro</p>                         | <p>5</p>  |

FONTE: PORTUGAL. IANTT. RMC, Cx 161– 1800

REFERÊNCIAS: Disponíveis em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/#focus>>

Os exemplares remetidos durante o ano de 1800 correlacionados às demais disciplinas constam do quadro abaixo.

## LIVROS PARA PERNAMBUCO

LICENÇAS AUTORIZADAS PELA REAL MESA CENSÓRIA - 1800

| REFERÊNCIAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | SOLICITANTE                    | Nº EXEMPLARES |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|---------------|
| <b>ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA.</b> <i>Dicionário da língua portuguesa</i> / Academia das Ciências de Lisboa . - Lisboa : A. C. L., 1993-; 40 cm . - Facsi. Lisboa: Acad R Sciencias, 1793                                                                                                                                                                                                                                                                                | Antonio Francisco Lisboa       | 2             |
| <b>ALEXANDRE, Noel.</b> <i>Theologia dogmatico moratio secundum ordinem catechismi Concilii Fridentini.</i> Editio novissima . - Venetiis : Apud Franciscum et Nicolau Pezzana, 1783. - 4 vol. ;                                                                                                                                                                                                                                                                              | Antonio dos Santos             | 1             |
| <b>ANDRADE, Lucas de, 16---1680.</b> <i>Manual das ceremonias da Missa solemne de tres padres, e das Missas dos defuntos, &amp; das que se devem guardar nas horas canonicas, que se cantão solemnemente, &amp; das procissoes solemnes em que se levar o SS. Sacramento</i> / por Lucas de Andrade.. - Em Lisb. : por Ant. Alz, 1652. - [4], 43, [1] f. ; 8º (15 cm) [[Ed. posterior]]                                                                                       | Bento Antonio de Seabra        | 200           |
| <b>ANTONIO, D. Caetano de S. D</b> <i>Pharmacopea Lusitana augmentada methodo pratico de preparar os medica mentos na fôrma Galenica e chimica</i> / - Lisboa: Most. S. Vic de Fora, 1754.                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio Martins Pedra          | 2             |
| <b>ANTONIO, Miguel.</b> <i>O prégador instruído. Nas qualidades necessarias para eem exercer o seu ministério</i> / Por Miguel Antonio . - Coimbra : Regia Typogr. da Universidade, 1791. - IX, 319 p. ; 16 cm . - Primeira Parte, E na Rhetorica Ecclesiastica propor-cionada à Eloquencia do Pulpito. - Segunda Parte : Obra não só útil, mas necessaria áqueles Ecclesiasticos, que sem maiores estudos ha pouco exercitão, ou pretendem exercitar o Ministério da Predica | Domingos Joaquim Dantas        | 1             |
| <b>APRESENTAÇÃO, Manuel da.</b> <i>Ceremonial da missa rezada, que contém a instrucção das suas respectivas Ceremonias, extrahidas das rubricas do Missal Romano</i> / Traduzidas em Portuguez e Illustradas Com Varios Decretos [...] Por Fr. Manoel da Apresentação . - Lisboa : Regia Off.. Typographica, 1780. - 295 p. ; 15 cm . - Inoc., V, M., 135                                                                                                                     | Manoel Joze de Oliveira Borges | 1             |
| <b>ARNAUD, François Thomas Marie de Baculard d', 1718-1805.</b> <i>Recreações do homem sensível, ou collecção de exemplos verdadeiros e patheticos nos quaes se dá un curso de moral prática</i> Trad. António de Moraes Silva . - Lisboa : Offi. Simão Thaddeo Ferreira, 1820. [[Ed. anterior]]                                                                                                                                                                              | Antonio Xavier                 | 1             |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|-----|
| <b>BARBOSA, Paulo Gomes da Silva, fl. 1731.</b> <i>Desafios para os meninos das escolas: novamente emendado e acrescentado por A.D.S.</i> / - Lisboa : Offi. de Ignacio Rodrigues, 1754. – 1 v. ; 20 cm                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Antonio Francisco Alves | 1   |
| <b>BENTO XIV.</b> <i>Sanctissimi... Benedicti Papae XIV... De Sacresancto Missae Sacrificio, nec non de festis D. N. Jesu Christi, Beatae Mariae Virginis, et de quibusdam sanctis, omnia in synopsis redacta ab Emmanuele de Azevedo.</i> Editio secunda . - Venetiis : D Pompeati, 1777.                                                                                                                                                                                                                                        | Antonio dos Santos      | 1   |
| <b>BERTI, Giovanni Lorenzo, 1696-1766.</b> <i>Historia ecclesiastica sive dissertationes ecclesiasticae quas habuit in Archigymnasio pisano</i> / Jo. Laurentius Berti . - Bassani : apud Remondini, 1769.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Joze da Silva, padre    | 2   |
| <b>BERTOLA, Giorgio.</b> <i>Noites clementinas</i> / Georgio Bertola . - Lisboa : Typ. Rollandiana, 1785. -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Dom Joa Dantas          | 2   |
| <b>BIBLIA .</b> <i>A Biblia sagrada</i> / trad... segundo a Vulgata latina, illustrada com prefações, notas, e lições variantes... por Antonio Pereira de Figueiredo...Ed. nova . - Lisboa : S F1794-1819. - 7 v.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Antonio Xavier          | 1   |
| <b>BÍBLIA.</b> <i>O Novo Testamento de Jesus Christo</i> / trad.. segundo a vulgata com varias anotações historicas, dogmaticas e moraes... por Ant P de Figueiredo . - Lisboa : R Off. Typ., 1778. 2 v.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Domingos Joaquim Dantas | 6   |
| <b>BOUHOURS, Dominique, S.J. 1628-1702.</b> <i>Pensamentos christaõs para todos os dias do mes</i> / compostos em lingua franceza pelo Padre Domingos Bohurs..., e traduzidos em portugues pelo P. Antonio de Araujo, novamente acrescentados com o Manual da Missa, e outros exercicios utilissimos. Quinta impressam . - Coimbra : na offic. de Joseph Antunes da Silva, 1731. - 360 p. : il. ; 16° (10 cm) . - Descrição segundo rosto inserido no fim da obra!. - Tít. orig.: Pensées chrétiennes pour tous les jours du mois | Bento Antonio de Seabra | 150 |
| <b>BRAGA, Manuel de Santana, O.F.M.</b> <i>Dissertaçam Theologico-juridico sobre os juros do dinheiro: mostram-se as determinações dos direitos natural, divino. canónico e civil: explica-se a doutrina dos theologos moraes, e ultimamente propõe-se hum verdadeiro systema para seguirem sem escrupulos de consciencia os que quizerem dar dinheiro a razam de juros</i> / por fr. Manoel de Santa Anna Braga . - Lisboa : na Regia Officina Typografica, 1784. - [12], 120 p. ;                                               | Antonio dos Santos      | 1   |
| <b>CALADO, Francisco de Matos, fl. 1799.</b> <i>Igreja militante protegida pelo omnipotente Deos desde o principio dos seculos contra os combates de Lúcifer.</i> Lisboa : na Regia Off. Typ., 1797-                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Simão Taddeo Ferreira   | 1   |
| <b>CATECISMO DA DOCTRINA CRISTÃ .</b> <i>Catecismo da doutrina christã</i> . - Lisboa : na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1791. – 541p                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Francisco Joze Serpa    | 1   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                          |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|---|
| <b>CAVALIERI, Joannis Michaelis, O.E.S.A.</b> <i>R. P. Bergomatis... Opera omnia liturgica, seu commentaria in authentica Sacrae Rituum Congregationis Decreta ad Romanum....</i> Novissima ed . - Venetiis : ex Typ. Remondiniana, 1758. - 5 t.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Antonio dos Santos                       | 1 |
| <b>CLEMENTE XIV, Ganganelli .</b> <i>Cartas</i> - Lisboa : Off. Patr. de Francisco Luiz Amenó, 1785. - . -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | D. Joaquim Dantas                        | 6 |
| <b>CONCEIÇÃO, Bernardo da, O.S.B. fl. 1788.</b> <i>O ecclesiastico instruido scientificamente na arte do canto-chão [Música impressa]</i> / composta pelo P. P. Fr. Bernardo da Conceição, dado à luz por Jeronymo da Cunha Bandeira, Irmão do Author. . - Lisboa : Na Oficina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno., 1788. - [6], XII, [1], 1091 [1] p. ; : principalmente mús. ; 4 (20 cm) .<br><br><b>TALESIO, Pedro, fl. ca 15- - ca 1630.</b><br><i>Arte de canto chão com huma breve instrução, pera os sacerdotes, diaconos, subdiaconos, e moços de coro, conforme ao uso romano [Música impressa]</i> / Composta & ordenada por o mestre Pedro Thalesio ... . - Em Coimbra : Na Impressão de Diogo Gomez de Loureyro, 1618. - [12], 140 p. : principalmente mús. ; 4º (19 cm) . - Gravura a preto e branco, representando a Virgem Imaculada da Conceição ladeada por uma grande nuvem, apresentando na parte inferior da mesma grav. quatro Doutores da Igreja, na p. 137. - Escudo de armas de D. Afonso Furtado de Mendonça, Bispo de Coimbra, no rosto. - Título e texto a preto e a vermelho. - Erros de assin: B3, C2 e C3. - Assin: [ ]//6, A-E//4, S//2. - RISM II 827. - CPMBM II 568 1. - Dic. Biogr. Mús. port. II 350. - Inocência 7 9 . - Disponível em: < <a href="http://purl.pt/72">http://purl.pt/72</a> > | Antonio Xavier                           | 1 |
| <b>CONCIENCIA, Manoel.</b> <i>A Mocidade enganada, desenganada, duelo espiritual...</i> - Lisboa Regia oficina Silviana, 1766.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio Francisco Alves                  | 1 |
| <b>CONCINA, Daniele.</b> <i>Theologia christiana dogmatico-moralis</i> / F. Daniele Concina. Ed. novissima in decalogum . - Romae ; Venetiis : apud Simonem Occhi, 1773. - 10 t. em 6 v.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Antonio Xavier                           | 1 |
| <b>DICCIONARIO ABBREVIADO DA BIBLIA.</b> 2ª ed. correctae e emendada . Lisboa: T Rollandi, 1794.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | A Xavier +M Pedra                        | 2 |
| <b>DICIONÁRIO TEOLÓGICO.</b> Trad. Sôbre o Original Francéz Pelo Abade D. Prospero Abasquila e Agou Novamente Traduzida na Linguagem Lusitana Por Fr. José do Espirito Santo Monte . - Lisboa : Regia Off. Typográfica, 1795. - 3 vols ; 16 cm . - Obra completa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Antonio Xavier                           | 1 |
| <b>DUCREUX, Gabriel-Marin.</b> <i>Os seculos Cristãos ou História do cristianismo.</i> 2a edição . Lisboa : Typ. Rollandiana, 1792. -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Antonio Xavier                           | 1 |
| <b>ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.</b> <i>Estatutos da Universidade de Coimbra: compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de El Rei D. José I .</i> - Lisboa : na Regia Officina Typografica, 1773. - 3 v. ; 18 cm                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Antonio Martins Pedra + Pedro Jorge Reis | 4 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                    |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|---|
| <b>FIGUEIREDO, Antonio Pereira de, , O.P. 1640?-17--</b> ,<br><i>Tentativa teologica em que se pretende mostrar, que impedido o recurso á Sé Apostolica se devolve aos Senhores Bispos a faculdade de dispensar nos Impedimentos publicos do Matrimonio, e de prover espiritualmente em todos os mais cazos reservados ao Papa...</i> - Lisboa : Of. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1769. | Domingos<br>Joaquim Dantas                         | 3 |
| <b>FLECHIER, Esprit [Espírito]</b> . <i>Sermões</i> . Trad. Por Fr. Manoel da Ave Maria . - Lisboa : Regia Off. Typ., 1773. - v. ; 18 cm                                                                                                                                                                                                                                                  | Borel, Borel                                       | 1 |
| <b>FLORUS, Lucius Annaeus, fl. 1--</b> L. A. <i>Florus cum notis integris Cl. Salmasii et selectissimis variorum, accurante S. M. D. C. Additus etiam L. Ampelius ex bibliotheca Cl. Salmasius</i> . - Amstelodami : ex officina Elzeviriana, 1660. - [16], 588, [108], 46 p. ; 8º                                                                                                        | Antonio Xavier                                     | 1 |
| <b>FONTAINE, Nicolas, 1625-1709.</b> <i>Historia sagrada do velho e novo testamento: com explicações e doutrinas dos santos padres</i> , por L P da Silva e Azevedo, Coimbra : R Impr. Universidade, 1792.                                                                                                                                                                                | Antonio Francisco<br>Alves                         | 1 |
| <b>IGREJA CATÓLICA. Concílio de Trento, 1545-1563.</b><br><i>Sacrosanctum oecumenicum Concilium Tridentinum, additis declarationibus Cardinalium Concilii interpretum, ex ultima recognitione Joannis Gallebart, et citationibus Joannis Sotealli... nunc demum hac postrema editione...</i> Editio reformata... - Tridenti : Sumptibus Societatis, 1745. - XXVIII, 748 p. ; 4 (24 cm)    | Antonio Xavier                                     | 1 |
| <b>IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual.</b> <i>Baptisterio e ceremonial dos sacramentos da Sancta Madre Igreja Romana</i> . Emendado, e acrescentado em muitas cousas nesta ultima impressão, conforme o Cathecismo, & Ritual Romano . - Coimbra : Na Of de Luis Seco Ferreyra, 1730. -                                                                                                    | Antonio Martins<br>Pedra                           | 1 |
| <b>IGREJA CATÓLICA. Liturgia e ritual.</b> <i>Ripanso ou officio da semana santa em portuguez: com oracoéns para a confissão e sagrada communhão, vezita da Igrejas em quinta feira santa e novena das almas</i> . - Lisboa : Vende-se na loja de Matos Livreiro, [17-?]. - [2], 496 p. : il. ; 12                                                                                        | Domingos<br>Joaquim Dantas +<br>J. de Souza Rangel | 2 |
| <b>INSTITUTIONES THEOLOGICAE AUCTORITATE D. D. ARCHIEPISCOPI LUGDUNENSIS.</b> <i>Institutiones Theologicae auctoritate D. D. Archiepiscopi Lugdunensis</i> . - Lugduni : Tip. Fratrum Perisse, 1787. -                                                                                                                                                                                    | Antonio Francisco<br>Lisboa                        | 6 |
| <b>KEMPIS, Tomás de, C.R.S.A. 1380-1474.</b> <i>Imitação de Christo que o vulgo intitula : contempus mandi: dividida em IV livros</i> .Lisboa : Of. D. Bernardo Frz. Gavo, 1792. - 375 p. : il. ; 14 cm                                                                                                                                                                                   | Jozé da Silva                                      | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                   |   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|---|
| <b>LARRAGA, Francisco, fl. 1829.</b> <i>Promptuario de theologia moral</i> / composto primeiramente pelo P. M. Fr. F.Larraga..., reformado e accrescentado... por D. Fran.co Santos e Grosin . - Lisboa : of. S T Ferreira, 1798.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio Xavier                    | 4 |
| <b>LIVRO PARA ASSISTIR AS SANTO SACRIFICIO DA MISSA.-</b> Lisboa : Imp Regia, 1824 [[Ed.ant]]                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Simão Taddeo Ferreira             | 1 |
| <b>MASSILON, Jean Baptiste (CLERMONT, Bispo de) 1717-1719.</b> <i>Pensamentos sublimes</i> / Massillon, Extrahidos Das Obras do Auctor Pelo Abbade de L'Porte e Traduzidos do Francez Por F. J. D. E. S. Monte . - Lisboa : off. de S Thaddeo Ferreira, 1786. -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1 |
| <b>MARIA SANTÍSSIMA, Manuel de, O.F.M. ?-1801.</b> <i>Historia da fundação do Real Convento e Seminario de Varatojo, com a compendiosa noticia da Vida do Veneravel Padre Fr. Antonio das Chagas...</i> Porto : na Of. de A Alv Ribeiro, 1799-1800. - [[Tít: Doutrina christã de Varatojo]]                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Joze de Souza Rangel              | 1 |
| <b>MARMONTEL, Jean-François, 1723-1799.</b> <i>A prova de huma amizade: conto moral</i> / Jean François Marmontel, trad. F. V. de A. e P. . - Lisboa : Nova Offi. de João Rodrigues Neves, 1804. - 1 v. ; 8º [[Ed. anterior, tb traduzida]]                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1 |
| <b>MÁRTIRES, Bartolomeu dos, O.P. 1514-1590.</b> <i>Cathecismo doutrinal com práticas, e sermões para as domingos, e festas principaes do anno. A que se ajunta a vida do mesmo author, / ordenado por D. Fr. Bartholomeu dos Martyres...</i> para se ler nas parquias do seu arcebispado / escrita pelo Senhor Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, Offerecido ao... Senhor D. Gaspar, Arcebispo de Braga... por Jeronymo Francisco de Araujo . - Lisboa : na offic. de Simão Thaddeo Ferreira : vende-se na loja de José Gomes Martins, 1785. - [20], 556, [4] p. ; - No pé de impr.: Com licença da Real Meza Censoria. | Antonio Xavier                    | 1 |
| <b>MAURÍCIO, José, 1752-1815.</b> <i>Requiem [Música manuscrita]: Missa de Defunctos: Sequentia</i> / Composta por Joze Mauricio . - , [Entre 1780 e 1815]. - Partitura (23 [5] p.)Partitura [4 f.] ; - Autógrafo. - Dois cadernos separados, o 1º tem os dois últimos fólhos em branco. - Obra acondicionada numa pasta de cartão fino com atilhos. - Missa e Sequentia                                                                                                                                                                                                                                             | Antonio Martins Pedra             | 2 |
| <b>MEDICINA TEOLÓGICA OU SUPPLICA HUMILDE...</b> <i>Medicina theologica ou supplica humilde...</i> . - Lisboa : na Offi. de Ant Rodr. Galhardo, 1794.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Bernardo Joze Agos. de Campos     | 2 |
| <b>MORAIS, Pedro José Supico de.</b> <i>Colecção moral de apoptegmãs memoraveis...</i> / Pedro José Supico de Moraes . - Lisboa : Of. Augustiniana, 1732.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Domingos Joaquim Dantas           | 2 |
| <b>NETO, Fortunato dos Santos, Fr 17--</b> <i>Paraíso de Divinas Flores, ou Horas Lusitanas, onde existem vinculados a hum aggregado suavissimo os Officios Do SS. Sacramento, do Menino Jesus..</i> Lisboa : Off de S T Ferreira, 1783.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Antonio Francisco Alves           | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|-----|
| <p><b>OFFICIO DA SEMANA SANTA EM LATIM E EM PORTUGUEZ, COM ORAÇÕES PARA A CONFISSÃO E COMUNHÃO TIRADAS DA SAGRADA ESCRITURA E NO FIM COM O CATÁLOGO ONDE SE EXPLICÃO AS CEREMONIAS E PALAVRAS DIFFICIEIS NA SUA INTELLIGENCIA.</b></p> <p><i>Officio da Semana Santa em Latim e em Portuguez, com idelis para a confissão e comunhão tiradas da Sagrada Escritura e no fim com o catálogo onde se explicão as ceremonias e Palavras difficieis na sua intelligencia . - Lisboa : Regia Of.Typografica, 1786. - [5], 784 p. ;</i></p> | Antonio Xavier           | 1   |
| <p><b>OLIVEIRA, Francisco de Nascimento, psdre as Musas junto por fidel na casa do Sol, em obsequio dos Reis fidelíssimos, e de todos os demais famosos lusitanos antigos e modernos !.-</b> Lisboa : Off. Simão Thaddeo Ferreira, 1792-1796. - 3 v. ; 8º</p>                                                                                                                                                                                                                                                                        | Simão Taddeo Ferreira    | 1   |
| <p><b>OLIVEIRA, Manuel Botelho de.</b> <i>Musica do Paruaso, dividida em quatro córos de rimas portuguesas castelhanas, italianas &amp; latinas: Com seu descante comico redusido em duas comedias - (Hay amigo para amigo - Amor engaños y zeios) /</i> Manuel Botelho de Oliveira . Lisboa : Offi. de Miguel Manescal, 1703. - 1 v. ;</p>                                                                                                                                                                                          | Simão Taddeo Ferreira    | 1   |
| <p><b>OLIVEIRA, Vicente Carlos de, fl. 17--</b><br/><i>Adão remido por Jesus Christo: poema evangelico -</i> Lisboa : Off. S Thaddeo Ferreira, 1791.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Simão Taddeo Ferreira    | 1   |
| <p><b>O PERIGO DAS PAIXÕES.</b> <i>O perigo das paixões: conto allegorico e moral... com uma analyse sobre as paixões humanas.</i> Nova ed . Lisboa : Typ. Rollandiana, 1818. -[[Ed. ant, tb trad]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Joze Agostinho de Campos | 1   |
| <p><b>PLATINA, Bartholomaeus, 1421-1481.</b> <i>De vitis Pontificum Romanorum . -</i> Coloniae Obiorum : ex officina Mater Cholini : sumptibus Gosvini cholini, 1593. - ; 2ê . - [[Titulo e autor aproximados, deve haver erro no texto]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Joze da Silva, padre     | 1   |
| <p><b>POMEY, Francisco, S.J. 1618-1673.</b> <i>Pantheum mythicum seu Fabrilosa Deorum historia . -</i> Ultrajecti : Ap.Guil vande Water, 1717.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Antonio Xavier           | 1   |
| <p><b>REGRA BREVE, PARA OS IRMÃOS TERCEIROS DE N. SENHORA DO MONTE DO CARMO E MANUAL DEVOTO PARA OUVIR A SANTA MISSA. .</b> Lisboa : na Off. De J Ao da Silva, 1793.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Bento Antonio de Seabra  | 150 |
| <p><b>ROLLIN, Charles.</b> <i>Vantagens da boa educação e objectos da mesma /</i> Charles Rollin, Que Traduzio do Francez [...] Manuel Ignacio de Carvalho . - Lisboa : Imp Regia, 1806. [[Ed. ant]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Domingos Joaquim Dantas  | 1   |
| <p><b>ROSE, José de Santa.</b> <i>Devoções particulares á... Santa Barbara</i> - Lisboa : Offic. de Miguel Manescal da Costa, 1761. -</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Simão Taddeo Ferreira    | 1   |
| <p><b>ROYAUMONT, Sieur.</b> <i>L'Histoire du Vieux et du Nouveau Testament.</i> - Lyon : Imp. Leroy, 1800. -</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Joze da Silva, padre     | 1   |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                   |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|---|
| <b>SARDAGNA, Carolus.</b> <i>Theologia dogmatico-polemica.</i> - Ratisbonae : ex Typ. Zunkeliana, 1771.                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Antonio dos Santos                | 1 |
| <b>SARMENTO, Francisco de Jesus Maria.</b> <i>Horas marianas ou officio menor da SS. Virgem Maria Nossa Senhora...</i> Décima nona impressão. - Lisboa : Regia Off. Typografica, 1796. - 295, 5 p. :                                                                                                                                                                                      | D J Dantas + Francisco Joze Serpa | 5 |
| <b>TRACTADO DOS ESCRUPULOS:</b> <i>não queiraes ser demasiadamente justo, nem mais sábio, do que he preciso, para que não vos façaes estúpido</i> / composto pelo author dos Pensamentos theologicos para direcção de huma sua confessada. - Porto : Offic. António Alvarez Ribeiro, 1786. - XIV, 315, [1] p. ; 15 cm [[Tít sol: "O tollo por arte e o sábio por geito", não localizado]] | Simão Taddeo Ferreira             | 1 |
| <b>TRULLENCH, P. Joan Aegedins.</b> <i>Bulla Cruciata Expositio.</i> Valentia : Joan Bapt. Marcal, 1632. -                                                                                                                                                                                                                                                                                | Antonio dos Santos                | 1 |
| <b>VIDA DE DESIDÉRIO ESTOK, OU A FORÇA DE UMA AMIZADE.</b> <i>Vida de Deziderio Estok, ou a força de huma amizade.</i> - Lisboa : Of. F. J da França e Liz, 1791.                                                                                                                                                                                                                         | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1 |
| <b>VILLELA, Francisco.</b> <i>Horas Portuguesas do Oficio da Virgem Maria Nossa Senhora</i> Lisboa, 1785                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Simão Taddeo Ferreira             | 2 |
| <b>YOUNG, Edward, 1683-1765.</b> <i>Noites d'Young.</i> Trad. por Vicente Carlos d'Oliveira. 2. ed. Lisboa : Typ. Rollandiana, 1791. -                                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio Francisco Alves           | 1 |

**FONTE:** PORTUGAL. IANTT. RMC, Cx 161– 1800

**REFERÊNCIAS:** Disponíveis em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/#focus>>

O cuidado e o empréstimo desses livros seriam da alçada de um bibliotecário<sup>63</sup> eleito a votos da Congregação Literária, instância superior, encarregada das grandes decisões e aprovações. O exercício das atividades exigia o conhecimento em História literária e Bibliografia. A permanência no cargo seria estimulada em função da compilação de índices ou catálogos que facilitariam a localização, bem como a vigilância e o controle rigoroso do empréstimo e da devolução. Papéis, dissertações, orações fariam parte do acervo a ser preservado. Os títulos<sup>64</sup> abaixo relacionados também enviados em 1800 conferem significado às disciplinas e à biblioteca do Seminário.

63 FONSECA, Edson Nery da. A biblioteca e o bibliotecário segundo Azeredo Coutinho. *Arquivos, Nova série*, Recife, n. 1, p. 107-113, dez. 1976.

64 VERRI, 2006, v. 2.

**LIVROS PARA PERNAMBUCO****LICENÇAS AUTORIZADAS PELA REAL MESA CENSÓRIA - 1800**

| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                   | <b>SOLICITANTE</b>                                 | <b>NO EXEMPLARES</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|----------------------|
| <b>ACOSTA, P. Joseph de.</b> <i>Historia natural y moral de las Indias: en que se tratan las cosas notables del cielo, elementos, metales, plantas y animales de ellas; y los ritos, ceremonias, leyes, gobierno y guerras de los Indios.</i> 6a. edicion . - Madrid : Pantaleon Aznar, 1792. 2 vol. | Jozé da Silva                                      | 16                   |
| <b>AHLERS, Francisco Henrique, ca 1758.</b> <i>Instrução sobre os corpos celestes, pricipalmente sobre os cometas .</i> - Lisboa : na officina de Miguel Manescal da Costa, 1758. - [18], 86, [4] p. .                                                                                               | Domingos Joaquim Dantas                            | 1                    |
| <b>ALBUQUERQUE, Afonso de, 1462-1515.</b> <i>Commentarios do grande Afonso dAlbuquerque capitão geral que foi das Indias Orientais em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel o primeiro deste nome .</i> - Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1774. - 4 v. ; 18 cm                               | Domingos Joaquim Dantas                            | 4                    |
| <b>ALEMÃO, Mateus.</b> <i>Vida e açcoens celebres e graciosas de Gusmão de Alfarache: atalaia da vida humana / Matheus Allemão .</i> - Porto : Off. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1792-93. - 3 v. ; 8°                                                                                                 | Domingos Joaquim Dantas                            | 1                    |
| <b>ALEXANDRE, Noel.</b> <i>Theologia dogmatico moratio secundum ordinem catechismi Concilii Fridentini.</i> Editio novissima . - Venetiis : Apud Franciscum et Nicolau Pezzana, 1783. - 4 vol.                                                                                                       | Antonio dos Santos                                 | 1                    |
| <b>ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804.</b> <i>O feliz independente do mundo e da fortuna ou arte de viver contente em quaesquer trabalhos da vida / pelo P. Theodoro d'Almeida.</i> 2ª ed. corrigida e acrescentada com notas e com estampas . - Lisboa: na R Of Typografica, 1786. 3 v.            | Antonio Xavier                                     | 1                    |
| <b>ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804.</b> <i>Physicae Institutiones .</i> - Olisipone : Typ. Regia, 1785.                                                                                                                                                                                          | Jozé da Silva                                      | 16                   |
| <b>ALMEIDA, Teodoro de, C.O. 1722-1804.</b> <i>Recreação filosofica ou dialogo sobre a filosofia natural, para instrução de pessoas curiosas que não frequentarão as aulas / Theodoro d'Almeida.</i> 5ª imp. muito mais correcta, que as precedentes . - Lisboa : R Of Typ, 1786-. 1786.             | Antonio Xavier + Jozé da Silva + D. Joaquim Dantas | 3                    |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                              |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|---|
| <b>ALMOCREVE DE PETAS OU MORAL DISFARÇADO PARA CORREÇÃO DOS MIUDEZAS DA VIDA.</b><br>José Daniel Rodrigues da Costa . - Lisboa : Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Antonio Xavier               | 1 |
| <b>ASTÚCIAS SUBTILLISSIMAS DE BERTOLDO...</b> <i>Astúcias subtilissimas de Bertoldo...</i> . Lisboa : Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1743. - 143, [1] p. ; 8° (15 cm)                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Antonio Francisco Alves      | 1 |
| <b>BARRADAS, José Tomás de Aquino, fl. 17--</b> <i>Historia do povo romano, desde a fundação de Roma até ao fim da República</i> - Lisboa : Na Officina de Joseph da Silva Nazareth, 1768. - 2 v.                                                                                                                                                                                                                                                                             | Domingos Joaquim Dantas      | 2 |
| <b>BEZOUT, M.</b> <i>Elementos de analisi mathematica</i> - Coimbra : Imp. na Off. da Univers, 1774. -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Antonio Xavier               | 1 |
| <b>BOCAGE, 1765-1805 (Trad); CARDOSO, José Francisco, 1761-1842</b><br><i>Ao... Principe Regente de Portugal D. João... Canto heroico sobre as façanh. dos portugueses na expedição de Tripoli...</i> / por José Francisco Cardoso, Professor Regio de grammatica Latina na Cidade da Bahia, e della natural ; traduzido por Manuel Maria Barbosa du Bocage. - Lisboa : na Off. da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800. - 103 p. ; 4° (21 cm)                               | Bernardo Agostinho de Campos | 1 |
| <b>BOLSKOE, Sergio.</b> <i>Novo dictionario das linguas franceza, alemã, latina e russa</i> / Sergio Bolskof . - S. Petersburg : Imperial Academia das Sciencias, 1764. - 2 v. ; 8°                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Antonio Francisco Lisboa     | 1 |
| <b>BRAGA, Manuel de Santana, O.F.M.</b> <i>Dissertaçam Theologico-juridico sobre os juro do dinheiro: mostram-se as determinações dos direitos natural, divino. canónico e civil: explica-se a doutrina dos theologos moraes, e ultimamente propõe-se hum verdadeiro systema para seguirem sem escrupulos de consciencia os que quizerem dar dinheiro a razam de juro / por fr. Manoel de Santa Anna Braga .</i> Lisboa : na Regia Officina Typografica, 1784. - [12], 120 p. | Antonio dos Santos           | 1 |
| <b>BRANDÃO, António, O. Cist. 1584-1637.</b><br><i>Monarchia lusitana que conthem a historia do reynode Portugal...</i> ultima edição agora novamente correcta e acrescentada . - Lisboa Oriental : Na Off Ferreyriana, 1725. [22], 569 p.                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio Martins Pedra        | 1 |
| <b>BRISSON, J.</b> <i>Dictionnaire raisonné de physique</i> / Par M. J. Brisson. Seconde édition / revue, corrigée et augmentée par l'auteur . - Paris : Magimel, 1800. - 6 vols ; 21 cm                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Borel, Borel                 | 1 |
| <b>BRUTÉ, Abade.</b> <i>O heroismo da amizade: David e Jonathas.</i> - Lisboa : Typ. Rollandiana, 1778.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Antonio Xavier               | 1 |
| <b>CAMÕES, Luís de, 1524?-1580.</b> <i>Lusiadas.</i> - Coimbra : na Imprensa da Universidade, 1800. -                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Joaquim J da Silva           | 5 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                   |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|---|
| <b>BRISSON, J.</b> <i>Dictionnaire raisonné de physique</i> .Seconde édition / revue, corrigée et augmentée par l'auteur - XV p., 1 grav., 272 p. ; 15 cm                                                                                                                                     | FranciscoAntonio de Lemos, padre  | 1 |
| <b>CARACIOLI, marquês de.</b> <i>As ultimas despedidas da Marechal de...a seus filhos</i> .Lisboa : Oficina de Fil J de França., 1789.                                                                                                                                                        | Antonio Xavier                    | 1 |
| <b>CARDOSO, José Francisco.</b> 17---18-- <i>Canto heróico sobre as façanhas dos portugueses na expedição de Tripoli...</i> / José Francisco Cardoso, trad. Manuel Maria Barbosa du Bocage . - Lisboa : Off. da Casa Litt. do Arco do Cego, 1800. - 103 p. ; 21 cm . - Tit. orig. : Carmen    | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1 |
| <b>CARVALHO, João Jorge de, fl. 1781.</b> <i>Gaticanea, ou cruelissima guerra entre os cães e os gatos, decidida em huma sanguinolenta batalha na grande praça da real villa de Mafra</i> / João Jorge de Carvalho . - Lisboa : Off. Francisco Luiz Ameno, 1781. - 1 v. : 3 est. ; 8º         | Joaquim Joze da Silva             | 1 |
| <b>CARVALHO, José Monteiro de.</b> <i>Diccionario portuguez das plantas, arbustos, matas, árvores, animais quadrupedes, e reptis, aves, peixes, mariscos, insectos, gomas, metaes, pedras, terras, mineraes, etc</i> / Escrito Por José Monteiro de Carvalho . Lisboa : Off. M M Costa, 1765. | Antonio Martins Pedra             | 2 |
| <b>CAVALIERI, Joannis Michaelis, O.E.S.A. R. P. Joannis Michaelis Cavalieri, Bergomatis...</b> <i>Opera omnia liturgica, seu commentaria in authentica Sacrae Rituum Congregationis Decreta ad Romanum....</i> Novissima ed . - Venetiis : ex Typ. Remondiniana, 1758. - 5 t. em 1 v.         | Antonio dos Santos                | 1 |
| <b>CERVANTES, Miguel de, 1547-1616.</b> <i>O engenhoso fidalgo Dom Quichote de la Mancha</i> / Miguel de Cervantes Saavedra . - Lisboa : Typ. Rollandiana, 1794. - 6 v. ;                                                                                                                     | Domingos Joaquim Dantas           | 1 |
| <b>CÊSAR, Júlio, 100-44 a.C.</b> <i>Commentarios de bello Gallico ac civili</i> . - Frib Brisgoiae : St M Gravius, 1544. - [[Ed. posterior]]                                                                                                                                                  | Antonio Francisco Lisboa          | 1 |
| <b>CÍCERO, 106-43 a.C.</b> <i>Los dos libros de las epistolas selectas</i> . - Valentiae : Off. Salv Fauli, 1777.                                                                                                                                                                             | Antonio Francisco Lisboa          | 2 |
| <b>CLAIRAUT.</b> <i>Éléments de Géométrie</i> . - Paris : Veuve Desaint : Tip. Chardon, 1775. - 1 vol.                                                                                                                                                                                        | Joze da Silva, padre              | 3 |
| <b>COLECÇÃO E ESCOLHA DE BONS DITOS, E PENSAMENTOS MORAES, POLÍTCOS, E GRACIOZOS para recreação das pessoas judiciosas, e para enterter as horas, que não são de estudos especulativos . - Lisboa : Of. Francisco Borges de Souza, 1779. 4, 454, 1 p. ; 16 cm</b>                             | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1 |
| <b>COLLECÇÃO DE LIVROS INEDITOS DE HISTORIA PORTUGUEZA, DOS REINADOS DE D. JOÃO I, D. DUARTE, D. AFFONSO V E D. JOÃO II, PUBLICADOS DE ORDEM DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA</b> .[compil.] J C da Serra . - Lisboa : na Ofic. Ac R das Sciencias, 1790-1824.                        | Borel, Borel                      | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                   |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----|
| <b>CONCIENCIA, Manoel.</b> <i>A Mocidade enganada, desenganada, duelo espiritual...</i> /Manoel Conciencia . - Lisboa : Regia Oficina Silviana, 1766. - 6 Tomos ;                                                                                                                                                                                                                                                                        | Antonio Francisco Alves           | 1  |
| <b>CORNÉLIO NEPOS, fl. 99 a.C.-fl. 24 a.C.</b> <i>Vies des grands capitaines de l'antiquité</i> / de Cornelius Nepos . - A Paris : Chez J. Barbou, 1781. - XIV, 381 p.                                                                                                                                                                                                                                                                   | Antonio Francisco Lisboa          | 1  |
| <b>CORTE REAL, Jerónimo, 1530-1590.</b> <i>Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manuel de Sousa de Sepulveda, e D. Lianor de Sá, sua mulher e filhos vindo da India pera este Reyno na não chamada o Galião grande S. João, que se perdeu no Cabo de Boa Esperança, na terra do Natal: composto em verso heroico e octava rima</i> /- Lisboa : Typ. Rollandiana, 1783.                                                          | Antonio Xavier                    | 1  |
| <b>CORTEZ, Jerônimo.</b> <i>O non plus ultra do lunario, e pronostico perpetuo, geral e particular para todos os reynos e provincias</i> / Composto Por Jeronymo Cortez,..., Emendado Confórme o Expurgatório da Santa Inquisição e Traduzido em Portuguez Por A da Sylva de Brito . - Lisboa: Off. Fr Borges de Sousa, 1768. - Nov acresc na última impressão. Con a Agulha de mariar...                                                | Domingos Joaquim Dantas           | 1  |
| <b>COSTA, José Daniel Rodrigues da, 1757-1832.</b> <i>Jogo dos dotes para recreio das sociedades, em que se tiram lindas sortes em verso: outro jogo de 40 perguntas e 40 respostas</i> . - Lisboa : Off. Simão Thaddeo Ferreira, 1800. - XIV, 278 p., 18 f. ; 8º [[anterior: "Este Novo jogo de sortes"]]                                                                                                                               | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1  |
| <b>COUTO, Diogo do, 1542-1616.</b> <i>Da Ásia: dos feitos, que os portugueses fizeram na conquista, e descobrimento da terras, e mares do Oriente</i> / Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1778-1788. - 14 vol. ; Continuação da Asia de João de Barros [[História da Índia, ed. 1645, incluída]]                                                                                                                                   | Domingos Joaquim Dantas           | 24 |
| <b>CULLEN, M. D.</b> <i>Elémens de médecine pratique</i> - Paris : Théophile Barrois et Méquignon, 1785.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Joze da Silva                     | 1  |
| <b>CULTURA AMERICANA QUE CONTEM HUMA RELAÇÃO DO TERRENO, CLIMA, PRODUCCÃO, E AGRICULTURA DAS COLONIAS BRITANICAS NO NORTE DA AMERICA E NAS INDIAS OCCIDENTAIS [...]</b> <b>POR HUM AMERICANO.</b> Traduzida da Lingua Ingleza [...] Pelo Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro, em Dois Volumes, Publicado Por Fr. José Mariano da Conceição Velloso . - Lisboa : Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799. - 2 vol. encad. conj. : | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1  |
| <b>DANTAS, António Rodrigues, fl. 1781.</b> <i>Explicação da syntaxe, dividida em duas partes</i> / António Rodrigues Dantas. 5ª ed . - Lisboa : Offi. de Simão Thaddeo Ferreira, 1797. - 1 v. ;                                                                                                                                                                                                                                         | Antonio Francisco Lisboa          | 1  |
| <b>DIAS, Francisco, [[Euripedes]] 1745-1795.</b> <i>Electra</i> / Francisco Dias . - Lisboa : Typ. Regia Silviana, 1799. - 108 p. ; 15 cm . - Tragédia em cinco actos tirada da história grega                                                                                                                                                                                                                                           | Bernardo Agostinho de Campos      | 1  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                      |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|---|
| <b>DIAS, Francisco, [[Euripedes]] 1745-1795. <i>Ifigenia: tragédia: tirada da história grega</i> / Francisco Dias . - Lisboa : Off. João António da Silva, 1798. - 76 p. ; 15 cm</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Bernardo Agostinho de Campos         | 1 |
| <b>DICCIONARIO PORTUGUEZ E BRASILIANO. <i>Diccionario portuguez e brasiliano: obra necessaria aos ministros do altar: primeira parte</i> . - Lisboa : Off. Patriarcal, 1795. 79 p.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                | Borel, Borel                         | 1 |
| <b>DIVERTIMENTO CURIOSO OU NOVELLAS ORIENTAES</b> compostas por hum sabio da Pérsia que da traducção francesa volveo em portuguez F. F. Y. T. . - Lisboa : Off. Sim T Ferreira, 1799.                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Bernardo Joze Agos de Campos         | 1 |
| <b>DURAND, Francisco Clamopin, fl. 1767. <i>Mestre francez, ou novo methodo para aprender com perfeição, e ainda sem mestre a lingua franceza por meio da portugueza...</i></b> Lisboa: S T F, 1798.                                                                                                                                                                                                                                                                  | Antonio Martins Pedra                | 1 |
| <b>ERICEIRA, 4º Conde da, 1673-1743. <i>Historia de Portugal restaurado, em que se dá notícia das mais gloriosas açoens, assim politicas como militares, que obrarão os portuguezes na restauração de Portugal...</i> / escrita por Luiz de Menezes, conde da Ericeira... 3. vez impressa, e emendada . - Lisboa : Na Offic. Antonio Vicente da Silva [etc.], 1759-. -</b>                                                                                            | Domingos Joaquim Dantas              | 4 |
| <b>FEDERICO, Gennaro Antonio, fl. 17-- <i>Burleta para se representar no Theatro da Rua dos Condes em o anno de 1791 intitulada A serva pastora [sic] [Manuscrito] [depois de 1791].</i> -. - Peça em 2 partes. - Trad. de: La serva padrona. - Repres com mús. de: Giovanni Paisiello. - Publ. em: Lisboa : Off. de S T F, 1791. - Cópia autógr. de António José de Oliveira. - Integra o 31º de 34 vols. contendo peças de teatro. - Tít. da lombada: Comedias.</b> | Simão Taddeo Ferreira                | 1 |
| <b>FÉNELON, François de Salignac de La Mothe, 1651-1715. <i>Aventuras de Telemaco</i> / François Salignac de la Mothe, traduzidas em verso portuguez por J Jo Caetano Pereira e Sousa . - Lisboa : na Off. de Frco Luiz Ameno, 1788. -</b>                                                                                                                                                                                                                            | Domingos Joaquim Dantas              | 2 |
| <b>FONSECA, Pedro José da, 1737-1816. <i>Diccionario portuguez, e latino impresso por ordem del Rei Fidelissimo Dom José I..</i>- Lisboa : Na R Offi Typografica, 1771. - [3], 744 p. ;</b>                                                                                                                                                                                                                                                                           | Antonio F.Lisboa + Antonio Francisco | 2 |
| <b>FOURCROY, A. F. <i>Elémens d'Histoire Naturelle et de Chimie</i> 4e éd . Paris : chez Cuchet, 1791.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Joze da Silva, padre                 | 1 |
| <b>FOURCROY, A. F. <i>Filosofia quimica. Traducção ou verdades fundamentais da quimica moderna, dispostas em nova ordem:</i> s.n., 17--]. - 1 v. . francez em linguagem da nova impressão, e accrescentadas de notas e de axiomas apanhados dos ultimos descobrimentos</b>                                                                                                                                                                                            | Joze da Silva, padre                 | 1 |
| <b>FRANÇOIS, M. <i>Methodo geografico facil.</i></b> Madrid : Libr. de D. Juan Angel Corradi, 1754. 2v                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Joze da Silva, padre                 | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                        |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|---|
| <b>GARRIDO, João António.</b> <i>Taboada curiosa, novamente reformada, e augmentada, em que se trata de todas as regras geraes e especies de conta..</i> Lisboa : Of. Dom Rodrigues, 1752. 188 p.                                                                                                                                                                                                                                                                 | Antonio Xavier                         | 1 |
| <b>GENOVESI, Antonio [GENUENSIS, Antonius].</b> <i>Elementorum metaphisicae</i> . - Neapoli : Typ. Benedicti Gessari, [1751]. - v. ; 18 cm                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Antonio Xavier                         | 6 |
| <b>GENOVESI, Antonio [GENUENSIS, Antonius].</b> <i>Elementorum artis ível-criticae libri V. Quibus praeter quamplurima selectiora &amp; clariora additamenta accedunt institutiones metaphysicae.</i> Editio ível . - Venetiis : apud Thomam Bettinelli, 1776. - 1 v. ; in-8                                                                                                                                                                                      | Antonio Francisco Lisboa               | 2 |
| <b>GESSNER, Salomon, 1730-1778.</b> <i>A morte de Abel: poema épico em cinco cantos</i> trad. Padre José Amaro da Silva . - Porto : Off. Que foi de António A. Ribeiro Guimarães, 1785. - 1                                                                                                                                                                                                                                                                       | Antonio Xavier                         | 1 |
| <b>GOMES, Alexandre Caetano, 1705-?</b> - <i>Manual practico judicial, cível e criminal....</i> - Lisboa : Na Of. Jozé Antonio Plates, 1750. 271 p.                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Pedro Jorge Reis                       | 1 |
| <b>GRADUS AD PARNASSUM, SIVE BIBLIOTHECAE MUSARUM...-</b> [S.l.] : s [18--]. - v. ; 21 cm                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Antonio Xavier                         | 1 |
| <b>HARPER, Roberto Goodloe.</b> <i>Reflexoens sobre a questãõ entre os Estados Unidos, e a França /</i> - Londres : [s.n.], 1798. - 322 p. ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Bernardo Joze Agos. Campos             | 1 |
| <b>HISTORIA NOVA E COMPLETA DA AMERICA.</b> <i>Historia nova e completa da America: colligida de diversos authores... /</i> Feliciano Fernandes Pinheiro, publ. por Fr. José Mar. Vellozo . - Lisboa : na Impr. Regia, 1807. - [[Ed. anterior]]                                                                                                                                                                                                                   | Bernardo Joze Agostinho de Campos      | 1 |
| <b>HORACIO.</b> <i>Arte poetica /</i> de Q. Horacio Flacco, Traduzida e Illustrada em Portuguez Por Candido Lusitano . - Lisboa : Offi. de Francisco Luiz Ameno, 1758. - 1 v. : il. ; 4..                                                                                                                                                                                                                                                                         | Antonio Francisco Lisboa               | 7 |
| <b>HORÁCIO, 65-8 a.C.</b> <i>Arte poetica, ou epistola de Q. Horacio Flacco aos Pisões: vertida e ordenada no idioma vulgar... /</i> Horacio, il. e notas por Joaquim José da Costa e Sá . - Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794. - 44, [1], 294 [1] p. ; 20 cm . - "Foi taixado este Livro em papel a quatrocentos e oitenta réis. Meza 17 de Março de 1794". - Contém: Discurso preliminar e critico sobre a arte poetica de Q. Horacio Flacco | Antonio Martins Pedra + Antonio Xavier | 3 |
| <b>HORÁCIO, 65-8 a.C.</b> <i>Comento e construção literal de todas as obras de Horácio...correcto, e muito emendado de todos os erros da verdadeira cnstruição ategora impreffos... .</i> - Lisboa : Occidental : Na Officina Ferreyriana, 1729. - [8], 476 p. ;                                                                                                                                                                                                  | Antonio Xavier                         | 1 |
| <b>HORÁCIO, 65-8 a.C.</b> <i>Odes do poeta latino Q. Horacio Flacco /</i> trad. José Antonio da Matha Lisboa : Off. Francisco Luiz Ameno, 1783-1786. - 2 v.                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Antonio Martins Pedra                  | 3 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                              |   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|---|
| <b>INSTITUTIONES THEOLOGICAE AUCTORITATE D. D. ARCHIEPISCOPI LUGDUNENSIS.</b><br>Lugduni : Tip. Fratrum Perisse, 1787. - 2 vol. ; 17 cm                                                                                                                                                                   | Antonio Francisco Lisboa     | 6 |
| <b>JAZENTE, Abade de, 1719-1789.</b> <i>Poesias de Paulino Cabral de Vasconcellos, Abbade de Jazente</i> . - Porto : Off. Antonio Alvarez Ribeiro, 1786-1787. - 2 v. ; 15 cm                                                                                                                              | Joaquim Joze da Silva        | 1 |
| <b>JESUS, Rafael de, O.S.B. 1614-1693.</b> <i>Castrioto lusitano ou historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654...</i> / por Fr. Raphael de Jesus. Nova ed. segundo a de 1672 . - Pariz : Publicada por J. P. Aillaud, 1844. - XXXI, 605 p. ; 22 cm [[ Ed. anterior]] | Antonio Xavier               | 1 |
| <b>JOB [JOLE], Eduardus.</b> <i>Institutiones philosophiae practicae, sive principia ethicae universalis</i> . - Coimbricae : Typis Academicis, 1790. - 1 vol. ;                                                                                                                                          | Antonio Francisco Lisboa     | 2 |
| <b>LAPORTE, De.</b> <i>Viajante Universal ou Noticia do mundo antigo e moderno</i> / Obra Composta em Francês Por Mr de L 2edição . - Lisboa : Typ. Moelandiana, 1800. - Vol. 1, 13, 14, 17, 19, 44                                                                                                       | Antonio Xavier               | 1 |
| <b>LARRAGA, Francisco, fl. 1829.</b> <i>Promptuario de theologia moral</i> / composto primeiramente pelo P. M. Fr. Francisco Larraga..., reformado e accrescentado... por D. Francisco Santos e Grosin . - Lisboa : off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1798. - 2 v. ; 15 cm                                  | Antonio Xavier               | 4 |
| <b>LEMPRIERE, Guilherme.</b> <i>Viagens de Gibraltar a Tangere, Salé, Mogador, Sta. Cruz, Tarudanté, Monte Atlas e Marrocos</i> / compostas em inglez por Guilherme Lemprière, trad. por Manoel Henriques das Neves S. Paio . - Lisboa : Off. SiTF, 1794. - [8], 461, [3] p. : 1 map. desdobr. ;          | Simão Taddeo Ferreira        | 1 |
| <b>LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757.</b> <i>Grammatica franceza, ou arte para apprender o francez por meyo da lingua portugueza, regulada pelas notas e reflexoes da Acad Franceza</i> /. - Lisboa : Cong. do Oratorio, 1733. -                                                                      | Joze da Silva, padre         | 1 |
| <b>LINNAEUS, Carolus [LINNEO, Carlos].</b> <i>Caroli a Linné. Systema vegetabilium. Cura Jo. Frid. Gmelin</i> . - Ludguni : Bermet, 1796.                                                                                                                                                                 | Borel, Borel                 | 1 |
| <b>LIVRO PARA ASSISTIR AS SANTO SACRIFICIO DA MISSA...</b> - Lisboa : Impressão Regia, 1824. -                                                                                                                                                                                                            | Simão Taddeo Ferreira        | 1 |
| <b>LOBO, Roque Ferreira, 1743-1828.</b> <i>Lições de um pae a uma filha sua: primeira e segunda parte</i> / Roque Ferreira Lobo . - Lisboa : Offi. de ST F, 1813. - 1 v. ; 20 cm [[Ed. anterior]]                                                                                                         | Bernardo Joze Agos de Campos | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                             |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------|---|
| <p><b>MACARRONEA LATINO-PORTUGUEZA QUER DIZER APONTOADO DE VERSOS MACARRONICOS LATINO-PORTUGUEZES, QUE ALGUNS POETAS DE BOM HUMOR DESTILÁRAO DO ALAMBIQUE DA CACHIMONIA PARA DETERRO DA MELANCOLIA...</b></p> <p>3ª imp . - Porto : Off. de A Alvarez Ribeiro, 1791. - 362, 22 p. ; 14 cm . - Contém:Composições de A Duarte Ferrão, Bento Rasteiro, A Serrão de Castro, J. J. C. P., J. S. C., Paulo Moreno Toscano, ARodrigues Flores, Bojamé Bernardino de Albuquerque e Faro, Braz Dias Côdea, etc.</p> | Antonio Martins<br>Pedra                    | 1 |
| <p><b>MACEDO, José Agostinho de, 1761-1831. Bazes eternas da constituição politica achadas na cartilha do Mestre Ignacio... - Lisboa : Impressão Rua Formosa, nº 42, 1824. - 48 p. ; . -</b></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Antonio Francisco<br>Alves                  | 1 |
| <p><b>MACQUER. Elémens de Chymie pratique contenant la description des opérations fondamentales de la Chymie, avec des explications et des remarques sur chaque opération / Macquer. 2e édition, revue et corrigée . - Paris : chez Jean Thomas Hérissant, 1756. - 2 vol. ;</b></p>                                                                                                                                                                                                                         | Joze da Silva,<br>padre                     | 4 |
| <p><b>MAGNUM LEXICON LATINUM ET LUSITANUM.</b></p> <p>Olisipone : Typis Regiae Officinae, 1780. - 1 v.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Antonio Francisco<br>Lisboa                 | 2 |
| <p><b>MANUAL DO JOGO DO VOLTARETE OU RESUMO DAS LEIS DO JOGO.</b> Nova ed. augmentada com o grande voltarete . - Lisboa : Livraria J.J. Bordalo, 1879. - 1 v. ; in-32 . - Coll. 10 [[ ed. Ant.]]</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Simão Taddeo<br>Ferreira                    | 1 |
| <p><b>MARGNÈ . Systema politico da Europa: dialogo entre hum francez, e hum alemam sobre as disposiçoens, e interesses dos Principes na presente guerra / por Monsieur Margne, trad... por Luiz Joseph Correa . - Lisboa Occidental : na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734. - 54 p.</b></p>                                                                                                                                                                                                             | Bernardo Joze<br>Agostinho de<br>Campos     | 1 |
| <p><b>MATOS, Joaquim Hipólito de, fl. 1764. Taboadas de reduçam com amplas explicaçoens na lingoa portugueza, para facilmente conhecer a diferença de latitude e apartamento que se ganha em qualquer derrota, e para resolver outros muitos problemas dos mais necessarios na prática da navegaçam / Joaquim Hypolito de Matos . - Londres : Ofi J Johnson, 1764. - 1 v. ;</b></p>                                                                                                                         | Joze da Silva +<br>Simão Taddeo<br>Ferreira | 2 |
| <p><b>MILLOT, 1726-1785. Historia universal... / escrita em francez pelo Abbade Millot, trad... por J. J. B. . - Lisboa : na Typ. Rollandiana, 1780-1789. - 9 v. ; 20 cm</b></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Domingos<br>Joaquim Dantas                  | 1 |
| <p><b>MISCELLANEA CURIOZA, E PROVEITOZA OU COMPILAÇÃO TIRADA DAS MELHORES OBRAS DAS NAÇÕES ESTRANGEIRAS.</b> Trad. e ordenada por *** C. J . - Lisboa : na Tipografia Rollandiana, 1779-. - vol.; ; 8° (15 cm) . - Vol. 1: 1779. - [6], 315, [7] p.</p>                                                                                                                                                                                                                                                     | Antonio Xavier                              | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                 |   |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|---|
| <b>MOLOY, Charles.</b> <i>Derecho marítimo y naval: ó tratado de los negocios marítimos y del comercio / obra escrita en inglês por el señor Carlos Moloy, y traducida al castellano por D. Cesaro de Nova Palacio con varias ediciones . - En Madrid : En la Imprenta Real, 1793.</i>                                                                                                                                                                                                                                     | Domingos Joaquim Dantas                                                         | 1 |
| <b>NASÃO, Ovídio.</b> <i>Opera, quatuor tomis comprehensa. Interpretatione et notis illustravit Daniel Crispinus... ad usum Delphini . - Venetiis : apud Seb. Coleti, 1713. - 3 vol. sem o 1.vol. ; 4.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Antonio Xavier                                                                  | 4 |
| <b>NOVO DICIONARIO FRANCEZ-PORTUGUEZ.</b> <i>Composto segundo os mais célebres dictionarios e enriquecido de muitos termos de Medecina, de Anatomia, de Cirurgia, de Farmacia, de Quimica, de Historia Natural, de Botânica, de Mathematica, de Marinha e de todas às outras Artes e Sciencias: notavelmente corrigido, emendado e adicionado com hum sem números de termos, e de locuções, e algumas phases em ambos os idiomas. 5ª ed . - Lisboa : Na Off. de Filipe da Silva e Azevedo, 1786. - [4], 694 p. ; 21 cm</i> | Antonio Martins Pedra<br>+<br>Antonio Francisco Alves +<br>Joze da Silva, padre | 5 |
| <b>OLIVEIRA, Francisco de Nascimento.</b> <i>Coro das Musas junto por fidel na casa do Sol, em obsequio dos Reis fidelíssimos, e de todos os demais famosos lusitanos antigos e modernos / Pe. Francisco de Nascimento Oliveira . - Lisboa : Off. S T F, 1792-1796. - 3 v. ; 8º</i>                                                                                                                                                                                                                                        | Simão Taddeo Ferreira                                                           | 1 |
| <b>OLIVEIRA, Francisco Xavier de [[Cav. de Oliveira]]</b> 17---1823 <i>Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira e Affonso d'Albuquerque - Lisboa : na Off. de João Antonio da Silva, 1798. -</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Bernardo Joze Agos de Campos                                                    | 1 |
| <b>OVÍDIO, 43 a.C.-18?</b> <i>Cartas de Ovidio chamadas Heroídes, expurgadas de toda a obscenidade Ovidio Nasão, trad. Miguel do Couto Guerreiro . - Lisboa : Off. Franci Luiz Ameno, 1789. - 2 v. ;</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Antonio Martins Pedra                                                           | 2 |
| <b>PADILHA, Pedro Norberto de Aucourt e, 1704-?</b> <i>Raridades da natureza e da arte divididas pelos quatro elementos - Lisboa : Off. Patr. de F Luiz Ameno, 1759. -</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Domingos Joaquim Dantas                                                         | 1 |
| <b>PAGLIARINI, Nicolau.</b> <i>Commentarios do grande Afonso Dalboquerque Capitão que foi das Indias Orientaes em tempo do... Rey D. Manuel... - Lisboa : na Regia OffiTypografica, 1774. -</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Bernardo Joze A de Campos                                                       | 1 |
| <b>O PERIGO DAS PAIXÕES.</b> <i>O perigo das paixões: conto allegorico e moral... com uma analyse sobre as paixões humanas. Nova ed . - Lisboa : Typ. Rollandiana, 1818. - 115, [6] p. ; [[Ed. ant]]</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Bernardo Joze Agos de Campos                                                    | 1 |
| <b>PHEDRO, 15 a.C.-50 d.C.</b> <i>Fabulas de Phedro, escravo forro de Augusto Cesar / trad. e notas por Manoel de Moraes Soares . - Lisboa : Off. Patriarchal, 1785. - 1 v. ; 20 cm</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio Francisco Lisboa                                                        | 1 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                 |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|----|
| <b>PHEURO, 15 a.C.-50 d.C.</b> <i>Fabulas de Phedro, liberto de Augusto: traducidas de latin a castelhano, e ilustradas con algumas notas para el uso de los principiantes en las Escuelas de Gramática.</i> Corregidas en esta última Impresion . - Madrid : por Joseph Doblado, 1788.                                                                                                      | Antonio Martins<br>Pedra        | 1  |
| <b>POMEY, Francisco, S.J. 1618-1673.</b> <i>Pantheum mythicum seu Fabrilosa Deorum historia .</i> - Ultrajecti : Apud G vande Water, 1717.                                                                                                                                                                                                                                                   | Antonio Xavier                  | 1  |
| <b>POPMA, Ausonius.</b> <i>Frisii de differentiis verborum</i> - Napoli : Typ Josephi Mariae Porcelli, 1791.                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Antonio Xavier                  | 1  |
| <b>PORTUGAL. Casa da Supplicação.</b> <i>Acentos da Relacaã do livro ultimo que se chama o Livro Verde, que mandou assinar, &amp; enumerar o Regedor da Casa da Supplicação, João da Sylva pello Doutor Heitor de Pina em Evora à 22. de Mayo de 1573 .</i><br>In: Domus Supplicationis Curiae Lusitanae... authore Doctore Joanne Martins à Costa..[Lisboa?] ex Off Gerardi de Vinea, 1622. | Pedro Jorge Reis                | 1  |
| <b>PORTUGAL. Leis, decretos, etc.</b> <i>Principios de direito divino, natural, publico universal, e das gentes, adoptados pelas ordenaçoes do reino de Portugal, com as remissoens das leis extravagantes... e uma relação exacta das leis... / escriptos pelo bacharel Filippe Joseph Nogueira Coelho .</i> - Lisboa : na Offic. de Francisco Borges de Souza, 1773. - Pag. variada ;      | Antonio Martins<br>Pedra        | 14 |
| <b>PRÉVOST, Abbé.</b> <i>O filosofo inglez, ou história do senhor Cleveland, filho natural de Cromwel: escrita por elle mesmo</i> Trad. F. F. J. T. . - Lisboa : Of. de J. Procopio Corrêa da Silva, 1800-1804.                                                                                                                                                                              | Bernardo Joze<br>Agos de Campos | 1  |
| <b>QUINTILIANO, ca 40-ca 96.</b> <i>Institutionum rhetoricarum libri tres ex M. Fab. Quintiliano ... / editi a Petro Josepho a Fonseca .</i> - Olisipone : Typ. Régia, 1793. - XXI, [3], 366 p. ; 17 cm                                                                                                                                                                                      | Antonio Xavier                  | 1  |
| <b>RACINE, Jean, 1639-1699.</b> <i>Iphigènia: tragédia</i> Rio de Janeiro : Impr Régia, 1816. [[Ed. ant]                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Joze da Silva                   | 1  |
| <b>RICHARDSON, Samuel, 1689-1761.</b> <i>Pamela: or, virtue rewarded in a series of familiar letters from a beautiful young damsel to her parents .</i> - London : [s.n.], 1792. - 4 v. [[Ed. em port]]                                                                                                                                                                                      | Bernardo Joze<br>Agos de Campos | 1  |
| <b>ROLLIN, Charles.</b> <i>Vantagens da boa educação e objectos da mesma / Que Traduzio do Francez [...] M Ignacio de Carvalho .</i> - Lisboa : Impr Regia, 1806. - XIX, 107 p., [2 fl.] ; [[Ed. ant]]                                                                                                                                                                                       | Domingos<br>Joaquim Dantas      | 1  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                   |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----|
| <b>SANTOS, António Ribeiro dos, 1745-1818.</b> <i>Sonettos a Dona Ignes de Castro [Manuscrito]</i> / por António Ribeiro Santos . - , 1784?. - 14 f., enc. ; 22 cm . - Na f. de rosto: "Lisboa Na Offic. Patr. de Fr.co Luiz Ameno 1784. Com licença da Real Meza Censoria". Trata-se certamente de cópia da obra impressa. A 1ª ed. é de Lisboa : Na Off. de Antonio Gomes, 1783. - Menção ao autor no verso do primeiro fólio de guarda. | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1  |
| <b>SARDAGNA, Carolus.</b> <i>Theologia dogmatico-polemica.</i> - Ratisbonae : ex Typ. Zunkeliana, 1771.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio dos Santos                | 1  |
| <b>SAURÍ, Abade.</b> <i>Compêndio de matemática</i> / Abáde Saurí, Trad. e Pref. de Manuel de Sousa . Lisboa : Regia Oficina Tipográfica, 1789. - [1 fl.], 280 p. ; 18 cm + 3 graf. desdobr.                                                                                                                                                                                                                                               | Joze da Silva, padre              | 8  |
| <b>SEABRA, Vicente de.</b> <i>Elementos de chimica</i> / Vicente Coelho de Seabra . - Coimbra : Fac. Ciências e Tecnologia. Depart. Química, 1985: fac-simil. ; 21 cm . - Reprodução fac-similada da ed. impressa em Coimbra, na Real Oficina da Universidade em 1788 (Parte I) e 1790 (Parte II)                                                                                                                                          | Jozé da Silva                     | 16 |
| <b>SEGREDOS NECESSÁRIOS PARA OS OFICIOS, ARTES E MANUFACTURAS E PARA MUITOS OBJECTOS SÔBRE A ECONOMIA DOMÉSTICA.</b> - Lisboa : Offic. de S T F, 1794. - v. ; 15 cm                                                                                                                                                                                                                                                                        | Joaquim Joze da Silva             | 1  |
| <b>SELECTA LATINI SERMONIS EXEMPLARIA...</b> Olisipone : Ex typographia Regia, 1800. - 339 p. ;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Antonio Francisco Alves           | 1  |
| <b>SILVA, Antonio de Moraes e.</b> <i>Diccionario da lingua portugueza</i> . - Lisboa : Typ. de M. P. de Lacerda, 1823. -. [[1. Ed. 1789]]                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Antonio Xavier                    | 1  |
| <b>STORCHENAU, Sigismundus.</b> <i>Institutiones Logicae.</i> Editio quarta ab auctore emendata . - Venetiis : apud Josep Rossi, 1791.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Borel, Borel                      | 1  |
| <b>SWIFT, Jonathan, 1667-1745.</b> <i>Viagens de Gulliver a varios paizes remotos</i> . trad. por J. B. G. . - Coimbra : na Real Imprensa da Universid., 1793. - vol. ; 8 (16 cm)                                                                                                                                                                                                                                                          | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 2  |
| <b>TEATRO COMICO PORTUGUEZ OU COLECCÃO DAS OPERAS PORTUGUESAS.</b> Por ***. 4a Impressão . - Lisboa : Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1787. - v. ; 16 cm                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Simão Taddeo Ferreira             | 1  |
| <b>TERÊNCIO, As primeiras quatro comédias</b> trad. Lda Costa . Lisboa : Off. S T F, 1788.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Antonio Xavier                    | 1  |
| <b>TERÊNCIO, ca. 195-ca. 159 a.C.</b> <i>Comoediae sex, ex recensione Heinsiana et Westerhoviana cum delectu</i> / coment. Donati Guieti et Aliorum . - Olissipone : Typ. S Ti F, 1787.                                                                                                                                                                                                                                                    | Antonio Francisco Lisboa          | 2  |
| <b>TERÊNCIO, ca. 195-ca. 159 a.C.</b> <i>Les comédies de Terence</i> / trad. Abbé Le Monnier . Paris : Imp. de Louis Cellot, 1771. - 3 v.                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Antonio Martins Pedra             | 2  |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                   |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|----|
| <b>TRACTADO DOS ESCRUPULOS.</b> <i>Não queiraes ser demasiadamente justo, nem mais sábio, do que he preciso, para que não vos façaes estúpido</i> / composto pelo author dos Pensamentos theologicos para direcção de huma sua confessada . - Porto : Off. António Alvarez Ribeiro, 1786. - XIV, 315, [1] p. ; 15 cm [[Tít sol: “O tollo por arte e o sábio por geito”, não localizado]] | Simão Taddeo Ferreira             | 1  |
| <b>TRAGEDIA DE D. IGNEZ DE CASTRO.</b> <i>Tragedia de D. Ignez de Castro</i> . - Lisboa : na Of Frac Bor Sousa, 1790. - 31, [1] p. ; 4'(20 cm) . - Tít. à cabeça do texto. - A p. 32 contém uma “Noticia aos curiosos” anunciando vários folhetos de cordel; e entre eles uma ed. da “Menina e Moça”                                                                                     | Simão Taddeo Ferreira             | 1  |
| <b>TRATADO DA CONSERVAÇAM DA SAUDE DOS POVOS... COM HUM APPENDIX.</b> <i>Com hum appendix: Consideraçoens sobre os terremotos com a noticia dos mais consideraveis de que faz menção a Historia e deste ultimo, que se sentio na Europa no I de Novembro de 1755. Agora Novamente impresso e emendado..</i> . - Lisboa : Off. Joseph Philippe, 1758. - 9 fl., 568 p.                     | Domingos Joaquim Dantas           | 1  |
| <b>VERNEY, Luís António, 1713-1792.</b> <i>De orthographia latina / Aloysius Antonius Verneius.</i> Editio tertia . - Olysiptone : Typis Michaelis Rodrigues, 1759. - 1 v. ;                                                                                                                                                                                                             | Antonio Francisco Lisboa          | 2  |
| <b>VIDA DE DESIDÉRIO ESTOK, OU A FORÇA DE UMA AMIZADE.</b> - Lisboa : Of. F. J Fre Liz, 1791.                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1  |
| <b>VIRGILIO.</b> <i>Bucolica, Georgica et Aeneis</i> . - Londini : apud A. Dulau & C.o, 1800. - 2 vol. -                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Antonio Francisco Lisboa          | 7  |
| <b>VIRGÍLIO, 70-19 a.C.</b> <i>Tradução livre ou imitação das Georgicas de Virgilio, em verso solto, e outras mais composições poeticas</i> Trad. por A José O de P Leitão. Lisboa : Typ. Nunesiana, 1794                                                                                                                                                                                | Bernardo Joze Agostinho de Campos | 1  |
| <b>VOLTAIRE, pseud.</b> <i>Orestes: tragedia</i> / de Mr. de Voltaire . - Lisboa : Off. Si T Ferreira, 1790. -                                                                                                                                                                                                                                                                           | Simão Taddeo Ferreira             | 1  |
| <b>VOLTAIRE, pseud.</b> <i>Sofonisba: ragédia de Mr. De Voltaire</i> . - Lisboa : Off. S T Ferreira, 1790. -                                                                                                                                                                                                                                                                             | Simão Taddeo Ferreira             | 1  |
| <b>WANTON, Henry.</b> <i>Viagens...ás terras incognitas austraes, e ao paiz das monas; aonde se descrevem os costumes, caracter, sciencias, e policia destes extraordinarios habitantes</i> / Henrique Wanton . - Lisboa : Typ. Regia Silviana, 1799. - [16], 262, [1] p. ; 15 cm                                                                                                        | Joaquim Joze da Silva             | 12 |

**FONTE:** PORTUGAL. IANTT. RMC, Cx 161– 1800

**REFERÊNCIAS:** Disponíveis em: <<http://catalogo.bnportugal.pt/#focus>>

Assim, a análise dos *Estatutos* permite a compatibilização de disciplinas ministradas com os títulos dos livros enviados a Pernambuco por indivíduos isolados, religiosos, procuradores, mercadores ou navegantes. São referências bibliográficas que receberam autorização para circulação em um meio social marcado pela vocação agrária e extrativista, pelo analfabetismo, pela insuficiência de colégios para jovens, por um campo rarefeito para a leitura, fosse para formação, informação ou divertimento. No contexto, particularmente o religioso, a remessa do pequeno número de exemplares talvez contribuisse para novas reflexões.

Os rumos de um grupo de alunos e professores foram alterados pelo conhecimento e pela interpretação de autores, ideias e ideais, que se projetariam em 1817, no cenário social e político. A circulação de novas informações ganhou força e significação em um ambiente de estudos e reflexão. A definição desses novos tempos começou poucos anos antes e durante 1800, conforme delineado nos *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda*.

O FELIZ  
INDEPENDENTE DO MUNDO  
E DA FORTUNA  
O U  
ARTE DE VIVER CONTENTE  
EM QUAESQUER TRABALHOS DA VIDA,  
PELO  
P. THEODORO D'ALMEIDA

Da Congregação do Oratorio, e da Academia  
Real das Sciencias de Lisboa, da Sociedade  
de Londres, e da de Biscaya.

*Segunda Edição corrigida por seu Author, e accres-  
centada com Notas, e com estampas.*

T O M. I.



LISBOA  
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.  
ANNO M. DCC. LXXXVI.  
*Com licença da Real Mesa Censoria, e Privilegio Real*





## CONHECIMENTO CAPITAL: A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DOS ADVOGADOS DA AMÉRICA PORTUGUESA SETECENTISTA.

Álvaro de Araújo Antunes

Para ampliar ou manter o lustre do nome e do sangue, as famílias remediadas da América Portuguesa revertiam parte do capital econômico em “capital cultural”<sup>1</sup>. Uma conversão de poder econômico em “poder simbólico”<sup>2</sup>. O câmbio desses capitais e poderes dependia do interesse da família em perpetuar seu ser social, o que demandava estratégias de manutenção e ampliação da honra. A formação escolar era uma das estratégias que envolviam não apenas os interesses familiares, mas também as necessidades e as lógicas do Estado e/ou da Igreja<sup>3</sup>. Assim, por um lado, as famílias se empenharam em instruir suas crias, propiciando erudição, distinção, bem como a possibilidade de acesso aos cargos governamentais. Por outro lado, o Estado e a Igreja instituíam mecanismos de reprodução e difusão escolar, com objetivos de formar uma

- 
- 1 Versão de parte um dos capítulos de ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática da Justiça em Minas Gerais*. Tese. (Doutorado em História)-Universidade de Campinas, 2005. [Financiamento FAPESP]. – Atualmente, com o apoio do CNPq, o autor estuda as práticas de difusão da cultura letrada, com o projeto: *Poder saber das letras: condições, agentes e práticas nos Estudos Menores em Minas Gerais (1750-1834)*.
  - 2 Segundo Bourdieu “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 15.
  - 3 A restrição das análises ao saber escolar, não desconsidera a existência de formas alternativas de transmissão de conhecimento. Nesse sentido, pode-se pensar em uma pedagogia vinculada aos ofícios mecânicos, que, no XVIII, estariam mais atreladas a uma prática, do que a um saber teórico e escrito: “como se vê bem nas sociedades sem escrita, e sem escola [...] numerosos modos de pensamento e de ação – e muitas vezes os mais vitais – transmitem de prática a prática, por modos de transmissão totais e práticos, firmados no contato duradouro entre aquele que ensina e aquele que aprende (‘faz como eu’)”. BOURDIEU, 2002, p. 22. \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 35.

“nobreza de toga” tecnicamente competente para administrar e dirigir os assuntos laicos e/ou religiosos. Nesse contexto, a fórmula “saber é poder” denota um valor – simbólico, instrumental e estratégico – atribuído pela sociedade e pelo Estado à Educação.<sup>4</sup>

Numa sociedade estamental e, relativamente, hierarquizada, como a da América portuguesa setecentista, as distinções sociais se produziam e se reproduziam, entre outras razões, pela ostentação de capitais culturais<sup>5</sup>. Ao destacar a educação letrada, os livros e outros bens culturais, como aqui é proposto, não pretendo reduzir o próprio conceito de cultura à forma de expressão dita “cultura” ou “nobre”. Contudo, em função da proposta dessa mesa, é pertinente focar determinadas formas de cultura letrada que eram valorizadas pelos padrões de época. Padrões que se revelam nas definições de Dom Raphael Bluteau para o termo “cultura” que remetem ao cultivo da terra, mas também das artes e da ciência. O mesmo autor apresenta que, nos setecentos, o termo “culto” designava aquele que era polido, estudado, que falava com elegância etc. Diante de parcela majoritária da população que possuía pouco mais do que os bens essenciais à vida, um comportamento distinto, o “ócio” de um estudante, a não execução de trabalhos manuais ou a aquisição de um livro deveriam ser considerados como regalias.

Por essas e outras razões, se distingue um estreitamento do acesso à cultura letrada, o que, contudo, não significava sua total interdição. Como exemplo da difusão do domínio das letras entre as camadas menos privilegiadas, Eduardo França Paiva apresenta um caso significativo, ainda que extremado. Trata-se do caso do escravo Cosme Teixeira Pinto que tentou pagar sua coartação por meio de seu trabalho de “escrever nos cartórios [...] para o que tem inteligência”<sup>6</sup>. Independente de quem tinha o acesso ao conhecimento letrado, a própria busca pela aquisição de uma “cultura nobre” era um reconhecimento do seu valor em

---

4 Em Francis Bacon (1561-1626), a equação saber é poder quer traduzir a capacidade instrumental de domínio sobre a natureza. Aqui, o sentido dado à equação é outro, como revela a definição apresentada.

5 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*, áulico anatômico ... Coimbra: Coleção de Artes da Companhia de Jesus, 1714. CD-ROM, v. 3, p. 635-637. BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 199. p. 17.

6 PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. p. 84-85.

meio a uma sociedade estamental, mas que permitia certas mobilidades em seus meandros. Isso não implica que possibilidade de ascensão social aberta à camada média da sociedade, cujos extremos se balizavam entre senhores e escravos, fosse uma via livre de impedimentos. Tal aspecto se evidencia no caso do escravo Cosme ou ainda no de Isabel, mulher parda que solicitou ao juiz de fora de Mariana o financiamento do sustento, educação e instrução dos seus filhos. O juiz alegou que, por serem todos pardos, era mais cabível fazê-los trabalhar do que estudar. Tal resposta demonstra uma concepção elitista ligada ao saber escolar, mas também o reconhecimento dos bens culturais como uma forma de distinção e ascensão social. Ademais, a solicitação, ainda que negada, apresenta o empenho de uma mãe em fazer prosperar sua família.<sup>7</sup>

Se havia, por um lado, os interesses pessoais ou familiares pela aquisição de instrução, de outro lado, colocavam-se as necessidades do Estado.

*Havendo conhecido o Senhor rei Dom Diniz que os heróicos feitos com que os seus gloriosos predecessores tinham lançado os Mouros destes Reinos para os Algarves de além mar; não seriam bastantes para o estabelecimento da monarquia portuguesa em quanto as Armas não fossem associadas pelas Letras, fundou na Universidade de Coimbra [...].<sup>8</sup>*

Algum tempo depois, Ribeiro Sanches apresentava a educação como uma obrigação do soberano, pois formava uma mocidade destinada a servir à pátria em tempo de paz e de guerra, “tanto para o bem dos povos, como para a felicidade do mesmo soberano”<sup>9</sup>. Estudiosos contemporâneos remarcaram a importância do cultivo das letras, em especial das Leis, na constituição e sustentação do poder régio. Referiam-se, especialmente, à importância do refinamento do Direito Romano e Canônico no processo de centralização do

---

7 VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 351.

8 LEMOS, Francisco. *Relação geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Atlântida Editora, 1980. p. 242.

9 SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. *Dificuldades de um reino velho para remendar-se e outros textos*. 2. ed. [Lisboa]: Livros Horizonte, 1980. p. 72.

poder na figura do rei<sup>10</sup>. Outrossim, o Estado deveria assegurar a integridade desses bens sociais e, para isso, fazia uso da Justiça, principal via de expressão do poder régio. Por essas e outras razões, os juristas e advogados, responsáveis pela formalização das leis e pela prática da justiça, adquirem suma importância no âmbito da formação e fortalecimento do Estado português. A ele associar-se-ia um poder e um saber difundido e formalizado em instituições como a Escola de Bolonha ou como a Universidade de Coimbra.

Criada por Dom Diniz no século XIII, a Universidade de Coimbra sempre foi uma instituição mais temporal do que espiritual<sup>11</sup>. Entretanto, ambos os poderes sempre estiveram à frente da instituição coimbrã e do sistema educativo como um todo. Eram consortes num casamento de altos e baixos, às vezes em harmonia, às vezes não, ao sabor das vagas da maré política. A instabilidade dessa sociedade ficou evidente com a política de secularização do ensino promovida por Sebastião Carvalho de Melo, o Marquês de Pombal. O projeto de fortalecimento do poder régio, numa perspectiva jusnaturalista, impunha uma espécie de laicização da cultura e, conseqüentemente, do sistema de ensino.<sup>12</sup>

Nesse sentido, cabe perguntar sobre a influência das ações da Coroa e da Igreja na educação e em que as novas diretrizes se diferenciavam das adotadas e difundidas pela Companhia de Santo Inácio. Que contingências e provações envolviam a vida dos estudantes? Essas são algumas das questões que nortearão o presente texto que tem por objetivo deslindar as possibilidades

---

10 Segundo Raimundo Faoro, “o ministro do rei, para desempenhar a função em harmonia com o rumo novo deve ser letrado, inicialmente, o clérigo desligado da nobreza do clero, depois o jurista oriundo da universidade. Desde o século XII, por via do Direito Romano, próprio para justificar a supremacia, um dia absoluta do rei, os letrados e juristas ganham, passo a passo, o primeiro lugar nos conselhos e órgãos executivos”. Quanto ao papel dos letrados e do direito na instituição do poder monárquico ver, ainda: SKINER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. BARBOZA FILHO, Ruben. *Tradição e artifício: Iberismo e Barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 80. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. p. 55.

11 CARNEIRO, Paulo E. de Berredo. L'Université de Coimbra et le Brésil. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, v. 4, p. 319, 1972.

12 GOUVEIA, Antônio Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 432.

de ensino universitário com as quais teriam relacionado os advogados da América Portuguesa que estudaram em Coimbra antes e depois das reformas educacionais promovidas por Pombal.

## **VIVER EM COIMBRA.**

Francisco Lemos, reitor da Universidade de Coimbra, observava que o ingresso nesta instituição implicava uma série de “incômodos”, tais como a separação dos estudantes de seus domicílios, a obrigação das famílias com despesas consideráveis, a dedicação de parte “notável” da juventude e a aplicação nos estudos<sup>13</sup>. Formar-se advogado demandava sacrifícios não apenas dos candidatos, mas também de suas famílias.

Diante desses sacrifícios, perguntava-se o reitor, o que levaria a mocidade a procurar as universidades? Para Lemos, a resposta estaria na possibilidade de ingressar no serviço público. Por um lado, os cargos administrativos serviriam de recompensa aos esforços e aos anos de estudos: “conseguem os sábios ver recompensados os seus trabalhos literários, com utilidades e honras que lhe trás a ocupação dos empregos”<sup>14</sup>. De outro, a política modernizadora e centralizadora em curso no período pombalino demandava uma mão de obra formada nas “luzes da ciência e da teoria”. Interesses diversos, mas complementares, conferiam um sentido pragmático à fórmula “saber é poder”.

A ocupação de um cargo público, todavia, não seria a única recompensa aos bacharéis formados em Coimbra. No horizonte dos “sacrifícios”, importavam também os direitos relativos à condição de advogado, os adereços do saber, a honra do título de bacharel, o reconhecimento da qualidade da família etc.<sup>15</sup> Isto porque a honra de usar o anel de bacharel servia não apenas para quem o ostentava, mas também para toda sua família, retribuindo-lhe todos os esforços envidados. A honra adquirida por um servia a muitos.

---

13 LEMOS, 1980, p. 29.

14 Idem, 1980, p. 30.

15 No século XV, o título de “letrado” tinha status semelhante ao de cavaleiro e de fidalgo, especialmente quando ao diploma de Coimbra se associavam os títulos das ordens militares. SCHWARTZ, Stuart. B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte e seus juizes, 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 14.

Em *Relato de um caso luso-brasileiro do século dezessete*, Russel-Wood chama a atenção para as motivações dos pais em enviar seus filhos à Universidade de Coimbra. Segundo o autor, a admissão de um estudante dependia de algumas condições tácitas, que comprovassem a posição social da família e a ascendência de “sangue limpo”<sup>16</sup>. Esse tipo de cobrança tornava-se explícita quando o mesmo aspirava à magistratura. “Teoricamente só poderiam entrar para a magistratura os homens cujos pais e avós vivessem sem necessitar fazer trabalho manual, artesanato ou comércio varejista”<sup>17</sup>. Na prática, todavia, os empecilhos do sangue e do ofício eram contornáveis, como indicam os registros de matrícula de filhos de pais incógnitos e de mães negras na Universidade de Coimbra.<sup>18</sup>

A obtenção do grau de bacharel, lente ou doutor era o coroamento de um período de provações pelo qual passavam os estudantes e sua família. Anos de estudos que, a uma criança e a um jovem, deveriam soar monótonos, se não doloridos, à força da palmatória e outras sortes de castigos. Chegar à universidade, antes mesmo de receber o título, significaria para muitos a redenção, a reta final de seu custoso processo de formação. Antes mesmo de receber o título, o estudante se orgulhava por ter conseguido chegar à Universidade coimbrã. Não obstante a áurea de glória que envolvia formar-se em Coimbra, uma porcentagem grande de ingressos não lograram concluir o curso, talvez, pelos gastos com o estudo.

---

16 RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Relato de um caso luso-brasileiro do século dezessete. Stvdia*, Lisboa, n. 36, p. 19, jun. 1973.

17 SCHWARTZ, 1979, p. 62. Ver também: FONSECA, Fernando Taveira. Os corpos acadêmicos e os servidores. In: *HISTÓRIA da Universidade de Coimbra, 1537-1771*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. p. 559.

18 Para citar alguns exemplos de filhos de pais incógnitos tem-se: Manuel de Sá Souza, estudante de direito em 1776, Miguel Lourenço de Miranda, estudante de direito matriculado em 1780, Joaquim José Alves, estudante de medicina matriculado em 1772, Francisco Soares de Araújo, estudante de medicina em 1774, entre outros. No registro de matrícula de 1786, Antônio Alves da Rocha era descrito como filho de Ana, de nação “nina” (sic) e escrava de Antônio Fernandes Rocha. Os filhos e filhas de Chica da Silva tiveram uma educação esmerada. Por exemplo, Simão Pires Sardinha, filho de Chica e meio irmão de Cipriano Pires Sardinha, formou-se em Filosofia Natural em Roma e obteve o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Ver FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 252. Et seq. *ESTUDANTES do Brasil na Universidade de Coimbra. ANAIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 62, 1942.

Para a família, o esforço de fazer um filho bacharel se traduzia em gastos e mais gastos que algumas histórias são capazes de revelar. O advogado de Mariana, Minas Gerais, Dr. Manoel Brás Ferreira trazia na ponta do lápis os gastos com o filho estudante de Leis em Coimbra. Em seu testamento, declarava ter gastado com seu filho Manoel Brás “depois que foi para Portugal, coisa de quatro mil cruzados, ou que na realidade constar nos recibos e remeças”<sup>19</sup>. Em seu inventário, a informação era de que o Dr. Ferreira havia despendido mais de um conto de réis com o filho estudante de Coimbra. Na ocasião de sua morte, Ferreira recomendou a sua esposa agisse com prudência na remessa de dinheiro a Coimbra o que indicava até a conclusão do curso, os custos com o jovem superariam a soma de um conto de réis<sup>20</sup>. Como contrapartida ao seu investimento, o Dr. Ferreira esperava que seu filho se pusesse em “estado de homem” e obtivesse o título de bacharel.<sup>21</sup>

Quase um século antes de o filho de Manuel Brás Ferreira frequentar a Universidade de Coimbra, um estudante de cânones, chamado Antônio Álvares Pereira, escrevia a seu pai: “[..] e fico continuando meus estudos com todo o fervor para a glória de VM”. Este pequeno excerto da carta, escrita em março de 1695, evidencia que a glória de se aplicar ao estudo das “ciências maiores” não era apenas de Antônio Álvares Pereira, mas também de seu pai, se não de toda a família. Esse aspecto da honra fica ainda mais evidente em outro trecho de uma das cartas do estudante Antônio Pereira, datada de 24 de fevereiro de 1697:

*Se VM me disser que há tantos anos estou fora de sua companhia e vista, e que é duplicar mais este apartamento, respondo que também depois de passados, tem VM o gosto e glória de ter um filho que seja a honra e lustre de toda sua geração, pois até agora não tivemos nela pessoa ou parente que passasse a estudar a esta Universidade e com suas letras honrasse a sua progênie.*<sup>22</sup>

---

19 ACSM (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana) – 1 Ofício, Códice 114, Auto 2368.

20 Nos princípios do século XIX, um comerciante do porto de Santos contabilizava em mais dois mil contos de réis os gastos com o filho estudante em Coimbra. Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. p. 59.

21 ACSM – 1 Ofício, Códice 114, Auto 2368.

22 Cartas de Antônio Álvares Pereira para Manuel Álvares Pereira apud RUSSEL-WOOD, 1973, p. 20.

As cartas de Antônio Álvares Pereira são um rico registro sobre os “incômodos” e percalços dos estudantes que partiam para Coimbra. Sua trajetória rumo à Universidade teve início na Bahia e demorou noventa e seis dias até sua primeira escala na cidade de Lisboa. Durante o percurso marítimo, Antônio Pereira enfrentou um mês inteiro de “trovoadas, tormentas e tempestades”. Vencidos os óbices do oceano à custa de muita reza, deu graças quando avistou Lisboa. Uma vez na capital do Império, o estudante procurou algumas pessoas que deviam “obrigações a seu pai” e, por catorze dias, passeou pela cidade visitando templos e “outras coisas curiosas”. A jornada de Antônio Pereira de Lisboa a Coimbra foi bem mais tranquila e barata do que a oceânica, custando aos bolsos de seu pai 13\$000 réis pelos cinco dias de viagem.

Antônio Álvares Pereira entrou no mundo universitário municiado com cartas de recomendação de seu pai, mas com receio de não ser aceito pela comunidade. Esforçava-se para “adquirir amigos e agradar a todos”, procurando, talvez, superar a ausência da companhia paterna com o apoio dos companheiros. Essas dificuldades, todavia, pareciam ser bem menores que os incômodos da fome e do frio, temas para a maioria de suas reclamações: “tudo é gemer e tremer”; “a gente morre de fome, não há achar que comer”; “o frio que há nessa terra é insuportável”; “gastamos tanto e não comemos nada”; “quando me alevanto da mesa saio morrendo de fome”; “estou comendo misérias”; “se nos pressagiássemos as misérias, as fomes, e os enfados que padecemos não nos havíamos de apartar de nossa pátria”. Para suprir suas necessidades, o estudante exercitava sua Retórica e escrevia a seu pai na Bahia, pedindo-lhe alimentos e dinheiro.<sup>23</sup>

Não obstante os exageros, o relato de Antônio Álvares Pereira indica que a vida do estudante em Coimbra era demasiada custosa. Os 6\$000 réis que Antônio Pereira recebia por mês de mesada não eram suficientes para suprir suas necessidades mais imediatas com comida e abrigo. Gastos extraordinários exigiam “mesadas suplementares” ou eram repassados diretamente ao pai. Nesse sentido, o estudante apresentava, entre os gastos de sua instalação em Coimbra: a feitura de um capote para os dias de frio ficou em 20\$150 réis; os ornatos para sua casa e dos livros para seus estudos, 29\$800 réis. Anos depois,

---

23 Cartas de Antônio Álvares Pereira para Manuel Álvares Pereira *apud* RUSSEL-WOOD, 1973, p.23 et seq.

em 1780, um estudante identificaria na avidez do povo coimbrão uma das possíveis causas para os preços extraordinários praticados em Coimbra:

*Imunda, irregular, e mal calçada.  
A terra é pobre, é falta de comércio,  
O Povo habitador é gente infame,  
Avarenta, sem fé, sem probidade,  
Inimiga cruel dos Estudantes,  
Mas amiga das suas pobres bolsas.<sup>24</sup>*

As experiências de Antônio Álvares Pereira dão vida à já mencionada relação das “misérias” feita por Francisco Lemos em meados do século XVIII. Antônio Álvares Pereira “chorava” a distância da família, mostrava-se esforçado nos estudos e lamentava-se do frio e da fome. O relato desse estudante, acostumado com a fartura da sua casa e o calor da sua terra natal, poderia ter sido o mesmo de qualquer outro estudante oriundo das Américas. O “incômodo” dessa separação poderia ser amenizado com o auxílio de parentes e amigos que viviam em Portugal. É bem provável que esses estudantes estreitassem laços de sociabilidade que permitiriam uma troca de experiências, de conhecimento e de apoio mútuo diante das dificuldades.

Para além do cotidiano e das agruras da vida em Coimbra, a universidade apresentava novos desafios aos alunos da América portuguesa. A instrução não deve ser entendida como um simples processo de transmissão direta de conhecimento. Entre o emissor (professor, companheiros, livros...) e o receptor (aluno, companheiro, leitor...) uma miríade de filtros e desvios se interpunham. Dentre eles, destacar-se-iam o Estado e a Igreja, pelos interesses já mencionados. No âmbito das relações entre esses agentes, o grande divisor

---

24 Neste trabalho, fez-se uso de uma transcrição do poema *Reino da Estupidez* cedida por Luiz Carlos Villalta. O historiador transcreveu uma edição de 1820, impressa em Hambourg, que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob a referência de II - 324, 1, 17. Daqui em diante, qualquer referência ao poema terá, em sua especificação, nota grafada da seguinte forma: primeiro as iniciais RE, em seguida o canto e a estrofe de onde o excerto foi retirado. REINO da Estupidez: poema. Hambourg, 1820. Canto III, Estrofe 31.

de águas foram as reformas do sistema de ensino ocorridas durante o reinado de D. José I.

## **A FORMAÇÃO DOS ADVOGADOS E AS REFORMAS POMBALINAS.**

Na historiografia, o tema das chamadas reformas pombalinas do ensino é assunto controverso. Alguns consideram que a reforma não alterou os alicerces do sistema de ensino que a sucedeu<sup>25</sup>. O argumento é de que não foi profunda, não fez o que se convinha fazer e que, por conseguinte, a estrutura da “nova” Universidade continuou velha e fradesca. Outros consideram que as reformas instituíram, de fato, um marco na história do ensino português, que separaria a tradição jesuítica da reformada.<sup>26</sup>

Outra questão colocada pela historiografia, que engloba as precedentes, é se as reformas da Universidade de Coimbra promovidas por Pombal sofreram o revés da chamada “Viradeira”. Em outras palavras, importava saber se o reinado de D.<sup>a</sup> Maria I teria inaugurado o “Reino da Estupidez” – figura usada em um poema que tecia críticas ao ensino coimbrão, cuja autoria, suspeita-se, fosse do estudante Francisco de Melo e Franco, mineiro de Paracatu. Três perspectivas podem ser apontadas no que se refere a essas questões. A primeira pode ser identificada na postura de Virgínia Valadares. A autora baliza sua análise das mudanças empreendidas durante o governo de D. José I pelas noções de “revolucionário” e “reacionário”, que sugerem alguma extemporaneidade, especialmente diante da noção de reforma<sup>27</sup>. Para Valadares, o governo de

---

25 TEÓFILO, Roque. Síntese histórica evolutiva do ensino no Brasil. *Atualidades pedagógicas*, a. 5, n. 28, jul./ago., 1954. Ver também: VALADARES, Virginia Maria Trindade de. *Elites setecentistas mineiras: conjugação de dois mundos (1700-1800)*. Tese. (Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa) – Universidade de Lisboa, 2002.

26 Entre eles pode-se citar: AVELAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: administração pombalina*. 2. ed. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidos Público; Editora UNB, 1983. p. 161. Ver também: CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 131. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira*. Lisboa: Estampa, 1999. p. 22.

27 Conforme Carlos Guilherme Mota, o conceito de revolução estava associado ao

D.<sup>a</sup> Maria I ratificou uma “reforma inacabada”. Apesar de identificar algumas mudanças na Universidade, a autora entende todo o século XVIII como uma espécie de *continuus* de ordem e controle, no qual não há espaço para se caracterizar uma “Viradeira”, uma vez que não se efetivaram as reformas modernizantes das estruturas da Universidade coimbrã. Uma segunda vertente pode ser representada por Theóphilo Braga, para quem as mudanças do reinado de D.<sup>a</sup> Maria foram pontuais e se concentraram principalmente em torno da direção de José Francisco Miguel Antônio de Mendonça, reitor da Universidade de Coimbra entre os anos de 1780-1785. Inspirado pelo poema satírico, Braga considera que a administração do principal Mendonça merecia o título de “Reino da Estupidez”<sup>28</sup>. Rômulo Carvalho e outros historiadores consideram que, com a Viradeira, não houve qualquer alteração substancial nas diretrizes educacionais estabelecidas por Pombal<sup>29</sup>. Nas palavras de Carvalho, “embora os novos rumos traçados por Pombal desagradassem a muitos, tinha sido tão profunda e vasta na transformação das estruturas pedagógicas que não seria possível regressar ao passado”<sup>30</sup>. Nesse sentido, importaria pensar a

---

movimento cíclico dos astros e envolvia a noção de restauração. Esta pressupunha a retomada de determinadas diretrizes. A idéia de revolução como sendo a instauração de algo novo, em contraponto aos reacionários, não nos parece adequada para se entender a chamada “reforma pombalina da educação”. MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil colonial*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 32. Ver também: VALADARES, Virginia Maria Trindade de. *Elites setecentistas mineiras: conjugação de dois mundos (1700-1800)*. Tese (Doutorado em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa)-Universidade de Lisboa, 2002. p. 508.

28 BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra*, nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1895. v. 2, p. 639.

29 Nessa linha, Villalta considera que o poema o *Reino da Estupidez*, de cunho ideológico, não representaria a política educacional e universitária do governo de D.<sup>a</sup> Maria I. Nas suas palavras, “se houve algum retrocesso na instituição coimbrã, ele não foi absoluto”. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999. p. 173.

30 CARVALHO, Rômulo de. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. p. 485.

história da educação portuguesa tomando as reformas pombalinas como um divisor de águas.

Diante dessas perspectivas, há de se considerar que as mudanças promovidas por Pombal não alteraram elementos da estrutura da Universidade de Coimbra, que continuaria sendo regida pelos estatutos antigos quanto aos aspectos civil, cerimonial, eclesiástico e econômico<sup>31</sup>. Entretanto, as reformas promoveram mudanças significativas quanto aos Estatutos Literários, a partir da adoção de novos métodos, livros, mestres e ideias. Primeiro, cabe observar que para uma reforma na educação importava muito mais uma reorientação literária do que as regras cerimoniais da Universidade de Coimbra. Segundo, mesmo que a Universidade tenha se ressentido da atuação do Reitor Mendonça – que teria se dedicado à vigilância dos desatinos da mocidade que, “pelo amor ao saber mais”, acabava por contrariar a religião, a moral e os bons hábitos –, durante o reinado de D.<sup>a</sup> Maria I não se verificou qualquer mudança significativa no processo que teve início com o consulado pombalino<sup>32</sup>. Vale lembrar que, o sucessor daquele reitor acusado de acolher a “Estupidez”, foi o principal Francisco Rafael de Castro que, ainda no governo de D.<sup>a</sup> Maria I, teria sido considerado o salvador das reformas pombalinas, conforme a opinião de Ribeiro dos Santos. Ademais, no início do reinado de D.<sup>a</sup> Maria I, por volta de 1777, Francisco Lemos permaneceu como reitor da Universidade implementando as reformas de Pombal, sendo substituído por Mendonça somente em 1779. Foi Castro que, por exemplo, passou a exigir a confecção dos compêndios — livros escolares de textos e resumos redigidos pelos professores que deviam ser breves, claros e bem ordenados.

As ações de Mendonça não teriam sido capazes de apagar o luzir das reformas pombalinas. Elas seriam guardadas na memória e asseguradas por cérebros iluminados como os de Tirceo, personagem do *Reino da Estupidez*, que representava José Monteiro da Rocha, lente de matemática na Universidade de

---

31 Francisco Lemos se ressentiu do fato da reforma pombalina não ter sido completa. LEMOS, Francisco. *Relação geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Atlântida Editora, 1980. p. 6. Ver: RODRIGUES, Manuel Augusto. Uma referência singular da reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772) – A relação Geral de Francisco Lemos. In: AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*, Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1983. p. 282.

32 BRAGA, 1895, p. 641.

Coimbra<sup>33</sup>. No poema, Tirceo era caracterizado como: “homem singelo/ Que seus dias consome sobre livros/ Contemplando a profunda Natureza”. Zeloso pela ciência e pela razão, Tirceo abre um precedente para que o “quadro de trevas” pintado, não sem exagero, por Melo Franco, seja relativizado<sup>34</sup>. Nesse sentido, uma perspectiva distinta da expressada no *Reino da Estupidez* poderia ser encontrada em outro poema, intitulado *O Zelo*. Neste estro, o autor do *Reino da Estupidez* era chamado de “crítico maligno” e de “bárbaro inimigo”, cujas ideias acerca da Universidade não mereceriam crédito.

Por um lado, a “Viradeira” trouxe insegurança para alguns professores e intelectuais de Portugal. Citado como livre-pensador à Inquisição, Luiz Cechi, professor na Faculdade de Medicina, decidiu fugir para o exterior. Por outro, setores importantes de coimbrãos mais ilustrados, permaneceram na Instituição, como foi o caso de Domingos Vandeli e do próprio José Monteiro da Rocha. Não obstante as dificuldades pelas quais a Instituição passou entre os anos de 1781 e 1785, as reformas da Universidade de Coimbra não sucumbiram com a queda de Pombal, mesmo porque não houve qualquer mudança estatutária semelhante à de 1772. Tal data serve, portanto, como um marco que permite dividir o grupo dos advogados entre os que tiveram sua instrução marcada pelas novas diretrizes da Universidade, e aqueles que se formaram antes das reformas da Universidade de Coimbra. Durante todo esse período, imperou na Universidade de Coimbra o método dialético, a filosofia tomista e peripatética, as diretrizes do *Ratio Studiorum*, enfim, a pedagogia jesuítica.

Para Jacques Le Goff, a escolástica era um método intelectual associado ao pensamento aristotélico e também uma forma de pensar com leis bem definidas. Para as leis da linguagem, o essencial era saber as relações entre a palavra, o conceito e o ser. Nas leis da demonstração e do pensamento, destacava-se a

---

33 Em nota na edição de 1820 tem-se a explicação que Tirceo era José Monteiro da Rocha, “Lente de Prima em Matemática”. RE - Canto III, Estrofe 37.

34 Uma análise do Poema Reino da Estupidez pode ser encontrada em: ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces*; o universo relacional de um advogado setecentista. São Paulo: Editora Annablume; PPGH/UFMG, 2004. p. 135-147. Em: MAIA, Márcia Vieira. Reino da Estupidez em dois tempos: leituras satíricas de Portugal através de um olhar brasileiro (séc. XVIII) e outro português (séc. XIX). *Convergência Lusíada*, Revista do Real Gabinete de Leitura, Rio de Janeiro, n. 19, p. 275-287, 2002.

dialética, “conjunto de operações que fazem do objeto do saber um problema, que expõem e defendem contra os atacantes, que solucionam e convencem o ouvinte ou o leitor”<sup>35</sup>. Outra característica do pensamento escolástico era o valor depositado sobre a autoridade dos textos e seus autores, em especial da Bíblia, dos padres da Igreja, de Tomás de Aquino, Platão e de Aristóteles, mas também valorizavam autores modernos, especialmente em casos de opinião “provável”<sup>36</sup>. Esses textos e autores eram incorporados e decorados pelos alunos num processo continuado de “repetições” e memorizações, elemento importante da pedagogia jesuítica, que poderiam levar a constituição de tópicos cristalizadas. A valorização da autoridade trazia consigo, quando não a redundância das repetições, o zelo para com a ortodoxia.

Por meio da *lectio* eram estabelecidos o sentido literal, o conteúdo e o sentido dos textos<sup>37</sup>. As discussões e controvérsias surgiam do comentário dos textos e com a análise dialética dos problemas que suscitavam. Nas *disputatio*, isto é, nas disputas, as questões levantadas ganhavam corpo e serviam ao processo de ensino escolástico. As disputas eram verdadeiros torneios de eruditos, nos quais os bacharéis e estudantes, orientados por um mestre, expunham argumentos, estabeleciam questionamentos e respondiam às objeções, em um exercício de Retórica, silogismo, conhecimento e memória<sup>38</sup>. Ao mestre cabia, basicamente, orientar o debate e comentar as objeções à tese. Nesse processo, todo o exercício exegético tendia a se dissolver em problemas, a *lectio* se desenvolvia e, por vezes, se dissolvia em *quaestio*.

---

35 LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 75.

36 “A máxima era de que a opinião provável é a que tem a seu favor uma autoridade grave, ou autoridade de um homem hábil. A autoridade de um doutor, homem honrado e hábil, sobre tudo se é moderna, faz provável uma opinião, ainda quando contra ela esteja a opinião de outros. COMPÊNDIO Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972. p. 11.

37 Segundo Le Goff, “com base no comentário de texto, a *lectio*, análise em profundidade que parte da análise gramatical que revela o sentido literal (*littera*) se chega à explicação lógica, que fornece o sentido (*sensus*), completado na exegese, que revela o conteúdo da ciência e do pensamento (*sententia*).” LE GOFF, 1988, p. 75.

38 Ribeiro Sanches apresenta de forma pitoresca os ambientes das disputas dos conventos e escolas jesuítas “a defender conclusões de Teologia Escolástica, a força de silogismos, e entimemas, com gritos que fazem furar as abóbadas onde se defendem”. SANCHES, 1980, p. 75.

Além das disputas, outra prática pedagógica eram as aulas expositivas pautadas por ditados e comentários acerca de temas e autores. Os professores liam, explanavam, glosavam e os alunos tomavam nota e redigiam apostilas<sup>39</sup>. Recomendava o *Ratio* que essas notas fossem, ocasionalmente, vistas pelos professores, procurando avaliar se os conhecimentos estavam bem fundados. Essa prática ordenada pelo *Ratio* deixaria pouco espaço para novidades e heterodoxias. Vigiavam as anotações dos alunos, as ideias explicitadas nas disputas e os livros que eram lidos. Aos professores vetava-se o uso de “autores incomuns”, bem como qualquer inovação no método de ensinar ou na condução das disputas<sup>40</sup>. Também não aceitavam qualquer “sorte de doutrinas diferentes, nem verbalmente nos discursos, ou lições públicas, nem por escrito nos livros”.<sup>41</sup>

O que se extrai da leitura do *Ratio* é a preocupação com o aumento da “glória de Deus” por meio da educação. Tratava-se de uma pedagogia religiosa, comprometida com os interesses da Igreja e que casava fé e razão. O método de ensino estabelecido pelo *Ratio* e preconizado pela escolástica tinha na razão um meio de acesso à revelação, à manifestação da vontade divina. Para São Tomás de Aquino as verdades da experiência e da fé eram compatíveis e complementares<sup>42</sup>. Essa fusão se manifestava nos mínimos detalhes, como na recomendação do *Ratio* para que, antes da aula, professores e alunos fizessem o sinal da cruz<sup>43</sup>. Tratava-se, portanto, de por a educação ao serviço da Igreja, de conjugar razão e fé, esta sempre precedendo aquela nos assuntos controversos. Essa seria a determinação e a prática das instituições de ensino dos jesuítas que incluía a Universidade de Coimbra. Até 1772, esta instituição estaria comprometida com a ortodoxia de conhecimento que passava aos seus alunos. Assim, para Luiz de Oliveira Ramos, “a coesão religiosa, a fidelidade do país e

---

39 “Glosar as autoridades, que os próprios estatutos fixam, é a função dos docentes, enquanto a dos discentes não ultrapassava o registro das apostilas”. GOUVEIA, Antônio Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 426.

40 THE JESUIT *Ratio Studiorum* of 1599. p.27.

41 COMPÊNDIO histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771). Coimbra: Universidade, 1972. p. 5.

42 LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 76.

43 THE JESUIT *Ratio Studiorum* of 1599. p.27.

a ortodoxia tridentina cristalizaram as tendências defensivas por via das quais a universidade deslizou rumo ao integrismo peripatético e à falta inventiva no campo do saber”.<sup>44</sup>

A valorização de uma instrução religiosa se desdobraria na predileção dos cursos em Coimbra. Entre os anos de 1650 e 1700, apenas 33% dos alunos de Direito estavam cursando Leis e os demais Cânones. Essa discrepância se manteria até o início da segunda metade do século XVIII, quando o curso de Leis passa a ter 53% dos inscritos dos cursos de Direito<sup>45</sup>. Essa alteração refletiria a política de secularização de meados dos setecentos. Até então cursar Cânones significaria habilitar-se para atuar tanto no foro civil como eclesiástico.

O curso de Direito Canônico era composto pelas seguintes cadeiras chamadas “maiores”: uma de “Prima”, onde se liam os *Decretaes*; uma de “Noa” em que se lia o *Sexto das Decretaes*; uma de “Véspera”, onde se estudavam os mesmos *Decretaes*; uma “Terça”, ou *Tertia*, destinada ao estudo do *Decreto*; e outra destinada às *Clementinas*. Havia ainda duas “catedrilhas” que retomavam o ensino das *Decretaes*. Uma dessas “pequenas cadeiras” era ministrada juntamente com a disciplina dedicada ao estudo das *Clementinas* e a outra concomitante à de Véspera.<sup>46</sup>

Base para o ensino dos cânones, a vasta e variada legislação produzida pela Igreja passou por sucessivas tentativas de sistematização, dentre as quais se destacam: os *Decretos*, organização de Graciano para a legislação eclesiástica; *Decretais*, legislação formulada pelos papas Alexandre III, Alexandre IV, Inocêncio III, Honório III e organizada por Gregório IX; o *Sexto das Decretaes*, compilação feita por Bonifácio VIII. Com os acréscimos de Clemente V, as *Decretais* passaram

---

44 RAMOS, Luís de Oliveira. Universidade de Coimbra. In: HISTÓRIA da Universidade de Coimbra 1537-1771. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. v. 1, t. 2, p. 364.

45 Entre os brasileiros a predileção por se matricular em Direito Canônico declinaria a partir da década de 60 do século XVIII. Ver: PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. Letrados do Século XVIII. CONGRESSO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DE TRANSFERÊNCIA DA SEDE DO GOVERNO DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1967, *Anais...* apud SCHWARTZ, 1979, p. 59, 233.

46 CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, 1952. p.160-162.

a se chamar *Clementinas*, editadas em 1460<sup>47</sup>. A junção dos *Decretos* com os *Decretales* compunha o *Corpus J uris Canonici*, publicado em 1500.

Até a reforma de 1772, o Direito Romano consistia na essência da forma o do bacharel em Leis. Nas oito cadeiras da Faculdade de Leis estudavam-se, basicamente, o *Digesto* e o *Código* de Justiniano<sup>48</sup>. Essas obras eram dissecadas com o auxílio dos comentários e glosas de inúmeras autoridades, dentre as quais se destacavam as figuras de Acursio e de Bartolo. No Estatuto da Universidade de Coimbra de 1598, ratificado na reforma de 1653, fica clara a influência dos glosadores no ensino do Direito Civil, em especial a de Bartolo.

*Todo o estudante jurista será obrigado, do princípio de seu estudo, a ter os textos da sua faculdade [...] e não poderão graduar sem constar, pelo dito modo [isto  , por meio de testemunhas] como tem textos da outra faculdade: os canonistas, Abades e os legistas, Bartolos.*<sup>49</sup>

De “Bartolos” poderiam ser chamados os estudantes e futuros intérpretes do Direito Romano que se inspirariam nas obras do famoso glosador<sup>50</sup>. Desde sua contribui o ao Direito na Idade Média, as ideias de Bartolo se expandiram impulsionadas pelas institui es de ensino da Europa e por uma legião de doutores comentadores<sup>51</sup>. Segundo Francisco Lemos, a doutrina de Bartolo e Acursio era uma “constante de todos os livros e tratados, apostilas, conclusões

---

47 BRAGA, 1895, v. 1, p. 420. Ver também: GILISSEN, John. *Introdu o a história do Direito*. 3. ed. Trad. Antonio Manuel Hespanha e L. M. Maca sta Malheiros. Lisboa: Funda o Calouste Gulbenkian, 2001. p. 148.

48 Segundo o *Compêndio* (1972), essa profusão de cadeiras destinadas ao ensino das Leis de Justiniano abria espaço para um ensino vagaroso e cansativo destinado a ensinar pela “*Instituta* todo o Direito Civil”. COMPÊNDIO, 1972, p. 257.

49 ALBUQUERQUE, Rui; \_\_\_\_\_, Martim. *História do Direito Português*. Lisboa: Faculdade de Direito, 1983. p. 112-113.

50 *A arte de furto* evidencia essa denomina o ao se referir aos juízes leigos que de ignorante, “não sabem qual   a sua mão direita, mais para embolsarem com ela esp rtulas e ordenados com se foram Bartolos e Cova-Rubias”, cf. SCHWARTZ, 1979, p. 62.

51 SKINER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1990. p. 31-33.

e mais papéis jurídicos que se escreveram pelos nossos juriconsultos ou teóricos ou práticos”. Em resumo, Francisco Lemos considerava que nas escolas jurídicas não foi ensinada outra jurisprudência que não a de Bartolo.<sup>52</sup>

Em Portugal, a influência de Bartolo estava presente nos trabalhos de praxistas, comentarias e casuístas. Foram representantes desses grupos: Manoel Barbosa, comentador das ordenações; Melquior Febo, casuísta; Manoel Lopes Ferreira, bacharel pela Universidade de Coimbra, autor de *Prática Criminal na Forma da Praxe*; Manoel Mendes de Castro, professor da Universidade de Coimbra no século XVI e autor de *Prática Lusitana*; Antônio Mendes Arouca, reputado como de “juízo profundo e coração reto”, foi autor de livros jurídicos e religiosos, tendo escrito *Adnotationes Practicae ad Librum fere primum pandectarum Juris Civilis*; e *Desejos Piedosos e Suspiros da Alma*, obra que legou aos jesuítas do Colégio de Ponta Delgada.<sup>53</sup>

As críticas ao ensino da Universidade de Coimbra identificavam na adoção dos glosadores a “manha e a confusão” dos jesuítas, protagonistas dos infaustos da educação portuguesa. O enredo desse drama se desenhava antes mesmo da reforma de 1772. Várias leis e publicações expressavam a aversão do governo ao método jesuítico e às diretrizes contidas nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1653. Os jesuítas eram acusados de “vomitar [...] todo seu veneno com a maquinação e publicação [...] do abominável Código dos Estatutos”<sup>54</sup>. O “estrage” da Universidade teria sido causado pelos “sinistros e façanhosos” jesuítas e seu método, que só serviria para introduzir e excitar novas questões. Os jesuítas foram ainda responsabilizados por tornar a jurisprudência “versátil, confusa, incerta, e toda dependente do arbítrio dos doutores”<sup>55</sup>.

As causas da falência do ensino de Direito envolviam mais que o uso dos glosadores e comentadores. Os jesuítas eram criticados inclusive pela formação de base dada aos estudantes, isto é, a instrução do Latim, do Grego, da Retórica

---

52 LEMOS, Francisco de. *Relação geral do estado da Universidade* (1777). Coimbra: Atlântida Editora, 1980. p. 41.

53 ALBUQUERQUE; ALBUQUERQUE, 1983, v. 2, p. 112-113. Ver também: MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. CD-ROM, v. 1, p. 327.

54 LEMOS, 1980, p. 13, 42.

55 Idem, *Relação geral do estado da Universidade*. p. 13, 42.

etc. Não por menos, a reforma do ensino de Línguas e da Retórica antecedeu à própria reformulação dos Estatutos da Universidade de Coimbra. As críticas sobre a formação básica dos estudantes apontavam ainda o desconhecimento das utilidades da História, “tocha luminosa para a boa inteligência das leis”<sup>56</sup>. A reforma ratificava esta postura com a implementação de cadeiras destinadas à história das instituições jurídicas civis e eclesiásticas. Outrossim, lamentava-se a ignorância ou desleixo com o Direito Natural, considerado a base das leis positivas e das leis pátrias<sup>57</sup>. Segundo o *Compendio*, as Faculdades de Cânones e Leis estavam entregues ao exame das “sutilezas para sustentarem à força de sofismas as opiniões dos doutores”. Em decorrência disso, as faculdades teriam formado advogados de uma inteligência quimérica, baseada no Direito Romano, dados aos sofismas e às dilapidações de qualquer “senhor e possuidor de bens”<sup>58</sup>.

*Tão grandes males pediam grandes remédios. Era necessário expurgar-se a jurisprudência de tantos vícios e reduzi-la aos seus verdadeiros princípios: era necessário que o ensino fosse sólido e acompanhado de todas as Noções subsidiárias e fundamentais da jurisprudência.*<sup>59</sup>

Importava fazer uma reforma para retirar a Universidade do “lodo” em que os jesuítas a teriam lançado. Em dezembro de 1770, formou-se a Junta de Providência Literária, com o objetivo de reformar os estatutos da universidade. Em 1772 foram publicados os novos Estatutos da Universidade de Coimbra. Suas determinações diziam respeito, principalmente, ao regime literário, ou seja, aos livros e autores adotados, à organização das disciplinas, à constituição de uma estrutura de pesquisa e à implementação de um método novo. É certo

---

56 Coimbra: Universidade, 1972. p. 146. [Fac-simil. da ed. de Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1771]

57 Vale observar, todavia, que a faculdade não foi completamente expurgada do método analítico que passava a ser indicado para disciplinas mais avançadas, como pode ser visto na própria estruturação das disciplinas da Universidade de Coimbra. CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Edusp, 1952. p. 176.

58 COMPÊNDIO, 1972, p. 94, 206.

59 Idem, 1972, p. 208.

que as reformas se restringiram aos estatutos literários, sem legar atenção ao governo político, civil, econômico, cerimonial e eclesiástico. Porém, a renovação destes estatutos haveria de ser pedra fundamental na arquitetura do sistema educacional. Se não se reformulou todo o Estatuto, mudou-se o fundamental<sup>60</sup>. Afinal,

*É o estabelecimento da Escola verdadeiramente o ponto mais capital, mais importante, e o mais crítico do bom progresso dos estudos de todas as ciências [...] da boa ou má escola depende inteiramente o feliz ou infeliz sucesso da aplicação a qualquer disciplina. O bom ou mau gosto dos estudos, que é o espírito criador e propagador de todas as Ciências, a útil ou inútil escolha dos livros, o proveitoso ou prejudicial eleição das matérias, a segura ou errada direção do trabalho e da exercitação [sic] literária finalmente a participação ou carência das luzes [...].*<sup>61</sup>

Com as reformas, as cadeiras eram classificadas, basicamente, em sintéticas e analíticas. As cadeiras propedêuticas do curso deviam seguir o método sintético, também chamado de compendiário e demonstrativo. Nele, os professores tratavam dos princípios da jurisprudência, apresentavam a divisão das matérias, os preceitos gerais e os conhecimentos considerados mais simples<sup>62</sup>. Para isso eram utilizados os compêndios que deveriam ser sucintos e organizados. O método analítico era destinado ao desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos adquiridos. Exercitava-se, então, a “interpretação justa dos textos jurídicos”, evitando-se as falsas interpretações dos glosadores. Essas

---

60 CARVALHO, 1952, p. 159.

61 COMPÊNDIO, 1972, p. 282.

62 Para as disciplinas, foram nomeados os professores conforme seus “merecimentos e letras”. Em 1772, os professores nomeados para o curso de Leis eram: Pedro Araújo para a cadeira Analítica de Leis, José Joaquim Vieira Godinho, para de Direito Pátrio; Alexandre de Abreu Correa para a de *Digesto*; Antônio Freire Gameiro para a segunda de *Digesto*; Antônio Pereira da Rocha Faria Gaio para de *Instituta*; Antônio Lopes Carneiro para de *Instituta*; Manoel Pedroso Lima para a de Direito Natural, Francisco Xavier Vaz Concelos Coutinho para a história do Direito Civil Romano e Pátrio. CARVALHO, 1952, p. 162.

orientações serviram para a escolha dos livros adotados em cada uma das disciplinas.

Os cursos de Direito Civil e de Cânones adquiriram um novo formato, com sete cadeiras distribuídas em cinco anos de curso. O primeiro ano do curso jurídico era comum para os estudantes de Direito Canônico e Civil. Nele os alunos estudavam: “Direito Natural e das Gentes”, ensinado com o auxílio de um compêndio escrito por Martini, professor da Universidade de Viena; “Direito Romano e Direito Português”, lecionado pelo Dr. Francisco Xavier de Vasconcelos Coutinho; e as “Instituições de Justiniano”. O segundo ano, também comum aos estudantes de Cânones e Leis, era dedicado ao “Direito Canônico Comum e Pátrio” e à “História da Igreja Universal e Portuguesa”, a qual utilizava as *Instituições* de Fleury<sup>63</sup>. Ainda que desprestigiado, o Direito Romano não é exilado do curso jurídico. Logo no primeiro ano, alunos de Cânones e de Leis estudavam a História do Direito Romano. Pelo método sintético, estudava-se o pensamento de Justiniano, pois “neles se acham os princípios unidos em um corpo mais completo e sistemático”<sup>64</sup>. Havia ainda a chamada “obrigação”, que não era uma disciplina propriamente jurídica, mas que fazia parte da formação dos advogados. Os estudantes ainda eram obrigados a cursar a cadeira de Matemática, considerada subsidiária ao Direito. Nela o estudante dedicava-se ao estudo da Geometria especulativa, utilizando-se dos *Elementos* de Euclides.

O ensino dos estudantes de Cânones e Leis diferenciava-se somente no terceiro ano de suas formações. Os alunos de Cânones estudavam o Direito de Graciano, por meio do comentário de Van-Espem, que alertava para os vícios daquele autor. No quarto ano, composto por duas cadeiras sintéticas, liam-se os *Decretales* por meio do compêndio de Hertalo, “por não haver outro com melhor gosto ou solidez”<sup>65</sup>. O quinto ano era composto por duas cadeiras analíticas, nas quais se estudavam jurisprudência canônica, pelo método analítico, e Direito Pátrio, pelo método sintético.<sup>66</sup>

---

63 CARVALHO, R de. História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Gulbenkein. 2001. p. 473.

64 COMPÊNDIO Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771), p. 379.

65 CARVALHO, 1952, p. 58.

66 Além de Direito Natural, as cadeiras de Direito Público e Universal eram comuns aos dois cursos, havia oito cátedras na faculdade de Leis (duas de elementos do Direito Civil) três

No curso de Leis, o terceiro ano de estudos era composto por uma cadeira sintética de Direito Civil, em que se estudava o *Digesto*, por meio da obra de Heinécio. No quarto ano, completava-se o estudo do *Direito Civil Romano* que era introduzido no primeiro ano e ocupava outros dois anos do curso de Leis. Com o quarto ano concluído e após uma prova o estudante adquiria o *status* de “bacharel”, ficando o grau de “bacharel formado” para o quinto ano de curso<sup>67</sup>. Este era dedicado às *Ordenações do Reino*, estudando-se o Direito Pátrio em duas cadeiras analíticas, que versavam sobre a interpretação e aplicação das Leis, uma instrução essencialmente prática.<sup>68</sup>

Com as reformas, o Direito Natural passou a ser considerado como a base de toda a jurisprudência. Ele era fundamental para o conhecimento dos princípios sobre os quais se assentavam as Leis positivas e a própria ordem social. Nas palavras de Lemos, “os princípios do direito civil se deduzem das fontes da razão natural e da constituição fundamental das sociedades, do gênio, índole, caráter, costumes e usos dos povos”<sup>69</sup>. Para os autores do *Compendio*, o Direito Natural era a “disciplina mais útil e mais necessária, com que os juristas devem dispor”, pois ela se serve da razão, permite a boa interpretação das leis positivas, e é capaz de promover a felicidade dos povos<sup>70</sup>. A ideia central dos naturalistas era de que havia um direito inerente à natureza humana acessível por meio da razão.

O *Compendio* divide a história da escola do Direito Natural em antes e depois de Hugo Grotius, autor que, no século XVII, escreveu *De iure belli ac*

---

sintéticas (duas de Direito Romano e uma de Direito Pátrio) duas analíticas (Direito Civil Romano e Pátrio) e uma de História Civil dos povos, (Direito Romano e Direito português). AVELAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil*: administração pombalina. 2. ed. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidos Público; Editora UNB, 1983. p. 171.

67 Três eram os graus que podiam ser obtidos na Universidade de Coimbra: o de Bacharel, com cinco anos de curso; o de Licenciado que aos poucos tornava-se um título adjunto ao de Bacharel, e o de Doutor que “era um grau honorífico que na realidade não indicava qualidades ou conhecimentos superiores”. SCHWARTZ, 1979, p. 59; CARVALHO, 1986, p. 470. Também: AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra) - ACTOS e graus de estudantes da Universidade por Faculdade. Curso de Leis. José Pereira Ribeiro.

68 CARVALHO, 1986, p. 474. Ver também: LEMOS, Francisco de. *Relação geral do estado da Universidade* (1777). Coimbra: Atlântida Editora, 1980. p. 56-57.

69 LEMOS. 1777, p. 48.

70 COMPÊNDIO, 1972. p. 205.

*pacis*. Antes dele, o Direito Natural não seria reconhecido como a “origem da Justiça”. A partir desse autor, formou-se uma escola de pensadores dedicados a estudar os princípios da Justiça. Entre eles, o *Compendio* destacava Samuel Pufendorf, que reuniu uma série de estudos referentes ao Direito Natural e Das Gentes. O *Instituto* de Pufendorf teria sido abraçado, posteriormente, por autores como Cristiano Tomásio, Wolfio e João Barbeirac.<sup>71</sup>

Com as Reformas não houve descuido em relação à vigilância das ideias potencialmente perigosas ao governo e à fé. Em verdade, as reformas pombalinas “trouxeram maior vigilância sobre as leituras e sobre a circulação de livros e ideias, procurando imunizar Portugal do vírus representado pelo pensamento revolucionário da época”<sup>72</sup>. Tratava-se de uma política de estímulo e controle vinculado a um despotismo ilustrado, denominado “paradoxal” por Kenneth Maxwell. Na Universidade de Coimbra, a incorporação das novas ideias produziu, em contrapartida, uma preocupação com a disciplina, com o controle da circulação das ideias, com a ordenação do cotidiano e dos estudantes. Segundo Francisco Lemos, depois da Reforma:

*Vinham todos as aulas sem faltarem, e depois se recolhiam a continuar os seus estudos. Todas as conversações dentro, e fora de casa eram sobre a matéria das lições. Todos os lugares de distração até ai frequentados se viam desertos; não houve bulhas, disenções, queixas, prisões e nem teve motivo a repreender. Via-se a mocidade toda cheia de modéstia, toda apartada das antigas liberdades.*<sup>73</sup>

Entretanto, essa imagem de ordem possuía fissuras que o próprio Lemos reconhecia. Ele confessava que seria demais esperar “que os costumes dos estudantes fossem todos louváveis, probos, e castos; e que eles saíssem da Universidade cheios de sentimentos de religião, de justiça, de ordem, e de

---

71 COMPÊNDIO, 1972, p. 219-220.

72 BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 107, 1991.

73 LEMOS, 1980. p. 208-209.

zelo pelo bem público”<sup>74</sup>. O espaço da subversão poderia ter sido limitado, mas não eliminado. Lemos não ignorava que o aparato de vigilância e controle tinha alcance limitado, afinal, os estudantes não viviam nos colégios, mas sim dispersos “pela cidade em casas de particulares”, de forma que seria impossível assegurar “o inteiro depósito dos costumes da Mocidade”<sup>75</sup>. Concluía Lemos que “nem todos os estudantes tem a prudência necessária no uso destes conhecimentos e se alguns não guardam as medidas convenientes nas suas reflexões, é vício pessoal, que deve ser notado com caridade”<sup>76</sup>.

Nem sempre a caridade foi condescendente com as ideias e leituras que os estudantes faziam fora das salas de aula de Coimbra. A Inquisição agiria com rigor para apurar alguns casos em que se faziam públicas as leituras e conversas do particular, no resguardo das repúblicas. Foi em uma dessas repúblicas que o estudante Francisco Cândido Chaves, filho de um advogado em Lisboa, presenciou seus companheiros criticarem os dogmas do catolicismo, o clero e os fanatismos. Diante da gravidade das declarações, Francisco Chaves denunciou os estudantes do “conventículo”, entre os quais estavam Francisco de Mello e Franco, Joaquim José da Silva; Antônio Morais e Silva, José Antônio da Silva e Mello, Antônio Pereira Caldas, estudantes de Medicina e Direito, provenientes da América Portuguesa. Estes e outros estudantes foram acusados por crimes de heresia, deísmo, blasfêmia, dogmatismo, leitura de livros heréticos, como os de Rousseau, etc.<sup>77</sup>. Dos estudantes que prestaram depoimento à Inquisição, seis foram presos e nove participaram do Auto Público de Fé, em agosto de 1781.<sup>78</sup>

---

74 LEMOS, Francisco de. *Relação geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: (1777). Coimbra: Atlântida Editora, 1980. p.198.

75 LEMOS, 1980, p. 210

76 Idem, 1980, p 217.

77 Os estudantes leram e comentaram livros “anticatólicos”, entre os quais, Montesquieu, Voltaire, Locke, Mirabeau e a obra *O Emílio*, de Rousseau, “vendo nele a confissão de Fé, na qual protesta o autor ser sectário da religião natural, como única, verdadeira e suficiente para a felicidade do homem”. NOVINSKY, Anita Waingort. Estudantes brasileiros ‘afrancesados’ da Universidade de Coimbra: a perseguição de Antônio Morais e Silva: 1779-1806. In: COGGIOLA, Oswaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: CNPq, 1990. p. 357-371.

78 Após o perdão da rainha D.<sup>a</sup> Maria I, Francisco de Mello e Franco, suposto autor do *Reino da Estupidez*, se formaria em 1786. NOVINSKY, 1990, p. 361.

Os caminhos da formação não se restringiram às salas de aulas de Coimbra. Eles se estabeleciam fundamentalmente no contato humano em que havia o comércio de saberes, tanto do professor que ensina, quanto do colega que apresentava uma “novidade” literária. O estado procurava controlar a produção e o consumo de cultura, mas sempre haveria o espaço para se burlar a ordem. Nos caminhos do conhecimento, os interesses particulares e o do Estado se mesclavam, se atraíam e se repudiavam entre os pólos do saber e do poder.

A dupla dimensão da equação saber e poder que se distingue na frase de José Ferreira Carrato: “ao serviço do rei e de si mesmo estarão os bacharéis”<sup>79</sup>. O ensino capital ao Estado e à Igreja, mas também às famílias buscava contornar os estorvos financeiros e estruturais que dificultavam o acesso à educação. Nesse ambiente, o título de bacharel ganhava os contornos de um título de “nobreza”, de um capital cultural e social que se agregava à família dos estudantes. A valorização social do ensino, cujo acesso era restrito e implicava sacrifícios, servia ao letrado para reafirmar ou ampliar o status e a honra da família. Outrossim, o conhecimento adquirido era associado aos livros e compunham a figura do letrado, simbolizando um trabalho digno. De fato, no horizonte dos esforços, brilhava a possibilidade de ingressar na administração, direta ou indireta, dos assuntos da Igreja e do Estado.

A lógica do ensino patrocinado pelo Estado era a de fornecer instrumentos capazes de contribuir com o projeto modernizador pombalino, que não era compatível com o sistema jesuítico de ensino. Após a expulsão destes e da secularização do ensino, foi se estabelecendo uma relação de simbiose direta entre o Estado e a educação, a qual se externava na definição de Francisco Lemos para a Universidade de Coimbra: “um corpo formado no seio do Estado para, por meio dos Sábios que cria, difundir a luz da sabedoria por todas as partes da Monarquia, para animar e vivificar todos os ramos da Administração pública”<sup>80</sup>. Para o governo de D. José I era fundamental a formação dos recursos humanos para a modernização do Estado.

---

79 CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*: notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 182.

80 “[...] ilustrado seus espíritos com verdadeiras noções de justo, do honesto, do útil do decoro, formando corações na prática das virtudes sociais e cristãs e inspirando-lhes sentimentos de humanidade de religião de propriedade de honra e zelo pelo bem público”. LEMOS,

As reformas promovidas durante o consulado pombalino representaram, de fato, uma mudança no “universo dos paradigmas”, que não se desfez com o governo de D.<sup>a</sup> Maria I. No âmbito da Universidade de Coimbra e no que toca aos advogados, as mudanças foram efetivas e reformaram aquilo que importava: as diretrizes do ensino. Imprimiu-se, portanto, uma nova forma e um novo conteúdo de ensino da Justiça, o que permite distinguir a formação que os advogados receberam antes e depois de 1772, em um jogo cujo peso do Estado e da Igreja variou, reconhecendo, cada qual a sua maneira, a validade da equação desenhada por Francis Bacon: saber é poder.



## IMPRESSÃO EM PORTUGAL: DA POLÍTICA RÉGIA ÀS PUBLICAÇÕES ILEGAIS (c. 1750-1806)

Luiz Carlos Villalta

Vossa Excelência, com as suas luzes conhecerá que, logo que o Príncipe Nosso Senhor não sustente ao lugar de Intendente da Policia a autoridade que lhe conferiu a Lei da Criação dele, é melhor extingui-lo, ou nomear outro Ministro, que melhor possa desempenhar as obrigações do mesmo Lugar; e Rogo humildemente a Vossa Excelência que, por me fazer mercê e honra, veja a mesma conta, na qual digo e Requeiro que o Príncipe Nosso Senhor me faça justiça, pois que, quem ler o mesmo Aviso, sem que saiba o caso, que obrigou a expedi-lo, ficará entendendo que em mim houve excesso, que excedi os limites da minha jurisdição [...].

Diogo Inácio Pina Manique,  
em correspondência ao Marquês Mordomo-mor,  
aos 14 de fevereiro de 1798.

Neste ensaio, focalizo a política editorial da Coroa e, ao mesmo tempo, as práticas de impressão ilegal em Portugal, entre 1768 e 1806, na virada do século XVIII para o XIX, período do ocaso do Antigo Regime.<sup>1</sup>

Tenho por objetivo central avaliar, no contexto da passagem do século XVIII para o século XIX, a legalidade, a inserção administrativa e o sentido político-estratégico das publicações dirigidas pelo frei José Mariano da

---

1 Segundo Alexis de Tocqueville (1856), Antigo Regime é a ordem desaparecida com a Revolução Francesa, “identificável nas diversas regiões europeias”. Mirabeau foi um dos primeiros a usar a expressão, um ano após a Revolução Francesa, em referência ao poder centralizado e à sociedade de privilégios derrubados por esse movimento revolucionário (SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 48).

Conceição Veloso (1742-1811) entre 1796 e 1806: aquelas saídas da Oficina da Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) também as feitas pela Impressão Régia de Lisboa e por casas editoriais privadas. Em razão deste objetivo, recuarei no tempo para examinar as edições dirigidas por Sebastião José de Carvalho e Mello (Conde de Oeiras, em 1759, Marquês de Pombal, em 1770), assim como estenderei o olhar para as publicações clandestinas. O recuo temporal e a incorporação das publicações ilegais como objeto de estudo acompanham-se de um pressuposto: aquele segundo o qual as iniciativas de D. Rodrigo de Souza Coutinho só podem ser entendidas se relacionadas ao contexto revolucionário em que se inseriam, dentro do qual se constituía em Portugal um esboço de esfera pública de poder e se acentuava um processo de dessacralização que enredava os atores da República das Letras e os oficiais da monarquia. <sup>2</sup>

---

2 Segundo Jürgen Habermas, no momento de formulação e difusão do pensamento ilustrado e em meio ao processo de ascensão do capitalismo e de afirmação dos modernos Estados Nacionais, deu-se a emergência de uma esfera pública de poder. Os Estados Nacionais fizeram da imprensa um elemento útil aos seus interesses, empregando-a para comunicar-se com os súditos, com o que se deu a formação de um público. Esse público, por sua vez, de composição social variável, incluindo a pequena e a grande burguesia, assim como os “homens cultos” (HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 37), em meio à superação do mercantilismo pelo capitalismo, teria se revelado um antagonista consciente do poder público (do Estado e da Corte), voltando-se contra a autoridade (*Ibidem*, p. 38-42). Nesse público constituído por pessoas privadas, domínio situado entre o setor privado e o poder público (Estado), estava a esfera pública de poder, que fazia a intermediação, “através da opinião pública, entre o Estado e as necessidades da sociedade” (*Ibidem*, p. 45-46). Esse público, primeiramente, envolveu-se em discussões literárias, realizadas principalmente nos salões existentes nas residências burguesas (*Ibidem*, p. 60, 66). Num segundo momento, existindo já um público e uma esfera pública literária, os debates transformaram-se em políticos, e os indivíduos conscientizados se apropriaram da esfera pública controlada pela autoridade, transformando-a numa esfera em que a crítica se voltava contra o poder do Estado: a *esfera pública literária*, pois, transformava-se, assim, em *esfera pública política* (*Ibidem*, p. 68). O impresso teve um papel central na constituição dessa esfera pública, mas também nas estruturas independentes do Estado absoluto, como as comunidades de comensais, cafés, salões, clubes políticos, associações (dentre elas a maçonaria), que lhe ofereceram espaços, mecanismos de informação e formas de sociabilidade (*Ibidem*, p. 48-41). Essa cronologia proposta por Habermas e a indissociabilidade entre impresso e esfera pública, todavia, são hoje questionadas. Discussões literárias entremearam-se aos debates políticos, assim como os impressos compartilharam espaço com os manuscritos e a oralidade. Sobre isto, ver, por exemplo: MELTON, James Van Horn. *The rise of the public in Enlightened Europe*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; CALARESU, Melissa. *Coffee, culture*

Portanto, neste artigo, tenho um duplo objeto, lido em suas correlações com a constituição de uma incipiente esfera pública e com o avanço da dessacralização em Portugal. De um lado, a política editorial régia, das publicações patrocinadas por Sebastião José de Carvalho e Mello, no reinado de D. José I (1750 a 1777), àquelas feitas sob a coordenação do frei José Mariano Veloso, com o aval de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do Príncipe Regente entre 1796 e 1803. De outro lado, a impressão ilegal de livros em Portugal, no mesmo período, desde o reinado josefino até inícios do século XIX.

Tomo as ações editoriais de frei José Mariano Veloso e de D. Rodrigo de Souza Coutinho como iniciativas que participaram de um esforço da monarquia no sentido de dirigir um “público”, esforço este cujos antecedentes remontam ao consulado pombalino. Encaro-as, além disso, como expressão de uma nova compreensão de mundo e de uma prática política, que, em última instância, dessacralizavam as autoridades políticas e religiosas, embora se movessem conforme fins que tinham sentido oposto, isto é, a defesa do Antigo Regime.

O objetivo que fixei para este artigo e a hipótese que apresento sobre a política editorial régia, na passagem do século XVIII para o século XIX, nasceram das interrogações suscitadas pelo desenvolvimento da pesquisa empírica, mais precisamente quando eu me debruçava sobre documentos da Intendência Geral de Polícia de Lisboa e Reino, nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa. Tais documentos me colocaram perguntas para as quais eu não encontrava respostas, situações que me pareciam contraditórias, ao mesmo tempo em que estimulavam enormemente a minha curiosidade. Para melhor esclarecer o leitor e fazê-lo acompanhar meu próprio percurso na construção das respostas, eu farei referência, ainda nesta introdução, a dois desses documentos.

---

and construction: reconstructing the public sphere in late eighteenth-century Naples. In: GATTI, Andrea; ZANARDI, Paola. *Filosofia, scienza, storia: Il dialogo fra Italia e Gran Bretagna*. Pádua: 2005. p. 135-176; sobretudo, para o caso de Portugal, ver: ALVES, José Augusto dos Santos. *A opinião pública em Portugal, 1780-1820*. 2. ed. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999.

O primeiro documento é uma resposta que, aos 10 de dezembro de 1801, Diogo Inácio Pina Manique, Intendente Geral de Polícia de 1780 a 1805, deu a um pedido de investigação que lhe fora feito três dias antes, aos 07 de dezembro de 1801, por D. Rodrigo de Souza Coutinho, a mando do Príncipe Regente D. João. Naquele dia, data do fechamento da Casa Literária do Arco do Cego, e de sua incorporação pela Imprensa Régia, D. Rodrigo pedira a Pina Manique para investigar a iniciativa do encadernador Tomás Pedro de fazer “imprimir e publicar um aviso” sobre o livro *Escola de Estenografia ou Arte de Escrever*, “dizendo, no mesmo aviso, que assim o fazia *por ordem superior*” (grifo nosso)<sup>3</sup>. O Intendente, por sua vez, em resposta ao ministro, informou que isto sucedia com todas as publicações da Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, empreendimento editorial da Coroa em funcionamento entre 1799 e 1801. Explicou, ainda, que tais papéis “não são licenciados, e a razão talvez porque se vem ‘Por ordem superior’ é [...] fazer manifesto *ao Público* achar-se autorizado a fim de poderem correr os ditos *impressos independentes das licenças, a que estão obrigadas as outras oficinas tipográficas*” (grifo nosso)<sup>4</sup>. D. João, D. Rodrigo e Pina Manique, portanto, não pareciam saber exatamente o que se passava na Casa Literária do Arco do Cego, do contrário os dois primeiros não teriam delegado a Manique a realização de uma investigação nem o mesmo teria se dado ao trabalho de realizá-la. Como explicar essa ignorância de três autoridades máximas da monarquia portuguesa? Como entendê-la? Como, aliás, compreender que impressos pudessem sair à luz numa casa editorial régia sem licenças prévias de órgãos censórios? Haveria algum embasamento legal para tais iniciativas? O frei José Mariano Veloso estaria a usurpar da autoridade que lhe fora conferida por D. Rodrigo e pelo Príncipe Regente?

O segundo documento, também assinado por Pina Manique e igualmente dirigido a D. Rodrigo de Souza Coutinho, mas em outra data, aos 11 de abril de 1800, relata uma situação aparentemente prosaica, relativa à criadagem, mas, ao mesmo tempo, emblemática das relações travadas entre ministros superiores

---

3 INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO (IANTT). Intendência Geral de Polícia. Livro 6, p. 229.

4 IANTT, loc. cit., Livro 6, p. 229.

da monarquia e do funcionamento desta<sup>5</sup>. O Príncipe Regente ordenara a Manique, anteriormente, que degredasse para Angola dois funcionários da Quinta do Arco do Cego, tomando igual atitude em relação a outras três pessoas que habitavam as vizinhanças. O soberano, com tal ordem, respondia a um pedido do frei José Mariano Veloso, que lhe fora repassado pelo ministro D. Rodrigo. Manique, no entanto, descumpriu as régias ordens e, mais do que isso, saiu em defesa dos criados da Quinta, que, aliás, era de sua propriedade particular. Voltando suas baterias contra o frei José Mariano Veloso, acusou-o de prepotência e, ainda, fez insinuações a respeito da personalidade do frade e sobre o funcionamento do estabelecimento tipográfico por ele dirigido.

À primeira vista, todos esses fatos me pareciam expressar a natureza patrimonialista da monarquia portuguesa, na medida em que evidenciavam a confusão entre os domínios público e particular, o uso de cargos públicos no acerto de vinganças pessoais e a própria disputa que se dava entre ministros para fazerem valer suas posições junto ao monarca<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, mostravam a centralidade da figura do Príncipe, alvo das disputas, distribuidor de benesses e punições. Esses fatos remetem igualmente à imagem da “sociedade de corte”, em que, conforme mostra Norbert Elias, em última instância, todos dependiam do monarca, cujas graças e benesses os nobres disputavam entre si (acrescento também os letrados, cuja própria sobrevivência, muitas vezes, dependia de alguma concessão régia): esses homens, ordenados numa cadeia de elos, formavam uma

---

5 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 6, p. 59-60.

6 A monarquia portuguesa caracterizava-se por sua natureza patrimonialista. O patrimonialismo, segundo Weber e os que nele se inspiram, é um sistema de dominação baseado na tradição, existente em sociedades pré-capitalistas e tem como características básicas: a) a organização do poder pelo soberano de forma análoga ao seu poder doméstico, confundindo-se o público com o privado, de tal sorte que o patrimônio público é tomado como propriedade pessoal do governante, com o que riquezas, bens sociais, cargos e direitos são distribuídos pelo governante como sua propriedade pessoal; b) a existência de um quadro administrativo pessoal do senhor, constituído por servidores (não por funcionários), regido pela ética do “jeitinho”; c) a falta de competências fixadas segundo regras objetivas, de hierarquia racional fixa, de um sistema de nomeações e de promoções reguladas, de formação profissional, de salário fixo ou pago em dinheiro. (WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 229-238; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, v. 1, p. 3-34, 83-109; RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *La historia del pensamiento filosófico brasileño (siglo XX): problemas y corrientes*. RIB, Washington, v. 43, n. 1, p. 45-62, 1993).

ordem hierárquica de equilíbrio instável e flutuante; se disputavam entre si a deferência real e posições de prestígio, ao mesmo tempo, procuravam distinguir-se em relação à massa<sup>7</sup>. De forma inegável, porém, os documentos supracitados deixavam-me claro que as “sombras” dos funcionários<sup>8</sup>, ou melhor, dos ministros Pina Manique e D. Rodrigo de Souza Coutinho, ultrapassavam a luz do próprio

---

7 ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte*. 2. ed. Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1995. p. 14, 54. Nuno Gonçalo Monteiro afirma que, em Lisboa, sob a dinastia de Bragança, deu-se a formação de uma Corte e de uma “nobreza de Corte”, distinta da nobreza provincial, mais ainda, das elites sociais e institucionais do Brasil (MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. 2. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2007. p. 136). Os reis, guiando-se por pressupostos teóricos corporativos da Segunda Escolástica (o que é válido até as reformas pombalinas), promoviam, por meio da “graça régia”, da chamada “economia do dom”, uma “justiça distributiva”, responsabilizando-se por parcela expressiva do rendimento dos nobres: na segunda metade do século XVIII, cerca de 16% das receitas das “casas” de titulares da nobreza vinham de “senhorios e outros bens da Coroa”, cabendo às comendas das ordens militares cerca de 31% das rendas das mesmas casas; no conjunto, no período, “os bens sujeitos à confirmação régia equivaliam a mais de 55% das” receitas globais das casas em questão (*Ibidem*, p. 88). Todavia, na segunda metade do século XVIII, os nobres vieram a deparar-se com alguns obstáculos aos seus avanços. Um deles foi a afirmação do governo da Coroa, por meio das Secretarias de Estado (*Ibidem*, p. 138). Justamente o poder de um secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho, no seu confronto com o do Intendente Geral de Polícia, é o que se observa nos documentos supracitados.

8 É anacrônico o uso de expressões como “funcionário público” e “burocracia” para designar os que trabalhavam na administração real no Antigo Regime. Tais categorias foram criadas no final do século XVIII, quando se estabeleceu a distinção de poderes de Estado e se constituiu uma estrutura administrativa em que se viam esferas distintas e articuladas de competência, bem como regras impessoais de funcionamento. Trata-se, ainda, de um momento em que as esferas pública e privada tornaram-se distintas. Por isso, é preferível usar *oficial*, *titular de ofício*. Ver: WEHLING, Arno; \_\_\_\_\_, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. In: PRIORE, Mary del. *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 141-143. No caso, como se trata de autoridades superiores da monarquia, optei pelo uso do termo *ministro*, que não corresponde exatamente ao de ministro de Estado dos dias de hoje, compreendendo um leque um pouco mais abrangente, incluindo, por exemplo, os governadores e oficiais superiores da administração ultramarina, como se vê consagrado no uso da literatura política, desde muito antes, de que é exemplo, o padre Antônio Vieira. Nos seus pronunciamentos, Vieira recorreu a tópicas presentes em coleções iconográficas de ditames políticos para a educação dos príncipes produzidas por autores castelhanos, como Diego de Saavedra Fajardo (1548-1648) e Juan de Sólórzano y Pereira (1575-1653), falando em concórdia das gentes e ordens do reino; suavidade e proporcionalidade dos impostos; honestidade e proficiência dos *ministros*; exemplaridade dos atos do governo. Ver: PÉCORA, Alcir. Prefácio: tópicas políticas dos escritos de Antônio Vieira. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Escritos históricos e políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. XI-XII. Um exemplo de uso de *ministro* nesse sentido encontra-se em: VIEIRA, Antônio. *Por Brasil e Portugal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 156-157.

sol soberano – e isto não se dava no Ultramar, onde o sol nascia ou se punha, como denunciara quase dois séculos antes o padre Antônio Vieira, mas lá, lá mesmo, na Corte, onde o sol estava a pino<sup>9</sup>. Na verdade, Pina Manique eclipsara o Príncipe, descumprindo suas ordens. E o frei José Mariano da Conceição Veloso? Também ele? Sem ter ainda respostas claras, estava convencido que política e edição se encontravam num conflito *sideral*, que se dava, sublinhe-se, numa conjuntura revolucionária, que viria a abalar essa *cósmica ordem*. Meu desafio era desenvolver e comprovar a hipótese que se me apresentava aos olhos, no exame da documentação e da bibliografia.

## O REFORMISMO ILUSTRADO PORTUGUÊS NA CONJUNTURA REVOLUCIONÁRIA

Desde fins da primeira metade do século XVIII, o Império português vinha assistindo às reformas de cunho ilustrado patrocinadas pela Coroa, que almejavam uma modernização econômica e científico-cultural e, ao mesmo tempo, a conservação dos pilares do Antigo Regime português (absolutismo, religião católica, colonialismo e sociedade estamental)<sup>10</sup>. Essas reformas

---

9 Em *O sol e a sombra*, Laura de Mello e Souza (São Paulo: Companhia das Letras, 2006) parte da analogia que o padre Antônio Vieira estabelece entre, de um lado, o sol e a sombra e, de outro, o rei e os ministros do rei, em Lisboa e no Ultramar. Vieira afirma que o poder dos ministros aumentaria na medida em que eles se distanciassem de Lisboa, alcançando as partes ultramarinas, onde as sombras seriam maiores do que quando o sol está no zênite. Laura de Mello e Souza, por sua vez, discute a política e a administração da América Portuguesa no século XVIII, examinando o papel da nobreza no interior das sociedades e da administração régia.

10 Sobre o Reformismo Ilustrado português, veja, dentre outros: ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003; FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982; HANSEN, João Adolfo. *Ilustração católica, pastoral arcade & civilização. Oficina da Inconfidência*, Ouro Preto, v. 4, n. 3, p. 11-47, dez. 2004; \_\_\_\_\_. *As liras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca. Via Atlântica*, n. 1, p. 40-52, mar. 1997; MAXWELL, Kenneth. *Pombal: paradox of the Enlightenment*. New York: Cambridge University Press, 1995; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ; Editora Revan, 2003; NEVES, Guilherme Pereira das. *A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil*. In: COLÓQUIO DO PPRLB: RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS: DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIAS, 2. Disponível em: <www.realgabinete.br>. Acesso em: 10 set. 2007; NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981; RAMOS, Luis

traduziam uma apropriação das Luzes, por parte da Coroa e dos letrados de Portugal que a ela se associaram ao mesmo tempo em que difundiram certa mentalidade ilustrada, a qual, por sua vez, sem que muitos dos protagonistas das reformas da Coroa o desejassem, inscrevia-se em um processo de dessacralização que vinha de longa data. Tal processo desenvolveu, entre alguns, uma “mentalidade subterrânea”, iconoclasta e antirreligiosa, mentalidade cuja existência foi muito bem percebida por Anita Novinsky<sup>11</sup>. Mais do que isso, de forma um pouco mais geral, ao fim e ao cabo, tal dessacralização conduziu a uma nova relação com as autoridades. Como observa Chartier em relação à França<sup>12</sup> – e isto, em alguma medida, tem validade também para Portugal –,

---

A. de Oliveira. *Sob o signo das “Luzes”*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira*. Lisboa: Estampa, 1999; TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP; Edusp, 1999; VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos do livro no mundo luso-brasileiro*. Tese (Doutorado em História)- FFLCH-USP, São Paulo, 1999. p. 111-143. Disponível em: <[www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

- 11 NOVINSKY, Anita Waingort. Estudantes brasileiros ‘afrancesados’ da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Morais Silva, 1779-1806. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp; Novastela: Brasília: CNPq, 1990. p. 357-371. Para a autora, as posturas críticas face à religião não foram obra das Luzes, mas, sim, de uma “descristianização interior”, de uma mentalidade clandestina, subterrânea, desenvolvida por “uma camada da sociedade”, os cristãos-novos, ao longo e em resistência a séculos de repressão, mormente a inquisitorial. As Luzes em Portugal só teriam nutrido esta mentalidade, na qual se encontrariam subsumidos “uma postura iconoclasta contra os santos, contra o confessorário, contra o culto e as cerimônias, que eram ridicularizados e atacados juntamente com toda Igreja militante” (COGGIOLA, 1990, p. 365, 367-368). Duas únicas ressalvas podem ser feitas à aguda percepção de Novinsky: derivar unicamente a resistência do elemento cristão-novo e entender o processo como *descristianização*. Trata-se de um processo de “dessacralização”. Como afirma Chartier sobre a França, a partir de trabalhos de Jean Delumeau, para falar em *descristianização*, teria de aceitar-se como bem-sucedida a cristianização; na França, esta se resumiu a uma mistura de práticas e de doutrinas que tinham apenas um longínquo contato com a mensagem evangélica (CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Éditions du Seuil, 2008. p. 136). Em Portugal, a mixórdia católica foi ainda maior, ao mesmo tempo em que a defesa da preservação (e purificação) da fé foi mais incisiva. Muitos dos que contribuíram para a dessacralização a que estou me referindo, de forma aparentemente paradoxal, mantiveram-se fiéis ao catolicismo, quando não à própria Igreja e à monarquia bragantina. Desenvolvo esta reflexão com mais cuidado em: VILLALTA, Luiz Carlos. *As imagens, o Antigo Regime e a “Revolução” no mundo luso-brasileiro (c. 1750-1812)*. *Escritos, Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, n. 4, 2010. (no prelo).
- 12 CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Éditions du

essa nova relação era “desrespeitosa e alternadamente seduzida e decepcionada pela novidade, sobretudo, pouco inclinada à crença e à adesão”; marcava-se por uma “atitude crítica, descolada das dependências que fundavam as representações antigas”, compreendendo a organização de uma percepção crítica e de combate ao Antigo Regime, sobretudo, comportamentos imediatos e não propriamente conscientes, mas de sentido igualmente contestatório<sup>13</sup>. As reflexões que o pensador português Antônio Ribeiro dos Santos teceu especificamente a respeito da política seguida pelo Marquês de Pombal entre 1750 e 1777, portanto, parecem valer para o conjunto das Reformas Ilustradas conduzidas pela monarquia portuguesa, entre meados do século XVIII e inícios do XIX. A propósito, disse o referido Ribeiro dos Santos sobre Pombal:

*Este ministro quis um impossível político; quis civilizar a Nação e ao mesmo tempo fazê-la escrava; quis espalhar a luz das ciências filosóficas e ao mesmo tempo elevar o poder real ao despotismo; inculcou muito o estudo do Direito Natural e das Gentes e do Direito Público Universal e lhes erigiu cadeiras na Universidade; mas não via que dava luzes aos povos para conhecer por elas que o poder soberano era unicamente estabelecido para o bem comum da Nação e não do príncipe, e que tinha limites e balizas em que se devia conter (grifo nosso).<sup>14</sup>*

Ou seja, o Reformismo Ilustrado desenvolvido pela Coroa portuguesa trouxe modificações culturais e políticas que ultrapassaram os grilhões que ele teimava em preservar. A sorte do Reformismo, das figuras e das instituições que o conduziram foi indissociável da conjuntura revolucionária aberta com a Revolução Americana em 1776 e prosseguida com a Revolução Francesa de 1789, sem esquecer a Revolução Industrial, que sacudia a economia e a sociedade na

---

Seuil, 2008. p. 133-137.

13 CHARTIER, 2008, p. 133, 192.

14 Antônio Ribeiro dos Santos apud ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. p. 9-40 (ver especialmente a p. 14). Sobre esse paradoxo da política pombalina, ver: MAXWELL, Kenneth. *Pombal: paradox of the Enlightenment*. New York: Cambridge University Press, 1995. p. 2.

Inglaterra, aumentando ainda mais suas disputas com a França e repercutindo no âmbito internacional mais amplo. Nessa conjuntura internacional, de intensa agitação, de revolução e de disputa polarizada pela França e pela Inglaterra, Portugal deu continuidade à sua política de neutralidade. Se Portugal desenvolveu uma posição neutra em relação a essas potências européias, como o fazia ao menos desde inícios do século XVIII, contudo, cada vez mais, prendeu-se à aliança inglesa<sup>15</sup>. Obviamente, a condução dessa política de neutralidade tornou-se mais difícil no quadro de revolução e de disputa internacional da virada do século XVIII para o século XIX, ficando suscetível às suas mudanças e ao traço cada vez mais belicoso que assumiu.

O próprio governo português, exprimindo essa dualidade e a busca de autopreservação, tinha um “partido inglês” e outro, “francês”, de que eram expoentes, respectivamente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (mais tarde, Conde de Linhares), de um lado, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva (Visconde de Vila Nova da Cerveira, depois, Marquês de Ponte de Lima), ou ainda, D. Antônio de Araújo de Azevedo (Conde da Barca), de outro. Tais “partidos” traduziam diferentes perspectivas ideológicas e políticas, articulando-as com relações de proximidade ou de oposição às políticas e às orientações seguidas pelos governos da Inglaterra e da França.<sup>16</sup>

---

15 Sobre o assunto, ver o capítulo “Política de neutralidade”, de Fernando Novais (NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 17-56), em que o autor mostra a persistência dos mesmos dilemas em Portugal, de inícios do século XVIII à época da crise do Antigo Regime, na passagem do século XVIII para o século XIX: “Inglaterra ou França, salvar os domínios ultramarinos pondo em risco a sobrevivência da metrópole européia, ou abandonar a colônia, aderindo à aliança continental para preservar Portugal” (*Ibidem*, p. 29). O mesmo autor sublinha que os resultados dessa política diplomática foram diferentes nos dois tempos, pois, na virada do século em exame, “não se salvaguardaram as colônias, nem o absolutismo sobreviveu em Portugal” (*Ibidem*, p. 29). Sobre a Inglaterra e a situação portuguesa nesse momento de crise, as margens de manobra do Príncipe Regente e a resistência por ele imposta (como a recusa, em 1807, em ceder aos ingleses um porto na Ilha de Santa Catarina). Ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma Colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru, SP: Edusc, 2008. p. 17-29. Sobre a política externa lusitana nesse período de turbulência, ver também: BECHO, André Pedroso. *Em nome do Império e da Ordem: a imprensa e as representações da política externa no período Joanino (1808-1821)*. Dissertação (Mestrado em História)-FAFICH-UFMG, Belo Horizonte, 2009. p. 29-62.

16 Sobre esses partidos, ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma Colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808*. Bauru, SP: Edusc, 2008. p. 38-39. As dificuldades da conjuntura e suas relações com a história da Casa do Arco do Cego

Alguns dos magos que geriram as reformas ilustradas – e que procuravam preservar os grilhões que interessavam à monarquia –, seriam engolidos nos inícios do século XIX: Diogo Inácio Pina Manique, deixando a Intendência Geral de Polícia e a vida em 1805 (embora seu pedido de demissão date de 1803) e D. Rodrigo, a Presidência do Real Erário em 1803, saindo da cena política portuguesa até 1807; ambos, na verdade, foram forçados a pedir demissão de seus cargos devido às pressões do General Lannes, inescrupuloso embaixador francês, contrabandista e saqueador (de coleções de história natural, encontradas no Museu de Lisboa), demonstrando a vulnerabilidade das autoridades portuguesas diante das pressões de plenipotenciários estrangeiros na conjuntura da passagem do século<sup>17</sup>. O Príncipe Regente, o absolutismo, a sociedade estamental e a Inquisição, por sua vez, teriam sua sorte selada mais tarde, mas isto foge às balizas cronológicas deste ensaio. Não se pode esquecer, entretanto, que a Inquisição ficaria proibida de atuar no Brasil a partir de 1810, conforme rezava o Tratado estabelecido por Portugal com a Inglaterra<sup>18</sup>, encerrando sua jurisdição sobre a América Portuguesa antes de perdê-la no próprio Portugal.

## **A CENSURA SOB O REFORMISMO: OS ESPECTROS DA OPINIÃO PÚBLICA E DAS REVOLUÇÕES**

Dentro da política reformista da Coroa portuguesa, desenvolveu-se uma espécie de política para o livro e para a leitura, dentro da qual se inseriram, de um lado, uma política de censura e, de outro, o envolvimento em publicações de determinadas obras, cujos conteúdos estivessem em sintonia com as diretrizes mais gerais do governo. No que se refere à censura literária, mais precisamente

---

e da Imprensa Régia, a partir de 1796, são analisadas por: BRAGANÇA, Aníbal. Arco do Cego e Imprensa Régia, Lisboa e Rio de Janeiro: sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil. p. 41. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 21. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0554-1.html>>. Acesso em: 09 maio 2009.

17 SILVA, Andréa Mansuy Diniz. *D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1822: L'Homme d'État, 1796-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006. v. 2, p. 157, 199.

18 AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil; a administração pombalina*. 2. ed., Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público; Universidade de Brasília, 1983. p. 149.

à publicação de livros, é necessário considerar as mudanças ocorridas no aparato da censura e as regras de seu funcionamento em Portugal. Dentro do período em exame, até 1768, vigorou o sistema de censura tríplice, isto é, feito pelo Desembargo do Paço, pela Inquisição e pelos tribunais eclesiásticos existentes em cada diocese. Entre 1768 e 1794, funcionou o sistema de censura feita por um único tribunal: de 1768 a 1787, pela Real Mesa Censória e, de 1787 a 1794, pela Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros. Em 1794, retornou-se ao sistema de censura tríplice, mas com a primazia sendo ocupada pelo Desembargo do Paço.<sup>19</sup>

Os procedimentos de controle sobre a publicação de obras sofreram alterações em 1768. Depois da criação da Real Mesa Censória, como mostra Márcia Abreu, “os censores reuniam-se periodicamente a fim de apresentar sua opinião sobre manuscritos (que buscavam licença para impressão), livros importados (que esperavam autorização para entrar em Portugal) e obras impressas (que aguardavam o confronto com o respectivo manuscrito, previamente aprovado, para que pudessem circular)”<sup>20</sup>. Em relação aos assuntos tratados na Mesa, seus membros eram obrigados a guardar inviolável segredo, constituindo grave delito desrespeitá-lo, conforme o Regimento da Real Mesa Censória de 18 de maio de 1768, o qual também devia ser objeto de sigilo, ficando vedada a divulgação de seu conteúdo<sup>21</sup>. Essa prática não sofreu grandes modificações em 1787, com a substituição da Real Mesa Censória pela Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros. O mesmo deu-se em relação aos critérios seguidos pela censura.

A Real Mesa Censória passou a ter, segundo a Lei de 05 de abril de 1768 que a instituiu, jurisdição privativa “em tudo o que pertence ao exame, aprovação e reprovação dos Livros e Papéis”, quer daqueles que já se achassem

---

19 VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos do livro no mundo luso-brasileiro*. Tese (Doutorado em História)-FFLCH-USP, São Paulo, 1999. p. 146-190. Disponível em: <[www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

20 ABREU, Márcia. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. *Revista Fênix*, Uberlândia, v. 4, n. 4, p. 2-3, dez. 2007. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/DOSSIE\\_%20ARTIGO\\_02-Marcia\\_Abreu.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/DOSSIE_%20ARTIGO_02-Marcia_Abreu.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2009.

21 IPANEMA, Marcelo de. *Livro das leis especiais de imprensa de Portugal*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1949. p. 16-17.

introduzidos em Portugal e seus domínios, quer dos que viessem a neles entrar, reimprimir-se e imprimir-se pela primeira vez<sup>22</sup>. Este monopólio da censura pelo novo tribunal, ademais, estendia-se a “todas as Conclusões que se” viessem a “defender publicamente em qualquer lugar destes Reinos”, do que se deduz que qualquer trabalho acadêmico, da Universidade ou de outras instituições educacionais, que fosse apresentado em público, estaria sujeito à censura prévia da Real Mesa Censória<sup>23</sup>. Esse monopólio referia-se “a tudo o mais, que pertence à estampa, impressão, Oficinas, Venda e Comércio dos sobreditos livros”, não escapando disto os “Papéis volantes por mínimos que sejam sem aprovação e licença” do novo tribunal.<sup>24</sup>

A substituição, em 1787, da Real Mesa Censória pela Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros traduz o espírito do reinado de D.<sup>a</sup> Maria I: dar continuidade ao que lhe antecedeu, ao mesmo tempo, fazer-lhe reparos em relação às medidas que não aprovava e alterar alguns rumos. Tal iniciativa não visava a um rompimento com a política do governo anterior, mas implicava, é certo, um recuo, mais teórico do que prático, no ímpeto secularizador e regalista. O decreto de instituição da Real Mesa da Comissão Geral, de 21 de junho de 1787, subordinou implicitamente a Coroa ao Papado, invocando a bula *Romanorum Pontificum*, baixada pelo Papa Pio VI em 1780 e pela qual o Sumo Pontífice reclamava o direito da censura de livros, que lhe fora retirado por Pombal<sup>25</sup>. A Rainha reconheceu a autoridade pontifícia no

---

22 LEI de 05 de abril de 1768 apud MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra [s.d.]. p. 36.

23 IPANEMA, Marcelo de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1949. p. 34.

24 LEI de 05 de abril de 176 apud MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra [s.d.]. p. 36. Em 1779, surgiu um conflito entre a Real Mesa Censória e o Desembargo do Paço sobre suas respectivas competências. O último tribunal representou à D.<sup>a</sup> Maria I “a respeito do embaraço com que a Mesa Censória se opõe à impressão dos papéis que por ordem desta [do Desembargo] se mandam imprimir” apud ATTALAH, Cláudia Regina. *Da Justiça em nome d’El Rei: ouvidores e Inconfidência na Capitania de Minas Gerais (Sabará, 1720-1745)*. Tese (Doutoramento em História)-UFF, Niterói, RJ, 2010. p. 194). Em seu despacho, D.<sup>a</sup> Maria I ficou a favor da Real Mesa Censória, dizendo que a proibição da impressão de papéis sem exame prévio deste tribunal não seria revogada (Ibidem, p. 195).

25 CARREIRA, Laureano. *O teatro e a censura em Portugal na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988. p. 79-80; IPANEMA, Marcelo de. *Livro das leis especiais de imprensa de Portugal*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1949. p. 39-40.

assunto, ao mesmo tempo em que se proclamou autorizada pelo Papa a criar o novo tribunal censório<sup>26</sup>. Determinou que o presidente do tribunal tivesse que ser necessariamente um clérigo<sup>27</sup>, além disso, restabeleceu a legitimidade da censura eclesiástica nas matérias religiosas, autorizando os bispos não a exercer o poder de permitir ou proibir que se imprimissem livros, mas apenas a “censurar, e declarar a doutrina”, no que, claramente havia uma nítida distância em relação às normas pombalinas, que não permitiam aos prelados gozar desta prerrogativa. Quando achassem “livros maus” circulando nos seus bispados, os prelados deveriam recorrer a Real Mesa da Comissão Geral ou à própria Coroa para que se tomassem as providências necessárias<sup>28</sup>. Simbolizando a continuidade subjacente à instituição do novo tribunal, foi nomeado como um dos seus deputados o padre Antônio Pereira de Figueiredo, oratoriano ilustrado, ex-deputado da Real Mesa Censória, autor de uma gramática que fora livro oficial sob Pombal e um dos teorizadores da práxis política do pombalismo.<sup>29</sup>

Em 1794, porém, houve modificações que redefiniram quem tinha jurisdição sobre a censura, afetando a dinâmica interna dos órgãos censórios, os modos como seus membros atuavam entre si e como se efetivavam as interdições e as concessões de licença para imprimir e fazer circular os livros. Repercutiram também em relação aos critérios que tornavam os livros proibidos ou não. Com o retorno ao sistema de tríplice censura, assim, a Coroa fixou regras para a relação entre os três órgãos envolvidos (Desembargo do Paço,

---

26 Diz a Rainha, pelo decreto, que o Papa Pio VI, “Presidente na Universal Igreja de Deus, delegou no Tribunal, e Ministros, que Eu nomear para entenderem sobre a permissão e proibição dos Livros em Meus Reinos e Domínios, aquela parte da sua Jurisdição necessária”. Decreto de 21 de junho de 1787 apud BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da censura intelectual em Portugal*: ensaio sobre a compreensão do pensamento português. 2 ed. Lisboa: Moraes Editores, 1983. p. 132-133.

27 MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977-78. v. 1, p. 526.

28 Decreto de 21 de junho de 1787 apud BASTOS, José Timóteo da Silva. *História da censura intelectual em Portugal*: ensaio sobre a compreensão do pensamento português. 2 ed. Lisboa: Moraes Editores, 1983. p. 134-135.

29 MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra [s.d.]. p. 32; CASTRO, Zília Osório de. Poder régio e direitos da sociedade no reinado de D.<sup>a</sup> Maria I. *Ler História*, Lisboa, n. 23, p. 11-22, 1992. (ver especialmente: p. 12).

Inquisição e Tribunais Eclesiásticos), ao mesmo tempo, novos critérios para reger a avaliação das obras. A regulação das relações entre os órgãos foi objeto da Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794, que aboliu a Real Mesa da Comissão Geral e reintroduziu o sistema tríplice. Definiu-se claramente que o exame dos livros poderia começar no Santo Ofício ou nos Tribunais Eclesiásticos, indistintamente, sem que nenhum deles questionasse a precedência de um ou de outro, encerrando-se o processo no Desembargo do Paço. Os três órgãos, segundo a Carta de Lei referida, deveriam “mutuamente” se auxiliar; mais do que isso, cria-se e dizia-se explicitamente que, para a concretização do “pio e público fim” da censura literária, tais órgãos deveriam trabalhar com “louvável emulação reciprocamente se” fiscalizando<sup>30</sup>. Portanto, com a substituição de um órgão único de censura e a restituição do poder sobre este campo aos três tribunais que anteriormente o detinham, almejava-se que a concorrência e a colaboração desses mesmos organismos dessem maior eficácia ao processo de censura. Lógica hoje estranha, mas completamente de acordo com o que se via na administração régia em geral.

O Alvará de 30 de julho de 1795 veio a estabelecer regras para o funcionamento do sistema tríplice, além de novos critérios para censurar os livros, coisa que a Carta de Lei de 1794 não fez. Definia que a Igreja podia fazer o exame dos livros religiosos, mas era o Estado quem avaliava os livros sobre assuntos laicos, ademais, quem podia baixar a proibição ou não de todos os livros, fossem eles civis ou religiosos. A Coroa, portanto, mantinha-se sobreposta à instituição eclesiástica<sup>31</sup>. No supracitado Alvará, consagravam-se aberturas para que alguns textos, papéis e livros fossem impressos sem que passassem pelo exame prévio dos três órgãos censórios, isto é, do Desembargo do Paço, da Inquisição e dos tribunais eclesiásticos. Se, no item 18 do Alvará de 30 de julho de 1795, definia-se que, para correr, todo livro impresso tinha de ser entregue à Mesa do Desembargo do Paço, para ser confrontada

---

30 Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794 apud IPANEMA, Marcelo de. *Livro das leis especiais de imprensa de Portugal*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1949. p. 48-49.

31 Alvará de 30 de julho de 1795 apud COLLEÇÃO da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. *Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828. p. 229 et seq. Disponível em: <[http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=110&id\\_obra=73&pagina=386](http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=110&id_obra=73&pagina=386)>. Acesso em 10 maio 2009.

a publicação com o original<sup>32</sup>, no item 14, concedia-se autorização para imprimirem-se papéis (listas de contratos, fazendas, navios; os editais e semelhantes papéis dos tribunais e juntas do Reino e Domínios), sem censura prévia, devendo os mesmos papéis, para tanto, trazer as assinaturas dos respectivos ministros. Tais papéis trariam estampado, já quando publicados, o seguinte registro: “Com a Licença de Sua Majestade”<sup>33</sup>. Segundo o item 15 do mesmo Alvará, os livros e compêndios para uso da Universidade de Coimbra, estavam isentos da censura prévia da Inquisição, do Desembargo do Paço e dos Tribunais Eclesiásticos. Eles deveriam ser examinados e qualificados pelos censores das respectivas faculdades da Universidade, ou seja, os livros de religião seriam objeto da censura por parte da Faculdade de Teologia, e os referentes ao Estado, por parte da Faculdade de Leis<sup>34</sup>. Já em relação aos “papéis periódicos”, segundo o item 17, deveria haver a nomeação de um qualificador fixo, por cada um dos três tribunais censórios, isto é, Inquisição, Juízos Eclesiásticos e Desembargo do Paço<sup>35</sup>. O item 45 autorizava o monarca a simplificar o processo de licença, quando percebesse conflito de jurisdições entre os três órgãos censórios e, por conseguinte, quando se defrontasse com problemas para a impressão e comercialização de livros. Isto para evitar o “grave incômodo e [o] prejuízo das Partes, que faça desanimar as Oficinas Tipográficas e enfraquecer a composição, a introdução e o comércio de livros”. Para tanto, para prover bem, o monarca poderia tomar as medidas necessárias, “procedendo a novas disposições e providências”<sup>36</sup>. Logo, o monarca tinha poderes legais para mudar as normas e práticas, mas, depreende-se, ficava obrigado a fixar novos parâmetros jurídicos, a baixar novas regras. Do Alvará, ainda, subentende-se igualmente que a velocidade do processo editorial, tanto a desejada pelos impressores quanto a almejada pelas autoridades superiores da monarquia portuguesa, levava à definição de aberturas para que papéis e obras fossem impressas, por mando das citadas autoridades, sem passar por

---

32 ALVARÁ de 30 de julho de 1795 apud COLLEÇÃO da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. *Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828, p. 230.

33 Idem, p. 229.

34 Id., 1828, p. 229.

35 Ibidem, 1828, p. 229..

36 Ibid., 1828. p. 235.

todo o trâmite da censura. Mais do que situações fortuitas, como procurei demonstrar em relação às publicações dirigidas pelo frei José Mariano Veloso, sobretudo quando funcionou a Oficina da Casa do Arco do Cego, a edição de alguns livros “Por Ordem Superior” ou “Com licença de Sua Majestade” constituiu uma política de Estado – e quem me chamou a atenção para isto foi o historiador Aníbal Bragança. Não se pode esquecer, que além da Universidade de Coimbra, outro órgão gozava de censura privativa. Desde 1798, isto se passava com a Academia Real das Ciências, fundada e presidida pelo Duque de Lafões, conforme Aviso de 20 de janeiro de 1798, comunicado à Academia e ao Desembargo do Paço.<sup>37</sup>

A própria evolução e o conteúdo das leis censórias parecem trazer explicações para essas aberturas, regulamentadas e consagradas por elas mesmas (não pura e simplesmente presentes na realidade das práticas, à margem da lei). Elas se constituíram como respostas às exigências definidas pela velocidade do processo de publicação e aos anseios manifestados pelas autoridades régias de editar livros e outros papéis com agilidade, ritmo este mais veloz que o moroso processo de avaliação dos livros por parte dos órgãos censórios. As aberturas concedidas pela legislação, flexibilizando o processo de censura quando não praticamente suprimindo-o, fazem lembrar o que sucedia na França, quando, para proteger os editores franceses das contrafações e da concorrência estrangeira, havia da parte das autoridades permissões tácitas, pelas quais se fechavam os olhos para a circulação de livros não submetidos à censura prévia dos órgãos competentes. Malesherbes, o diretor do comércio livreiro francês, por exemplo, deu ordem para confiscar a *Encyclopédie*, conforme lhe pedira a Corte, mas ofereceu a Denis Diderot, ao mesmo tempo, sua casa para ali se refugiar em segurança<sup>38</sup>. A mesma direção do comércio livreiro, além disso, tolerava tacitamente a publicação sem o privilégio real (em

---

37 Aviso de 20 de janeiro de 1798 [comunicado à Academia e ao Desembargo do Paço]. Disponível em: <[http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=110&id\\_obra=73&pagina=744](http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=110&id_obra=73&pagina=744)>. Acesso em: 25/06/2010. Ver também: DOMINGOS, Manuela D. Mecenato político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 102.

38 BERNIER, Marc André. *Libertinage et figures du savoir: Rhétorique et roman libertin dans la France des Lumières, 1734-1751*. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2001. p. 35.

nome do “interesse nacional”, segundo Diderot), e a Intendência de Polícia, por sua vez, fechava os olhos para o seu comércio.<sup>39</sup>

A criação da Real Mesa Censória, conforme se observa na Lei de 05 de abril de 1768, justificou-se como reação à usurpação e aos maus feitos dos jesuítas, cujo controle sobre os órgãos censórios portugueses teria permitido a entrada de “livros ofensivos à monarquia, à Moral e à própria Cúria Romana, por conterem preceitos contrários aos da verdadeira e pura Religião Católica”<sup>40</sup>. Sob o “despotismo” dos jesuítas, teriam sido proibidas as “obras de ‘todos os famosos autores iluminados e pios’”, desterrando de Portugal a boa literatura<sup>41</sup> e precipitando os “Vassalos de Portugal no inculpável e necessário idiotismo”<sup>42</sup>. Portanto, a consideração de que havia uma espécie de opinião pública, os temores de que pudesse suceder com ela naquele quadro e o intento da Coroa de dirigi-la, cerceando a atuação da Igreja nesse domínio, orientaram a criação da Real Mesa Censória. Como bem assinala Maria Adelaide Salvador Marques, mais do que combater os jesuítas, o objetivo maior era secularizar a censura, resguardar as prerrogativas da Coroa no âmbito da censura literária face à Igreja, sendo as menções à Companhia de Jesus “uma certa justificação perante certa camada da população, a elite culta”: tratava-se de uma razão “destinada à opinião pública”<sup>43</sup>. Faltou à autora reconhecer que a própria direção da “opinião pública”, sob a batuta da Coroa, estava no horizonte da lei que instituiu a Real Mesa Censória de 1768, afinal, na referida norma legal, diz-se que os vassalos haviam caído no “idiotismo”, como já se mostrou. Falava-se, igualmente, que os jesuítas teriam imposto o “despotismo sobre a ignorância”<sup>44</sup>. A censura, dividida entre três órgãos, acrescente-se, ficaria “enfraquecida”, mesmo porque tais tribunais recorreriam a censores não pertencentes aos seus quadros, isto é, externos, “destituídos das Letras necessárias para conhecerem e julgarem

---

39 CHARTIER, Roger, *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Éditions du Seuil, 2008. p. 67.

40 LEI de 05 de abril de 1768 apud MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra [s.d.]. p. 23.

41 MARQUES, [s.d.], p. 23-4.

42 LEI de 05 de abril de 1768 apud IPANEMA, Marcelo de. *Livro das leis especiais de imprensa de Portugal*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1949. p. 9.

43 MARQUES, [s.d.], p. 25, 30.

44 LEI de 05 de abril de 1768 apud IPANEMA, 1949, p. 9.

as obras”. Por fim, os “erros dos censores externos” afetaram a imagem dos “tribunais da Inquisição destes Reinos” diante das “Nações mais polidas e cultas da Europa”, estragando a fama da “Nação Portuguesa”. Disso se deduz que também uma espécie de “opinião pública” externa ou, ao menos, a opinião das autoridades e de “pessoas cultas” do estrangeiro, também era considerada pelos criadores da Real Mesa Censória<sup>45</sup>. A substituição do tribunal pela Real Mesa da Comissão Geral, em 1787, como já salientei, não parece ter representado uma ruptura, isto valeu em relação à perspectiva de controlar a circulação e a produção de livros e impressos, de forma a conduzir as leituras e a opinião, conforme os interesses da Coroa. A alteração perceptível foi uma posição menos conflituosa com o Papado, por conseguinte, as concessões feitas à Igreja e aos eclesiásticos.

Em 1794, contudo, a legislação foi mais loquaz em termos da própria orientação político-cultural que era seguida e das inflexões da política régia, certamente oriundas da radicalização então verificada, em meio ao furor revolucionário. A Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794, com efeito, ao rememorar a criação da Real Mesa Censória por El-Rei D. José I, em 1768, apontava que tal iniciativa devesse-se aos “abusos que se tinham introduzido pela liberdade de Imprensa e pelo descuido e indolência que se praticavam na introdução e revisão dos Livros, que principalmente naqueles tempos tendiam a escurecer e confundir o que havia de sólido nas controvérsias sobre o Sacerdócio e o Império”<sup>46</sup>. Dessa rememoração do passado josefino, é preciso guardar, de um lado, a referência às controvérsias entre o Sacerdócio e o Império, de outro, a questão da “liberdade de imprensa” e dos “danos” que ela causava. Isso se combina com uma das explicações que o mesmo documento legal deu para a supressão da Real Mesa da Comissão Geral e o retorno ao sistema de censura tríplice: “a extraordinária e temível *Revolução Literária e Doutrinal*, que, nestes últimos anos e atualmente, tem tão funestamente atentado contra *as opiniões estabelecidas*, propagando novos, inauditos e horrorosos *princípios e sentimentos* Políticos, Filosóficos, Teológicos e Jurídicos, *derramados e disseminados para ruína da Religião, dos*

---

45 LEI de 05 de abril de 1768 apud IPANEMA, 1949, p. 10.

46 CARTA de Lei de 17 de abril de 1794 apud IPANEMA, 1949, p. 47.

*Impérios e das Sociedades*” (grifo nosso)<sup>47</sup>. Sob o fito de preservar as “opiniões estabelecidas”, conter a “Revolução Doutrinal”, os princípios e sentimentos que se difundiam para abalar a ordem política, religiosa e social, justificava-se a volta àquele velho sistema de censura. Isso deixa evidente que se tinha em mira a constituição de uma “opinião” contrária, ameaçadora e revolucionária, “opinião” que se queria conter e calar. Em congruência com essa perspectiva, a mesma lei mudava um princípio estabelecido com a criação da Real Mesa Censória: o do segredo do seu Regimento, daquele corpo de regras que definia os critérios de proibição e liberação de obras, bem como do funcionamento dos órgãos censórios. Contrariamente ao sigilo, passou-se a entender que “a razão [e] experiência mostram quanto é prejudicial e exoso [sic] guardar em segredo um Regimento, pelo qual se faz obra *em Público, sem o Público e o Particular saber se a obra é conforme o Regimento*” (grifo nosso)<sup>48</sup>. Por isto mesmo, ordenava-se que o “dito Regimento da Mesa Censória, que deve[ria] servir de regra de direção para os censores das três Autoridades, Pontifícia, Régia e Episcopal, *se estampe e publique*” (grifo nosso).<sup>49</sup>

O uso de termos como “público”, “particular”, “estampar” e “publicar” inscreve-se dentro de uma estratégia e de uma compreensão da dinâmica política e cultural em que se define a existência dos domínios público e particular (ainda que não se demarcassem suas fronteiras). Indica, ademais, que o livro e a censura inseriam-se num circuito que permitia a conexão entre os domínios público e privado. Mais do que isso, cabia à Coroa controlar essa conexão, dirigi-la, orientá-la, servindo a publicação do Regimento da Real Mesa Censória de instrumento para tornar claro, aos olhos do público e dos particulares, o que fazia uma obra proibida ou não, deixando-lhes explícitos os princípios defendidos pela monarquia. Havia, pois, a compreensão de que se deveria conduzir uma *publicidade*. O processo de dessacralização parecia acompanhar-se de um esforço da Coroa no sentido de controlar e dirigir o público, do contrário, o último poderia vir a constituir uma ameaça à ordem monárquica.

---

47 LEI de 05 de abril de 1768 apud IPANEMA, 1949, p. 48.

48 Idem, 1949, p. 49.

49 Id., 1949, p. 49.

## DAS NORMAS DE CENSURA ÀS IMPRESSÕES ILEGAIS E AOS CONFLITOS ENTRE AUTORIDADES

Em estudo primoroso e minucioso, a pesquisadora portuguesa Maria Tereza Payan Martins agrupou as iniciativas de impressão ilegal verificadas em Portugal em diversas categorias.<sup>50</sup>

A primeira das categorias corresponde à situação em que o impressor imprimia uma obra proibida ou clandestina, sob o aliciamento do autor ou de seu representante legal. No período aqui em exame, é exemplo o que fez o Padre Dr. Manuel de Santa Marta Teixeira, em 1751, com o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney, grande expressão das Luzes portuguesas<sup>51</sup>. O padre Santa Marta tinha uma tipografia para seu uso particular, a qual, embora não fosse clandestina, dedicava-se à publicação de obras sem licença dos órgãos censórios<sup>52</sup>. Manteve-se a mesma *fausse-adresse* (“Valensa, na oficina de António Balle”) da edição de 1746, mas alterou-se a data de impressão para 1747<sup>53</sup>. Em comum com outras edições clandestinas, o livro, de natureza epistolar, deixava em anonimato o autor e mencionava um suposto destinatário, ambos nomeados por asteriscos, como se vê em seu subtítulo: “várias cartas escritas pelo R. P. \*\*\* Barbadinho da Congregaçam da Italia, ao R. P. \*\*\*”<sup>54</sup>.

Uma segunda categoria compreende as situações em que um impressor, por iniciativa própria, imprime um texto não autorizado. No período em exame, isto não teria acontecido. Há, ainda, um terceiro tipo, referente aos impressores que não respeitavam o procedimento legal relativo às segundas

---

50 MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; FCT, 2005.

51 MARTINS, 2005, p. 596.

52 RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação e Ciência, 1980. p. 41-2.

53 MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *Verdadeiro método de estudar*. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/VERNEY.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

54 VERNEY, Luís Antônio. *Verdadeiro método de estudar, para Ser útil à República, e à Igreja: proporcionado Ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto Em varias cartas, escritas pelo R. P. \*\*\* Barbadinho da Congregaçam da Italia, ao R. P. \*\*\* Doutor na Universidade de Coimbra*. Valensa: Officina de Antonio Balle, 1746. “Com todas as licensas necessarias &c”.

licenças para publicar, do que Payan não encontrou casos no período em questão.

Um quarto grupo é constituído pelos casos de impressores que, em conluio com autores, desrespeitavam a censura feita pelas autoridades e/ou imprimiam frases não submetidas à aprovação das mesmas. Disto é exemplo o livreiro João José Bertrand, em 1769, com a obra *Portugal Sacro-Profano*, de Paulino Dias de Niza, em relação à qual manteve erros apontados pelo censor e fez acréscimos sem o conhecimento deste.<sup>55</sup>

Uma penúltima categoria refere-se às situações em que o impressor atuava clandestinamente e encobria sua ação usando um falso endereço tipográfico. Isto foi o que fez o impressor Francisco Clamopin Durand que, em 1774, deu como em Barcelona a reimpressão de *Dictionnaire François-Portugais*, quando o livro foi estampado no Porto, sem licença da Real Mesa (provavelmente, tratava-se de uma contrafação de um *Dictionnaire* publicado em Lisboa por Miguel Manescal da Costa).<sup>56</sup>

Por fim, havia os casos de impressores que fizeram uma tiragem dolosa de determinado livro. Dentro desta categoria, para o período em exame, há apenas duas ocorrências. Um exemplo é o que fez, em 1753, o impressor Inácio Rodrigues, com *Antídoto Gramatical*: ele publicou mais exemplares que os entregues a Pedro Silva, que havia solicitado o serviço, vendendo uns e repassando outros.<sup>57</sup>

Além dos casos citados por Martins Payan, houve com certeza outros. Em minha pesquisa, localizei alguns. Antes do estabelecimento da Real Mesa Censória, em 1766, quando havia a censura feita pela Inquisição, pelo Desembargo do Paço e pelos Tribunais Eclesiásticos, e se acatava o Index papal, Antônio Álvares, frei da Congregação do Oratório, denunciou aos inquisidores de Lisboa duas situações de ilegalidade. Uma, de venda de livros proibidos a pessoas desautorizadas e outra, de impressão sem licenças, por decisão do impressor, o que corresponde ao segundo tipo identificado por Martins Payan. Segundo frei Antônio, em:

---

55 MARTINS, 2005, p. 615.

56 Idem, 2005, p. 618.

57 Id., 2005, p. 622.

*Todas ou quase todas as Lojas dos Estrangeiros mercadores de livros, assistentes nesta Cidade, se estão vendendo publicamente, a toda pessoa, as obras de Van Espen<sup>58</sup>, que se acham no Catálogo dos Livros proibidos<sup>59</sup>. E não me consta que eles tenham para isso permissão de Vossas Senhorias [...] as obras de Febrônio<sup>60</sup>, que estão proibidas por um Decreto da Congregação dos Livros proibidos, como consta do Apendix [sic] dos Livros proibidos, feito já no tempo do Santíssimo Padre Clemente XIII, ora reinante, Miguel Rodrigues as imprimiu nesta cidade e as está vendendo, e, como [para] tal impressão não consta ter ele alcançado, primeiro, Licença de Vossas Senhorias, pois as não traz, e mudou o nome do Lugar da impressão, duvido se o faria sem a devida permissão de Vossas Senhorias, a quem Deus Guarde.<sup>61</sup> (grifo nosso).*

Miguel Rodrigues não era um livreiro, mas impressor do Cardeal Patriarca e, segundo Payan Martins, tinha um currículo imbatível em matéria de clandestinidade editorial. Em 1763, ele fora preso por ordem da Inquisição. Pesara-lhe a acusação de reimprimir uma oração considerada “vã, supersticiosa e temerária”, *Cópia de huma revelação a qual foi achada no Santo Sepulcro*, ainda, de imprimir clandestinamente *Resposta de hum Ministro a El Rey Filipe IV sobre ou fazer, ou não, as pazes com Portugal*, sob a alegação de que recebera para tanto autorização do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras. Este último teria inclusive feito emendas no texto com sua própria letra<sup>62</sup>. Essa alegação de participação do ministro, feita por Manuel, não ficou provada. Nem muito menos o contrário, isto é, o não envolvimento do ministro. Aqui, basta que se registre a hipótese de uma autoridade poderosa, como o Conde de Oeiras, subtrair-se às jurisdições dos órgãos censórios. Essa situação de impressão, que tangencia a ilegalidade, parece-me constituir um

---

58 Zegeri Bernardi Van Espen, canonista, autor, entre outros, de *Jus Ecclesiasticum Universum*.

59 Esta informação não é válida para os catálogos e proibições posteriores a 1768, data da criação da Real Mesa Censória.

60 Justini Febroni, também canonista, autor de *Statu Ecclesiae*.

61 IANTT. Inquisição de Lisboa. Caderno do Promotor. n. 128, p. 160v.

62 MARTINS, 2005, p. 608.

tipo diferenciado, não consagrado em sua especificidade na tipologia criada por Payan. Dentro da ordem política do Antigo Regime – em que a vontade do Príncipe, muitas vezes, era a lei, ainda que não se formalizasse como tal e/ou mesmo colidindo com as leis vigentes, ainda que, nessas condições, essa vontade pudesse ser classificada por alguns súditos como manifestação de despotismo –, a situação em análise não era propriamente de impressão ilegal. Na verdade, a força da autoridade régia, fosse ela o próprio rei, fosse algum de seus oficiais mais próximos, para fazer sua ação virar “lei”, malgrado se distanciasse em maior ou menor grau da norma legal, era o que o determinava a legalidade ou não da mesma ação. No caso em exame, Pombal ou não quis se envolver, ou o impressor Miguel Rodrigues mentiu. A Inquisição, por sua vez, puniu o último (ou ao menos o interceptou e prendeu). A ser verdadeira a denúncia do oratoriano, por seu turno, o impressor Miguel Rodrigues tinha mais um delito a ser incorporado ao seu histórico, dessa vez, sem a cobertura de autoridade superior: estaria metido na impressão ilícita das *Obras* de Febrônio, sem permissão dos censores, e recorria ao uso clássico de um falso lugar de impressão, para se livrar de possíveis sanções.

Também antes da criação da Real Mesa Censória, tem-se o caso de uma impressão, sem dúvida nenhuma ilegal, que não se enquadra em nenhuma das categorias da tipologia usada por Martins Payan: uso de licença concedida para si em edição alheia. O caso envolveu o “Livro intitulado ‘Doutrina cristã’, composto pelo padre Marcos Jorge, da Companhia de Jesus, e acrescentado pelo Padre Inácio Martins, da mesma Companhia”. José Felipe, impressor em Lisboa, em 1759, usou a licença de impressão que tinha recebido do tribunal para aplicá-la a material já impresso por outrem. Primeiramente, ele disse que o livro “se achava já impresso somente até a folha número ‘quarenta e oito’”, porém, depois, contou “que tinha já em seu poder outro Livrinho do mesmo título, conferido pelo Qualificador Frei Francisco Xavier de Lemos e com as Licenças para Correr, por estar completamente impresso”<sup>63</sup>. O familiar da Inquisição julgou que o livro referido fora impresso em outro lugar que não a oficina em questão. O próprio Filipe veio a admiti-lo, explicando que fizera isso por temer que o privilégio da impressão do livro, também chamado “Cartilha

---

63 IANTT. Inquisição de Lisboa. Caderno do Promotor, n. 124, p. 119-119v.

do Mestre Inácio”, fosse passado da Companhia de Jesus para os Padres do Espírito Santo.<sup>64</sup>

Quando vigorava o sistema de censura única, mais precisamente da Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros, em 1794, deu-se a publicação de *Medicina Teológica* (de Francisco de Melo Franco, mineiro de Paracatu, que permaneceu oculto no anonimato até 1862)<sup>65</sup>. Os censores Antônio Pereira de Figueiredo e João Guilherme Muller deram licença para a publicação da obra. Ambos teriam registrado “Pode correr” num papel, por eles rubricado e também pelo Presidente do Tribunal, autorizando que a obra saísse à luz pela “mão do Impressor Antônio Rodriguez Galhardo”<sup>66</sup>. A Lei de 05 de abril de 1768, que criou a Real Mesa Censória, definiu que as obras fossem entregues a deputados relatores, dentro de suas respectivas áreas de competência, vindo os mesmos, em reunião, relatar o parecer feito, que seria submetido à apreciação dos demais deputados censores, vencendo-se a posição da maioria dada por voto<sup>67</sup>. O Regimento do mesmo tribunal, datado de 18 de maio de 1768, por sua vez, confirma o mesmo procedimento, além de reforçar as obrigações de cordialidade a serem observadas por pareceristas e demais deputados<sup>68</sup>. A Lei de 21 de junho de 1787, que criou a Real Mesa da Comissão Geral, em substituição à Real Mesa Censória, estabeleceu que, nas matérias doutrinárias e relativas “às penas Canônicas”, só poderiam ter voto os “ministros eclesiásticos”<sup>69</sup>. Muller, pastor protestante convertido ao catolicismo<sup>70</sup>, a rigor, não poderia ser considerado ministro eclesiástico católico. Logo, não poderia participar da decisão sobre *Medicina Teológica*, obra que, embora

---

64 IANTT, loc. cit., n. 124, p. 119v.

65 MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. São Paulo: IEB, 1969. p. 142-143.

66 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 4, p. 235.

67 LEI de 05 de abril de 1768 apud IPANEMA, Marcelo de. *Livro das leis especiais de imprensa de Portugal*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1949. p. 13.

68 Regimento da Real Mesa Censória apud IPANEMA, 1949, p. 17.

69 LEI de 21 de junho de 1787 apud IPANEMA, 1949, p. 41.

70 ABREU, Márcia. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX, uma outra visão da censura. *Fênix*, Uberlândia, n. 4, p. 8, out./ dez. 2007. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/DOSSIE\\_%20ARTIGO\\_02-Marcia\\_Abreu.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/DOSSIE_%20ARTIGO_02-Marcia_Abreu.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2009.

fosse de Medicina, remetia a questões teológicas. O padre Antônio Pereira de Figueiredo, contudo, era um ministro eclesiástico, o mesmo valendo para o presidente do tribunal, que, por determinação da Lei que o criou, precisava ser clérigo. A ilegalidade da permissão censória dada à publicação da obra *Medicina Teológica*, portanto, é controversa: se o livro é de medicina, pode resvalar em questões teológico-doutriniais; se dois dos censores eram clérigos, um terceiro fora pastor protestante, o que não estava de acordo com as normas caso se considerasse que a obra tratava de questões doutriniais... A força dos censores, ou inversamente de seus opositores, enfim, definiria por uma interpretação ou outra. Ao final, diante da Coroa, venceu, de qualquer forma, a posição de Pina Manique.

Na tipologia de impressão ilegal construída por Payan Martins, não há um tipo que consagre essa situação de “ilegalidade” dada por conflito de autoridade entre órgãos censórios e polícia, caracterização esta implícita nas posições do Intendente Geral de Polícia contra os censores em questão pela publicação da referida obra. A impressão do livro poderia ser vista como legal, além disso, concebendo-se, porém, que o problema estava nos censores, que teriam falhado. Os efeitos da proibição, no entanto, não foram nada duvidosos: a edição esgotou-se rapidamente, tamanha a procura dos leitores<sup>71</sup>, o que mostra a existência de uma *audiência* ávida pelo proibido e atenta às movimentações da repressão, com o objetivo de driblá-la, podendo-se supor que a oralidade contribuía para que se pudesse realizar este objetivo.

Manique afirmou que os dois censores eram “conhecidos por muita gente por sediciosos e perigosos”. Considerava que o “Espírito” de Muller era “Republicano”, afirmando que para prová-lo bastava ler “as Gazetas Portuguesas” (isto é, a *Gazeta de Lisboa*). Nesse periódico lusitano, os censores Figueiredo e Muller deixavam passar notícias do bom tratamento que os franceses davam a prisioneiros portugueses, ao mesmo tempo em que pintavam, com “cores vivas”, as ações dos primeiros, com “a morte cor”, aquelas feitas pelos espanhóis e portugueses, fatos esses que “ainda a serem verdades se deviam

---

71 MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808. São Paulo: IEB, 1969. p. 140-142; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977-78. v. 1, p. 522.

omitir”<sup>72</sup>. Pela análise de Manique, portanto, a licença dada por Figueiredo e Muller à *Medicina Teológica* e a revisão da *Gazeta de Lisboa*, que ambos faziam, compunham um quadro que os colocava sob suspeição, juntando duas publicações e um suposto posicionamento pouco favorável à defesa da religião e do trono. Na perspectiva do Intendente, as práticas de ambos como censores colidiriam com os interesses mais amplos da Coroa. Permitiriam que, no âmbito editorial, se difundissem fatos e interpretações que prejudicavam as imagens de portugueses e espanhóis – e isto, embora o Intendente não o diga com todas as letras, junto ao público leitor. Havia, pois, na mente de Pina Manique, o espectro da “opinião pública” (ou de *uma* “opinião pública”).

Havia, porém, outras implicações, que aqui serão analisadas apenas para compreensão das relações entre estrangeiros e livreiros (e impressores), dentro das quais os dois censores figuraram. Vejamos os detalhes desta delicada acusação – e velada, uma vez que o Intendente não a faz categoricamente. No mesmo ano de 1794, Manique relatou duas situações perigosas. Letrados importantes, dentre as pessoas de melhor qualidade, estariam sendo contatados por Broussonet, médico francês, deputado jacobino e aliado de Robespierre, que concluiu o discurso iniciado por Necker na Convenção Nacional Francesa. Ele fora acolhido pelo abade Correia da Serra, reputado como jacobino e maçom, na Academia das Ciências, em cuja casa morava. Broussonet frequentava a casa do Duque de Lafões, primo da Rainha, que Manique estava “Certo era arrastado pelo mau Homem do dito Abade Correa”<sup>73</sup>. Além disso, Broussonet estabelecia contatos com o padre Teodoro de Almeida, ilustrado da Congregação do Oratório, divulgador das ciências, autor de *Recreação Filosófica* e do romance *O Feliz Independente*, dentre outras obras. O mesmo homem se aproximava de mulheres, havendo a suposição de que, nos dois tipos de contato, buscasse adeptos.<sup>74</sup>

Na mesma época, o cônsul norte-americano abrigava, em sua casa, o veneziano Caetano Bragace, preso anteriormente pela Intendência “por sedicioso” e em cujo poder encontrou o papel *Dissertação sobre o Estado*

---

72 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 4, p. 235v-236.

73 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 4, p. 214-215v.

74 IANTT, loc. cit, Livro 4, p. 234v.

*passado e presente de Portugal*<sup>75</sup>. Caetano Bragace, ademais, apurou Manique, seria o responsável por levar *Medicina Teológica*, livro já citado de Francisco de Melo Franco, para ser publicado... Logo, juntando os relatos, neste último episódio, além do cochilo dos dois censores, havia uma intervenção de um estrangeiro, anteriormente preso por suspeita de ser revolucionário e que tinha trato com outro estrangeiro, um norte-americano. Segundo Manique, esses “dois papéis”, assim como outros (por ele não nomeados), mostravam “quanto vão avançando os passos, para, por uma parte [isto é, com *Medicina Teológica*] atacarem a religião que temos a fortuna de professar, na parte mais essencial e, no outro papel [isto é, a *Dissertação*], o trono e os seus Ministros de Estado”. Os estrangeiros em questão, portanto, envolviam-se na edição e ou circulação de escritos que solapavam a fé católica e a autoridade monárquica e dos ministros de Estado. Dois censores haviam autorizado a publicação de um dos textos. Juntando-se os relatos que Manique faz dessas duas situações – de um lado, a centrada no cônsul norte-americano e no sedicioso veneziano Bragace e, de outro, aquela que tinha por protagonistas Broussonet e o abade Correa –, percebe-se que o Intendente compreendia que os estrangeiros, para disseminar a Revolução, arregimentavam adeptos entre figuras importantes das letras e/ou da nobreza portuguesa (Teodoro de Almeida e o Duque de Lafões). Ao menos um deles, fazia a mesma coisa entre as “frágeis” mulheres. A esses agentes revolucionários, somavam-se muitos outros, segundo Manique, uns deles agindo junto ao “baixo povo”, entre operários<sup>76</sup>. Publicações (a *Gazeta e Medicina Teológica*) e manuscritos (a *Dissertação sobre o Estado presente e passado de Portugal*) estavam no meio dessas relações perigosas, assim como um impressor (Antônio Rodrigues Galhardo) e dois censores (Figueiredo e Muller). E vislumbrava-se a figura do público. Na perspectiva de Pina Manique, na trama revolucionária que se urdia, juntavam-se estrangeiros, especialmente franceses, e diferentes indivíduos pertencentes a distintos grupos sociais lusos: aos operários, ao nobre, ao letrado, ao impressor e aos censores citados, somavam-se livreiros, muitos deles de origem francesa, formando uma ampla e heterogênea galeria.

---

75 IANTT. Intendência Geral de Polícia, Livro 4, p. 232v-233.

76 IANTT. loc. cit. Livro 4, p. 164-165.

O novelo que Manique desfiava remetia ao mesmo tempo para a Coroa e suas políticas na passagem do século XVIII para o século XIX, e, em meio a elas, a política editorial. Essa política de edição, primeiramente, expressava concepções mais gerais, que traduziam aquela mudança na compreensão do mundo e das coisas que foi aguçada com o Reformismo Ilustrado. Em segundo lugar, ela se materializava em ações e publicações que guardam semelhanças, no que se refere aos procedimentos editoriais, em relação àquelas associadas às impressões ilegais. Política editorial régia e edições ilegais, de algum modo, furtavam-se à ação do aparato censório estabelecido. Além disso, as publicações feitas conforme a orientação régia na virada do século XVIII para o século XIX envolveram a participação de sujeitos cujas trajetórias interpenetravam-se com a dos livros e manuscritos proibidos e/ou com as ideias contra o trono e a monarquia. As publicações resultantes da política editorial da Coroa, ademais, contêm semelhanças com um caso concreto de publicação ilícita, reprimida pela Inquisição, aqui já citado: a impressão ilegal por “ordem superior” feita por Miguel Rodrigues Costa, em 1763. Ao mesmo tempo, assemelhavam-se a outras edições feitas sob o consulado pombalino e com o envolvimento mais ou menos direto de Pombal. Cada um desses aspectos será analisado a seguir.

## **POLÍTICAS DE EDIÇÃO: DE SEBASTIÃO JOSÉ A D. RODRIGO DE SOUZA COUTINHO**

O exame das políticas de edição seguidas pela Coroa portuguesa pode começar pelas publicações anti-jesuíticas dirigidas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>77</sup>. Pombal envolveu-se diretamente na supervisão de publicações anti-jesuíticas, tais como a *Relação Abreviada* (1757), a *Dedução Cronológica e Analítica* (1767-1768), o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* (1772) e *O Uruguai* (1769)<sup>78</sup>. João Paulo Martins assinala que a

---

77 O poderoso ministro josefino não foi o primeiro a valer-se de libelos na luta contra os jesuítas. Ainda no século XVI, Gabriel Soares de Souza fez circular um libelo contra os mesmos na Corte, verificando-se depois, no mesmo século e também no século XVII, a circulação de papéis contra os inacianos. CATÃO, Leandro. *Sacrílegas palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Tese (Doutorado em História)-FAFICH-UFMG, Belo Horizonte, 2005. p. 149-50.

78 CATÃO, 2005, p. 150-153, 155, 158.

resistência armada que os indígenas dos Sete Povos das Missões impuseram contra as decisões do Tratado de Madrid (1750)

*Foi posteriormente utilizada pelo pombalismo na campanha anti-jesuítica pela Europa, sendo produzido um dos principais textos de cunho histórico da propaganda pombalina a Relação Abreviada (1757). Esse texto, escrito em grande parte pelo próprio Carvalho e Melo, foi inicialmente publicado em português, mas teve traduções para alemão, inglês, francês e italiano, e ajudou a disseminar a imagem de índios militarizados e treinados pelos inacianos, sendo uma das mais fortes propagandas para legitimar a expulsão dos jesuítas de todo o Império de Portugal (1759). Além disso, ajudou na pressão pela extinção da ordem de Santo Inácio, o que fez o Papa Clemente XIV, em 1773.<sup>79</sup>*

O caso da publicação do *Uruguai*, de Basílio da Gama, exprime outra vertente da ação pombalina, que se articulava à sua política editorial, de resto, à sua ação política mais ampla: o mecenato. Segundo Ivan Teixeira, o Marquês de Pombal desenvolveu uma relação com a arte de seu tempo segundo as normas do mecenato, orientando a poesia de Basílio da Gama, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Francisco de Melo Franco e Antônio Dinis da Cruz e Silva, entre outros. Nessa orientação, combinavam-se as poéticas de Francisco José Freire (*Arte Poética*, de 1748) e as prescrições de Luís Antônio Verney (*Verdadeiro Método de Estudar*, de 1746) às conveniências políticas do mecenas. Com essa combinação, os conceitos de arte confundiam-se com noções importantes para a definição de Estado (filosofia moral, razão, natureza, clareza e bem comum), dessa forma, o poema tornava-se extensão da ordem do Estado, “concedidas a mediação da emoção e do prazer”<sup>80</sup>. Portanto, as interpretações poéticas eram moldadas segundo os preceitos retórico-poéticos, ao mesmo tempo, conforme os princípios da política do mecenas: a produção dos poetas, assim, pode ser

---

79 MARTINS, João Paulo. *Política e história no Reformismo Ilustrado Pombalino (1750-1777)*. Dissertação (Mestrado em História)-FAFICH-UFMG. Belo Horizonte, 2008. p. 95.

80 TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP; Edusp, 1999. p. 14.

“entendida como um ajuste de um caso particular (mensagem pombalina) ao esquema geral de dispositivos retórico-poéticos do costume”<sup>81</sup>. Fenômeno similar se dava na arquitetura, na gravura, na pintura e na historiografia desse tempo. Se Pombal fez uma tenaz propaganda contra seus inimigos, para tanto, valeu-se da proteção a poetas e artistas, esses cuidaram de divulgar e manter o nome do ministro<sup>82</sup>. Pombal optou por luso-brasileiros para realizar sua obra de propagação, por sua maior docilidade às inovações: “é muito clara a existência de uma equipe de brasileiros empenhada na propagação do ideal pombalino em Portugal”<sup>83</sup>. João Adolfo Hansen reconhece que esses letrados “possuíam” condicionamentos e limites ao elaborarem suas obras que, de fato, alguns deles se subordinaram mais claramente às reformas conduzidas pela Coroa, como Basílio da Gama e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que atacam com virulência a Companhia de Jesus em seus poemas. Isso, contudo, segundo o mesmo autor, não eliminou as tensões de suas obras em relação a tal programa.<sup>84</sup>

A exemplo da *Relação Abreviada*, Pombal cuidou de divulgar outras obras de igual orientação, enviando-as a autoridades portuguesas, por exemplo, do Brasil, também no exterior, orientando as embaixadas lusitanas espalhadas pela Europa a traduzi-las e a espalhá-las<sup>85</sup>. A *Dedução Cronológica e Analítica* (1767), obra em três volumes, cujo propósito era “mostrar todos os males perpetrados pelos jesuítas na história de Portugal, na história eclesiástica e na deturpação do direito canônico, ao defenderem a supremacia papal sobre os reis temporais”, atribuída a José de Seabra da Silva, além de merecer especial divulgação em

---

81 TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP; Edusp, 1999, p. 49.

82 TEIXEIRA 1999, p. 54.

83 Idem, 1999, p. 50.

84 Se os poetas ilustrados coloniais não podem ser considerados românticos, escrevendo poesia como expressão ou subjetivação da experiência, mas, pelo contrário, compondo-as “como representação retórica de caracteres, paixões e ações de gêneros tradicionais”, não se pode, entretanto, caracterizá-los de forma unitária nem à sua poesia como “representação harmônica e totalmente aderida ao poder central”. Na relação estabelecida entre a pátria (local de nascimento) e a nação (correspondente à generalidade dos interesses da Coroa portuguesa) tem um exemplo das tensões presentes nos poemas. HANSEN, João Adolfo. Ilustração católica, pastoral árquade & civilização. *Oficina da Inconfidência*, Ouro Preto, v. 4, n. 3, p. 17-18, 28, dez. 2004.

85 CATÃO, 2005, p. 152.

Portugal e seus domínios, chegou à França e à Espanha, onde foi bem recebida, contribuindo na campanha pela supressão da Companhia de Jesus.<sup>86</sup>

O *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, produzido pela Junta de Providência Literária, da qual fizeram parte o próprio Pombal, José de Seabra da Silva, o Cardeal da Cunha e Frei Manuel do Cenáculo, dentre outros, todos homens ligados a Pombal, foi impresso em 1771, depois da criação da Real Mesa Censória. A julgar-se pela lei que criou este tribunal e o seu Regimento, o referido livro deveria, em teoria, submeter-se à sua censura prévia. Contudo, no mesmo livro, impresso pela Régia Oficina Tipográfica, não consta licença da Real Mesa Censória, mas apenas o seguinte registro: “Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno MDCCLXXI **Por Ordem de Sua Magestade**” (grifo nosso). Deduz-se, portanto, que um livro afinado com a política da Coroa, tendo em sua composição a participação de seu mais poderoso ministro, o Marquês de Pombal, escapava da censura prévia do tribunal censório, sendo impresso “Por Ordem de Sua Magestade”, excepcionalidade que seria consagrada pela legislação censória posterior, de 1795.

Publicações que se davam dessa maneira, isto é, “Por Ordem de Sua Magestade”, não constituíram uma prática rara nem específica do período pombalino, uma vez que perduraram até mesmo após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Segundo Simone Cristina Mendonça de Souza, na *Impressão Régia do Rio de Janeiro*, “pedidos de impressão enviados pelo governo eram publicados com a seguinte indicação no rodapé da página de rosto: ‘Por ordem de Sua Alteza Real’, ‘Por Ordem de Sua Magestade’ ou ‘Por Ordem Superior’. Já as que tinham sido enviadas pelos autores e conseguiam passar pela censura, recebiam as indicações: ‘Com Licença de S.A.R.’, ‘Com Licença’, ‘Com licença da Mesa do Desembargo do Paço’<sup>87</sup>. Tomás Vila Nova Portugal, ministro de D. João, já no Rio de Janeiro, por exemplo, aos 12 de julho de 1817, informou, ao Diretor-presidente da Junta da Diretoria da Impressão Régia, que o Rei D. João desejava que Manoel da Silva Porto e José Pedro Fernandes imprimissem, “à sua custa, nessa Régia Oficina, os Elogios que compuseram congratulando-se ao Mesmo Senhor pela Restauração

---

86 MARTINS, 2008, p. 105.

87 SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. *Primeiras impressões*: romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822). Tese (Doutorado em Teoria e História Literária)- IEL/Unicamp, Campinas, 2007. p. 41.



**Figura 1:** Frontispício de *Compendio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, de 1771 (Edição Fac-similar da Universidade de Coimbra, de 1972). No livro, impresso pela Régia Oficina Tipográfica, não consta licença da Real Mesa Censória, mas apenas, como se vê, o seguinte registro: “Lisboa Na Regia Officina Typografica Anno MDCCLXXI Por Ordem de Sua Magestade”.

**Fonte:** *COMPÊNDIO Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972.

de Pernambuco”, isto é, pela derrota da Revolução Pernambucana de 1817. Concluía o ministro com a ordem para que a Junta da Régia Tipografia assim executasse<sup>88</sup>. Textos, que não livros, de diferentes gêneros e tamanhos, com certeza passaram por caminho similar: o soberano e/ou seus ministros os encaminharam, sem os submeter ao exame dos órgãos censórios, para serem publicados por impressores contratados. Ao fazê-lo, como assinei anteriormente, tinham cobertura da legislação censória de 1795.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, se Portugal viveu sob uma conjuntura bastante delicada, (por causa das pressões revolucionárias, das guerras e, depois da expansão napoleônica, dos problemas políticos, dos apertos nas finanças públicas), o mundo editorial português foi dinamizado

<sup>88</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Registro de Avisos e Offícios. Livro 10, IJJ 1 164, 1817, fl. 33.

pelas ações e publicações conduzidas sob a batuta de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar, de 1796 a 1801, Presidente do Real Erário, Ministro e Secretário de Estado da Fazenda, de 1801 a 1803, e do botânico frei José Mariano da Conceição Veloso, natural do Brasil. A história de ambos no mundo editorial, por sua vez, é indissociável da Casa Literária do Arco do Cego, órgão régio, como já se disse, criado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 10 de agosto de 1799. Entregue à direção de frei José Mariano da Conceição Veloso, a Casa do Arco do Cego foi fechada aos 07 de dezembro 1801, em seguida, integrada à Imprensa Régia. Até hoje, não se encontrou o marco legal fundador da Casa do Arco do Cego, de tal sorte que não se sabe quais seriam as atribuições, privilégios e limites que lhe foram definidos pelas leis<sup>89</sup>. Ela compreendia uma loja de livros, um ateliê de gravura e oficinas de tipografia, de encadernação, de calcografia e de fabricação de tipos etc.<sup>90</sup> A trajetória do ministro e do frei supracitados no mundo da impressão será examinada logo adiante, mas, para compreendê-la melhor, cabe analisar a conjuntura da virada do século XVIII para o século XIX.

Diogo Inácio Pina Manique, malgrado certos exageros, talvez tenha sido entre os ministros de D. João aquele que melhor enxergou o que se passava em Portugal e na Europa no fim do século XVIII e inícios do século XIX. Manique discorria enormemente sobre sua “presente conjuntura”, firmando o olhar

---

89 A falta deste documento legal de constituição da Tipografia foi assinalada por: LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 77; BOSCHI, Caio César. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 500-501; DOMINGOS, Manuela D. Males que vêm por bem: a extinção do Arco do Cego e o ‘resgate’ das suas fontes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: ARQUIVOS, MEMÓRIA EDITORIAL E HISTÓRIA DA VIDA LITERÁRIA. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 4.

90 CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, 2007. p. 239-280; SILVA, André Mansuy Diniz. *D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1822, L’Homme d’État, 1796-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006. v. 2, p. 125. A Casa do Arco do Cego contou com “um corpo de gravadores em regime de aprendizagem (chegaram a 24 ‘peritos’), para que não fosse preciso recorrer a outros de fora, nem do estrangeiro; um atelier de encadernação; e a criação da oficina tipoplástica, que produzia os próprios tipos ou caracteres de imprensa” (DOMINGOS, 2009, p. 6).

atento e vigilante com que a mirava. Por repetidas vezes, firmando a posição da Polícia sobre os vários assuntos de sua alçada (até mesmo, extrapolando-as), ele recorreu a fórmulas como a que segue: “deve haver na *presente conjuntura* toda a circunspecção neste exame, para que outros se abstenham e vejam que a Polícia anda vigilante, e que se não poupa diligência alguma” (grifo nosso)<sup>91</sup>. Interessa recuperar de seus diagnósticos a identificação dos “perigos” e as considerações sobre o “público”. Ele percebia a existência de um “público”. Sua noção de *público* se confundia com a boa ordem e a justiça, ainda, parecia fundir-se com a satisfação, a correspondência de expectativa, de certa *audiência*. Esta opinião pública, contudo, não nos iludamos: naqueles tempos, no concreto, não corresponderia à avaliação majoritária entre os súditos, dispostos, no que se referia estritamente a isso, em situação de simetria. O próprio Intendente tinha clareza do contrário, que a justiça no Antigo Regime funcionava de forma assimétrica, ou seja, em consonância com a desigualdade dos vassallos, em termos de estado e de relações sociopolíticas. Analisando-se a atuação do Intendente Geral de Polícia, em seu conjunto, percebe-se que ele se dispunha a corrigir ou amenizar o que julgava ser iniquidade ou grave distorção no interior do que chamamos Antigo Regime, tendo em vista, porém, a sua manutenção. Disto foi exemplo sua intervenção no caso do embate entre frei Joaquim de Ataíde e o sapateiro Antônio Rodrigues: nos idos de 1792, este último fora espoliado e vilipendiado pelo frade citado, que lhe tomara a mulher, com ela se concubinando, roubara-lhe e tentara assassiná-lo. Malgrado todos esses maus feitos e ainda a oposição que encontrava de seus confrades em Coimbra, ele conseguiu a proteção do padre frei Matias da Conceição, que lhe arrumou uma cadeira para lecionar naquela localidade e intercedeu a seu favor junto ao Príncipe Regente D. João<sup>92</sup>. Manique, em reação, interveio a favor do humilde sapateiro, movido pelo desejo de “*que o Público seja satisfeito e este miserável queixoso [isto é, o sapateiro] atendido nas suas súplicas, na Presença de Sua Alteza Real*”. Manique alegou ainda que interferira a favor do sapateiro por este “ser pobre e infeliz, e não ter alguém que o proteja”.<sup>93</sup>

---

91 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 3, p. 253v.

92 IANTT, loc. cit., Livro 3, p. 236v-240.

93 IANTT, loc. cit., Livro 3, p. 239-239v.

Na defesa do Antigo Regime, Pina Manique combatia ferozmente os adversários da ordem, ao mesmo tempo, agia para dirigir, manipular e ensurdecer o público. Todavia, em relação a alguns aspectos, ele queria ver o “público” satisfeito. Com ambas as posições, ele parecia, no conjunto de suas ações como Intendente de Polícia, dilatar o universo da audiência delimitada pela palavra “público”, estendendo sua abrangência para o conjunto dos súditos (tão somente na condição de audiência). Em todo caso, Manique não descuidava da identificação dos espaços em que este público-audiência se reunia, das ideias que neles se cultivavam e dos atores que agiam no sentido de divulgar posições contrárias à sustentação da religião católica e do trono. Assim, em janeiro de 1794, com a Revolução Francesa em fase republicana, Manique mandou o corregedor do Porto investigar quem eram as pessoas que “andavam libertinamente falando nos Mistérios mais sagrados da nossa Santa Religião, na Real Pessoa de Sua Majestade [D.<sup>a</sup> Maria I] e na do Príncipe [D. João] que nos rege, e que aprovam o governo dos Franceses”<sup>94</sup>. Ordenou igualmente que se verificasse se havia “uma loja de Pedreiros livres [isto é, de maçons] com toda a *publicidade*, se nos botequins, cafés, bilhares e assembléias, era onde se disseminava o que referiu” (grifo nosso); logo, queria saber quais eram os espaços na cidade do Porto onde se dava *publicidade* às ideias subversivas e heréticas, considerando uma loja maçônica como um dos espaços possíveis da configuração disto que se pode conceber como um contra-poder, uma *esfera pública*.

A percepção, por parte de Pina Manique, acerca da existência de uma esfera pública de poder, contudo, era anterior no tempo e se fez presente até o fim de sua atuação. Em carta ao Marquês Mordomo-mor, ministro do Príncipe Regente, aos 13 de dezembro de 1792, ele esboçou um diagnóstico sobre o que sucedia em Portugal, as posições e as medidas a serem tomadas. Segundo Manique:

*Em alguns cafés, bilhares, casas de pasto [isto é, hospedagens], boticas e em algumas assembléias, costumam-se ter, ali, gazetas e correios [isto é, periódicos], assim estrangeiros, como portugueses,*

---

94 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 5, p. 19v.

*para se servirem e atrair gentes, que lhe dêem consumo e consigam os seus interesses. Mas isto, que à primeira vista parece não ser nada, serve de sensitivo [sic] e de abrir a porta a diversos discursos e combinações. E alguns [leitores] pervertem o sentido literal das mesmas Gazetas e se adiantam ao ponto de ser prejudicial. E [isso se dá], muito particularmente, quando, nos encarregados de reverem as ditas Gazetas nacionais, não há toda aquela crítica ou Polícia [isto é, polimento, sapiência e cuidado], que pede a presente conjuntura, pois, no meu parecer, seria desnecessário trazer a Gazeta Nacional [isto é, a Gazeta de Lisboa] algumas coisas, que os povos menos instruídos o saibam, pois é certo que, neste Reino, o maior número de vassalos dele não sabe se não a sua língua nacional, e a presente época, parece, que pedia a política que os povos não se entretivessem com estas notícias. E isto era uma das razões porque, no Reinado do Senhor Rei D. José, se suprimiu a Gazeta Nacional e a não havia”<sup>95</sup>*

Toda essa extensa análise mostra que Pina Manique percebia que parcela dos súditos de Sua Majestade Fidelíssima reunia-se em inúmeros lugares e espaços de sociabilidade (boticas, cafés, casas de pasto, bilhares e assembleias, aos quais, em outros documentos, ele acrescentaria livrarias, praças, ruas, casas particulares etc.), que em tais locais, além de encontros, ocorriam a leitura e o debate de periódicos, dentre eles a *Gazeta de Lisboa* e jornais estrangeiros (em outros documentos, ele incluiria livros, pequenos impressos e manuscritos, além de imagens, todos eles, proibidos); que nos mesmos espaços, os jornais eram deixados à disposição para consumo dos clientes e mesmo para atraí-los.

O Intendente, porém, ia além, pois percebia que se constituía uma audiência, um público que era *inventivo*, que subvertia os sentidos originais dos textos (em outros documentos, ele acrescentaria: que levantava palavras de ordem contra a monarquia e a religião, saudando a Revolução e convidando os presentes para realizá-la em Portugal!), contando, no caso da *Gazeta de Lisboa*, com a colaboração dos censores, que, como já foi assinalado anteriormente,

---

95 IANTT, loc. cit., Livro 3, p. 290-290v.

deixavam passar notícias que deveriam ser ocultadas do povo (em outros documentos, ele usaria o adjetivo “rústico”, mas também mencionaria os “polidos” e os “libertinos”). Era, portanto, uma audiência que se transfigurava num poder concorrente, que afrontava a ordem, reunindo sujeitos individuais privados que, livremente, exercitavam sua razão pública e expressavam seus posicionamentos, sem se confiar a limites. Era uma audiência, ademais, que tinha uma limitação que poderia ser explorada: como ela, em boa parte, só conhecia a língua portuguesa, bastava cercear a circulação da *Gazeta de Lisboa*, lembrando-se o Intendente da obscurantista medida de El-Rei D. José, que a interditou em seu reinado, entre 1750 e 1775<sup>96</sup> (em documentos posteriores, contudo, Manique perceberia que alguns dos materiais em circulação permitiriam superar essa barreira, pois traziam imagens, perigosas pelo conteúdo, principalmente, pela amplitude da audiência que as poderia compreender, posto que seriam legíveis a todos os que as vissem). Por isso tudo, propunha artifícios para cercear (sem suspender) a circulação daquela “mesma Gazeta e, assim, continuar para tirar dos cafés, bilhares, casas de pasto e boticas, este incentivo de abrir a porta a assuntos e discursos, que deles não podem produzir senão tristes consequências”<sup>97</sup>. Manique, com uma acuidade ímpar, vislumbrava (e temia!) a constituição do que chamamos *esfera pública de poder*, queria ensurdecê-la, impedindo, por exemplo, que a *Gazeta de Lisboa* chegasse às suas mãos.

D. Rodrigo de Souza Coutinho, na sua relação com os impressos e com a leitura, possuía algumas proximidades com Pina Manique. De um lado, procurava dirigir o público (entendido como uma audiência constituída pelos súditos), em conformidade com os projetos reformistas e as diretrizes governamentais; D. Rodrigo, como assinala Manuela Domingos, desde sua experiência diplomática em Turim, incluía, entre seus planos, a melhoria da “qualidade das artes gráficas, da tipografia inspirada naquelas Itálias dos setecentos”<sup>98</sup>. Valeu-se, para tanto, do uso de *publicidade*, de publicações, algumas com claro cunho propagandístico. Visava também a solapar os inimigos, do estrangeiro ou dos domínios portugueses. Por outro lado,

---

96 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 3, p. 290-290v.

97 IANTT, loc. cit, Livro 3, p. 291v.

98 DOMINGOS, 2009, p. 3.

dava mostras de firme disposição para reprimir aqueles que ele supunha se enquadrar nessa categoria, por conseguinte, constituíam forças opostas à monarquia.

Da primeira vertente de suas ações, fizeram parte publicações, nas quais tanto D. Rodrigo quanto frei Veloso, em colaboração, envolveram-se diretamente, de outubro de 1797 até a criação do Arco do Cego, em 1799, um conjunto de brochuras, escritas em português ou traduzidas do francês, publicadas por impressores de Lisboa. Tais brochuras visavam ao desenvolvimento técnico de culturas ou manufaturas e tinham um claro cunho pedagógico, mirando um público médio, de pequenos proprietários, agricultores e artesãos<sup>99</sup>. Muitas dessas brochuras eram ilustradas, com tiragens de 1.000 a 2.000 exemplares, voltando-se para a distribuição gratuita, o que demonstra sua preocupação com a publicidade e com o alcance do público<sup>100</sup>. Na mesma vertente, isto é, a da direção do público e da propaganda, estariam as publicações saídas da Casa do Arco do Cego: elas funcionavam como instrumento propagandístico de Estado e adequavam-se ao gosto das elites por assuntos relacionados às ciências<sup>101</sup>. Nesse caso, portanto, o público visado era diferente em relação ao das publicações anteriores, pertencendo a um estrato social e cultural superior. Em relação a essas publicações, Aníbal Bragança identifica também um público específico, o constituído pelos habitantes do Ultramar<sup>102</sup>. Com uma audiência muito maior, por fim, inscreveu-se o desejo do ministro, manifestado em 1803 – não levado às últimas consequências pelo Príncipe Regente – de publicar “milhares de papéis”, a serem divulgados aos povos, que: “pintassem, debaixo das mais justas e negras cores, as vistas dos franceses, a sua ambição, a sua associação com os espanhóis, a perfídia destes

---

99 SILVA, 2006, v. 2, p. 122; DIAS, Maria Odila Leite Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 278, p. 105-170, jan./mar. 1968. (ver especialmente: p. 113-116).

100 DOMINGOS, 2009, p. 3-5.

101 CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, 2007. p. 279.

102 BRAGANÇA, Aníbal. Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30, Santos, 29 ago./ 2 set. 2007, p. 12. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0782-1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

últimos, os projetos de se senhorearem de Portugal<sup>103</sup> etc., em linha similar à defendida por Manique anos antes em relação à *Gazeta de Lisboa*.

Na segunda vertente das ações de D. Rodrigo no campo editorial, ou melhor, no campo da leitura, encaixava-se sua posição a respeito da formação de um clube aristocrático, nos idos de 1802, sob o comando do Marquês de Alorna, para leituras de “papéis públicos” e discussão de “projetos políticos”. Alorna era neto do nobre acusado de envolvimento na tentativa de regicídio de 1758. Ao rogar o apoio do Príncipe para esta iniciativa, Alorna dizia desenvolvê-la sob a divisa “Deus – Rei – e honra” e, ainda, que se inspirava nas antigas casas de conversação da nobreza, que sempre existiram. Para D. Rodrigo, entretanto, tratava-se de um “mal” a ser extirpado. Ele considerava “que nada é tão perigoso na Monarquia como as Sociedades de Classes que se querem arrogar direitos que não têm”<sup>104</sup>. O ministro via, no clube de nobres de Alorna, perigo similar ao configurado pela maçonaria.<sup>105</sup>

Esse conjunto de iniciativas e posições de D. Rodrigo, de que era auxiliar frei Veloso, portanto, relaciona-se à dupla orientação que seguia, a qual combinava o direcionamento das múltiplas audiências constitutivas do público e a repressão de qualquer força que pudesse se formar contra a monarquia, naquela conjuntura revolucionária, marcada pelo conflito polarizado entre Inglaterra e França, dentro da qual Portugal procurou seguir uma política de neutralidade. D. Rodrigo era associado ao “partido inglês”. Manique, por seu turno, aproximava-se do ministro, na medida em que era um feroz opositor dos franceses<sup>106</sup>, ainda que haja indícios de conflitos entre ambos, como se

---

103 CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, 2007. p. 277.

104 D. Rodrigo de Souza Coutinho apud CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, 2007. p. 277.

105 Iniciativa similar à de Alorna, ocorrida na França, mereceu igual rejeição da parte da respectiva Coroa em 1731: o *Club de l'Entresol*, entidade privada “onde se reuniam estudiosos respeitáveis, clérigos progressistas, militares de alta patente e magistrados experientes”, para discutir política externa e interna. Ao se institucionalizar, ele rompeu o silêncio e a discrição, vindo o Abbé de St. Pierre reivindicar ao regente Fleury sua transformação de sociedade privada em órgão público ou semi-público. O resultado foi a proibição do funcionamento do clube pelo Regente, obrigando-o a se refugiar “na clandestinidade, no foro privado em que se havia constituído” (KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. de Luciana Villas-Boas Castelo Branco. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 1999. p. 61-3).

106 Sobre a complexidade, as contradições e as adversidades desse contexto em que se inseriram

deu em 1802, quando D. Rodrigo o acusou de omissos e ineficaz, e ele, em defesa própria, enviou ao ministro um balanço de suas realizações à frente da Intendência<sup>107</sup>. As iniciativas tomadas por ambos, no campo do livro e do impresso, deram-se no interior desse quadro mais amplo. Isso repercutiu no âmbito da produção e circulação livreira, inclusive dos “livros proibidos” – e o que foi mostrado a respeito de Manique o demonstra.

A Casa Literária do Arco do Cego materializou as ambiguidades, os obstáculos e as contradições da orientação política de D. Rodrigo. Na criação da Casa do Arco do Cego, havia um viés colonial: o empreendimento integrava a política colonial desenvolvida pelo ministro, que realçava o papel do Brasil, sem, contudo, esquecer a Índia. Por isso mesmo, a Casa do Arco do Cego produziu um grande número de obras tipográficas de ciências naturais sobre o Brasil, o que se justificava num quadro em que a colônia americana era a responsável em boa parte pela prosperidade comercial da metrópole. No seu curto período de existência, a Tipografia publicou um total de 83 títulos, dos quais 41 são traduções, 36 são originais portugueses e 6 textos vêm em latim<sup>108</sup>. Sua política editorial trazia como correlato uma preocupação com a divulgação das obras junto ao público. A Casa do Arco do Cego possuía uma loja para vender seus livros, no Rossio, em Lisboa<sup>109</sup>, onde, assim como em outras lojas de livros do país, fez circular catálogos de suas publicações. A instituição, ademais, fez “remessas de suas edições para os funcionários e agentes da administração colonial para que fossem vendidos a todos que,

---

as iniciativas de D. Rodrigo no campo da edição, seus interesses e seu significado, veja, dentre outros: BOSCHI, Caio César. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 502; BRAGANÇA, Aníbal. Arco do Cego e Imprensa Régia, Lisboa e Rio de Janeiro: sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31. p. 5.

107 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 7 (1802-1803), p. 23-63.

108 LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 82.

109 LEME, 1999, p. 82; DOMINGOS, Manuela D. Mecenas político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, 1999. p. 102.

com sua leitura se pudessem beneficiar, especialmente no desenvolvimento de atividades agrícolas<sup>110</sup>. No interior dos próprios livros publicados, além disso, havia catálogos, nos quais eram citadas as obras já editadas e as que estavam ainda no prelo.<sup>111</sup>

Havia o desejo de atingir o público não só em termos de compra, mas também de leitura: desejava-se divulgar o conhecimento para uma *audiência* mais ampla, ainda que no interior das elites. Tal perspectiva aparece, em “Discurso de tradutor”, de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, parte de uma das traduções do Arco do Cego, *Reflexões sobre a Metaphysica do Calculo Infinitesimal*. Gama defende o uso da língua vulgar, ao invés do latim, como forma de quebrar o monopólio de alguns poucos, com isso, “abrirem-se as portas das Ciências a todos os indivíduos<sup>112</sup>. Se esse discurso adequava-se ao lema “instruir deleitando”, que orientava a Tipografia<sup>113</sup>, em congruência com ele, o uso da imagem ocupou um lugar fundamental nas publicações: entre os 83 livros por ela editados, 45 traziam ilustrações, enquanto 38 não as tinham (só para termo de comparação, dos 548 livros publicados pela Impressão Régia, no ano de 1800, apenas 34 tinham imagens)<sup>114</sup>. As imagens, muitas delas coloridas, funcionavam como ornamento, ao mesmo tempo, auxiliavam na compreensão<sup>115</sup>. A loja do Rossio, ademais, comercializava as imagens de modo

---

110 BRAGANÇA, Aníbal. Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30, Santos, 29 ago./ 2 set. 2007. p. 12. Foram exemplos de autoridades coloniais que prestaram essa colaboração Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802) e Antônio José da Franca e Horta (1802-1811), governadores de S. Paulo, que procuraram “distribuir os impressos e folhetos enviados pela Tipografia do Arco do Cego para a Capitania entre os fazendeiros locais”. VARELA, Alex Gonçalves. As atividades científicas do “Químico e Metalurgista” João Manso Pereira na Capitania de São Paulo (1796-1803). REUNIÃO DA SBPH, 26 (Disponível em: <[http://209.85.229.132/search?q=cache:4pgkwMFp0\\_IJ:sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Alex%2520Goncalves%2520Varela.pdf](http://209.85.229.132/search?q=cache:4pgkwMFp0_IJ:sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Alex%2520Goncalves%2520Varela.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2009).

111 NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – um frade no Universo da Natureza. In: CAMPOS, 1999, p. 67-8.

112 Manuel Jacinto Nogueira da Gama apud FARIA, Miguel. Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, 1999, p. 119.

113 Idem apud FARIA, In: CAMPOS, 1999, p. 119.

114 FARIA. In: CAMPOS, 1999, p. 123.

115 Idem. In: CAMPOS, 1999, p. 120.

avulso<sup>116</sup>, o que parece indicar que se queria atingir um público mais amplo – e disso se fazia divulgação nos catálogos. O uso das imagens para chegar ao público – motivo de cuidado dos órgãos censórios e de que os revolucionários se valiam, o que era observado por Manique –, portanto, funcionava também como elemento de sedução e ampliação da audiência dos livros da Tipografia do Arco do Cego, junto a um espectro social maior, mas não propriamente atingindo o “baixo povo”.

A preocupação da parte de frei Veloso com os leitores foi tão longe a ponto de haver publicações surgidas em resposta a demandas apresentadas por eles. Gregório Soares, em Vila Rica, capitania de Minas Gerais, escreveu pedindo informações sobre alguns desenhos referentes a moendas de açúcar, apresentados no tomo I de *O Fazendeiro do Brasil Cultivador*, de 1798 (a obra, em 5 tomos e 10 volumes, saiu entre 1798 e 1806), publicado por outra tipografia que não a do Arco do Cego (esta só publicou *O Fazendeiro do Brasil Criador*, em um único volume, em 1801)<sup>117</sup>. As informações pedidas pelo leitor Gregório Soares saíram em 1800, pela Tipografia do Arco do Cego, em *Respostas dadas a algumas perguntas que fizerão sobre as moendas dos engenhos de assucar e novos alambiques*, por Jerônimo Vieira de Abreu e em *Extracto sobre os Engenhos de Assucar do Brasil*.<sup>118</sup>

O terceiro aspecto a ser considerado refere-se aos sujeitos envolvidos nas atividades da Casa do Arco do Cego. A referida casa editorial tinha um componente clientelístico e de mecenato, constituindo-se, como muito bem sublinha Ramada Curto, “uma forma de arregimentar intelectuais que, de outro modo, poderiam ter comportamentos sediciosos”. Com essa cooptação, exercia-se um papel de “vigilância”.<sup>119</sup>

Alguns desses letrados notabilizaram-se por defender ideias e/ou ter comportamentos heterodoxos. Uns, é verdade, antes de figurarem entre os colaboradores da referida Casa, ou, então, apenas depois de seu fechamento. De personagens que tiveram esse tipo de conduta são exemplos, respectivamente,

---

116 FARIA, 1999, p. 121.

117 LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia. In: CAMPOS, 1999. p. 79-80.

118 NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – um frade no Universo da Natureza. In: CAMPOS, 1999. p. 51-75 (ver: p. 66-67).

119 CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: ICS, 2007. p. 279.

o padre Manuel Rodrigues da Costa, que se envolveu na Inconfidência Mineira de 1788-89 e ficou encarcerado em Lisboa de 1792 até 1801 (depois, veio a engajar-se no processo de emancipação do Brasil, elegendo-se deputado na Constituinte em 1823 e metendo-se na revolta liberal de 1842)<sup>120</sup>; e Hipólito José da Costa, então já formado em Direito e Filosofia pela Universidade de Coimbra, em 1801 nomeado deputado da Junta da Imprensa Régia, no ano seguinte, preso pela Inquisição pelo crime de maçonaria (em 1805, conseguiu evadir-se para Londres, onde dirigiu o *Correio Braziliense*, marcado por críticas ao governo de D. João)<sup>121</sup>. Outros tiveram comportamentos irreligiosos e/ou sediciosos, antes e depois dos idos de 1799-1801: Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva, irmão de José Bonifácio, desempregado à altura da abertura da Tipografia<sup>122</sup>, quando estudante na Universidade de Coimbra, em 1794, foi denunciado por defender a Revolução Francesa e proferir proposições heréticas sobre a fornicação e o Inferno, além de se pronunciar a favor da Revolução Francesa, à exceção do regicídio<sup>123</sup> (depois, exerceria cargos de magistratura no Brasil e participaria da Revolução Pernambucana de 1817 e da Independência, em 1822)<sup>124</sup>. Manuel Arruda da Câmara, médico pernambucano, formado pela Universidade de Montpellier – para onde foi depois de deixar Coimbra, em função das perseguições governamentais contra estudantes afeiçoados às doutrinas da Revolução Francesa –, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, desde 1793, membro de várias comissões científicas governamentais e colaborador da *Flora Fluminense* de frei da Conceição Veloso, em 1800,

---

120 CARVALHO, Côn. José Geraldo Vidigal de. *Ideologia e raízes sociais do Clero da Conjuração - século XVIII, Minas Gerais*. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1978. p. 33-34; BOSCHI, Caio César. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 505.

121 LEME. In: CAMPOS, 1999, p. 256

122 CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: \_\_\_\_\_. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 82.

123 IANTT. Inquisição de Coimbra. Caderno do Promotor n. 228 (1788-1795). Livro 410, p. 368-380.

124 LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Autores e tradutores portugueses e brasileiros. In: CAMPOS, 1999, p. 244. NEVES, Guilherme Pereira das. Do império luso-brasileiro ao império do Brasil. *Ler História*, Lisboa, n. 27-28, p. 75-102, 1995 (ver especialmente: p. 79-84).

depois de sua volta a Pernambuco, foi denunciado por proferir proposições heréticas<sup>125</sup>. Envolveu-se, em 1802, no Areópago de Itambé, provavelmente uma instituição para-maçônica. Antes de morrer, deixou uma misteriosa carta, com críticas ao despotismo, à aristocracia e à discriminação dos homens de cor.<sup>126</sup>

Dois outros nomes importantes dessa confraria foram Manoel Maria Barbosa du Bocage e o padre José Agostinho de Macedo, ambos poetas. Em 1797, ao tentar prender Bocage, oficiais ligados à Intendência Geral de Polícia acharam manuscritos de sua autoria julgados “ímpios e sediciosos”<sup>127</sup>, intitulados *Epístola à Marília* ou *Pavorosa ilusão da Eternidade*, “e que

---

125 CASCUDO, Luís da Câmara. Nota 8. In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. e notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942. p. 91-92; LEME, In: CAMPOS, 1999, p. 251. Segundo denúncia encaminhada de Pernambuco à Inquisição de Lisboa, em 1800, numa conversa com o padre Manoel Felipe Gonçalves, na Praça do Rossio (ao que tudo indica, em Pernambuco, Olinda ou Recife), Câmara defendera o “argumento” de “ser o jejum nocivo, contra a natureza e, por isso, mal”. Na mesma ocasião, falou também que as “visões de S. Paulo, eremita, nasciam da frouxidão membrosa, e não de realidade, unindo a essa” preleção “palavras frouxas, menos cristãs e tediosas à verdadeira Religião” (IANTT. Inquisição de Lisboa. Caderno do Promotor n. 134 (1797-1802). Livro 322. s.p.).

126 O ‘Areópago de Itambé’ seria uma “escola de ensinamentos filosóficos e administrativos, uma espécie de clube, ao qual pertenceu a melhor gente moça da Capitania” (CASCUDO, Luís da Câmara. Nota 8. In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. e notas de Luís da Câmara Cascudo. São Paulo: Nacional, 1942. p. 91-92). Na carta que deixou ao morrer, Câmara fala sobre uma “obra secreta”, de que o “feroz despotismo” não deveria ter conhecimento, e critica a “aristocracia cabunda”, que se oporia a uma medida que julgava essencial: “chamar aos lugares públicos” os homens de cor, pois se “jamais pode progredir o Brasil sem eles intervirem coletivamente em seus negócios” (CÂMARA apud KOSTER, 1942, p. 92-94).

127 O papel circulou em: Lisboa, em 1802-3 (IANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 11980 – Caixa 1461; agradeço à Professora Virgínia Trindade Valadares pela indicação generosa deste processo); Lamego, em 1798 (IANTT, Inquisição de Coimbra. Caderno do Promotor n. 123. p. 88-89); Bragança, em 1801 (IANTT, Inquisição de Coimbra. Caderno do Promotor n. 125. p. 32); Ponta Delgada, em 1798 (IANTT, Inquisição de Lisboa, Caderno do Promotor n. 133. p. 20); em localidade indefinida do interior de Portugal, em 1805 (IANTT, Inquisição de Lisboa. Processo 17160, Maço 1138, Caixa 1641); e mesmo no Brasil, em 1807 (LEITE, Paulo Gomes. A Inquisição em Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.). *História de Minas Gerais*: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 2, p. 129-154). Seus leitores eram maçons, militares e freis sodomitas, que o apropriavam para legitimar o usufruto dos prazeres carnis e/ou negar a religião católica e a monarquia absoluta. Há indicações, ainda, que os leitores fizeram reproduções manuscritas do poema (IANTT. Inquisição de Lisboa. Processo 11980 – Caixa 1461).



**Figura 2:** Imagem encontrada em *Aviário Brasílico ou Galeria Ornithologica das Aves Indígenas do Brasil*, do Frei José Mariano da Conceição Veloso, livro publicado em 1800 pela Oficina da Casa do Arco do Cego. Nas publicações dessa casa editorial, utilizavam-se frequentemente imagens, que serviam como ornamentos e recurso para a transmissão mais fácil de conhecimentos.

**Fonte:** CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 195

principia[va com:] ‘Pavorosa Ilusão da Eternidade’ e acaba[va] de ‘Oprimir seus iguais com o férreo Jugo’<sup>128</sup>. Tal poema brada contra a existência do Inferno, denunciando-a como crença que se colocaria contra a liberdade do homem, inversamente, a serviço do despotismo: trata-se de um poema triplamente libertino, uma vez que atacava, ao mesmo tempo, a religião, a moral e a ordem política, defendendo o direito do homem de viver as paixões. Bocage foi capturado pouco depois, ainda em 1797, quando tentava embarcar para a Bahia.<sup>129</sup>

Para escapar da prisão e de Manique, Bocage endereçou poemas a autoridades e figuras de relevo, dentre elas, José de Seabra da Silva, Ministro do Reino. Com isso, ele conseguiu transformar “o crime dos *versos sediciosos* ou políticos em *críticos*, ou pecado de filosofismo”, a seu requerimento, foi ele entregue à Inquisição, vista à época como mais benigna<sup>130</sup>. Ficou preso nos cárceres do Santo Ofício até fevereiro 1798, sendo transferido no mesmo ano para o hospício das Necessidades, para ser doutrinado pelos oratorianos, mais precisamente por Teodoro de Almeida<sup>131</sup>, aquele que, em 1794, era objeto de desconfiança do Intendente Geral de Polícia. Solto em 1798, passou a trabalhar na Tipografia do Arco do Cego em 1800, a convite do frei Velloso, fazendo traduções, pelo que recebia um salário<sup>132</sup>. Aparentemente, ele tinha se “reconvertido”, pois escreveu, recitou, em alguns casos, publicou poemas, em homenagem a membros da família real, tudo isso entre 1800 e 1801, à princesa D.<sup>a</sup> Maria Tereza, ao Príncipe Regente e à D.<sup>a</sup> Carlota Joaquina<sup>133</sup>. Em

---

128 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 5, p. 166v-167. Sobre isso: VILLALTA, Luiz Carlos. *As libertinagens e a idéia de Inferno em Portugal e no Brasil (1750-1805)*. CONFERÊNCIA proferida no ICT-Arquivo Ultramarino, Lisboa, Portugal, em 06 nov. 2008.

129 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 5, p. 166v-167.

130 BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa – Os Arcades*. 3 ed. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005. p. 352.

131 CURTO, 2007. p. 273.

132 Cronologia da vida e obra de Bocage. Lisboa: Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://purl.pt/1276/1/cronologia.html>>. Acesso em: 10/01/2009.

133 Ele escreveu uma cantata pelos anos da princesa D.<sup>a</sup> Maria Tereza, recitada publicamente num teatro, aos 29 de abril de 1800. Em 13 de maio de 1801, o poeta fez coisa similar, em homenagem ao aniversário do próprio Príncipe (GONÇALVES, Adolto. *Bocage: o perfil perdido*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 283), tendo o poema sido publicado pela Oficina do Arco do Cego (*Ibidem*, p. 284). Em abril do mesmo ano, ele compôs um poema

setembro, o poeta participou de uma sessão na Casa Pia, no Castelo de São Jorge, em regozijo pelos tratados feitos com a França e a Espanha, a convite do Intendente Pina Manique, que também teria sido o responsável por sua participação numa festa, realizada no Teatro de S. Carlos, para comemorar o restabelecimento da paz com a França.<sup>134</sup>

José Agostinho Macedo, também poeta e tradutor, era padre e tinha um comportamento dissoluto. Embora na sua produção intelectual desprezasse as mulheres, andava com prostitutas e viveu concubinado com uma ex-freira, sendo acusado por Bocage de tê-la reduzido à prostituição<sup>135</sup>. Foi também apontado como ladrão de livrarias. Feroz defensor do trono e do altar, subterraneamente fazia uma obra mais fescenina (isto é, obscena) que Bocage e de caráter anti-libertino, sem conotação política ou anti-clerical<sup>136</sup>. Traduziu a libertiníssima *Ode a Priapo*, de Piron, e escreveu *Os Burros, ou o Reinado da Sandice*, poema heróico-cômico-satírico em seis cantos, entre 1812 e 1814. Esta última obra, segundo Adeldo Gonçalves, foi considerada por Inocêncio Francisco da Silva talvez “a mais virulenta de todas as que apareceram na república das letras”. Já a obra impressa de Bocage, segundo o mesmo Adeldo Gonçalves, nunca comprovaria “a fama picaresca que teve em vida e se perpetuou nos anos posteriores à sua morte”.<sup>137</sup>

Em 1802, uma denúncia contra Bocage chegou à Inquisição, feita de próprio punho por uma mulher, Maria Teodora Severiana Lobo. O tribunal, ao que parece no ano seguinte, recorreu a uma fórmula nada canônica para interrogá-la, em teoria por preocupar-se com a reputação da donzela: por meio da confissão auricular<sup>138</sup>. No mesmo ano, ele respondeu à Inquisição pela acusação de ser maçom.

Entre 1800-1 e 1802, sem que seja possível precisar exatamente a partir de quando, Bocage e Macedo travaram uma polêmica pública, literária e pessoal, com ataques mútuos virulentos. Em 1802, Macedo e Bocage teriam trocado insultos poéticos, cada qual compondo versos contra o outro. Macedo

---

pelo aniversário da princesa D. Carlota Joaquina (*Ibidem.*).

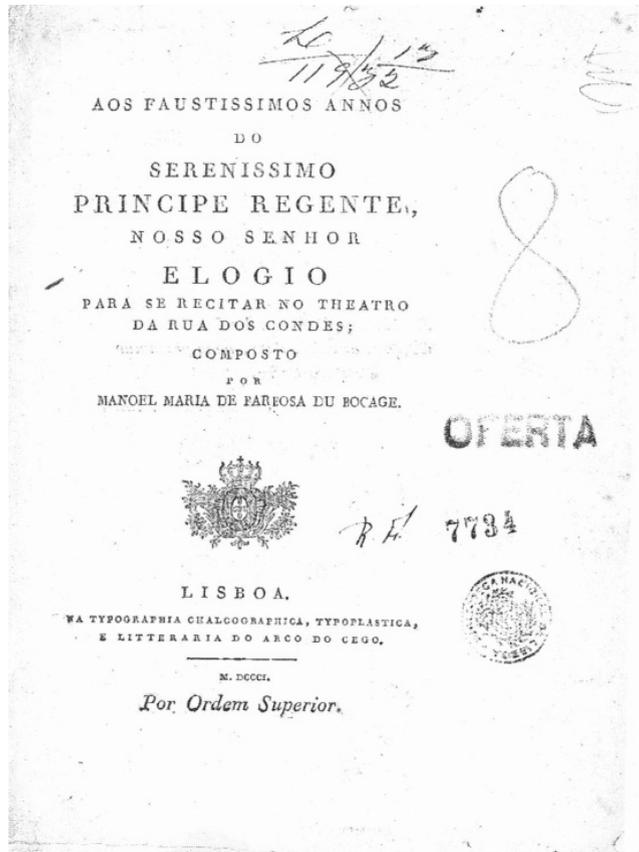
134 GONÇALVES, Adeldo. *Bocage: o perfil perdido*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 284, 291.

135 GONÇALVES, 2003, p. 297.

136 Idem, p. 298.

137 Id. 2003, p. 298.

138 IANTT. Inquisição de Lisboa. Processo 16125 (1802).



**Figura 2:** Frontispício do Livro *Aos faustissimos annos do Serenissimo Principe Regente, Nosso Senhor: Elogio para recitar no Theatro da Rua dos Condes*, de Manuel Maria Barbosa du Bocage, publicado pela Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, em 1801. A publicação desta obra expressa as ambiguidades das relações de então entre a Coroa e os letrados em Portugal. Por um lado, a Coroa procurava cooptar os letrados. Por outro, esses últimos, por questões de sobrevivência física, intelectual e moral, sujeitavam-se à cooptação da Coroa, reiterando práticas patrimonialistas e de “sociedade de Corte”. Ao mesmo tempo, clandestinamente, alguns desses homens combatiam à mesma ordem à qual serviam. Este era o caso de Bocage, que alternou a publicação de textos como a obra em questão, à composição e à circulação de textos manuscritos que afrontavam o Antigo Regime.

**Fonte:** CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 147.

começou, com *Sátira a Manuel Maria Barbosa du Bocage*. Nesse poema, além de chamar Bocage de feio e pobre, Macedo diz que ele era tradutor de aluguel, recebendo soldo de um frade (isto é, frei José Mariano Veloso)<sup>139</sup>. Bocage devolveu o insulto, com o poema “Pena de Talião”<sup>140</sup>. Nele, fez várias acusações ao frade, inclusive sobre a amante ex-freira. Tachou-o de ingrato e disse que ele o elogiara antes. Macedo, à época, empolgava boa parte de Lisboa e, em 1802, figuraria entre as primeiras 24 nomeações para pregador régio, cargo que acabava de ser criado por D. João<sup>141</sup>. Macedo respondeu a Bocage, descendo ainda mais o nível. Acusou-o “de ter mantido relações sexuais com um ‘recém-vindo transmontano frade’”, em nota de rodapé, explicou que se tratava de um frade de província que pretendia fazer verso, “a quem Bocage comeu bastante, ensinando-lhe o que a natureza não lhe tinha dado”<sup>142</sup>. “Ingrato” foi outro adjetivo atribuído a Bocage por Macedo: ele teria recorrido a Teotônio Gomes de Carvalho, um homem rico, que o ajudou, pagando-lhe, em troca, com a ingratidão<sup>143</sup>. Bocage, então, não respondeu<sup>144</sup>. Macedo, em 1807, foi denunciado à Inquisição por Rita Ebranda. Ele lhe teria dito que “não havia inferno e que a gente em morrendo era como os animais que não tinham nada a sentir [...] com a morte acaba o espírito”<sup>145</sup>. Portanto, Macedo acabou por defender princípios muito semelhantes aos presentes nos “ímpios papéis” de Bocage apreendidos pela Intendência de Polícia uma década antes, princípios, de resto, reproduzidos pelos libertinos em Portugal e no Brasil à mesma época, de que é exemplo o já citado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Macedo tinha fama de ateu, nunca conseguindo licença para dizer missa, o que não impediu que fosse nomeado pregador real.<sup>146</sup>

A presença desses letrados libertinos na Casa do Arco do Cego parece ter sido objeto de insinuações desabonadoras de Pina Manique. Tais insinuações vieram acompanhadas de críticas à administração do frei José Mariano da

---

139 GONÇALVES, Adeldo. *Bocage: o perfil perdido*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, p. 295.

140 Idem, 2003, p. 299.

141 Id., 2003, p. 301.

142 Ibidem, 2003, p. 305-6.

143 Ibid., 2003, p. 306.

144 GONÇALVES, 2003, p. 307.

145 Idem, 2003, p. 299.

146 Id., 2003, p. 299.

Conceição Veloso e ao órgão editorial régio por ele dirigido, conforme mostrei no início deste ensaio. Manique manifestou surpresa com a forma como saíam à luz os livros da Casa do Arco do Cego, sem licenças prévias dos tribunais censórios. Cumpre relembrar que, em boa parte do período em que frei Veloso atuou no mundo editorial, a censura literária era da responsabilidade do Desembargo do Paço, da Inquisição e dos Tribunais Eclesiásticos, cabendo a primazia ao primeiro tribunal; e a Universidade de Coimbra, desde 1795, exercia censura privativa, o mesmo ocorrendo, a partir de 1798, com a Academia Real das Ciências. Manuela Domingos afirma que a Casa do Arco do Cego estava isenta de censura, pois “todas as suas obras, sempre [foram] editadas ‘Por Ordem Superior’, dedicadas ao Príncipe Regente, etc. Nem o Desembargo do Paço – nem a própria Academia das Ciências, que tinha Censura privativa – se pronunciaram jamais sobre os seus escritos, pelo menos a título oficial”<sup>147</sup>. Em teoria, as obras publicadas sob a direção do Frei Veloso, no Arco do Cego e em outras casas editoriais, não sendo de cunho religioso (nenhuma delas, ao que parece, tinha este caráter), deveriam ser submetidas ao exame prévio dos censores do Desembargo do Paço, mas, como mostrei anteriormente, o Alvará de 30 de julho de 1795 abria a possibilidade para que as publicações saíssem sem a censura prévia daquele tribunal<sup>148</sup>: no item 14, concedia-se às autoridades da Coroa autorização para publicar determinados papéis sem censura prévia. No item 45, dava-se ao monarca a prerrogativa de acelerar e simplificar o processo censório de forma a contemplar o ritmo, os interesses editoriais e comerciais<sup>149</sup>. Houve, ademais, os precedentes assinalados anteriormente, do período pombalino; depois, haveria situações similares

---

147 DOMINGOS. In: CAMPOS, 1999, p. 106.

148 Segundo Adolto Gonçalves: “Muitas obras que o frei imprimia não precisavam de licença do Santo Ofício e muito menos do crivo do Intendente” (GONÇALVES, Adolto. *Bocage: o perfil perdido*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 272). A natureza das obras, majoritariamente de ciências físicas e naturais, incluindo ainda livros de História, Belas Artes e Poesia, que correspondem a 28% das publicações (FARIA. In: CAMPOS, 1999, p. 117), estando os livros religiosos totalmente ausentes (*Ibidem*, p. 124), não permitiria, de fato, a intromissão da Inquisição.

149 Alvará de 30 de julho de 1795 apud COLLEÇÃO da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. *Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828, p. 230. Disponível em: <[http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id\\_parte=110&id\\_obra=73&pagina=386](http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=110&id_obra=73&pagina=386)>. Acesso em: 10/05/2009.

no Brasil com a transferência da Corte, em 1808, ou seja, publicações que se deram sem censura prévia, por ordem de ministros ou do próprio rei. Aníbal Bragança, em estudo ainda inédito, entende que, sendo a Casa do Arco do Cego um órgão da Coroa, constituído no interior de uma política mais ampla executada por esta e dirigido por alguém por ela nomeado, seria natural que estivesse isento de censura. O autor tem razão. Mas existem algumas sutilezas a serem consideradas que apontam para as contradições e disputas travadas entre os órgãos da Coroa portuguesa sob o Antigo Regime, mais ainda, para as linhas da política editorial, os objetivos que ela segredava, a compreensão sobre a dinâmica política e cultural que lhe era subjacente.

É de se presumir em relação à Casa do Arco do Cego que, se houvesse alguma dispensa formal de obrigatoriedade de licenças da censura, aqueles que a haviam concedido o saberiam (isto é, o soberano e/ou seus ministros). Igual conhecimento deveria existir da parte da Intendência Geral de Polícia, que cuidava de muitas ações de fiscalização. O mesmo valeria em relação aos agentes envolvidos no processo de impressão, isto é, os funcionários da gráfica do Arco do Cego, ou ao menos os que coordenavam o processo de produção. Pina Manique, com certeza, não foi informado disto, como poderei demonstrar. Ao que parece algo similar ocorrera com os oficiais envolvidos (embora não seja possível assegurá-lo). E nem D. Rodrigo de Souza Coutinho nem o Príncipe Regente tinham ciência de todos os papéis e livros publicados pela referida casa editorial. Tem-se a impressão que escapava ao conhecimento das duas maiores autoridades da monarquia quais eram todos os textos editados pela Casa do Arco do Cego e/ou que todos eles escapavam ao exame prévio do Desembargo do Paço. Há um registro que demonstra o envolvimento de D. Rodrigo diretamente em uma das publicações. Trata-se de *Descrição Geographica da America Portuguesa*, de Gabriel Soares de Souza. Segundo um manuscrito de Francisco Manuel da Câmara, o ministro ordenou a publicação da obra, da qual saiu um primeiro volume, em 1800, pela Tipografia do Arco do Cego, mas, divergindo de Veloso, o “editor”, não continuou a publicar a obra<sup>150</sup>. Aqui, vê-se que o Ministro ordenou a publicação, examinou-a e impediu que o resto dela fosse publicado. Logo, houve “ordem”, controle e intervenção do

---

150 CATÁLOGO bibliográfico. In: CAMPOS, 1999, p. 141-244 (ver: p. 188).

ministro. Em carta ao Príncipe Regente, em que faz reivindicações a respeito da Casa do Arco do Cego, D. Rodrigo menciona: “Também a publicação de várias obras que V. A. R. mandou traduzir”<sup>151</sup>. Essa menção permite depreender que pelo menos algumas obras tiveram sua tradução e publicação solicitadas pelo próprio Príncipe Regente. Para compreender melhor essa mistura de controle e desinformação do Príncipe e de D. Rodrigo sobre aspectos do funcionamento da Casa do Arco do Cego e para entender as acusações e insinuações de Pina Manique, cumpre analisar a situação mais detalhadamente.

Aos 07 de dezembro de 1801, data do fechamento da Casa do Arco do Cego e de sua incorporação pela Impressão Régia<sup>152</sup>, D. Rodrigo pediu a Manique que investigasse o aviso publicado pelo encadernador Tomás Pedro “para uma escola de Estenografia ou Arte de escrever, rapidamente, dizendo, no mesmo aviso, que assim o fazia por *ordem superior*” (grifo nosso)<sup>153</sup>. *Escola de estenografia ou arte de escrever* era um livro original inglês, de Samuel Taylor, publicado em espanhol em 1800, com tradução de D. João Álvares Guerra. O “Aviso” era um comunicado ao público leitor sobre a impressão do livro, como era costume fazer então com as obras que estariam prestes a sair dos prelos ou disponíveis para a compra. Em correspondência de 10 de dezembro de 1801, Pina Manique revelou a D. Rodrigo que Tomás Pedro mostrou-lhe “o tal aviso que fez ao Público”. Contou-lhe também que quem lhe ordenou a impressão tinha sido frei Veloso. Entregou-lhe, além disso, o original espanhol e “a tradução da referida *Arte de Estenografia* no nosso idioma”<sup>154</sup>. Segundo Manique, o mesmo encadernador revelou-lhe que<sup>155</sup>,

*“em todos os papéis que imprimia naquela Oficina Tipográfica,  
Calcográfica e Literária, [Veloso] declarava que era por ordem*

---

151 DOMINGOS, Manuela D. Males que vêm por bem: a extinção do Arco do Cego e o ‘resgate’ das suas fontes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: ARQUIVOS, MEMÓRIA EDITORIAL E HISTÓRIA DA VIDA LITERÁRIA. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 10.

152 SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *D. Rodrigo de Souza Coutinho*, Comte de Linhares, 1755-1822: L’Homme d’État, 1796-1812. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006. v. 2, p. 122.

153 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 6, p. 229.

154 IANTT, loc. cit, Livro 6, p. 229.

155 IANTT, loc. cit., Livro 6, p. 229.

superior. E [Tomás] me apresentou por exemplar uma tradução feita por Manoel Maria de Barbosa du Bocage [...] e nela se vê também a dita declaração. E este fato passa na verdade, porque todos os papéis que na dita Oficina Tipográfica [...] se imprimem não são licenciados, e a razão talvez porque se vem ‘Por ordem superior’ é [...] fazer manifesto ao Público achar-se autorizado a fim de poderem correr os ditos impressos independentes das licenças, a que estão obrigadas as outras oficinas tipográficas”<sup>156</sup> (grifo nosso).

Disso se pode concluir, primeiramente, que as publicações da Tipografia do Arco do Cego, um órgão de Estado, eram impressas e circulavam sem as licenças da censura, ao contrário do que se passava nas outras tipografias (para o que, em teoria, haveria cobertura legal). Tal prática, além disso, deveria ser divulgada “ao Público” como algo feito de “ordem superior”, registro este que assinalaria que tudo se dava em conformidade com o governo. Alguns dos livros saídos do Arco do Cego, como *O Consórcio das Flores*, *Epístola de La Croix a seu irmão*, de 1801, traduzida por Manoel Maria Barbosa du Bocage<sup>157</sup>, e *Contemplanção da Natureza*, de José Agostinho Macedo, de 1801<sup>158</sup>, de fato, trazem, na sua página de rosto, no lugar onde deveria estar “Com as licenças necessárias”, a observação “*Por Ordem Superior*” (outros trazem anotado “*Por ordem de Sua Alteza Real*”, como *Explicação da Taboada Náutica para o Cálculo das Longitudes*, de José Monteiro da Rocha e Francisco de Paula Travassos, de 1801).<sup>159</sup>

Quadro um pouco mais variado se nota nas publicações dirigidas por frei Veloso entre 1795 e 1800, saídas por diferentes oficinas particulares. Tais obras, ou não trazem qualquer observação, ou vêm com o registro de que foram traduzidas ou impressas “por ordem de S. Alteza Real”, “por Ordem de Sua Majestade”, “Por Ordem Superior”, “Com Licença de S. A. R.” ou “Com Licença

---

156 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 6, p. 229v.

157 CATÁLOGO bibliográfico. In: CAMPOS, 1999. p.141-244 (ver: p 170).

158 Idem, 1999, p. 174.

159 CATÁLOGO bibliográfico. In: 1999, p. 185.

de S. Majestade”<sup>160</sup>. São exemplos: *Arte da Gramática da Língua do Brasil*, do P. Luiz Figueira, de 1795, publicado na Officina Patriarcal<sup>161</sup>, *Dissertação sobre o Methodo mais simples e seguro de Curar as Feridas das Armas de Fogo*, de Antônio de Almeida, publicada na Regia Officina Typografica, de 1797, e o *Curso de Estudos para uso do Commercio, e da Fazenda*, de José Maria D’Antas Pereira, da Régia Officina Typografica, de 1797<sup>162</sup>, e *Collecção de Memorias Inglezas sobre a Cultura e Commercio do Linho Canamo*, traduzidas por Veloso, de 1799, da Officina de Antônio Rodrigues Galhardo<sup>163</sup>, nas quais se lê o registro “Com Licença de Sua Majestade”. *Paládio Português e Clarim de Palas*, saído pela Officina Patriarcal, em 1796, em 2 volumes, em oposição, registra a submissão prévia a um tribunal censório: “Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço”.<sup>164</sup>

Depois de 1800, a variação de observações diminuiu, prevalecendo “Por Ordem Superior”. Enquanto a *História Nova e Completa da América*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, publicada pelo mesmo frei Veloso, em 1807, pela Impressão Régia, outro órgão da monarquia – que, a esta altura, já tinha incorporado a Tipografia do Arco do Cego –, traz, na página de rosto, o registro “Com licença de S. A. R.”<sup>165</sup>, *Arte de Louceiro*, traduzido do francês por José Ferreira da Silva, de 1804, da Impressão Régia de Lisboa<sup>166</sup>, e *O Fazendeiro do Brazil Cultivador*, coligido por frei José Mariano da Conceição Veloso, publicado em 1805 pela Impressão Régia<sup>167</sup>, trazem a observação “Por Ordem Superior”. Outros dois livros de 1805 e 1806 têm a mesma observação, ambos da Impressão Régia de Lisboa.

Todos esses registros, inscritos nas páginas de rosto dos livros editados sob a direção do frei Veloso entre 1795 e 1806, mostram que reiteradamente ele fez edições sem exame prévio dos órgãos censórios, recorrendo a fórmulas

---

160 CATÁLOGO. In: 1999, p. 204-209.

161 Idem, In: CAMPOS, 1999, p. 213.

162 Id., In: CAMPOS, 1999, p. 199-200.

163 Ibidem. In: CAMPOS, 1999, p. 207.

164 Ibid., In: CAMPOS, 1999, p. 225.

165 CATÁLOGO. In: CAMPOS, 1999, p. 184.

166 Idem, In: CAMPOS, 1999, p. 200.

167 Id., In: CAMPOS, 1999, p. 238. Outros volumes da mesma obra, editados por oficinas particulares entre 1798 e 1800, vêm com o registro “Debaixo dos auspícios e de ordem de Sua Alteza Real” (*Ibidem*, p. 235-6).

distintas (“Por Ordem de Sua Majestade”, “Com Licença de Sua Majestade”, “Por Ordem Superior” etc.). Somando-se essa continuidade de práticas à permanência do frei Veloso em postos a serviço da Coroa, conclui-se que nada que ele possa ter feito abalou seu prestígio junto às autoridades superiores e ao próprio monarca.

Se as edições sem censura prévia não abalaram a confiança que a monarquia depositou em José Mariano da Conceição Veloso, o mesmo parece ter-se dado com as insinuações de abuso de poder de que foi vítima por parte de Pina Manique. O Intendente, curiosamente, era o proprietário da Quinta do Arco do Cego, em que foi instalada a Casa editorial de mesmo nome. Na mesma Quinta, havia aposentos onde moravam alguns dos letrados que lá trabalhavam como tradutores, dentre os quais, José Feliciano Fernandes Pinheiro que, em suas *Memórias* (no Brasil, com o título de Visconde de São Leopoldo), conta que, entre as vantagens que o trabalho na Tipografia oferecia, estava o “aposentamento no edifício, compreendendo as despesas de mesa”<sup>168</sup>. Pode-se imaginar que a proximidade entre Manique e um empreendimento como a Tipografia do Arco do Cego, com as características que ela tinha, com a presença constante de elementos que poderiam ser vistos como “sediciosos”, trazia um potencial de conflitos. É bem verdade que Pina Manique acolheu e protegeu pessoas cujas trajetórias anteriores, no mínimo, eram irreverentes, como são os casos, no final da década de 1770, do químico luso-brasileiro Manuel Joaquim Henriques de Paiva<sup>169</sup> e do lente José Anastácio da Cunha, acossados em graus diferenciados pela Inquisição. Todavia, se os apoiou, parece tê-los mantido sob rédea curta, não se verificando sobre eles nenhuma

---

168 José Feliciano Fernandes Pinheiro apud LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, 1999, p. 81. Caio Boschi critica a idéia de que houve um amplo uso desta hospedagem. Houve colaboradores que sequer residiram em Portugal, além do que a permanência dos que lá moraram teve durações diversas e não compreendeu todo período de existência da instituição. Fernandes Pinheiro, por exemplo, mudou-se para lá em 1º de agosto de 1799, saindo em 20 de junho de 1801. Ver: BOSCHI, Caio César. Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, 2006. p. 503. Os originais de Arruda Câmara foram enviados do Brasil (*Ibidem*, p. 508).

169 FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. The mishaps of peripheral science: the life and work of Manoel Joaquim Henriques de Paiva, Luso-Brazilian chemist and physician of the late eighteenth century. *Ambix*, v. 2, n.39, p. 75-90, jul.1992. (Ver também: p. 77-78).



**Figura 4:** Frontispício de Tributo de Gratidão, que a Pátria consagra a Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, do Intendente Geral de Polícia da Corte e Reino [Diogo Inácio Pina Manique], publicado em 1801, pela Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego. O mesmo Manique que citava Bocage como tradutor de uma obra publicada pela Casa do Arco do Cego sem licença prévia da censura tinha também obra editada pela mesma casa editorial, sem que nela fosse estampada a respectiva licença censória. Como “ministro” da Coroa, ele tinha cobertura legal para fazê-lo, ao menos desde 1795.

Fonte: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 194.

notícia posterior que os desabonasse. O mesmo não se pode dizer de alguns letrados, de Portugal e de seus domínios americanos (houve certo apreço pelos nascidos no Brasil, que eram 20, isto é, 40%, dos 51<sup>170</sup>), que estiveram à volta do Arco do Cego, em relação aos quais a cooptação inerente à prática do mecenato, em alguma medida, dava mostras de falhas no intervalo temporal de funcionamento da referida editora, como foi mostrado anteriormente. Neste ponto, talvez entre o conflito que envolveu, de um lado, frei José Mariano da Conceição Veloso e os que o rodeavam, de outro, os criados da Quinta do Arco do Cego e Pina Manique.

Por volta de 1800, como expliquei no início deste ensaio, frei José Mariano da Conceição Veloso entrou em atritos com dois criados do Intendente, o caseiro e seu filho, que habitavam na Quinta do Arco do Cego. Reclamou sobre isso com D. Rodrigo de Souza Coutinho, o qual pediu ao Príncipe Regente para que os punisse. O soberano, então, deu ordem para que Manique enviasse o caseiro, seu filho e mais três pessoas vizinhas daquela propriedade para o degredo em Angola. O Intendente, contudo, não cumpriu a ordem dada por D. João e escreveu para D. Rodrigo, aos 11 de abril de 1800, justificando-se, ainda, fazendo insinuações que afetavam a reputação de D. Veloso e daqueles de quem ele se cercava. Manique disse ter prendido as pessoas que o soberano mandara punir, ainda, que não conhecia os três vizinhos referidos. Ao mesmo tempo, justificou o fato de não ter enviado o caseiro e o filho para o degredo. Sobre o primeiro, disse que era “homem de setenta anos, casado, com três filhos menores e uma filha donzela”. Além disso, teria “as pernas inchadas, cheias de chagas”, estava atacado de “morféia”, sendo conservado por ele à frente da Quinta “mais por humanidade e compaixão da sua pobre e desgraçada Família, que por utilidade e boa administração da Quinta”. Já o filho do caseiro, era um “Rapaz de pequeno corpo”, de apenas “quatorze anos de idade”. Manique lembrava que os criados sabiam que ele oferecera sua Quinta gratuitamente a D. Rodrigo para que lá fizesse “as operações e obras”, de que o mesmo “encarregou ao dito Padre Veloso”. Disse também que fizera “recomendações”, por “várias vezes”, aos criados para “se prestarem a tudo o

---

170 BOSCHI, In: DUTRA, 2006, p. 503; NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – um frade no Universo da Natureza. In: CAMPOS, 1999. p. 51-75 (Ver, especialmente: p. 66-7).

que lhes fosse pedido e, sobretudo,” que ninguém lhe tinha feito, até aquele momento, “queixa alguma das pessoas que ali se empregavam”. Disso tudo ele inferia que havia “alguma razão oculta, ou segundas intenções, no dito Padre Frei José Mariano Veloso e que [este], de propósito, espreitou essa ocasião para queixar-se e conseguir, assim, alguma particular vingança”.<sup>171</sup>

Acrescentou, ainda, que sua inferência poderia ser corroborada pela representação feita por Veloso contra os presos – em que ele declara que “sua paciência está cansada de sofrer [sic] o [...] caseiro e seu filho”, ambos empregados de Manique – pelo fato de tê-lo encontrado várias vezes sem que ele, Veloso, nunca tivesse reclamado dos criados<sup>172</sup>. Por fim, dizia Manique, talvez falsamente: “Pode muito bem ser (*posto que eu o ignoro*) que o caseiro, ou por *zelo indiscreto*, ou por ânimo pequeno, quisesse evitar *algum excesso*, ou dos criados do Padre Veloso, ou dos Trabalhadores e Oficiais empregados por ele, ou de pessoas, que o procurassem a pé, ou em carruagens [...] Só se o mesmo *Padre quis fazer ver àqueles Miseráveis a consideração em que está e ostentar com eles de prepotente*” (grifo nosso)<sup>173</sup>. A carta, enfim, insinuava que havia problemas no comportamento daqueles de que Frei Veloso se cercava (da criadagem, dos funcionários da Tipografia ou dos que a visitavam) e apresentava o mesmo clérigo como uma pessoa que se valia do prestígio gozado diante de D. Rodrigo para se comportar de modo prepotente com homens rústicos e infelizes. Se Manique apoiou o projeto da Casa do Arco do Cego, dava indicações, em abril de 1800, que havia na Tipografia, um empreendimento régio, dois problemas: abuso de autoridade da parte de seu diretor, Frei Veloso, maus procedimentos daqueles de quem ele se cercava.

Justamente nesse referido ano de 1800, a Coroa portuguesa enfrentava problemas financeiros. O Presidente do Erário Régio e Marquês Mordomo-mor, Ponte de Lima, por um decreto de 10 de Janeiro de 1800 expôs as graves dificuldades das Finanças de Portugal e ordenou cortes das despesas, atingindo o Ministério da Marinha e de Ultramar, de que era então titular D. Rodrigo de Souza Coutinho e pelo qual corriam as despesas da Casa do Arco

---

171 IANTT. Intendência Geral de Polícia. Livro 6, p. 59v-60.

172 IANTT. loc. cit, Livro 6, p. 60v.

173 IANTT. loc. cit., Livro 6, p. 60v-61.

do Cego<sup>174</sup>. Souza Coutinho saiu em defesa das atividades do seu ministério, arrancando do Príncipe Regente, muitas vezes de forma oral, permissões para realizar gastos, como se deu com os trabalhos e obras do arsenal e cordoaria, após avisar que estava a desobedecê-lo<sup>175</sup>. Mas aos 13 de janeiro de 1800, o ministro ordenou a frei Veloso que suspendesse logo todos os trabalhos da Casa do Arco do Cego<sup>176</sup>. Segundo Manuela Domingos, só em fins de 1800, a Casa do Arco do Cego teria trabalhado de modo autônomo, sem recorrer a outras casas editoriais, estratégia que, além disso, permitiu-lhe atingir certo ritmo de produção – e este, num ano que deveria ser tão difícil, foi intenso, tendo subido para 35 obras anuais (em 1801, se chegaria à cifra de 46 obras)<sup>177</sup>. Como explicar a publicação pela Casa do Arco do Cego de 35 obras em 1800, tendo havido ordem em contrário de D. Rodrigo, a mando de D. João, passada no início do mesmo ano? Para a reputada pesquisadora, a “única ‘hipótese’ explicativa que se afigura plausível”, na verdade:

*Seria ilegal...: considerando que todos os trabalhos estavam em curso e era impossível interrompê-los, continuaram-se...; deixaram de solicitar-se os pagamentos dos Róis mensais à Secretaria da Marinha e, desde logo, Fr. Mariano deixou de assinar o Livro de Contas, no final de cada mês; acumularam-se dívidas, esperando melhores dias...<sup>178</sup>*

Além de ter ilegalmente produzido os livros, usando de manobras contábeis e acumulando dívidas, frei Veloso teria guardado obras acabadas fora de condições ideais de armazenagem, levando ao seu desaparecimento. A alternativa para esta hipótese seria crer que frei Veloso e/ou D. Rodrigo tivessem obtido do Príncipe algum consentimento oral para dar continuidade aos

---

174 SILVA, 2006, v. 2, p. 124. DOMINGOS. In: COLÓQUIO, 2009, p. 10.

175 SILVA, 2006, v. 2, p. 60.

176 DOMINGOS, Manuela D. Males que vêm por bem: a extinção do Arco do Cego e o ‘resgate’ das suas fontes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: ARQUIVOS, MEMÓRIA EDITORIAL E HISTÓRIA DA VIDA LITERÁRIA. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 11.

177 DOMINGOS. In: COLÓQUIO, 2009, p. 12.

178 DOMINGOS. In: COLÓQUIO, 2009, p. 12.

trabalhos da referida Casa Editorial. Trata-se, portanto, de mais uma situação, agora financeira, que mostra que o andamento dos trabalhos da Casa do Arco do Cego escapava ao total controle de D. Rodrigo e do Príncipe Regente: mais do que mantidos alheios em relação a práticas relativas à edição, às questões do exame e da censura dos livros, eles parecem ter sido desobedecidos por frei Veloso no que se refere à continuidade. O frade brasileiro, portanto, usurpava da autoridade que lhe fora conferida –, ao que parece, duplamente, tanto no que se refere ao controle do conteúdo quanto ao andamento das publicações, acumulando, em decorrência, dívidas.

Essa conduta do frei Veloso permite concluir que a acusação que fora feita por Pina Manique não era improcedente. Cruzando-se todas essas informações aos dois documentos de Manique com os quais abri este ensaio – o primeiro, referente às relações entre a Tipografia, frei Veloso, os criados da Quinta e as pessoas de que este se cercava e o segundo, sobre as publicações sem licença, “por ordem superior”, mais o aviso ao público em que se tornava tal prática explícita e pública –, percebe-se que, aos olhos do Intendente, frei Veloso era um indivíduo prepotente, que abusava da autoridade de D. Rodrigo, seja para punir rústicos, seja para publicar sem licenças livros e avisos. Manique, em suas críticas, atingia D. Rodrigo e também as pessoas de que se cercava frei Veloso: o Intendente dizia, quase claramente, que era o ministro a autoridade de quem emanava a “ordem superior” registrada nas publicações da Casa do Arco do Cego, ao mesmo tempo em que insinuava que, indivíduos que trabalhavam ou circulavam na Tipografia comportavam-se mal, que tais pessoas porventura cometeriam “algum excesso”, que não poderia cair no conhecimento dos criados de Manique e, por meio deles, de outras pessoas. Por trás de tudo isso, é certo, havia um esforço de Manique em firmar sua própria autoridade, face ao ministro ou ao próprio monarca. D. Rodrigo não era autoridade, porém, a quem Manique pudesse defenestrar, como fizera com os censores João Guilherme Muller e Antônio Pereira de Figueiredo, da Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de Livros, nos idos de 1794. Nem frei José Mariano da Conceição Veloso o era. Este e D. Rodrigo, ademais, como Manique, também recorriam à desobediência, todos, enfim, buscavam cair nas graças do Príncipe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Mariano da Conceição Veloso, diretor da Casa do Arco do Cego, entre 1799 e 1801, certamente com o consentimento tácito de D. Rodrigo e do Príncipe Regente, mas sem que os últimos acompanhassem tudo o que ele fazia, publicou obras sem licenças prévias do Desembargo do Paço. Fez o mesmo, antes e depois, com edições saídas por outras casas editoriais. Se, em 1763, o impressor Miguel Rodrigues usara o nome de Sebastião José de Carvalho e Melo para imprimir sem licença um texto; se esse ministro, em 1771, fez publicar o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, “Por Ordem de Sua Majestade”; se o impressor Antônio Rodrigues Galhardo, em 1794, foi um mero coadjuvante no episódio da publicação, com licença duvidosa, de *Medicina Teológica*, juntando os censores Antônio Pereira de Figueiredo e João Guilherme Muller a estrangeiros perigosos, em meio a uma galeria de procedências sociais diversas; frei José Mariano da Conceição Veloso, na passagem do século XVIII para o século XIX, como diretor de uma régia tipografia e loja de livros, mesmo, como editor que recorria aos préstimos de outros estabelecimentos tipográficos, particulares e oficiais, editou livros escudado em suposta “ordem superior”. Em 1801, a publicação de um Aviso e um livro sob esta chancela era desconhecida das autoridades superiores, D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o Príncipe Regente. Não havia nessa prática de frei Veloso nenhuma ilegalidade, como já assinalaram Aníbal Bragança e Manuela Domingos. As obras assim publicadas inscreviam-se no âmbito de uma política editorial mais ampla, dirigida por um ministro a serviço do soberano, delas se encarregando alguém que gozava da confiança de ambos: frei Veloso.

Diogo Inácio Pina Manique, Intendente Geral de Polícia, ao atender a um pedido de D. Rodrigo de Souza Coutinho, que, por sua vez, transmitia-lhe uma solicitação do Príncipe Regente, em fins de 1801, detectou a publicação de livros e papéis sem licença prévia pela Casa do Arco do Cego. Ao fazê-lo, Manique, além de mostrar-se surpreso com o fato, revelou, insisto, que tanto o ministro quanto o Príncipe não acompanhavam tudo o que se passava naquela casa editorial, em relação à qual a lei lhes facultava publicar livros sem licença prévia dos órgãos censórios. A surpresa do primeiro e a ignorância parcial dos

últimos indicam que a “sombra” de frei Veloso era grande, que ele desfrutava de uma autonomia considerável em suas ações, algumas delas desconhecidas das autoridades superiores da monarquia portuguesa. Nessas condições, frei Veloso agia de modo ligeiramente similar ao do impressor Miguel Rodrigues em relação ao então Conde de Oeiras, nos idos de 1763. Frei Veloso, na verdade, foi além, pois comunicava antecipadamente ao público leitor a publicação da obra impressa sem licenças e, no ano de 1800, editou livros quando a Coroa mandara nada publicar, por motivo de contenção de gastos. Sua “sombra”, portanto, não só ofuscava a jurisdição censória das autoridades superiores da monarquia, como também a financeira: sua sombra se agigantava, lá, ao meio-dia, no coração da Corte.

À sombra de frei Veloso, ademais, havia letrados que antes e/ou durante, e/ou depois, do funcionamento da Casa do Arco do Cego, envolveram-se em libertinagens. Tais letrados, em grande parte brasileiros eram objeto de mecenato, numa tentativa de cooptação por parte da monarquia, que se valia deles, na passagem do século XVIII para o século XIX, de modo parecido com o que fizera décadas antes Sebastião José de Carvalho e Melo. Diogo Inácio Pina Manique tinha consciência de que isto se dava. Se, em 1800, ao opor-se a frei Veloso e qualificá-lo como prepotente na tentativa de punir dois criados da Quinta do Arco do Cego, Pina Manique insinuou que frequentadores daquela casa editorial poderiam estar a cometer alguns “excessos” de que não era para se ter conhecimento, em 1801, ao identificar a publicação de livros sem licença, escolheu como exemplo a ser citado uma tradução de Manuel Maria Barbosa du Bocage. Bocage era um, entre outros nomes de colaboradores da Tipografia, com passado suspeito. A escolha do livro de Bocage pode ter sido feita pensando no que ele representava em relação a esse grupo. O Intendente e o frei editor, com certeza, tinham afinidades em torno do desenvolvimento das ciências e do servir à monarquia. Provavelmente, porém, divergiam sobre os métodos de consegui-lo e sobre as pessoas da República das Letras que deveriam cooptar, acolher e/ou proteger, domesticar. Certamente, além disso, disputavam as graças do Príncipe Regente, fazendo coro com uma tradição pela qual nobres e letrados, integrados à administração régia, engalinhavam-se pelo controle das oportunidades que esta lhes poderia oferecer e das relações

de mando que, por meio dela, estariam em condições de construir. Recitavam, assim, com suas práticas e discursos, o velho esquema patrimonialista.

Mas havia algo novo nessas disputas entre oficiais superiores da monarquia. De um lado, a novidade dada pela conjuntura que presenciavam, de outro, o espectro que procuravam então conjurar: a opinião pública. Na ânsia de controlar e dirigir o público, as autoridades portuguesas, na passagem do século XVIII para o século XIX travavam disputas entre si e desenvolveram estratégias diversas: Manique cogitou cercar a distribuição da *Gazeta de Lisboa* e interveio contra a autorização para publicar *Medicina Teológica*; frei Veloso valeu-se daquele expediente de furtar determinadas obras do exame prévio dos órgãos censórios (mais precisamente, em função da natureza das obras, do Desembargo do Paço), para o que estava ancorado na legislação censória de 1795, nos seus itens 14 e 45. Com isso, respondiam à velocidade da “Revolução Literária e Política” e demonstravam ter consciência de que havia uma (ou várias) opinião pública, de que havia uma esfera pública de poder (sem, é claro, o dizer com esses termos de Habermas). O diretor da Casa do Arco do Cego, ao que parece, no afã de desenvolver seus trabalhos de edição, em 1800, foi ao extremo de contrariar ordens superiores expressas no sentido de encerrá-las. Outra novidade era o fato de as disputas entre os oficiais superiores da monarquia reverberarem sobre um *público*, maior e com mais força, que o de outrora, assim, contribuírem para difundir novas perspectivas de encarar e comportar-se diante da monarquia. Com o objetivo de colocar Portugal em compasso com o seu tempo, superando o “atraso”, ao mesmo tempo, tendo em vista conter o furacão da Revolução, impedindo-o de chegar ao Reino e a seus domínios, os oficiais superiores da monarquia, com suas ações e suas disputas, colaboraram para fortalecer aqueles que os ameaçavam. A cooptação intentada em relação aos letrados de então, muitos deles contestadores reputados, não logrou os mesmos efeitos do passado pombalino, mesmo porque a conjuntura era outra, assim como as ambições dos envolvidos. No régio empreendimento editorial do Arco do Cego, emblematicamente, estava metido um campeão de ilicitudes em termos de circulação de manuscritos, um homem que fora julgado perigoso que, na altura de 1801, talvez não fosse considerado plenamente confiável, malgrado sua aparente conversão: Manoel Maria Barbosa du Bocage, anteriormente preso pela Intendência de Polícia e

pela Inquisição. Congregando elementos como Bocage, expressando o desejo das autoridades de comunicar-se com o “público”, por meio dos impressos, dirigindo sua percepção, com velocidade acelerada e maior amplitude, para superar o “atraso”, de certo modo, a Casa do Arco do Cego e outras iniciativas editoriais de frei Veloso, e de D. Rodrigo de Souza Coutinho, contribuíram para corroer as amarras das instituições do Antigo Regime português no campo da censura. Afinal, se livros podiam sair à luz por ordem das autoridades superiores, subtraindo-se da fiscalização censória, se dentre eles estava o de um campeão de ilicitudes, como Bocage, a legitimidade e a força dos órgãos de censura ficavam minados. Talvez este tipo de prática, além disso, desse mais alento para aqueles que, de fato, como Bocage, se batiam contra a ordem monárquica e religiosa, denunciando a opressão e a falta de liberdade. Poderia se objetar que não haveria qualquer enfraquecimento da censura, uma vez que esta, em última instância, se fazia em nome do Príncipe, que a lógica da organização estatal era patrimonialista. A lógica do Estado patrimonial, na verdade, era congruente com essas aberturas, mas não quando se registrava que a impressão de determinada obra se dava “Por Ordem Superior” (não “Por Ordem de Sua Majestade” ou “Por Ordem de S. Alteza Real”), isto porque, a ausência da identificação de quem era a “autoridade Superior” implicava não apenas passar por cima das jurisdições dos órgãos de censura instituídos ou dos que a exerciam de modo privativo (casos da Universidade de Coimbra e da Academia Real das Ciências, a partir de fins do século XVIII), mas também da autoridade daquele que era o único que poderia fazê-lo, isto é, o Príncipe. Havia, enfim, uma dessacralização da autoridade régia, operada por aqueles que a serviam, muitas vezes, em nome do serviço real. Os “libertinos”, na mesma época, alguns deles com guarida na Casa do Arco do Cego, operavam em sentido similar, também na luta contra o “atraso”, visando atingir ao público, mas de modo mais frontal e radical: atacavam a religião, a monarquia e a moral; faziam circular manuscritos clandestinos, à margem da censura, com mensagens revolucionárias ou contrárias a ordem, ou conseguiam imprimir e fazer circular impressos considerados irreligiosos ou sediciosos, como *Medicina Teológica*, de 1794.

Diogo Inácio Pina Manique não errava na compreensão das linhas gerais dos movimentos que se davam na passagem do século XVIII e que

agregavam autoridades régias (censores e ministros), livreiros (quer fossem eles impressores ou não), livros proibidos a um conjunto de indivíduos, de Portugal e do exterior, de origens sociais as mais distintas. Tais movimentos articulavam-se numa teia maior, construída com menos orquestração do que a suposta pelo Intendente, talvez até mesmo de forma involuntária por grande parte das pessoas, mas contaminando a República das Letras, traduzindo certa maneira peculiar de conceber o mundo e as coisas. Essa maneira de compreender o mundo levava à criação da Tipografia e enlaçava de D. Rodrigo a frei Veloso, de Manique a Bocage. Todavia, ela comportava dissensões, contradições, sobretudo no que se referia aos projetos de devir e às estratégias para realizá-los, que incluíam as divisões, no interior do governo português, entre o “partido francês” e o “partido inglês”, este último associado à figura de D. Rodrigo.

O fechamento abrupto da Tipografia do Arco do Cego, assim, se foi medida de racionalização financeira (os custos das publicações eram elevados, e Veloso, no mínimo, não era um bom administrador, sendo responsabilizado pelo colapso das finanças da instituição, acusado por alguns de malversação<sup>179</sup>), foi expressão de “clivagens várias e constantes”, como bem percebeu Ramada Curto. A própria polémica entre Bocage e Agostinho foi uma das expressões dessas clivagens, tendo o primeiro, inclusive, respondido ao último no prefácio de *As Plantas*, obra publicada pelo Arco do Cego<sup>180</sup>. As personagens da “República das Letras” se tinham sociabilidades e visões que as aproximavam, também se marcavam por oposições e conflitos, lidando dentro das estreitas margens de manobra do reformismo ilustrado, algumas, procurando manter a ordem, enquanto outras se esmeravam para destruí-la. O Arco do Cego, enfim, expressava o movimento contraditório que se operava,

---

179 Sobre isso, veja: SILVA, André Mansuy Diniz. *D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1822: L'Homme d'État, 1796-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006. p. 125, DOMINGOS, Manuela D. Mecenato político e economia da edição nas Oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. Lisboa: Biblioteca Nacional; Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999. p. 104-5; NUNES, Maria de Fátima; BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – um frade no Universo da Natureza. In: CAMPOS, 1999. p. 69; LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, 1999. p. 86-7.

180 CURTO, 2007. p. 280.

unindo e separando, contestadores da ordem e autoridades régias, em torno da produção e circulação de livros (impressos e manuscritos) em Portugal, entre meados do século XVIII e inícios do século XIX.

Esboçou-se, em 1801, um conflito entre autoridades. De novo, de um lado, estava o Intendente Geral de Polícia. Mas, de outro, não se encontravam dois censores da Real Mesa da Comissão Geral para a Censura de livros, Antônio Pereira de Figueiredo e João Guilherme Muller, mas, sim, frei José Mariano Veloso e D. Rodrigo de Souza Coutinho. Esses últimos eram muito mais poderosos que os censores defenestrados e derrotados pelo Intendente. A diferença de poder detido pelas personagens em contenda com Manique, num e noutra episódio, é patente. Mas também é evidente que os últimos exercitavam, com seus empreendimentos editoriais, uma política de Estado, aprovada pelo Príncipe Regente, algo não verificado em 1794, com a publicação de *Medicina Teológica*, no qual se envolveram, dentre outros, Broussonet e os censores régios supracitados. As diferenças entre o poder das autoridades envolvidas nos dois episódios, o de 1794 e o de 1800-1801, o fato de o último integrar uma política editorial da Coroa, explicam os distintos desfechos que tiveram. Se em ambos a lógica patrimonialista se fez presente, assim como as disputas típicas de uma “sociedade de Corte” por distinção; se em ambos houve a conjugação de ilustrados reformistas e de ilustrados libertinos; se em ambos o espectro da opinião pública esteve subjacente; o primeiro caiu no terreno da ilegalidade (mais nos termos de Manique do que no da realidade), levando ao fechamento do tribunal censório implicado, enquanto que o segundo em nada afetou o prestígio e o poder de frei José Mariano da Conceição Veloso e de D. Rodrigo de Souza Coutinho. Os dois episódios, por fim, sinalizavam o enfraquecimento da monarquia e de seu caráter sagrado: ela não conseguia acompanhar a velocidade e os conteúdos das ações dos seus oficiais, nem as disputas travadas entre estes pareciam fortalecê-la, uma vez que, ao fim e ao cabo, desmoralizavam-se as jurisdições dos órgãos que a constituíam e a sacralidade da obediência devida ao soberano, na imediatividade dos procedimentos administrativos. Tudo isso diante do público emergente. Tal como fazia – e temia em relação à sua própria jurisdição – o Intendente Pina Manique, na correspondência que serve de epígrafe a este ensaio.

# TRATADO DA GRAVURA

A  
AGUA FORTE, E A BURIL, E EM MANEIRA NEGRA COM  
O MODO DE CONSTRUIR AS PRENSAS MODERNAS,  
E DE IMPRIMIR EM TALHO DOCE.

POR  
ABRAHAM BOSSE  
GRAVADOR REGIO.

NOVA EDIÇÃO  
TRADUZIDA DO FRANCEZ  
DEBAIXO DOS AUSPICIOS E ORDEM

DE  
SUA ALTEZA REAL,  
O PRINCIPE REGENTE,  
NOSSO SENHOR,

POR  
JOSÉ JOAQUIM VIEGAS MENEZES  
PRESBYTERO MARIANNENSE.



L I S B O A.

NA TYPOGRAPHIA CHALCOGRAPHICA, TYPOPLASTICA,  
E LITTERARIA DO ARCO DO CEGO.

---

M. DCCCL.



# **ADMINISTRAR BENS, OCULTAR SEGREDOS, INFORMAR E TRAPACEAR: ARQUEOLOGIA DOS USOS COTIDIANOS DA CULTURA ESCRITA NA VILA E TERMO DE SÃO JOÃO DEL-REI, MINAS GERAIS (1750-1850)<sup>1</sup>**

Christianni Cardoso Morais

No prólogo de *Alfabetismo, Cultura, Sociedad*, Roger Chartier e Jean Hébrard afirmam identificar na obra de Armando Petrucci, autor do referido livro, três objetos de pesquisa interessantes. Primeiramente, o estudo do “livro” em geral, seja ele manuscrito ou impresso. Em segundo lugar, o entendimento das normas, capacidades dos leitores e usos do escrito e, por fim, a história das maneiras de se ler<sup>2</sup>. Neste ensaio, que se filia à segunda possibilidade de análise apontada pelos historiadores franceses, tenho como objetivos mapear, descrever e analisar os usos cotidianos da cultura escrita por parte da população que procedeu ao ato da testamentaria na Vila e Termo de São João del-Rei (Minas Gerais), entre 1750 e 1850. Para tanto, tomo como referência, ademais, as idéias de Antonio Castillo Gómez, historiador segundo o qual:

*Si hasta hace poco la escritura y la lectura se han considerado como 'objetos de estudio separados, movilizand o saberes específicos y tradiciones nacionales extrañas las unas a las otras', el objetivo de la historia de la cultura escrita pasaría justamente por 'ensamblar, en una historia de la larga duración, los diferentes soportes del*

---

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no VII CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, ocorrido na Universidade do Porto, em 2008. Neste texto apresento, de maneira resumida, dados e conclusões que se encontram em: MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

2 CHARTIER, Roger; HÉBRARD, Jean. *Prólogo: morfología e historia de la cultura escrita*. In: PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 11.

*escrito y las diversas prácticas que lo producen o lo apropian'. Se configura, en fin, como uma forma específica de elaborar la historia cultural.*<sup>3</sup>

A partir destes pressupostos, entendo por *cultura escrita* o universo que engloba os diversos modos como os sujeitos se organizam, se comunicam e agem utilizando a palavra escrita (manuscrita ou impressa). A cultura escrita regula as práticas de *Letramento*<sup>4</sup> e essas práticas, ao mesmo tempo, mantêm essa cultura escrita viva, atualizada.

Abordo um espaço geográfico e uma periodização pouco explorados por nossa historiografia. Tomo como universo a Vila de São João del-Rei e seu Termo, uma das localidades mineiras mais populosas e urbanizadas do período entre 1750 e 1850. A região em que se situa São João del-Rei caracterizava-se por seu dinamismo econômico e pelo desenvolvimento de atividades diversificadas, sobretudo no decorrer do século XIX. Essas atividades econômicas variadas permitiram que se estabelecessem complexas articulações entre a produção agrícola e o comércio. Além disso, São João del-Rei era a sede administrativa ou cabeça da Comarca do Rio das Mortes. Possuía uma expressiva vida cultural e política. Nesta Vila foi inaugurada a primeira Biblioteca Pública da Província de Minas Gerais, no ano de 1827. Entre 1827 e 1842, foram publicados na Vila em questão doze periódicos.<sup>5</sup>

---

3 CASTILLO GÓMEZ, Antônio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 5, p. 105, jan./jun. 2003.

4 A noção de *letramento* é aqui utilizada para se entender os usos sociais que são cultural e historicamente atribuídos à palavra escrita, mesmo entre aqueles que não passaram por um processo de escolarização, incluindo os que não possuíam as habilidades de ler/escrever. Sobre esse conceito cf: KLEIMAN, Ângela (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995; SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica; CEALE, 1998. SOARES, M. *Língua escrita, sociedade e cultura*. *Revista Brasileira de Educação*, SP, n. 0, p. 05-16, set./dez. 1995.

5 Sobre os periódicos de São João del-Rei, cf: CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes. 1810/1844*. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1998. Ou ainda: JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. Belo Horizonte: Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

Os dados referentes a toda população da localidade em estudo não são uniformes e tampouco completamente confiáveis, mas é possível que se estabeleça uma estimativa populacional. Conforme Silvia Brügger, na Comarca do Rio das Mortes, havia, em 1767, 49.485 habitantes. Em 1776, 82.781 e, no ano de 1821, cerca de 210.000. São João del-Rei possuía, em 1821, 31.029 habitantes; em 1833-1835, 22.135; em 1837, apresentaria o contingente populacional de 16.005<sup>6</sup>. Essa diminuição da população, que pode ser observada ao longo do século XIX, relaciona-se diretamente com a redução dos limites do termo no decorrer dos oitocentos e não é definida por um suposto decréscimo populacional incompatível com o crescimento econômico.<sup>7</sup>

O recorte cronológico aqui utilizado foi estabelecido a partir da análise da distribuição da documentação, que é mais abundante no século tomado como referência. Os testamentos produzidos em São João del-Rei, fontes em que me baseio para a escrita deste ensaio, possuem séries completas a partir do ano de 1750. Justifica-se a periodização, ainda, pelo fato de os processos de difusão da leitura e da escrita serem profundamente marcados pelas permanências. Desse modo, no curto prazo, a estabilidade é mais perceptível do que as mudanças. Assim, os estudos que privilegiam um tempo longo para análise permitem que sejam observados fenômenos socioculturais que se modificam lentamente, como o caso específico das relações sociais com a cultura escrita. Não só as continuidades, mas as rupturas, avanços e os retrocessos também podem ser identificados e analisados na observação daquilo que possui um caráter estrutural.

Os testamentos são fontes que trazem interessantes dados acerca dos usos cotidianos das habilidades de ler e escrever. Registram, mesmo que indiretamente, o poder que a palavra escrita adquirira na sociedade pesquisada. Para a elaboração deste estudo, analisei 1.011 testamentos transcritos em códices e 787 testamentos originais, produzidos, como disse anteriormente, entre 1750 e 1850, por moradores da Vila e Termo de São João del-Rei. Tais

---

6 BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado) Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2002. p. 38.

7 GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

fontes possibilitam, de mais a mais, um estudo dos usos dos manuscritos, procedimento que denomino de *arqueologia dos usos cotidianos da cultura escrita*, possibilidade interessante, uma vez que permite aos historiadores perceber que as formas de sociabilidade estabelecidas em torno da cultura escrita foram variadas e inventivas.

Nos documentos sobre os quais me debrucei, constata-se que, apesar de muitos testadores declararem não saber ler nem escrever, alguns asseveraram ter ouvido ler seus testamentos, o que indica que a prática da “leitura de oitiva” no período em análise era bastante difundida, conforme ressaltam Eduardo França Paiva e Luiz Carlos Villalta<sup>8</sup>. Há, entre os 1.011 testamentos transcritos em códices, 257 testadores que foram identificados como “leitores de oitiva”, por declararem ter ouvido a leitura de seus testamentos antes de assiná-los (o que equivale a 25% do total). Entre os 787 testamentos originais, 140 (ou seja: 17,7%) foram identificados como leitores de oitiva. Entre estes, estava Antônia Martins Ferreira, preta forra Angola, que em 1807 afirmou o seguinte: “por ser molher e *não saber ler nem escrever* pedi ao Reverendo João Luiz Coelho que este testamento por mim fizesse e a meu rogo assignace *depois de elle me ser lido e o achar conforme o dicte*” (grifo nosso)<sup>9</sup>. Essa habilidade de compreender o que é lido em voz alta se torna relevante para o entendimento da relação dos testadores com a cultura escrita. Considero que a linguagem escrita possui uma lógica interna própria, não se tratando da simples transcrição da oralidade, ou seja, não é seu decalque. Portanto, para que um texto, lido em voz alta, seja percebido, é indispensável que haja alguma intimidade com a cultura escrita da parte daquele que escuta. Quem ouve a leitura e entende, mesmo que sejam tratados assuntos que acabou de ditar, tem um grau de *letramento* superior àquele que não é capaz de compreender o sentido de um escrito que lhe é lido em voz alta. A mesma facilidade encontrada pela preta forra Antônia não foi

---

8 PAIVA, Eduardo França. Leituras (im)possíveis: negros e mestiços leitores na América portuguesa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL POLÍTICA, NAÇÃO E EDIÇÃO. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, 2003. v. 1. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

9 Arquivo Histórico e Escritório Técnico II do IPHAN, São João del-Rei (doravante AHET2/IPHAN/SJDR): Testamento, 1815, cx. 47.

registrada por Domingos Gomes de Nação Benguela, em 1824, que também não sabia ler nem escrever e assegurou que: “*depois de me ser lido duas vezes estas minhas ultimas dispoziçoens que em tudo achei conforme*” (grifo nosso)<sup>10</sup>. Portanto, Domingos demonstrava menor intimidade com a lógica da palavra escrita.

Antes de continuar a análise dos usos cotidianos da cultura escrita pela população em estudo, abrirei parênteses para examinar a especificidade da escrita dos documentos cartorários. Deve-se considerar que a escrita de um testamento é uma tarefa de grande complexidade. Trata-se de uma grafia continuada, o que quer dizer que aquele que escreve é obrigado a preencher quase que uma linha inteira sem retirar a pena do papel. Os testamentos são documentos em que quase não há espaços em branco entre uma palavra e outra, uma vez que seus redatores procuravam, ao máximo, ocupar todas as lacunas do papel. Este cuidado tinha em vista não permitir que fosse feita, posteriormente, alguma interferência no documento, como a inclusão de um nome de herdeiro, por exemplo. Aquele que executa este tipo de escrita profissional, a arte caligráfica, precisa ter o corpo extremamente adestrado, demonstrando uma apropriação e uso sofisticado deste instrumento de comunicação que é a escrita. Entre os contemporâneos dos Setecentos e Oitocentos, os que conseguiam ler documentos cartorários e judiciais eram leitores refinados. Assim como era difícil escrever um documento cartorário ou judicial, era também custoso ler a letra com que eram produzidos testamentos, processos-crime ou outros documentos que possuem este padrão de escrita que denomino de continuada. Fechando os parênteses e, de volta ao universo de testadores analisados, 151 entre os 1.011 testamentos transcritos nos códices e 127 entre os 787 testamentos originais afirmaram, ao fim, terem lido seus testamentos, o que corresponde, respectivamente, a 15% e 16% dos totais. Estas pessoas que foram capazes de ler seus próprios testamentos demonstram uma boa habilidade de leitura, pois foram capazes de ler textos com escrita continuada. A situação “leu e não sabe assinar” não foi encontrada para o conjunto de documentos em análise.

---

10 Arquivo Histórico e Escritório Técnico II do IPHAN, São João del-Rei (doravante AHET2/IPHAN/SJDR): Testamento, 1834, cx. 56.

Entre os 787 testamentos originais, apenas 42 testadores ou 5% redigiram seus próprios testamentos. Todos eles eram do sexo masculino e livres. Um dos redatores não teve sua naturalidade estabelecida, ao passo que 16 (38%) foram identificados como portugueses e 25 (59,5%) como brasileiros. A autoria de um documento complexo como um testamento é indicativo de um alto grau de *letramento*. Quem escreve um texto destes é capaz de fazer um uso bastante abrangente da cultura escrita em seu cotidiano. Destes 42 testadores capazes de redigir seus próprios testamentos, foi possível identificar a ocupação para 25 casos (62%). Todos eles indicam que havia grande correspondência entre a ocupação e a capacidade de lidar com os códigos escritos. Assim é que se encontram 10 autores de testamentos identificados como clérigos (o que corresponde a 38% do total de redatores); 8 negociantes (ou seja: 30,7%); 3 magistrados (11,5%); um boticário (3,8%), um ajudante (3,8%), um músico (3,8%) e 2 “doutores”, sem especificação exata da ocupação (4,7%). A título de comparação, ressalta-se o fato de que nenhum dos 76 agricultores conseguiu redigir seus próprios testamentos, apesar de 57 deles terem sido capazes de assiná-los (o que corresponde a 75% do total de 76 agricultores).

Na maioria das vezes, a redação dos testamentos era uma função solicitada a outrem, o que Armando Petrucci denomina de “escrita delegada”<sup>11</sup>. Essa escrita exigia a apropriação, por parte do redator, de vários tipos de habilidades: a padronização do documento, de acordo com a qual havia certos temas a serem tratados e em determinada sucessão; a escrita continuada para evitar lacunas na folha de papel e, porventura fraudes; a adaptação de informações, passadas oralmente, à lógica da escrita – sem que se perdesse a fidedignidade do que era ditado. Era, portanto, uma tarefa árdua para pessoas pouco familiarizadas com a escrita. Em 1836, o negociante português João José Souza Campos, residente na Vila de São João del-Rei, rogou a João José Cardoso Rego que redigisse suas últimas vontades, afirmando que assim o fez “por [...] não poder escrever [...] em razão de muita escrita”. Possivelmente assim o tenha feito pelo fato de se encontrar enfermo, uma vez que possuía uma ocupação que exigia conhecimento mínimo da cultura letrada, sendo ainda proprietário de “Livros e róis de acentos, créditos que se lhe devem”. A

---

11 PETRUCCI, op. cit.

documentação não explicita se o próprio comerciante era o redator de seus livros de razão, mas o testador demonstrou grande desenvoltura ao assinar.<sup>12</sup>

Como disse anteriormente, no conjunto de fontes tomado como análise, poucos foram capazes de escrever seus próprios testamentos e muitos recorriam a outrem para que executasse esta tarefa. Entre os 787 testamentos originais analisados, tanto os escritos pelos próprios titulares quanto os escritos “a rogo”, somente homens foram encontrados no papel de redatores. Observa-se que há muitas recorrências entre aqueles que se ocupavam da função de escrever um testamento “a rogo”. Em apenas 4 testamentos os nomes dos redatores não foram indicados (o que significa, em termos relativos, 0,5%).

Excetuando-se os nomes dos 42 testadores que escreveram seus próprios testamentos e os 4 documentos para os quais não há informação sobre quem os tenha escrito, restam 741 casos (94% do total de 787 testamentos). Entre estas 741 pessoas que escreveram testamentos “a rogo” dos testadores, muitos nomes se repetem, como o Guilherme José da Costa, responsável pela escrita de 33 documentos (4,4% de 741), o Padre João Ferreira Leite, que escreveu 24 (3%) e o Padre Manoel Joaquim Castro Viana, que redigiu 22 testamentos (ou 2,9%)<sup>13</sup>. Entre estes 741 redatores, 227 ou 30,6% tiveram suas ocupações identificadas. Destes 227 redatores para os quais foi possível estabelecer suas ocupações, os clérigos figuravam como responsáveis pela escrita da maioria dos documentos: 203, que equivalem a 89,4%. Tais cifras podem ser explicadas não apenas porque os clérigos eram uma categoria que dominava a cultura escrita, mas pelo fato de que, no momento de testar, as pessoas possivelmente quisessem fazê-lo na companhia de um guia espiritual, aproveitando a ocasião para confessar seus pecados e se preparar para a morte. Os números dos demais redatores de testamentos se distribuem de maneira muito menos expressiva entre o restante das ocupações identificadas: 5 foram feitos por advogados (2,2%); 11 por ajudantes (4,8%); 2 por escrivães do Juízo de Paz (0,8%); 2 por tabeliães (0,8%); um por um desembargador (0,4%) e 3 por “doutores”, sem especificação do campo em que atuavam (1,3%).

---

12 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1840, cx. 18.

13 Não foram encontradas outras informações sobre estes homens que se ocupavam de escrever testamentos em qualquer dos arquivos consultados.

Outros sujeitos que provavelmente eram possuidores de grande familiaridade com a cultura escrita foram os que afirmaram terem sido indicados como testamentários ao longo de suas vidas. De todos os testadores, 5 (ou 0,6% de 787) se encontravam na função de testamentários e possuíam dívidas com algum processo de testamentaria. Entre esses estava Custódio Neto Carneiro, natural da Freguesia de São Salvador de Pena Maior, Bispado do Porto, morador na Vila de São João del-Rei. Possuía terras minerais próximas à Vila de Ouro Preto e terras agrícolas vizinhas ao Distrito de Ibertioga, Termo de São João. Em 1790, dizia em seu testamento que: “fui testador de meu Thio, o Alferes Manoel Neto Ferreira, e para dar as contas desta, só me falta vir huma Certidão de Portugal a respeito de cem mil reis do Reverendo Padre Pedro Ferreira Velho”<sup>14</sup>. Domingos Araújo Cerqueira, português da Freguesia de São João Batista do Rio Frio, Aveleiros, Termo da Vila dos Arcos de Valdevez, Arcebispado de Braga, negociante sediado na Vila de São João del-Rei, em 1800 declarou ser testamentário, afirmando: “tenho em meu poder varios documentos para a conta della”, ou seja, da testamentaria de Antônio Fernandes Barbosa e se encontrava “a espera de outros [documentos] de Portugal para onde remeti aos herdeiros hum conto e quatrocentos mil e tantos reis dos quais tenho em autos os recibos”<sup>15</sup>. O clérigo Matias Paz Castro, natural de Pernambuco e residente na Paragem Barro Vermelho, Termo da Vila de São João del-Rei, havia sido testamentário de Francisco Mendonça e devia 1:700\$000 aos seus herdeiros, conforme relata em 1777<sup>16</sup>. Outro português, Sebastião Fernandes Costa, natural da Freguesia de São Isidoro da Vila do Eixo, Comarca de Esgueira, Bispado de Aveiro e morador na Fazenda da Samambaia, Aplicação da Conceição da Barra, Termo da Vila de São João del-Rei, era negociante e testamentário de José Barros, morador na Freguesia de Lavras.

Além dos que aceitaram ser testamentários, outros demonstraram fazer uso corrente da palavra escrita pela própria natureza de seus trabalhos ou ocupações, como o mestre de obras Francisco Lima Cerqueira. Nascido na Freguesia de São Mamede de Parada do Monte, Termo de Valadares,

---

14 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1820, cx. 19.

15 Idem. Testamento, 1812, cx. 24.

16 Id. Testamento, 1793, cx. 24.

Arcebispo de Braga, ocupou-se das obras da Igreja de São Francisco de Assis da Vila de São João del-Rei, conforme seu testamento, feito em 1807:

*Os mesarios da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco desta Villa quando quizerão edificar a mesma Capela da dita Ordem foram pessoalmente buscarme a Vila Rica donde me achava, e chegando a esta Vila me asceitarão para ser Mestre da dita obra que de facto o fui e apos no estado em que se acha e fui muitos anos Procurador geral da mesma Ordem.*

Houve uma contenda entre o mestre de obras e os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco e seus bens foram sequestrados em juízo. Ao declarar a discórdia com os irmãos da Ordem, em seu testamento, deixou o registro de que também havia aceitado uma testamentaria e que possuía vários outros manuscritos sequestrados:

*Levaram os Mezarios nessa ocasião do sequestro hua caixa com varios, papéis, e Livro pertencentes a testamentaria de Francisco Ribeiro Mendes, entre os quais foram alguns creditos, e mais documentos e de nada se fez lembrança nem entrou no sequestro, nem sei que papeis foram; e segundo a minha lembrança também entrava dentro dessa caixa hum credito pela quantia restavame o sobret.º da dita Ordem (grifo nosso).<sup>17</sup>*

Todos os que se ocuparam da função de testamenteiros assinavam com bastante qualidade e desenvolviam atividades que requeriam algum entendimento do mundo das letras: um era clérigo, o segundo era negociante e, por fim, o outro era mestre de obras.

Passando à indicação de outros manuscritos referidos nos testamentos, 162 documentos variados foram indicados entre os 787 testadores (20,5%). Destes 162, 28 foram citados por mulheres (17%) e apenas 4 por forros (2%). Entre os mais indicados, encontram-se os recibos, de natureza diversa, tendo

---

17 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1815, cx. 24.

sido citados 38 vezes nos testamentos – o que equivale a 23,4% dos 162 documentos citados nos testamentos.

Um dos usos dos recibos, para comprovar transações comerciais feitas com escravos, foi indicado pelo português Manoel Francisco Moreira, morador na Vila de São João del-Rei. Em 1788, ele registrou que: sobre “a conta do quartamento [de Maria] tenho recebido da mesma preta a quantia de 60 oitavas de oiro, e de tudo isto passei papel, e no cazo que não appareça este paragrafo tenha o mesmo vigor”<sup>18</sup>. Cláudio da Silva Porto, morador e natural da mesma Vila de São João, também faz referência ao quartamento de escravos. Em 1822, o referido Cláudio da Silva solicitava a seu testador:

*Quero se pague ao Capitao Jeronimo Jozé Rodrigues doze mil reis pertencentes a Manoel Escravo que foi dos Pereirinhas do Rio Abaixo cujo papel de quartamento e recibos estão em meu poder. Item a Joaõ preto do Capitao Joze Martins da Costa o que constar de hum bilhete, que lhe passei, e quero se pague juros. Item a Victorino de Maria Jozefa moradora em S. Gonçalo do Brumado o que constar de outro bilhete = Item a Catherina do falessido Manoel da Costa Souto nove mil e seiscentos rs e declaro que todos estes dinheiros os pretos assim me deraõ a guardar*<sup>19</sup>.

Esta declaração do testador indica que ele, Cláudio da Silva Porto, era depositário dos dinheiros dos pretos, o que revela uma relação de confiança e da qual o testador parece ter se demonstrado respeitador.<sup>20</sup>

Outros documentos manuscritos que possuíam o objetivo de melhor administrar bens eram os referentes a créditos, parecidos como as *obrigações creditícias* analisadas por Marco Antônio Silveira<sup>21</sup>. Para o universo em estudo, foram citados 17 documentos desta natureza – dos próprios testamentários, de

---

18 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1814, cx. 89.

19 Idem, Testamento, 1824, cx. 108.

20 Sobre escravos coartados cf.: PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

21 SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo indistinto*: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1997.

suas famílias e/ou de terceiros –, o que equivale a 10,4% de 787 testamentos originais. Em 1829, José Marcos Castilho, músico, natural e morador da Vila de São João del-Rei, leu e assinou seu testamento, indicando estar de posse de uma quantia que não lhe pertencia: “tenho em meo poder, e em goarda dezoito mil e tantos réis pertencente a preta Teresa escrava de João Alves Castilho, de cuja quantia lhe passei recibo, e ella o perdeo”<sup>22</sup>. Assim como a preta Teresa, outra mulher, D. Teresa de Jesus Maria José, não soube cuidar de seus papéis referentes a créditos, chegando a perder um importante documento. Tal distração foi registrada pelo português da Freguesia de Santa Marinha de Lodares e Concelho de Lousada, Francisco Pereira Matta Lodares, que também residia na Vila de São João del-Rei. Referindo-se ao uso dos créditos, as palavras de Francisco Pereira demonstram que a perda desses poderia ser perigosa, pois facilitaria sua cobrança por pessoa indevida:

*Declaro que se por meo falecimento apparecer hum Credito da quantia de 200\$000, passado, e assinado por minha mão a D. Teresa de Jesus Maria José, meo testamenteiro, naõ o pague, por eu o ter feito como consta de hum recibo, ou resalvo da dita Senhora, passando em prezença de tres testemunhas a dezenove de setembro de 1833 por causa do crédito se lhe ter desencaminhado (grifo nosso)*<sup>23</sup>.

Estes créditos e os recibos referentes às coações de escravos, referidos anteriormente, demonstram o uso da cultura escrita por parte dos cativos e dos forros. Havia, por parte dos africanos e de seus descendentes, que de alguma forma tiveram suas histórias marcadas pela escravidão, uma prática comum de confiar a alguém livre e de probidade seus papéis e até mesmo dinheiro, uma interessante estratégia utilizada para garantia da liberdade e dos pecúlios<sup>24</sup>. Tais fontes permitem que sejam lançadas luzes sobre as estratégias de uso da cultura escrita entre aqueles que se encontravam em posições

---

22 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1834, cx. 23.

23 Idem. Testamento, 1839 (1853, cx. 74).

24 Sobre escravos que conseguiam acumular pecúlios para comprar a liberdade ver: LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

subalternas (escravos e forros), considerando que a sociedade em estudo era marcadamente hierárquica e excludente.

Luiz Fortes de Bustamante e Sá, natural e morador da Vila de São João del-Rei, negociante, em 1832, afirmava ter sido Administrador dos Dízimos desta Freguesia entre os anos de 1827 e 1829. Possuía vários documentos em seu poder, dentre eles o crédito que escreveu, passando um abono a um filho menor de Francisco J. S. Araújo, para que o menino comprasse uma boiada. Exigiu em quinze dias uma autorização por escrito de seu pai e, caso o menor não cumprisse o trato, reclamaria o crédito junto ao vendedor. No momento da escrita de seu testamento ninguém ainda havia se responsabilizado pela compra, e ele afirmava ter escrito a Joaquim Carlos, vendedor, participando o ocorrido, no mês de julho de 1832.<sup>25</sup>

A única mulher que possuía recibos e se encontrava na condição de credora chamava-se Maria Madalena Jesus. Natural de Ouro Preto, habitava a Vila de São João del-Rei e, em 1835, assinou seu testamento, assegurando lido o documento. Demonstrava fazer uso da escrita em seus negócios ao registrar a seguinte informação: “sou credora de alguãs quantias [...] o que ha de constar de documentos que tenho em meo poder meo testamenteiro cobrará”<sup>26</sup>

A documentação pesquisada revela que muitos testadores possuíam um determinado grau de *letramento* que lhes permitia lidar com manuscritos no seu cotidiano e administrar seus bens. O caso do crédito/abono para a compra do boi é exemplar, pois demonstra o quanto o escrito se encontrava disseminado na sociedade em estudo, principalmente entre aqueles que se ocupavam de “negociar”, até mesmo entre os que ainda eram menores de idade, mas já se encontravam inclinados a seguir esta ocupação. Dessa forma, percebe-se que a cultura escrita circulava em torno das complexas relações comerciais que se estabeleciam na localidade em estudo.

A possibilidade de se adquirir ascensão social a partir do domínio da cultura escrita foi indicada pelo advogado Bernardo Leite Faria Souza Loar, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra. Natural da Vila de São João del-Rei, foi exposto e criado em casa do Alferes Bento José Faria

---

25 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1833, cx. 16.

26 Idem. Testamento, 1838, cx. 67.

Souza. O advogado foi um daqueles que escreveram o próprio testamento. Ele afirmou que: “os bens que possuo, de raiz, moveis, semoventes e escravos são todos *adquiridos pelo uso das minhas Letras* [...] e entre os meus papeis se achão titulos de compra dos de raiz, e dos escravos” (grifo nosso)<sup>27</sup>. Outra forma de *letramento*, muito sofisticada, da qual outro testador se ocupava, era a música. Demonstrando lidar com códigos musicais em seu dia a dia, em 1809, o músico Francisco José Sales, natural e residente na Vila de São João del-Rei, assim declarava: “o Capitão Jose Joaquim Correa me deve hua dobra importe da Muzica do Dezertor que o dito mandou copiar e como eu sou devedor a este de maior quantia deve ser abonada na minha conta ou em parte da dita dobra”<sup>28</sup>. As partituras de música foram citadas por apenas 2 dos 797 testadores (o que corresponde a 0,2%).

Algumas vezes alegando ignorância no lidar cotidiano com a cultura escrita, determinados testadores tentavam, nos testamentos, corrigir erros cometidos em transações comerciais ou em partilhas de bens. Assim aconteceu com Maria Fernandes São José, brasileira, moradora na Vila de São João del-Rei, que afirmava em 1830 que,

*Por ignorancia minha, e sem consultar a peço prudente vindi a meu filho Bernardino Alves Pedroza já falecido, em fraude do Direito dos mais filhos hum pasto chamado dos Bois todo cercado, que se compoe de campos, e capoeiras, e recibi do mesmo meu filho a quantia de sicoenta mil reis, se bem que no papel que lhe pazei esta declarada a quantia de trinta mil reis; e porque agora conheço, que eu não devia fazer, por esta me denuncio para que elles posão reinvendicalo, e chamalo a seu poder, restituindo o dinheiro recibido, e para iço lhes declaro seu salvo Direito.*<sup>29</sup>

Outra produção manuscrita bastante aludida nos testamentos analisados era nomeada como “livros de contas” ou “livros de razão”. Comumente utilizados pelos que necessitavam administrar a vida e a contabilidade de

---

27 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1823 (1832, cx. 74).

28 Idem. Testamento, 1828, cx. 117.

29 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1833, cx. 121.

modo organizado, estes “livros” são definidos por Jean Hébrard como um tipo de escrita, disseminada no final do século XVII, que podia pertencer tanto ao “comerciante consciencioso” quanto ao “bom administrador”<sup>30</sup>. Utilizo-me das palavras do dicionarista seiscentista Antoine Furetière, para definir um livro de razão:

*Livre de raison é um livro no qual um bom administrador ou um negociante escreve tudo o que recebe e gasta para prestar contas e explicar a si mesmo a razão de todos os seus negócios. Os negociantes estabelecem esse livro também em débito e crédito, o que de fato não é senão um extrato de seus outros livros.*<sup>31</sup>

A menção aos livros de razão foi feita por 30 testadores (ou 18,5% dos 787 documentos analisados). Alguns de seus utilizadores tiveram o trabalho de descrever a materialidade dessa escrita contábil, como o português Luiz Manoel Silva Caldas, natural da Freguesia de São Gonçalo da Vila de Amarante, Arcebispado de Braga e morador na Vila de São João del-Rei. Luiz Manoel parecia precisar muito dessa “escritura ordinária”, uma vez que era negociante e tropeiro, possuindo 5 escravos, 24 bestas de carga e 2 cavalos selados. Em 1839, sua vida administrativa se encontrava anotada em um livro de razão, no qual constavam todas as dívidas, créditos, dotes dos filhos etc. Segundo sua descrição, o livro “contem quarenta e nove meias folhas com termos de abertura e encerramento, e he coberto com capa de Olanda crua, e atilhos de cadaço de linho riscado”.<sup>32</sup>

Antônio Gonçalves Cardoso, natural de Congonhas do Campo e também morador na Vila de São João del-Rei, além de bilhetes e cartas trocadas com seu

---

30 Outros trabalhos interessantes sobre a utilização de livros de razão ou cadernos bastante similares a estes livros podem ser encontrados em: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; BLAS, Verónica Siena (Org.). *El legado de mnemosyne: las escrituras del yo a través del tiempo*. Gijón: Ediciones Trea, 2007.

31 FURETIÈRE, Antoine. *Dictionnaire Universel*. Haia: Rotterdam, 1690 apud HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Refúgios do eu*. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 39.

32 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1844, cx. 17.

sobrinho quando este morou no Rio de Janeiro, dizia possuir assentos em um livro, no qual estavam anotadas dívidas a receber. Em seu testamento, datado de 1802, descreve com detalhes o modo como organizava seu livro de razão e como gostaria de dispor de seus bens a partir de sinais feitos no referido livro:

*Tenho um quaderno de acentos de dividas [...] e algumas dellas as passei a hum livro de razão de noventa e quatro folhas numeradas e rubricadas [...] tenho varios bens moveis todos descriptos no referido meu livro de razão [...] ao tempo de meu falecimento se acharem no acento do dito meu livro notadas com o sifram e huma estrella a margem entregarão a meus Irmãos [...] os bens que no dito livro de razão se acharem notados a margem com uma cruz [...] os entregara meu testamenteiro a sobredita minha preta Ana Mina (grifo nosso).<sup>33</sup>*

De maneira menos elaborada que Antônio Gonçalves Cardoso, o português João Felisberto Gomes Couto, natural de Braga e habitante da Vila de São João del-Rei, organizava seus livros de razão a partir de títulos. Em 1803, informava ao testamenteiro sobre “dívidas clarezas e assentos em hum meu caderno intitulado = Caderno de lembranças=. Há outro intitulado patrocínios”<sup>34</sup>. Muito provavelmente os cadernos tenham sido preenchidos pelo testador, uma vez que Antônio escreveu seu testamento de próprio punho.

Francisco José Chagas, também português e negociante, natural da Freguesia de São Nicolau da Cidade do Porto e residente na Vila de São João del-Rei, informava ao testador que, de acordo com seu livro de razão, “se me devem varias dividas, as quaes constão dos livros ou borradores de minhas contas e de algumas clarezas que estão em meu poder”. Afirmava, ainda, que possuía “contas com o Cap. Antônio Oliveira Durão no Rio de Janeiro, e me resta o que consta de hum livrinho em pergaminho de fl. 93 the fl. 105 [...] Tenho contas com Manoel Costa Cardoso no Rio de Janeiro em resto o que consta do dito livrinho fl. 106”<sup>35</sup>.

33 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1809, cx. 18.

34 Idem, Testamento, 1818, cx. 36.

35 Id. Testamento, 1766 (1817, cx. 25).

Estes livros de registro econômico eram extremamente importantes para aqueles que possuíam um negócio, inclusive os que se declararam incapazes de ler e escrever, como Francisco Coelho Souza. De origem africana (Banguela), forro, vivia de seu ofício de barbeiro e sangrador na Vila de São João del-Rei. Foi testamenteiro de sua primeira esposa. Não assinou seu próprio testamento, tendo feito apenas um sinal, uma cruz. A partir do sinal, depreende-se que não sabia ler ou escrever, mas utilizava-se cotidianamente da palavra escrita, tendo sido inclusive proprietário de um livro de contas para controlar os lucros obtidos com sua ocupação. Não declarou, em seu testamento, quem se responsabilizava pelas anotações, mas fazia questão de manter um livro organizado, como pode ser considerado a partir das palavras que ditou em 1828:

*Tenho servido das Artes de Barbeiro e sangrador, e tenho muitos freguezes, com os quaes as minhas contas saõ de = Deve, e Hadever, e meo Testamenteiro pelos meos assentos as ajustará, ressebendo o que elles me deverem, e pagando o que eu dever, sem figura alguma de Juizo, bastando para as contas, as declaraçoens de meo Testamenteiro em hum simples requerimento em que exponha e jure qualquer ajuste de contas.<sup>36</sup>*

Os testamenteiros deviam tomar posse destes livros de razão para melhor cumprir os legados e cobrar/pagar as dívidas dos testadores, mas não se sabe qual o destino destes escritos ao final dos processos de testamentaria. Nenhum manuscrito dessa natureza foi encontrado em anexo aos testamentos analisados.

A boa administração das heranças, legítimas (parte da herança da qual o testador não poderia dispor, por ser legalmente dos herdeiros necessários) e dotes parece ter sido uma constante preocupação dos proprietários de bens, os quais recorriam às “memórias” contidas nos livros de razão para melhor gerir seus haveres. O negociante José Lourenço Dias, português de Braga, era um dos habitantes da Vila de São João del-Rei que fazia uso dos livros de razão para o fim referido. Em testamento, ele declarou que “nas legítimas

---

36 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1837, cx. 136.

que quoberem aos Herdeiros que me são devedores por credits e acentos de livros, serão encontradas as suas dividas nas legitimas, e o liquido destas, então se lhes entregará<sup>37</sup>. O Comendador e negociante Francisco Paula Almeida Magalhães, natural e residente na Vila de São João del-Rei, escrevia de próprio punho, em 1838, que: “tem mais em dinheiro a premio de 1% ao mez quanto constar dos meus livros, sendo tudo isto producto de Escravos, e ouros lavrados em que consistio a dita legitima Materna [...] como tudo consta dos ditos meus livros”<sup>38</sup>. Ainda sobre as rendas das heranças dos filhos, Alexandre Alves Ferreira, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas e morador em Barreiras, Distrito da referida Vila e Termo de São João del-Rei, afirmava em 1848 que “os mais herdeiros que devem a Caza tudo se achará declarado em papeis”<sup>39</sup>. O português João Gonçalves Liberal demonstrou uma capacidade bastante vasta de lidar com a palavra escrita, ao informar que fez “a duação *por minha letra* a meu sobrinho João Gonçalves Liberal Gomes da erança que me tocou dos falecidos meos Pai e Mai” em 1813 (grifo nosso)<sup>40</sup>.

Outro testador que deixou evidências de que era capaz de fazer uso cotidiano da escrita foi José Francisco Guimarães, natural da Freguesia de São Sebastião da Vila de Guimarães, Arcebispado de Braga. Habitava o lugar denominado de “Engeinho”, nos subúrbios do Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Barra, Termo da Vila de São João del-Rei e dizia que: “o que eu possuir em dinheiro ou credits que se me devão constara do *asentto que por minha letra se a de achar em hú caderno* e por elle se estara” (grifo nosso)<sup>41</sup>.

Além dos homens que possuíam negócios, outros faziam uso de anotações para facilitar sua vida profissional, como o clérigo Domingos Rodrigues Costa, morador na Vila de São João del-Rei, que se ordenou no Bispado de Mariana em 1763 e usava de notas para controlar as missas solicitadas por seus fiéis: “todas as tenções que tenho de Missas apontadas no meu caderno meu Testamenteiro logo depois do meu falecimento as mandará dizer”, como consta de seu testamento, datado de 1808<sup>42</sup>. O padre fizera estes registros para

---

37 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1837, 1851, cx. 41.

38 Idem. Testamento, 1853, cx. 78.

39 Id. Testamento, 1848, cx. 47.

40 Ibidem. Testamento, 1816, cx. 73.

41 Ibid. Testamento de 1782, 1795, cx. 60.

42 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1815, cx. 32.

controlar o “dever” e “haver” de suas missas, uma vez que as celebrações eram pagas pelos fiéis.

Alguns testadores tinham uma maior preocupação com o bom andamento de suas disposições e a correta partilha de seus bens. Utilizavam de registros escritos, não contidos nos testamentos, para oferecer um maior suporte aos testamenteiros no atendimento de suas disposições ou na cobrança de dívidas. Assim foi feito por 15 testadores (2% do total de 787). Dentre eles pode-se mencionar Francisco Ferreira Costa, natural da Freguesia da Vila de Arruda dos Vinhos, Patriarcado de Lisboa e morador na Vila de São João del-Rei, era proprietário de uma sesmaria de terras de cultura na Mantiqueira. Em seu testamento, deixou um escrito que nomeou de “apontamento” para guiar seu testamenteiro e alertou: “as mais disposições que deixo constará de hú apontamento que fora entregue a meu testamenteiro o qual não servira mais senão para se regullar por elle sem obrigação de o apresentar em juízo”, em 1795. Não se pode afirmar com certeza que o testador Francisco Ferreira Costa tenha sido o redator de seu “apontamento”. Talvez sim, uma vez que, ao final de seu testamento, dizia que não pôde escrevê-lo sozinho e que nem poderia assiná-lo “pelo justo impedimento que tenho no braço direito”.<sup>43</sup>

Com o mesmo intuito de facilitar o trabalho dos testamenteiros, outros testadores deixaram listas de bens, como Miguel Martins, natural da Freguesia de Santo Antão de Lagoaça, Arcebispado de Braga, morador na Paragem Macaia do Rio Grande, Termo da Vila de São João del-Rei. Ele declarou: “os mais bens que posso são divididos por creditos e rois de *huma Listra* [sic] *que melhor consta Asinada por mim*”. Ao que parece, não foi ele quem escreveu a lista, restringindo-se ao ato de assiná-la, conforme o trecho destacado por mim.<sup>44</sup>

Outro português, o negociante Bento José de Faria e Souza, natural da Freguesia da Vila Nova das Infantes, Termo de Guimarães, morador na Vila de São João del-Rei, em 1822 fez testamento e nele alegava possuir “varias dividas que se me devem por Creditos e Execuçoens de Negros Novos em que sempre negociei, e algumas por rol”.<sup>45</sup>

---

43 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1812, cx. 32.

44 Idem. Testamento de 1779 (1794, cx. 81).

45 Id. Testamento, 1834, cx. 136.

Dentre as listas de bens, um caso interessante foi o do lisboeta Dr. José Antônio Apolinário da Silva. Ao fazer seu testamento na Vila de São João del-Rei, em 1816, revelava que havia elaborado uma lista de bens “e o mais que possuo há de constar de hum papel”. Até aqui nada de surpreendente, mas o local onde o testador encontraria tal papel chama a atenção: “se achará metido entre a pasta das minhas Horas, em que encomendava a Deus, e a sua Santissima May; a cujo papel, que he de minha Letra, e asinado com a minha firma se dará todo o credito em qualquer parte que for apresentado”.<sup>46</sup>

Mas não apenas a lista de bens de José Antônio Apolinário encontrava-se escondida. Outras questões, ligadas à esfera pessoal, foram mencionadas nos testamentos. Para a resolução de problemas “de consciência”, o uso da escrita em outra forma que não exclusivamente o testamento teve sua importância. Os testadores se utilizavam dos *codicilos*, registros adicionais, geralmente cartas lacradas feitas após os testamentos, produzidas com o objetivo de alterar legados e disposições já registradas, ou mesmo para indicar outras prescrições que deveriam ser cumpridas em segredo. Ao trabalhar com testamentos da Comarca do Rio das Velhas, em *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, Eduardo França Paiva afirma que os codicilos “não eram comuns [...] não [tendo] representado modificações profundas nos textos originais”<sup>47</sup>. Entre os 787 testadores que moravam na Vila ou Termo de São João del-Rei, 24 (3%) fizeram uso deste dispositivo, dos quais 20 eram homens e 4 mulheres (0,2% e 0,5%, respectivamente). Alguns solicitaram não apenas o cumprimento em segredo de suas determinações, como também a destruição das “cartas” pelos testamentários assim que tudo fosse resolvido. Este foi o caso do português José Monteiro Cardoso que, em 1796, afirmara que não pôde escrever seu testamento “por na ocasião não poder bem escrever”, mas conseguiu assiná-lo. Residente na Vila de São João del-Rei, Cardoso determinava suas últimas vontades da seguinte maneira:

*Com este meo testamento se há de achar huma carta minha fechada com sobscripto ao testamenteiro [...] cuja carta contem*

---

46 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1817, cx. 132.

47 PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995. p. 43.

varias disposições, assim pias, como profanas, as quaes meu testamenteiro cumprira inviolavelmente da minha fazenda, e em segredo, e cumpridas reduzirá a cinzas a dita carta, e muito lhe recomendo o cumprimento de tudo, e que não seja vista a dita carta (grifo nosso).<sup>48</sup>

Já o Padre Vicente Araújo Pereira, ao fazer seu testamento, ainda não tinha certeza se deixaria ou não um desses codicilos, mas tinha intenção de fazê-lo, tendo declarado, em 1816, que

*Se eu me levantar desta cama, hei de fazer hua carta fexada, que o meu testamenteiro consultará homens e Morallistas, e seguirá o que elles lhe disserem sempre em segredo, e encargo de consicencia, cuja carta não será obrigada a apresentar em Juizo, nem dizer o que ella conthem, por ser em cazo de consciencia.*<sup>49</sup>

O brasileiro Francisco Joaquim Araújo Magalhães, natural e morador na Vila de São João del-Rei, em 1805, redigiu o próprio testamento, no qual menciona uma carta-codicilo, sobre a qual diz: “todas as mais claresas de que eu devo fazer aqui hua expressa mensão ficao em hua carta serrada a dia minha Irman, a qual ella cumprira, ou suas filhas sem que de della conta a ninguem, cuja Carta he de consciencia.” Ao final, afirmou que, após cumpridas as disposições da carta, a irmã não precisaria prestar contas das mesmas em juízo.<sup>50</sup>

No ano de 1798, Joana Batista Macedo, natural e habitante da Freguesia das Lavras do Funil, Termo de São João del-Rei, também deixou disposições em uma carta fechada, assim como os detalhes a serem seguidos em seu funeral. Somente o testamenteiro que aceitasse a incumbência da testamentaria poderia abrir a carta em segredo “e depois de cumprir o que nella se declara a queimarã”<sup>51</sup>. Manoel Andrade Cunha, natural de Lisboa, outro testador

---

48 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1799, cx. 18.

49 Idem. Testamento, 1822, cx. 105.

50 Id. Testamento, 1805, 1828, cx. 78.

51 Ibidem. Testamento, 1801, cx. 76.

que assinava e dispunha de um livro de razão, também solicitou que suas determinações secretas jamais viessem a público e que sua carta-codicilo fosse queimada:

*Dispora meu testamenteiro de 1:825\$515 réis na forma que particularmente lhe ordeno em carta fechada que fica dentro neste testamento, a qual assim fechada receberá, e abrirá particularmente com o Reverendo Vigário atual da Igreja (...) dita carta, que queimarão quando que estiver satisfeita, sem que a pessoa mais alguma revelem o que ela contiver (grifo nosso).<sup>52</sup>*

Além desses assuntos secretos de consciência, os negócios também geravam inimizades e culpa entre os testadores. Ao redigir seu testamento em 1796, Bento Francisco Paula Magalhães nascido e residente na Vila de São João del-Rei, fez uma carta em anexo ao seu testamento, recomendando ao testamenteiro que

*Ouvindo dizer a alguma pessoa do Arraial de Sam Gonçalo, ou desta Villa que eu a damnificasse nos seus bens lhe restituia pello seu juramento tudo aquillo em que eu os agravasse o que melhor constara de huma carta fexada aqual deixo a meu testamenteiro, e com o seu juramento se lhe levara em conta toda a despesa que nella lhe determino (grifo nosso).<sup>53</sup>*

Os codicilos eram, no período em estudo, um tipo de escrita pessoal e privada. Os exemplos citados sugerem que os assuntos secretos, contidos nos codicilos, geralmente envolviam questões caras à moralidade da época. As principais características desse tipo de manuscrito são a ausência de pistas sobre seu conteúdo, a desobrigação de se prestar contas em juízo das solicitações feitas pelos testadores e, muitas vezes, as recomendações expressas para que os

---

52 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1765, 1766, cx. 38

53 Idem. Testamento, 1801, cx. 78.

testamenteiros incinerassem os documentos, com o propósito de que ninguém mais tivesse acesso ao que neles estava disposto. Nenhum documento desta natureza foi encontrado anexado aos processos de testamentaria, ao contrário de alguns recibos. Isto se explica por sua própria constituição secreta e pelo fato de muitos testadores solicitarem que os codicilos fossem destruídos quando as determinações fossem cumpridas. A exceção fica por conta de um documento nomeado como “carta de ordem”, espécie de codicilo escrito a rogo de Ana Lourenço Souza, em 1808. Segundo a dita “carta de ordem”, que se encontra em anexo ao testamento original, o testamenteiro deveria distribuir alguns valores em dinheiro, a pedido de Ana Lourenço<sup>54</sup>. Apesar de não tratar de assuntos secretos, este raro manuscrito é relevante para que se tenha uma idéia de como os codicilos provavelmente eram escritos, a abertura, a sequência das novas disposições, o desfecho etc.

Além dos manuscritos citados até o presente momento, variados tipos de escrita pessoal consolidaram-se e tornaram-se mais utilizadas a partir do século XVIII, como as correspondências. Ao analisar vários tratados do século XVIII que prescreviam modelos para o gênero epistolar, Teresa Sousa de Almeida afirma que, na segunda metade do referido século, a “carta familiar” adquire grande importância, sendo, a partir de então,

*Valorizada por todos os tratadistas como o lugar de uma estética da espontaneidade, correspondendo a uma evolução literária que consagra a expressão da sensibilidade e do sentimento que deveriam ter a primazia sobre o policiamento do discurso [característico da Retórica]. Progressivamente, a Retórica perde o peso e revela-se impotente para ditar regras ao coração, embora todos os tratadistas salientem a importância do saber cultural e mundano para se poder escrever correctamente.*<sup>55</sup>

---

54 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1823, cx. 135.

55 ALMEIDA, Teresa de Sousa. Tratados epistolares do Século XVIII; teoria e prática na correspondência de Chelas. In: ANASTÁCIO, Vanda (Org.). *Correspondências*. (Usos da Carta no século XVIII). Lisboa: Colibri, 2005. p. 31.

Além de muito importantes no período colonial, sendo progressivamente utilizadas como forma de comunicação, as cartas,

*Sobretudo no século XIX sofrem um impulso qualitativo de fundamental importância. Não apenas o papel e a escolarização permitem uma utilização da correspondência como forma privada e sigilosa de comunicação, como são reorganizados os serviços de correios e comunicações (grifo nosso).<sup>56</sup>*

Entre os 787 testamentos originais produzidos em São João del-Rei, as correspondências foram mencionadas 17 vezes (2%). Não tive acesso a qualquer uma destas cartas, o que impossibilita uma averiguação quanto aos modelos seguidos por aqueles que as escreveram – como o trabalho realizado por Klebson Oliveira<sup>57</sup> e vários capítulos do livro intitulado *Correspondências: usos da carta no século XVIII*, organizado por Vanda Anastácio<sup>58</sup>. Estas cartas, trocadas entre os que viviam na região de São João del-Rei e os que se encontravam em lugares mais distantes, como Rio de Janeiro e ainda Portugal, comumente diziam respeito a assuntos ligados às famílias dos testadores. O agricultor Manoel Gonçalves Costa, natural da Cidade de Angra, em 1789, era morador nos subúrbios da Vila de São João del-Rei, na Paragem Cuiabá, onde possuía um engenho de cana, 6 escravos e 8 bois de carro. Não sabia ler nem escrever, uma vez que firmou um sinal ao fim de seu testamento, o que não o impossibilitava de fazer uso das correspondências para se comunicar com sua família. Afirmava se corresponder com Portugal, uma vez que: “na ocasião presente escrevo para a dita minha Patria, pedindo me mandem para cá hum sobrinho meu, se quiserem, e se este vier [...] em caso de vindo este meu sobrinho [...] herdará ele e se lhe entregará tudo em o estado que se achar”.<sup>59</sup>

---

56 MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*. Braga: Serviço de Publicações, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994. p. 159.

57 OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (Doutorado). Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

58 ANASTÁCIO, op. cit.

59 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1791, cx. 15.

Também José Caetano Figueiredo, morador e negociante de sal na Aplicação de Carrancas, Freguesia de Santa Ana das Lavras do Funil, Termo da Vila de São João del-Rei, assegurou ter enviado uma correspondência para Portugal. Nesta missiva, solicitava a um de seus sobrinhos que cumprisse uma promessa que havia feito a São Macário, de “fazer uma perna de cera e mandar rezar duas missas”. Se a promessa não fosse cumprida antes de seu falecimento, o testador deveria cobrar a sua execução ao sobrinho.<sup>60</sup>

Outro exemplo é o negociante de fazendas José Joaquim Correia, natural do Rio de Janeiro e residente na Vila de São João del-Rei. Ele redigiu muito bem o próprio testamento, o que indica que poderia ser capaz de escrever suas epístolas. Teve oito filhos e gastou com os estudos de seu filho Antônio 1:863\$385, “como consta do meu livro 4.º a f. 161”. Sempre se correspondia com os amigos para ter notícias do referido Antônio, que fora enviado a Coimbra para estudar. De acordo com as palavras do negociante, a partir das correspondências trocadas, não era bem dos estudos que o filho se ocupava, uma vez que:

*Tendo eu o mandado para Coimbra para se formar, estive lá alguns annos, que passarão de 8 ou 10 sem que se occupasse em outra cousa mais, que nos divertimentos profanos de jogos, e paravilhações [sic] libidinozas, de que fui munto sabedor, e bem informado por cartas de pessoas fidedignas; não tendo entrado na Universidade, nem sequer feito a primeira Matriculla, nem exame, nem acto algum, gastando com seus vicios as mesadas que eu prontamente lhe fazia em boa fé, sendo estas Mezasdas avultadas, e acestidas por Domingos Jorge Ribeiro da Cidade do Porto, e Manoel Pinto Miranda athé que sem Ordem minha se passou para a Cidade de S. Luiz do Maranhão aonde faleceu (grifo nosso).<sup>61</sup>*

O trecho citado indica que o negociante deveria fazer um uso bastante constante da correspondência com Portugal e outras regiões do Brasil, tanto

---

60 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1805, 1814, cx. 51.

61 Idem. Testamento, 1833, 1841, cx. 30.

para tratar das mesadas enviadas ao filho durante mais de oito anos, quanto para ter notícias sobre os rumos tomados pelo rapaz. Ao ler o testamento de José Joaquim Correia, pode-se observar que algumas palavras demonstram uma proximidade da escrita com a oralidade, como “munto” em vez de muito e “paravilhações” em vez de parvilhões (de parvo, tolices), mas sua escrita era, para o contexto em que vivia, bastante clara e correta.

A testadora Josefa Joaquina Câmara, natural do Rio de Janeiro, residia na Vila de São João del-Rei e afirmava encontrar-se divorciada do marido Manoel Caetano Azedias, o qual morava no Rio de Janeiro. Com o objetivo de resolver questões com o ex-marido que vivia distante, em seu testamento acabou por fazer menção ao uso das cartas em sua vida, da seguinte maneira:

*Da outra minha escrava Rosa parda nasceo huma Menina por nome Ritta Iva Eulina Cassia a qual por motivos particulares e por condescender com a vondade de minha Filha Herdeira, [ilegível] liberalidade gratuitamente a declarei por liberta de toda escravidão quando se baptizou, e sobre a qual mulatinha Ritta, muito recommendo a minha Filha Herdeira, haja de escrever ou mandar escrever, e conjurar a seu Pay para que cumpra com as obrigaçoens de sua honra e Christandade manndando-a [ilegível] dando-lhe estado honesto e decente pois que só nesta confiança a libertei (grifo nosso).<sup>62</sup>*

O contato de residentes no Brasil com parentes na Europa fazia com que as missivas cruzassem o Atlântico nos dois sentidos, como demonstra a disposição feita em 1788 no testamento de João da Silva Ribeiro Queirós. Natural da Freguesia de Santa Maria de Idães, Arcebispado de Braga, era morador no Arraial de Santa Ana das Lavras do Funil, Termo da Vila de São João del-Rei e prescrevia:

*Meus testamenteiros logo que eu falecer escreveraõ para o Rio de Janeiro ao meu procurador Reverendo Conego Francisco Moreira*

---

62 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1803, 1811, cx. 149.

*da Costa e lhe mandaram procuraçãõ sua por expirar a minha com o meu faleçimento para este procurar e arrecadar o que lá ouver, pertencente ao meu casal, e juntamente mandarlhe as verbaz deste testamento respetivas as despoziçoens que faço para Portugal para elle avizar para lá e por via dele se dar cumprimento ao que lá dizponho (grifo nosso).<sup>63</sup>*

Outro testemunho da troca de correspondências entre moradores da América e do Velho Mundo foi obtido a partir da recomendação que se segue, feita em 1788 pelo português Antônio Francisco Sargento, morador na Vila de São João del-Rei:

*Instituo por minha herdeira a huma filha de meu Primo Manoel Antonio do Monte a qual he única e agora me não lembro o nome sem embargo de que tenho cartas que o declarão e tambem fica enstituhida herdeira em os bens [ilegível] que me tocarem em a minha Patria, donde a mesma he moradora e [...] para ella haver o que ca he tocar bastará que mande huma procuraçãõ bastante em forma, e com recibo do procurador que esta eleger (grifo nosso).<sup>64</sup>*

Estevão Salgueiro, natural da Freguesia de São Lourenço de Almofrei, Termo da Vila de Ponte Vedras, Arcebispado de São Tiago de Galiza, também deixou registrada em seu testamento (datado de 1786) a troca de correspondências com sua terra natal, à procura de informações sobre seus filhos e herdeiros:

*O primeiro [filho] por nome Andre; este tenho noticia que foi para a India, se por vontade ou constrangimento por algum isidente [sic] não sei e menos ao depois tive dele noticia, e o segundo por nome Joaõ tambem por cartas que tive me mandaraõ dizer que*

---

63 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1801, cx. 109.

64 Idem. Testamento, 1788, cx. 122.

*se auzentou da Patria e dele não há noticia alguma; a terceira por nome Andreza, esta se acha cazada em a Freguezia de Santa Maria de Abade Termo de Barcellos, e não se me mandou dizer o nome do Marido com quem cazou; a quarta pr nome Maria esta Julgo que inda se acha solteira, em a mesma Freguezia de Santa Maria de galegos (grifo nosso).<sup>65</sup>*

Além dessas correspondências em busca de notícias das famílias, quatro testamenteiros, naturais de Portugal, solicitaram aos seus testadores que fizessem remessas de dinheiro para herdeiros compatriotas (o que corresponde, em termos percentuais a 0,5 do total de testadores). Entre estes estava João Moura Silva, morador em Conceição da Barra, Termo da Vila de São João del-Rei, que em 1799 ditou:

*Deixo ao meu sobrinho Antonio de Carvalho filho de minha Irman Luiza Thereza moradores na patria onde nassi, cem mil reis, e na mesma forma deixo a minha sobrinha Luiza Irman do dito asima cem mil reis que estes dois legados remeterá meu testamenteiro aos ditos por conta, e risco dos mesmos, e com conhecimento da Náu em que ele remeter se lhe levarão em conta sem que seja nesario mais documento.<sup>66</sup>*

As mensagens escritas poderiam organizar os negócios das pessoas em seu cotidiano, ocultar segredos, informar, trazer notícias daqueles que se encontravam distantes. Mas além de todas estas, outra função foi atribuída ao escrito na sociedade em estudo: trapacear. Alguns documentos poderiam se tornar armas perigosas nas mãos de pessoas mal intencionadas, como ocorrido em 1831, com Bento José Passos Guimarães, natural da Freguesia de Santa Maria de Gordizela, Arcebispado de Braga e ao tempo morador nos subúrbios da Vila de São João del-Rei, onde possuía uma chácara. Apesar de afirmar ter lido e de assinar seu testamento, a falta de entendimento de uma mensagem escrita

---

65 AHET2/IPHAN/SJDR. . Testamento, 1804, cx. 118.

66 Idem. Testamento, 1803, cx. 126.

foi o motivo alegado por este testamenteiro para que caísse em uma armadilha. Tendo ficado viúvo e casado novamente, o português afirmava que sua esposa o havia abandonado para viver sozinha, na Vila de São João del-Rei, “em plena liberdade talvez com fins que a caridade, a decencia, e a modestia pedem que oculte”. Segundo Bento José, uma trapaça tinha sido forjada pela esposa, com a ajuda de seu pai (sogro do testador) e de outro homem, os quais conseguiram retirar

*Furtivamente do meu poder seis escravos [tendo-os vendido] como ha de constar do Livro de sua paga [...] para esta venda [...] aproveitando-se a dita minha mulher da minha rusticidade, ignorancia, boa fé e singelesa, mão-comumnada com [...] Theodoro Xavier e seu Pai Francisco Rodrigues Pires, meo Sogro, me apresentarão um papel para eu assignar, e que de facto innocentemente assignei sem conhecimento algum do seu contheudo, no qual sobrepticiamente extorquirão de mim o consentimento necessario para ella poder vender os mencionados seis escravos (grifo nosso).<sup>67</sup>*

Os escravos foram avaliados e vendidos, segundo o testador, em 1:450\$000. Mas além dos escravos, a mulher levou

*Os moveis e trastes a saber: huma dúzias de colheres de prata com seus garfos e duas facas com cabos de prata; hum tacho grande de cobre; huma bacia de arame d'assar pão do ló; hum almofariz; huma caixa grande; seis dúzias de pratos brancos; huma bandeja grande e outra pequena; hum espeto grande de ferro; hum tear; oito toalhas; hum boi; três novilhas; dez oitavas em cobre, e todo o mais enxoval, que achou em casa, deixando-me com a maior deshumanidade, e ingratitude apenas hum unico lençol, e hum enxugão de algodão, e nada mais.<sup>68</sup>*

---

67 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1835, cx. 59.

68 Idem. Testamento, 1835, cx. 59.

A esposa desse português, que lamentava o estado de “desumanidade” em que fora deixada, não foi a única a usar do expediente da escrita para fins ilegítimos. O negociante Luiz Manoel Silva Caldas, que possuía um livro de razão “com capa de Olanda crua”, referido anteriormente, também se viu nas mãos de uma mulher depois que assinou um documento. Ao que tudo indica, Luiz Manoel deve ter incorrido em falta grave, o que o teria levado a se tornar vítima de uma chantagem. Encontrava-se em uma situação embaraçosa, mencionada em seu testamento, datado de 1839:

Por motivos ocultos, *que não me hé dado revelar*, fui obrigado a passar a minha falecida Sogra D. Ana Barbara hum credito fantastico de dois contos e quatro centos mil reis, *mas quantia esta que dela não recebi e nem lhe devo e se tal credito chegar a aparecer depois de minha morte, meus testamenteiros se recusarão pagal-o, defendendo sua nullidade* (grifo nosso).<sup>69</sup>

Papéis passados com a intenção de enganar também foram motivo de preocupação para D. Ana Maria Moura. Em 1802, sendo moradora na Fazenda Engenho de Santo Antônio do Rio Abaixo, Termo da Vila de São João, fez seu testamento com o seguinte aviso ao testamenteiro que aceitasse sua testamentaria:

*Lhe advirto que se aparecer hú papel asignado por mim de hua divida a meo Irmao o Tenente Ignacio da Costa Homem, não pague por ter sido este papel feito entre o mesmo meo Irmao, e meo Primo Manoel Caetano da Silva para embaraçar hua cobrança que mim fazia meo Cunhado Mathias, o qual papel por ser fingido e de nenhú valimento entre nos estava em poder meo e o entreguei ao mesmo meo primo para com elle defender aquella cobrança e por sua morte procurando o não achei, e agora me dizem está em poder dos segundos testamenteiros de meo Irmao e como foi hum papel fantastico e hoje de nenhú*

---

69 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1844, cx. 17.

*efeito por que meo Cunhado cobrou de mim o que quis advirto a meo testamenteiro se defenda desta falcidade por não prejudicar a meos legitimos credores, e diminuir de meos bens a esmola que lhes deixo, que segundo mal me lembro no papel mesmo se declara ser o seo rezultado de segredo (grifo nosso).*<sup>70</sup>

De outra parte, a suposta existência de documentos com assinaturas falsas também atormentava os testadores, como José Alves Proença, proprietário de terras e morador no Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, Termo da Vila de São João del Rei. Ao se referir, em testamento, a algumas porções de terras que possuía próximas ao Rio Ingaí, afirmava que

*Sobre este Patrimonio há hum papel ajuizado na Vila de Campanha de duação feita em meu nome ao Capitaio Germano da Silva Freire o qual he falço e nunca o fis e nem assinei por cujo motivo o mandei citar hoje a seu filho e testamenteiro Germano para o exhibir, em Juizo, e mostrar a sua falcidade o que o meu testamenteiro se opora a esta Demanda a custa dos meos bens athe finalizar este pleito, e da mesma forma declaro falça e malicioza toda e qualquer assinatura minha que se achar em poder da viuva e herdeiros do falecido meu Cunhado dito Germano aos quaes em minha consciencia nada devo (grifo nosso).*<sup>71</sup>

O testador assinou com muita propriedade seu testamento, assinatura esta, por sinal, muito difícil de falsificar. Sobre a demanda judicial na Vila de Campanha e seu resultado não foi possível encontrar o desfecho da história. De qualquer modo, analisando-se o conjunto de casos aqui examinados, verifica-se que os documentos escritos e assinados serviam também para garantir poder de uma pessoa sobre a outra. No primeiro exemplo, a posse do recibo assinado atribuiu à esposa o direito legal de retirar os bens do marido, o que foi feito sem embaraços. No segundo, o “crédito fantástico” poderia perfeitamente

---

70 AHET2/IPHAN/SJDR. . Testamento, 1816, cx. 90.

71 Idem. Testamento, 1821, 1828, cx. 108.

garantir à sogra um controle sobre as ações do genro. Se, porventura, suas ordens não fossem cumpridas, D. Ana Bárbara teria o direito legal de cobrar o crédito e fazer o negociante sofrer um considerável prejuízo financeiro e, quem sabe, até mesmo um sério constrangimento de ordem moral – dependendo dos “motivos ocultos” que o fizeram passar o crédito. No caso de D. Ana Maria Moura, um documento falso, feito entre esta testadora, seu irmão e seu primo, para iludir a outro parente, acabou por desaparecer e se tornar uma arma em potencial. Quanto a José Alves Proença, ao que tudo indica, precisou enfrentar uma contenda judicial, alegando que o testador de seu cunhado Germano apresentara papéis falsos, a partir dos quais poderiam abarcar seu patrimônio. Pelo exposto, fica evidenciado que, quando um testador se sentia ameaçado por um documento (tanto verdadeiro quanto falso), a hora de testar era o momento em que algum recurso em defesa de seus interesses poderia ser acionado, daí a importância dos testamentos como fontes que descrevem, indiretamente, os usos cotidianos da cultura escrita. Outrossim, conclui-se que, tanto do ponto de vista das disputas materiais, quanto simbólicas, estamos lidando com uma sociedade que atribuía poder ao escrito – apesar de possuir elevados índices de pessoas incapazes de ler e escrever.

No contexto em estudo, determinados documentos escritos possuíam extremo valor, e não eram apenas os créditos ou recibos que permitiam ameaças e traças. Alguns traziam a possibilidade de mudar radicalmente a vida das pessoas, como as cartas de alforria, que foram citadas por 7 testadores (0,8% do total de 787 testamentos originais). Alguns senhores, ao libertar legalmente seus cativos, tinham o cuidado de citar as cartas de alforria nos testamentos. Esta era uma forma de assegurar que os escravos seriam mesmos libertados após seu falecimento, caso perdessem seus documentos sem antes registrá-los em cartório ou as alforrias fossem contestadas pelos herdeiros. Assim o fez Joaquim Rodrigues Souza em 1826, ao declarar: “fiquem todos os meos Escravos forros e libertos, e aquelles que se acharem com Cartas de liberdade escriptas, e assignadas por meo punho ou inda somente por mim assignadas, e com testemunhas se estará por ellas”<sup>72</sup>. Ou ainda José Inácio da Silva Souto Maior, natural de Sabará e morador na Fazenda da Lagoa Verde,

---

72 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1832, cx. 137.

Curato de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, Termo da Vila de São João del-Rei, ao pronunciar que:

*No estado de viuves tive tres filhas naturais havidos de Theresa crioula, que foi minha escrava as quais se chamaõ Paullina, Delfina e Francisca, esta foi baptizada por liberta, e aquellas tem cartas de liberdade, que se acharão entre meus papeis; as quais todas tres reconheço por filhas (grifo nosso).<sup>73</sup>*

No contexto ao qual me reporto, deve-se considerar que as cartas de alforria poderiam se tornar importantes instrumentos de negociação entre senhores e escravos, conforme ocorreu em 1823, com Catarina Cunha Pinto, moradora na Fazenda o Curral, Aplicação de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais, Termo da Vila de São João del-Rei e sua escrava Felícia crioula. Ao se referir a esta escrava, a testadora solicitou a seu testamenteiro “lhe passará carta de Alforria dando o seu vallor ficando de nenhum effeito hua Carta que lhe mandei passar cuja está em poder do Senhor Padre Joaquim de Moura por ter tomado novo acordo”<sup>74</sup>. Não se sabe qual “novo acordo” teria sido feito. Acredito que o documento foi utilizado pela testadora para administrar sua relação com a escrava. De outra maneira, por que teria deixado a carta de liberdade nas mãos do Padre Joaquim de Moura e não a entregou à escrava e tampouco a guardou em sua casa? Por quais motivos, mais tarde, houve a renegociação de uma nova carta, com novos termos que anulariam a primeira?

Sabendo do valor de negociação que este tipo de documento ensejava, em 1810, João Rodrigo Lacerda, natural do Porto, fez uso manifesto das cartas de alforria para melhor lidar com seus escravos. Residente na Vila de São João del-Rei, o português possuía uma chácara chamada Água Limpa, no Arraial de Matozinhos e sete cativos. Ao contrário de Catarina Cunha Pinto, o português relata de modo explícito como se utilizou das cartas de alforrias para administrar tensões entre si e seus escravos. Em seu testamento, escrito em 1810, começa o relato do caso dizendo que,

---

73 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1838, 1838, cx. 135.

74 Idem. Testamento, 1824, cx. 107.

*Sendo solteiro e aleijado de huma perna que supro a falta da esquerda com huma perna de pau me cazei [...] e vendo os meus Escravos que eu me cazava não gostavaõ por verem vinha molher para caza e estarem acostumados a viverem comigo solteiro fazendo tudo o coanto querião por me verem entrado em annos e aleijado e se entrarão a conjurar contra mim de sorte que vim a perder dois Escravos no mato.*<sup>75</sup>

A convivência com os escravos, depois do casamento do senhor, ficou mais difícil a cada dia. Desse modo, a estratégia utilizada para melhor lidar com os cativos passou pela utilização do escrito, conforme o trecho a seguir elucidado:

*Temendo-me de que eles me desem a morte por algum modo fis dois papeis hum para minha negra Maria Banguela e outro para a minha negra Joanna e seus filhos [...] declaro que feitos estes papeis os dei a guardar com a minha propia mão ao falecido Custodio Francisco Ribeiro a quem declarei fizera os ditos papeis para assim sosegar os animos daquelles escravos em me não solectitarem a morte (grifo nosso).*<sup>76</sup>

Os ânimos dos escravos se acalmaram depois da “negociação” e, com as cartas de alforria nas mãos de um amigo em quem o testador confiava, a situação parecia estar sob controle. Mas a solução encontrada por João Rodrigo Lacerda tomou rumos inesperados, uma vez que,

*Falecendo o dito Custodio mandei tirar os ditos papeis do poder de seu testamenteiro por Antonio Manoel da Veiga Parada por entender era meo amigo e com efeito este os houve a si e porque elle mesmo me tinha vendido as ditas escravas, não quis mais nunca*

---

75 AHET2/IPHAN/SJDR. Testamento, 1815, cx. 71.

76 Idem. Testamento, 1815, cx. 71.

*entregar-mos sendo-lhes pedidos por mim e por minha mulher [...] e passados alguns annos sobrrratamente sem eu ser ciente os fez lansar na nota assignando elle mesmo o Livro da nota do que ao depois fui siente, por aviso do mesmo Tabalião Gregorio Joze Ribeiro.<sup>77</sup>*

A partir do momento em que as cartas de alforria se encontravam completamente fora do alcance do testador, o mesmo se viu obrigado a descrever no testamento toda a trama que havia urdido, para não correr o risco de deixar seus herdeiros sem a posse dos cativos após seu falecimento, declarando que

*Quando eu fiz aqueles papeis não foi para terem efeito em tempo algum mas sim para conservação da minha vida que naquele tempo corria risco. [...] Os papeis que tenho tratado neste meu testamento são de liberdade por minha morte que lavrei de meu punho na prezensa dos ditos meus escravos pela razão unica de os assinar para me servirem bem e me livrar por este modo que elles me tirassem a vida. [...] Tanto assim que os li os ditos papeis para me não matarem, e com este engano que lhes fis e por isso lhes não entreguei os ditos papeis nem os quis ter em meu poder com o risco que eles os furtassem.<sup>78</sup>*

Ao escrever as cartas de liberdade, o testador em questão demonstrava mais do que saber redigir. Sua capacidade de utilização do escrito era bastante ampla, uma vez que soube, de forma astuta, usar de “papéis” para mediar uma situação de conflito com seus cativos – a qual provavelmente teria sido perfeita se Antônio Manoel da Veiga Parada não se negasse a devolver os documentos.

Em uma sociedade na qual a palavra escrita se encontrava disseminada, tanto os sujeitos capazes de ler e escrever, quanto os que não dominavam essas técnicas, sabiam que os acordos firmados por escrito e assinados possuíam

---

77 AHET2/IPHAN/SJDR. . Testamento, 1815, cx. 71.

78 Idem. Testamento, 1815, cx. 71.

mais valor do que os que se baseavam na oralidade e, ainda, que a posse de determinados documentos poderia garantir poder de uns sujeitos sobre outros. Os escravos do português João Rodrigo Lacerda muito possivelmente não eram leitores ou escritores, mas entendiam o valor das cartas de liberdade. Dessa forma, supuseram que a melhor estratégia para alcançar a alforria era esperar a morte natural do testador para depois tomarem posse dos documentos que lhes foram prometidos caso se comportarem cordatamente. De modo que demonstravam grande sagacidade em melhor ajustar sua convivência, mudando suas atitudes com relação ao cativo a partir do momento em que avistaram a possibilidade de se tornarem libertos legalmente, sem precisar fugir ou derramar o sangue de seu senhor. A partir do relato do testador, tudo indica que as ações dos escravos passaram a ser pautadas a partir da existência dos documentos manuscritos e do desejo de possuí-los – o que provavelmente pode ter ocorrido com Felícia crioula, escrava de Catarina Cunha Pinto.

As fontes indicam que os manuscritos foram usados para a gestão dos negócios do dia a dia e ainda como instrumento para facilitar ameaças e trapanças. Esses indícios são relevantes para que se possa historicizar os diversos usos atribuídos ao escrito, mesmo entre aqueles que não foram identificados como leitores diretos ou capazes de escrever, mas que souberam utilizar a palavra escrita em seu favor.

## **FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS**

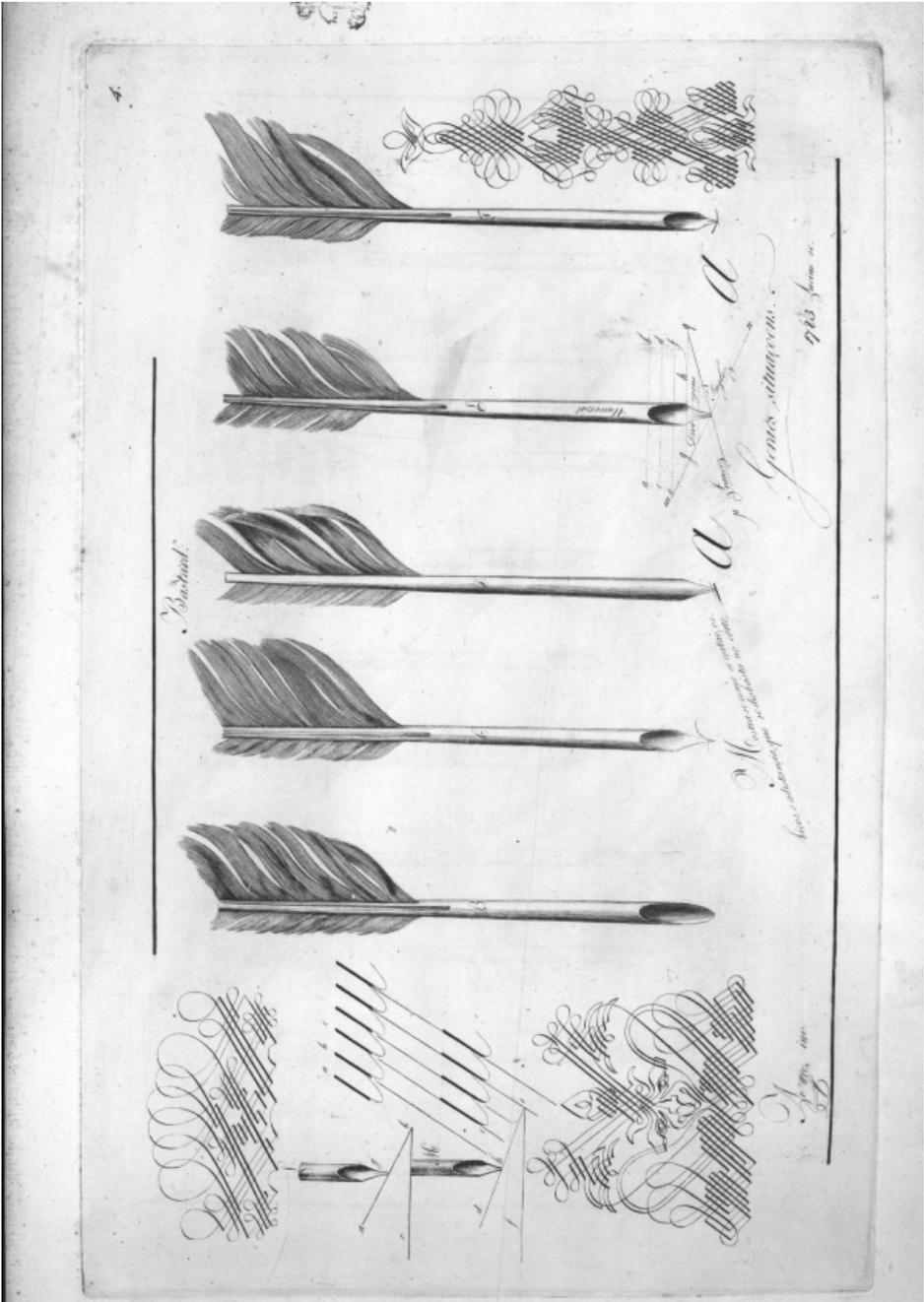
Testamentos citados nominalmente ao longo do texto, alocados no *Arquivo Histórico e Escritório Técnico II do IPHAN*, de São João del-Rei (em ordem alfabética por nome dos testadores):

Alexandre Alves Ferreira, 1848, cx. 47. Ana Lourenço Souza, 1823, cx. 135. Ana Maria Moura, 1816, cx. 90. Antônia Martins Ferreira, 1815, cx. 47. Antônia Silva Jesus, 1801, cx. 63. Antônio Francisco Sargento, 1788, cx. 122. Antônio Gonçalves Cardoso, 1809, cx. 18. Bento Francisco Paula Magalhães, 1801, cx. 78. Bento José de Faria e Souza, 1834, cx. 136. Bento José Passos Guimarães, 1835, cx. 59. Bernardo Leite Faria Souza Loar, 1832, cx. 74. Catarina Cunha Pinto, 1824, cx. 107. Cláudio da Silva Porto, 1824, cx. 108. Custódio Neto

Carneiro, 1820, cx. 19. Domingos Araújo Cerqueira, 1812, cx. 24. Domingos Gomes de Nação Benguela, 1834, cx. 56. Domingos Rodrigues Costa, 1815, cx. 32. Estevão Salgueiro, 1804, cx. 118. Felisberto Gomes Couto, 1818, cx. 36. Francisco Coelho Souza, 1837, cx. 136. Francisco Ferreira Costa, 1812, cx. 32. Francisco Joaquim Araújo Magalhães, 1828, cx. 78. Francisco José Chagas, 1817, cx. 25. Francisco José Sales, 1828, cx. 117. Francisco Lima Cerqueira, 1815, cx. 24. Francisco Paula Almeida Magalhães, 1853, cx. 78. Francisco Pereira Matta Lodaes, 1853, cx. 74. Isabel Ferreira Branca, 1879, cx. 15. Joana Batista Macedo, 1801, cx. 76. João da Silva Ribeiro Queirós, 1801, cx. 109. João Gonçalves Liberal, 1816, cx. 73. João José Souza Campos, 1840, cx. 18. João Moura Silva, 1803, cx. 126. João Rodrigo Lacerda, 1815, cx. 71. Joaquim Rodrigues Souza, 1832, cx. 137. José Alves Proença, 1828, cx. 108. José Antônio Apolinário da Silva, 1817, cx. 132. José Caetano Figueiredo, 1814, cx. 51. José Francisco Guimarães, 1795, cx. 60. José Inácio da Silva Souto Maior, 1838, cx. 135. José Joaquim Correia, 1841, cx. 30. José Lourenço Dias, 1851, cx. 41. José Marcos Castilho 1834, cx. 23. José Monteiro Cardoso, 1799, cx. 18. Josefa Joaquina Câmara, 1811, cx. 149. Luiz Fortes de Bustamante e Sá, 1833, cx. 16. Luiz Manoel Silva Caldas, 1844, cx. 17. Luiz Manoel Silva Caldas, 1844, cx. 17. Manoel Andrade Cunha, 1766, cx. 38. Manoel Francisco Moreira, 1814, cx. 89. Manoel Gonçalves Costa, 1791, cx. 15. Maria Fernandes São José, 1833, cx. 121. Maria Madalena Jesus, 1838, cx. 67. Matias Paz Castro, 1793, cx. 24. Miguel Martins, 1794, cx. 81. Vicente Araújo Pereira, 1822, cx. 105.



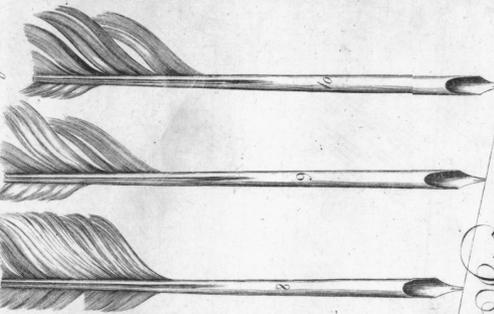






Angles

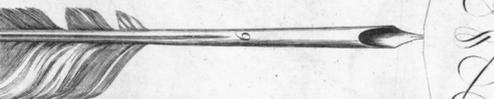
Cracov } Biscandulak } Comaro de finta



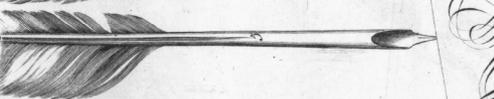
Biscandulak } Biscandulak



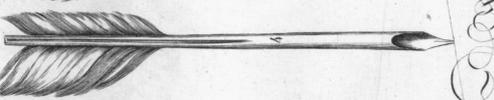
Simandulak } Biscandulak



Biscandulak } Biscandulak

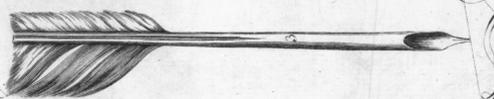


Biscandulak } Biscandulak



Francois

Biscandulak } Biscandulak



Cracov } Biscandulak



11  
L. P. L. 1743



1  
L. P. L. 1743



## TEARES DA IMPRENSA MARANHENSE: TIPOGRAFIA E JORNAIS NO PRIMEIRO REINADO

Maria de Fatima Almeida Braga

### INTRODUÇÃO

Um pouco da trajetória da imprensa periódica no Maranhão será contemplado neste trabalho, com recorte específico no século XIX, a partir da implantação de tipografias e dos jornais publicados na Província durante o primeiro reinado, abarcando os anos de 1821 a 1831. Nesse período, já se constata momentos de intensa circulação de jornais com significativa importância na formação de ideias e valores que influenciaram efetivamente a vida política e cultural da Província.

Consolidando-se como um espaço de difusão das concepções políticas, econômicas e científicas, a imprensa maranhense, segundo Jorge “[...] não apenas testemunhou a história, mas tomou parte, nessa mesma história, mudando a direção dos acontecimentos [...]”<sup>1</sup>, ou simplesmente educando o público leitor através de um moderno instrumento civilizatório. Garcia de Abranches, redator do jornal *O Censor Maranhense* que circulou entre 1825 e 1830, a seu tempo, registrou em sábias palavras que ao publicar as descobertas e avanços das Ciências, das Artes e das Letras, a imprensa estava “[...] instruindo, civilizando, e polindo a mocidade Maranhense [...]”<sup>2</sup>

Através da imprensa, jornalistas e indivíduos comuns da sociedade maranhense discutiam com entusiasmo os grandes assuntos nacionais e internacionais que surgiam e faziam a história do momento. Nela identifica-se o

---

1 JORGE, Sebastião. *A imprensa do Maranhão no século XIX (1820-1900)*. São Luís: Lithograf, 2008. p. 16.

2 O CENSOR MARANHENSE (1825-1830). Luís: SIOGE, 1980. p. 333. Edição fac-similar.

profundo conhecimento e envolvimento de nossos intelectuais, principalmente nos debates sobre a Independência, quer seja na posição de colaboradores, tipógrafos, proprietários de jornais ou mesmo na condição de “homens de sete instrumentos”<sup>3</sup>, uma vez que, muitos deles acumulavam várias funções para darem conta do jornalismo maranhense. Isso pode ser constatado através do anúncio de Antônio Joaquim de Picaluga, redator do jornal *A Cigarra* que “[...] pede desculpas ao Respeitavel Publico de sua folha não ser completa, porque he elle só quem nella trabalha sem ter a mínima ajuda de pessoa alguma”<sup>4</sup>.

O século XIX foi marcado por mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que alteraram os costumes da sociedade brasileira, tendo o Maranhão se projetado nesse cenário, principalmente no aspecto intelectual, quando seus escritores e suas obras, conformando com Germano “[...] repercutiram sobre a sociedade, modificando os recursos da comunicação expressiva, delimitando públicos, definindo hábitos, além de consolidarem valores, sensibilidade e visões de mundo”<sup>5</sup>. A intensa produção e circulação de jornais foi a marca inicial da produção impressa no Brasil, utilizada como veículo de disputas políticas entre as diversas lideranças locais.

Na captura dos jornais maranhenses publicados no século XIX identifiquei várias coleções na forma impressa e microfilmada, que fazem parte do acervo de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite e da Biblioteca Nacional. Alguns deles tiveram vida efêmera e não passaram de um ou dois exemplares, principalmente aqueles de natureza puramente política. Noutros a coleção se apresenta incompleta, faltando vários números, demonstrando assim que as instituições não recuperaram todos os exemplares para os seus acervos. Outro ponto, considerado de extrema gravidade, é o estado de mutilação em que se encontra a maioria dos jornais, incluindo alguns microfilmados, não permitindo sequer uma leitura completa das matérias.

---

3 JORGE, Sebastião. *Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes*. São Luis: UFMA, 2000. p. 119.

4 A CIGARRA. Maranhão: Typographia Nacional e Imperial, n. 4, p. 19, 10 nov. 1829.

5 GERMANO, Idilva. Interioridade, intimidade: o discurso psicológico na literatura dos séculos XIX e XX. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (Org.). *História da psicologia: rumos e percursos*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2007. cap. 26, p. 428.

A trajetória da imprensa periódica no Maranhão faz parte da pesquisa que realizo para a minha tese de Doutorado. De forma muito concisa, ela está presente neste texto ora apresentado e se constitui de um trabalho, sobretudo descritivo, visto que os jornais são minha fonte primária para identificar o que liam os maranhenses no século XIX. Resulta, portanto, de pesquisa bibliográfica, porém enriquecido com informações colhidas nos próprios jornais que circularam na época, por entender que eles refletem sua própria história (da imprensa maranhense) nos oitocentos e se constituem em valiosa fonte de informação no levantamento e recuperação deste passado, permitindo encontrar em “preto e branco” a realidade de nossa Província.

Assim, ao estudar a cultura maranhense do século XIX, deve-se privilegiar a atividade jornalística, fonte de agradável surpresa, levando-se em conta, que

*A efervescência política e cultural da Província do Maranhão no século XIX fez circular nas ruas estreitas e ladeiras íngremes da capital inúmeros jornais que, mais do que divulgar o cotidiano, constituíam-se em campo de disputa política entre liberais e conservadores, inclusive aqueles que diziam tratar apenas de questões religiosas, literárias ou industriais [...].<sup>6</sup>*

## **DA TIPOCALIGRAFIA À IMPRENSA NO MARANHÃO**

A instalação de prelos em terras brasileiras só foi viabilizada muito tardiamente, em que pese as várias iniciativas para introduzir a imprensa no país, que resultaram em sucessivos fracassos. Importantes estudos como os de Hallewell, Martins e Moraes, tentam refazer esse trajeto, mas eles próprios consideram os dados escassos e confusos. Esse retardamento nos

---

6 CASTRO, César Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís: EDFUNC, 2007. p. 24.

leva a questionar a hipótese de sermos considerados um dos últimos povos ocidentais a usufruir desse extraordinário invento.

Seguindo-se a história, chegar-se-á a algum ponto de esclarecimento. E um ponto comum apresentado por eles é que a primeira tentativa de instalação de imprensa no Brasil partiu dos holandeses quando ocuparam o nordeste brasileiro e, em 1642 se dispuseram a instalar uma tipografia em Recife, com o objetivo de solucionar questões administrativas oficiais e não culturais.<sup>7</sup> Segundo Hallewell, o prelo foi solicitado “[...] para que as ordens oficiais recebessem ‘maior consideração’ e o Conselho [Holandês do Brasil] fosse poupado do estafante trabalho de copiar”.<sup>8</sup>

Outra iniciativa ocorreu durante o século XVIII. Antonio Isidoro da Fonseca, impressor português instalou um prelo no Rio de Janeiro, por volta de 1747, chegando a editar quatro opúsculos, alguns folhetos e libretos, mas logo se desfez do negócio por ordens de Portugal, tendo seus materiais sequestrados e recebido ameaças de prisão.<sup>9</sup> E assim, de tentativas e fracassos viveu o Brasil por todo o período colonial: proibido de imprimir livros e jornais sem a expressa autorização da Coroa portuguesa, a fim de assegurar que as ideias revolucionárias e de liberdade não fossem disseminadas entre os colonos.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, o país começou a sentir várias mudanças sociais e culturais, incluindo festas, cortejos, bailes, teatro entre outras. Progressos foram estimulados e, na perspectiva de criar um ambiente aristocrático no país, D. João VI fundou a Imprensa Régia, inicialmente, com o objetivo de divulgar a legislação e papéis diplomáticos do serviço real.

Tal empreendimento, fruto da modernidade, impulsionou novas práticas políticas e culturais, passando a imprimir além de jornais, textos literários, científicos e de conhecimentos gerais, contribuindo para que não mais dependêssemos exclusivamente da importação de obras estrangeiras<sup>10</sup>. Isso, de

---

7 Cf. HALLEWELL, 2005; MARTINS, 2001; MORAES, 2006..

8 HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 85.

9 MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

10 EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

certa forma, revolucionou a qualidade e a quantidade de obras introduzidas no Brasil, como também impulsionou a instalação de novas tipografias no país.

O Maranhão, em 1821, entretanto, ainda se encontrava desprovido de recursos tipográficos. Sem imprensa local deixava de beneficiar toda a sociedade, inclusive a classe dominante chegada ao cultivo das artes e das letras. Para suprir tal deficiência, vários jovens maranhenses criaram o que Frias chamou de *tipocaligrafia*<sup>11</sup> para produzirem o jornal *O Conciliador* e nele publicarem suas ideias.

Produzido a bico de pena, *O Conciliador* circulou na forma manuscrita entre os habitantes da cidade no período de 15 de abril a 04 de novembro de 1821, segundo Jorge no “[...] formato de uma folha de papel almaço [...]”<sup>12</sup>. Tinha como redatores Antonio Marques Costa Soares e o padre Joze Antonio da Cruz Ferreira Tezinho<sup>13</sup>. Este se declara um dos membros fundadores do jornal *O Conciliador*:

*He verdade que eu coadjuvei a Redacção de huma Gazeta manuscripta, que teve principio em 15 de Abril do anno passado, e que continuou deste modo semanariamente athe 4 de Novembro do mesmo anno, tempo, em que tendo chegado a Imprensa Nacional, a principiamos a publicar impressa duas vezes na Semana, athe o presente, e a pretendemos continuar, apezar dos esforços dos seus constituintes, para supprimila [...].*<sup>14</sup>

Em seu primeiro número, 15 de abril de 1821, *O Conciliador*, logo na sua página de abertura alerta para uma das finalidades de um jornal e para a necessidade de se registrarem os grandes acontecimentos políticos das nações,

---

11 Termo utilizado por José Maria Frias ao se referir à produção do jornal *O Conciliador* em forma manuscrita, sem os recursos de Gutenberg. Cf. FRIAS, 1971.

12 JORGE, 2008, p. 31.

13 Padre Tezinho, considerado por Galves “[...] expressão [da] fusão entre atividades jornalísticas, políticas e religiosas”, Cf. GALVES, Marcelo Cheche. Luzes na Imprensa: jornais ludovicenses no primeiro reinado. *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v. 3, n. 1, p. 129, jul. 2005. Disponível em: <[http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CRH/2005\\_1/marcelo\\_galves\\_v3\\_n1.pdf](http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CRH/2005_1/marcelo_galves_v3_n1.pdf)>. Acesso em: 27 fev.2010.

14 O CONCILIADOR. Maranhão: Typographia Nacional, p. 5, 20 fev. 1822.

por testemunhas contemporâneas e comprometidas com a realidade. Assim se produzirá documentos idôneos e confiáveis

*[...] A fim de que a posteridade possa avaliar o merito ou desmerito dos seus cooperadores; aproveitando de huns lições de Virtude e Heroismo para respeitillos, e conhecendo os crimes e vilezas de outros para detestalos. Eis o fim a que se dirige o trabalho dos historiadores; porém, como estes, ainda mesmo sendo contemporaneos nos factos, não podem presenciallos em todo o território da Nação, cuja História escrevem, carecem documentos mais veridicos do que os de uma tradição, quasi sempre suspeita; e eis um dos fins uteis dos Jornaes.<sup>15</sup>*

Dentro desse princípio assevera em seu “editorial” que um dos objetivos principais do jornal é servir de mediador entre o governo e o povo e que “[...] Imparcialidade, verdade e, franqueza serão os nossos timbres, e o amor do bem Público, e da boa Ordem nossos únicos incentivos [...]”<sup>16</sup>. Mas, o cunho oficial do jornal não garantiu sua imparcialidade e este tomou partido do Governo e foi protagonista de discórdias, posicionando-se, inclusive, contra a causa da Independência.

A imprensa propriamente dita, no Maranhão, surge em novembro de 1821, quando se iniciam as atividades tipográficas na Província com a instalação do prelo *Columbian* adquirido na Europa. Na análise de Frias, dois fatores viabilizaram a instauração da tipografia: aos ares da constituição portuguesa, visto que a Província do Maranhão teria sido a única a abraçar o sistema constitucional proclamado em Portugal; e, ao caráter inovador da administração do então Governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que em nome das liberdades outorgadas providenciou para a Província o mais poderoso veículo de civilização, a imprensa.<sup>17</sup>

---

15 O CONCILIADOR. 15 abr. 1821, p. 1.

16 Idem, 1821, p. 1.

17 FRIAS, J. M. C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 3. ed. aos cuidados de Jomar Moraes. São Paulo: Siciliano, 2001. p. 15.

Com a instalação do prelo institucionaliza-se a Tipografia Nacional Maranhense, mantida pelo governo da Província para, particularmente, produzir o jornal *O Conciliador*. A “bravura” e a “estafante” tarefa dos redatores em produzir um jornal manuscrito tinham data marcada e patrocínio definido, fato este reconhecido pelos seus redatores:

*He sabido que este Periodico principiou em Abril de 1821, manuscripto, e debaixo da protecção e auspicios do Governo, e d'alguns Assignantes generosos; e não occulto, que antes de apparecer o primeiro N. já a ordem estava expedida para virem de Inglaterra a Imprensa e Tipos, positivamente, encomendados para imprimir O Conciliador; e que aos Senhores Assignantes se prometeo então entrega gratuita de todos os números, que mui caros pagarão manuscriptos; do que se deduz que os Redactores estão obrigados a esta satisfação, garantida athe por o Governo.<sup>18</sup>*

O Maranhão passou, então, a ser o quarto colocado entre os estados da colônia brasileira, não só em população e riqueza, mas também a ter um jornal impresso em tipografia própria. O primeiro foi o Rio de Janeiro que em 10 de setembro de 1808, fez circular o primeiro número do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, saído das prensas da Imprensa Régia. Depois vem a Bahia, com *Idade d'Ouro do Brasil*, impresso na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, que começou a circular em 14 de maio de 1811. A *Aurora Pernambucana* foi o primeiro jornal de Pernambuco e o terceiro publicado no Brasil. De acordo com Gaspar, o primeiro número desse jornal circulou no dia 27 de março de 1821, em papel de linho e impresso na Oficina do Trem Nacional de Pernambuco, no Recife.<sup>19</sup>

Para a Tipografia Nacional Maranhense foi constituída uma comissão administrativa, nomeada em 13 de novembro de 1821, composta por três membros entre os quais figurava o desembargador José Leandro da Silva e

---

18 O CONCILIADOR, n. 52, p. 309, nov. 1822.

19 GASPAR, Lúcia. *Aurora Pernambucana (jornal)*: pesquisa escolar online. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

Sousa<sup>20</sup> como Presidente da Junta. O trabalho de composição e impressão foi iniciado logo em seguida, no dia 15 de novembro de 1821, o que gerou controvérsias a respeito da data do início das atividades da tipografia, visto que o primeiro número impresso do jornal *O Conciliador*, era datado de 10 de novembro daquele ano. Entretanto, o próprio jornal esclarece o fato, deixando claro que o número 35 de 10 de novembro de 1821, circulou com atraso, conforme o seguinte aviso:

*Os Redactores previnem aos Senhores Assignantes e ao Público que este N.º não se publicou no dia prefixo por inconvenientes inevitaveis n'hum Typographia recente, porem a entrega será exacta logo que elles cessem, e que se conclua a sobscipsão; tornando-se assim indultavel esta falta, que bem ponderada não transtorna o comprometimento do Manifesto. Por a mesma razão faltao alguns typos, o que motiva supprir-se o ç com o s, e algumas outras irregularidades.*<sup>21</sup>

O funcionamento da Tipografia Nacional ficou sob a responsabilidade dos funcionários trazidos de Portugal: os senhores Francisco José Nunes Côrte Real, Francisco Antonio da Silva, Antonio da Silva Neves e Antonio Pedro Nolasco, respectivamente compositor, impressor, ajudante do compositor e copista, e guarda e servente da oficina. Esses nomes devem ser lembrados, conforme sugeriu César Marques, como os “[...] primeiros operários do progresso e da luz da civilização no Maranhão”.<sup>22</sup>

Em uma cidade pacata, qualquer novidade desperta a atenção da população. E não foi diferente com a ludovicense que, ansiosa, se deslocou para ver o funcionamento da máquina recém-instalada na Província. Para satisfazer a curiosidade das pessoas que ali se encontravam, especialmente de algumas

---

20 José Leandro da Silva e Sousa (1781-1834). Português, emigrado e magistrado judicial foi desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, com exercício no Maranhão. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Leandro\\_da\\_Silva\\_e\\_Sousa.](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Leandro_da_Silva_e_Sousa.)>

21 O CONCILIADOR, op. cit., n. 35, p. 5, 10 nov. 1821.

22 MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. Rio [de Janeiro]: Fon-Fon e Seleta, 1970. p. 601.

figuras femininas, o português Major Rodrigo Pinto Pizarro<sup>23</sup>, resolveu mostrar que, embora timidamente, a veia poética jorrava no Maranhão e compôs a seguinte décima que foi impressa na presença de senhoras da sociedade, que César Marques sugere guardá-la apenas “[...] como lembrança do primeiro trabalho tipográfico nesta Província”<sup>24</sup>

*Certas deidades um dia,  
Seguidas do Deus vendado,  
Foram ver por desenfado  
A nova tipografia.  
Uma página se imprimia,  
Não sei de que natureza,  
Mas Cupido com destreza  
Tais voltas nos tipos deu  
Que na estampa apareceu:  
Viva o Amor! Viva a Beleza!*

O historiador Mário Meireles inclui Pizarro entre os cultores de letras que viviam na cidade, entretanto, considera-o um poeta repentista medíocre de quem se conhece somente esta produção,<sup>25</sup>. Em que pese esta afirmação de Meireles, encontramos um soneto improvisado cujo teor homenageava a recondução do então governador da Província Bernardo da Silveira Pinto, publicado no jornal *O Conciliador* de 03 de maio de 1821.

A Tipografia Nacional logo iniciou a produção de outros impressos na Província, mas convivía com várias dificuldades para atender à demanda de serviços cada vez maior. Uma delas, a subutilização do equipamento,

---

23 Rodrigo Pinto Pizarro (1788-1841). Português e militar político foi Ajudante de Ordens do Governador Bernardo Silveira (1821/1822). Conseguiu em 1835 o título de Barão de Ribeira da Sabrosa, concedido pela rainha D. Maria II. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodrigo\\_Pinto\\_Pizarro\\_de\\_Almeida\\_Carvalhais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodrigo_Pinto_Pizarro_de_Almeida_Carvalhais)>.

24 MARQUES, 1970, p. 601.

25 MEIRELES, Mário M. *Panorama da literatura maranhense*. São Luís: Imprensa Oficial, 1955. p. 61.

ocasionada pela falta de domínio por parte dos operários, pode ser constatada no comentário de Frias:

*Depois dos tipógrafos que vieram do estrangeiro, nos primeiros anos do estabelecimento da tipografia entre nós, e que ensinaram o que sabiam, e era o que então se usava na Europa, jazeram os que com eles aprenderam e os discípulos destes, na ignorância dos inventos que dia em dia se introduziram lá fora na tipografia. E quando esses melhoramentos chegavam a ser conhecidos e aproveitados entre nós eram já velhos nos outros países.<sup>26</sup>*

O fato é que a Província não estava preparada para o novo, cuja atividade exigia profissionais especializados e naturalmente sensíveis. Frias reconhece que a função de tipógrafo não despertava muito interesse na população talvez motivado pelo dispêndio de esforço necessário ao desenvolvimento do trabalho de impressão e a baixa remuneração pelos serviços prestados. Normalmente, a maioria dos operários não se sujeitava, ficando sob a responsabilidade de alguns “homens ignorantes e rudes”, que executavam os serviços tal como cavariam terra ou outro serviço grosseiro.<sup>27</sup>

Não tardou muito para que a leitura de *O Conciliador* se fizesse necessária e bastante aceita pelos seus assinantes, num sinal evidente de que este tipo de impresso caiu no gosto popular. Os redatores dos jornais, aproveitando-se da demanda satisfatória e crescente, procuravam cativar e melhor atender sua clientela, oferecendo-lhes conforto e comodidade no recebimento das folhas diárias. Surge, nesse momento, a função de “jornaleiro”, denominada pelos redatores da época como “condutor” - pessoa que faz a entrega dos jornais nas residências dos assinantes, por reivindicações deles ou por iniciativa dos proprietários dos jornais, evitando que eles se deslocassem ou mandassem buscá-los em local e hora pré-determinados. Porém,

---

26 FRIAS, 2001, p. 19.

27 Idem, 2001, p. 52.

*[...] Este methodo longe de os satisfazer redobra as queixas, por a negligencia do portador, e porque he impossivel entregar simultaneamente hum grande numero de folhas; por consequencia se nos exige, por muitos dos Senhores, que se pratique o methodo antigo. Querendo pois satisfazer a todos participamos que de hoje em diante, os senhores que pretenderem receber o seu exemplar com maior brevidade mandarão buscallo a hora, e lugar indicado, e não o fazendo assim ficaremos entendendo [sic] que querem recebello nas suas residencias, onde se lhes enviarão.<sup>28</sup>*

Em quase todas as matérias do jornal *O Conciliador* predominava a opinião e os atos do poder dominante como a transcrição de decretos e editais, e caracterizava-se cada vez mais como uma ferramenta para alimentar os interesses de portugueses e de grupos econômicos e políticos do Maranhão. Por outro lado, a população tomava conhecimento das notícias nacionais e estrangeiras transcritas dos jornais recebidos da França, Portugal Inglaterra, Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco, entre outros.

Uma coluna de variedades anunciava artigos de vestuários, adornos, gêneros alimentícios, bebidas, entrada e saída de navios; outra tratava de correspondências e cartas de leitores denunciando entre outros casos, maus-tratos a escravos, insatisfação com a administração pública, insultos e críticas a cidadãos do alto escalão, da Igreja ou mesmo a pessoas comuns. Na coluna de avisos, além de outras informações, divulgavam os livros postos à venda nas boticas ou em outras casas comerciais. Comumente liam-se anúncios de escravos fugidos com oferta de recompensa financeira a quem os encontrassem e os devolvessem aos seus senhores.

A sobrevivência do jornal *O Conciliador* dependia do subsídio do governo e do sistema de subscrição. Esta prática, segundo Machado, vem do início do século e subsiste aos tempos modernos. Consiste, portanto, na venda de assinaturas aos interessados pela obra, que antecipam o pagamento para

---

28 O CONCILIADOR, 19 dez. 1821, p. 5.

garantir o recebimento do seu exemplar, tal como acontece hoje nas vendas por assinaturas<sup>29</sup>.

A relação de assinantes era frequentemente publicada pelo O Conciliador, o que me permitiu constatar o grau de interesse da sociedade em adquirir o jornal. Logo após as primeiras edições impressas até 1822, houve adesão de 329 assinaturas conforme relação divulgada nas edições de 24 de novembro de 1821, 23 de janeiro e 15 de junho de 1822. Conforme lista dos assinantes divulgadas em 01 e 15 de fevereiro e 7 de março de 1823, verifica-se uma queda no número dos assinantes somando-se somente 248 pessoas interessadas em adquirir o jornal, salvo outras listas em edições desfalcadas da coleção pesquisada.

Nas listas de assinantes, encontravam-se as mais expressivas autoridades da capital da Província e dos interiores, figurando entre eles o Presidente da Província Bernardo da Silveira Pinto, militares de diversos escalões, desembargadores, comendadores, médicos vigários, empresários e muitos cidadãos comuns. Um assinante de Lisboa, um do Ceará e outro do Pará também foi possível localizar.

Certamente o público leitor não se restringia aos assinantes declarados, haja vista a existência de assinaturas em nome de repartições públicas e empresas comerciais inferindo-se a existência de socialização da leitura aos empregados e clientes. Por outro lado, no século XIX, ainda era comum leituras compartilhadas no seio familiar, inferindo-se que filhos, esposas e amigos se beneficiavam de suas leituras.

Não demorou muito tempo e o jornal passou a gozar de um péssimo conceito por atacar, não somente aos partidários de movimentos políticos, mas também pessoas comuns e indefesas, gerando críticas e protestos<sup>30</sup>. Mas os redatores não tencionavam mudar o estilo do jornal, conforme se pode observar na nota a seguir:

*A nossa Gazeta hade continuar, e hade ser sempre constante nos seus principios; hade sempre apresentar o Governo de Silveira por*

---

29 MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

30 JORGE, 2008.

*modelo aos que lhe succederem; e estes se quizerem desempenhar os seus deveres, hão-de imitallo; hade sempre fulminar os perturbadores, e marchistas, que pertenderão como v.m prosperar no meio da desordem; hade... hade ser sempre um contraste dos escriptos dos Loureiros, Nacimentos e Companhia. Maranhão 16 de Fevereiro de 1822 – Joze Antonio da Cruz Ferreira Tezinho.<sup>31</sup>*

Com base nos exemplares disponíveis na Biblioteca Pública Benedito Leite, *O Conciliador* expira com sua 210ª edição datada de 16 de julho de 1823. Após o fechamento de *O Conciliador*, o Maranhão se manteve inexpressivo em relação à imprensa escrita até 1825, quando surgiram *O Argos da Lei* e *O Censor*, dos quais falaremos mais adiante. Trataremos, primeiramente, daqueles que circularam concomitante ao *O Conciliador* e após este, até 1824, embora sejam considerados de pouca importância por não contemplarem ou não atenderem aos problemas da Província.

A *Folha Medicinal* foi o segundo jornal a circular no Maranhão, com vistas a publicar matérias sobre “[...] a aplicação de remédio a todos os males, tanto do corpo, como do espírito; definir e descrever cada uma das principais moléstias desta Província, e que mais a afligem; em síntese, indicar o método curativo [...]”<sup>32</sup>

Uma matéria publicada no jornal *O Conciliador*, alude ao fato de que o doutor Manoel Rodrigues de Oliveira, manifestou-se por escrito à Tipografia Nacional com a pretensão de “[...] imprimir um periódico de acontecimentos contemporâneos [...] [com início em 1º de janeiro de 1822], constando de certas coisas para o conhecimento da verdade da história [...]”<sup>33</sup>, pelo que entendemos os males da Província que pretendia curar tinha um duplo sentido.

A *Folha Medicinal* foi impressa na Tipografia Nacional sob a direção do médico da Província Dr. Manoel Rodrigues de Oliveira, conhecido pela

---

31 A citação é o final de uma matéria publicada por Antonio da Cruz Ferreira Tezinho (o Padre Tezinho), endereçada ao Major José de Loureiro Mesquita e Pedro Antonio do Nascimento, em resposta aos ataques sofridos publicados em uma determinada gazeta. Cf. O CONCILIADOR, 20 fev. 1822, p. 5.

32 JORGE, 2008, p. 60.

33 O CONCILIADOR, n. 52, p. 3, 9 jan. 1822.

alcunha de “Médico do Tijuco”<sup>34</sup>, que infelizmente não conseguiu dar conta dos objetivos pretendidos, ocupando-se em duelar com o padre Tezinho. A *Folha Medicinal* sobreviveu somente a 14 edições que circularam entre 11 de março a 10 de junho de 1822, pois seu redator não resistiu muito tempo enfrentando seu principal desafeto.

Seis dias depois de circular o primeiro número da *Folha Medicinal*, o habilidoso e satírico padre Tezinho criou a *Palmatória Semanal*, segundo Jorge “[...] não apenas para defender-se dos ataques do médico Manuel Rodrigues de Oliveira como partir, igualmente, às agressões verbais”<sup>35</sup>. A sociedade tomou conhecimento do lançamento desse jornal pelas páginas de *O Conciliador* ao anunciar que no dia 17 de março de 1822, sairia à luz a nova folha intitulada *A Palmatória*, vendida por 60 réis, na mesma loja onde se vendia o *Conciliador*.<sup>36</sup> *A Palmatória*, cujo objetivo era lutar contra seu maior adversário, o redator da *Folha Medicinal*, com o encerramento desta, também encerrou suas atividades em junho de 1822, visto que não havia mais sentido mantê-la.

A partir da Tipografia Nacional, de caráter oficial, surgiram as de propriedade privada, responsáveis pela edição de várias folhas periódicas e outros impressos no Maranhão. Hallewell apresenta como pioneira a de Ricardo Antônio Rodrigues de Araújo, instalada em 1822; Daniel G. de Mello cria, em 1825, a Tipografia Mellandiana, e em 1830 começa a funcionar a Tipografia Constitucional, de Clementino José Lisboa, considerada a mais importante, pois marca o crescimento do mercado tipográfico.<sup>37</sup>

Assim, em 1822 registra-se o aparecimento do jornal *Brado Maranhense*, “[...] pouco citado e conhecido pelos estudiosos da imprensa local [...]”<sup>38</sup>. O periódico consta no *Catálogo de Jornais, Revistas e outras publicações periódicas (1821-1908)*<sup>39</sup>, elaborado por Augusto Olympio Viveiros de Castro, segundo o

---

34 Manoel Rodrigues de Oliveira, médico e com formação em filosofia, chegou ao Maranhão por volta de 1804 ou 1805, ganhou o apelido de Médico do Tijuco por ter aterrado, com grande dispêndio e dificuldades o extenso lamaçal onde hoje se encontra o Mercado Central, para construir sua casa. Exerceu em São Luís os cargos de comissário, delegado do fisco-mor e de cirurgião do reino. Cf. MARQUES, 1970.

35 JORGE, 2008.

36 O CONCILIADOR, n. 71, 16 mar. 1822, p. 4.

37 HALLEWELL, 2005.

38 Idem, 2005, p. 171.

39 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro,

qual teria sido impresso na Tipografia de B. A. R. de Araújo, cuja informação deve ter sido equivocada pelo autor do catálogo. Acredito tratar-se da Tipografia de R. A. R. de Araújo, fundamentada em Hallewell, que a relaciona no rol das primeiras tipografias de propriedade privada, pertencente a Ricardo Antonio Rodrigues de Araújo, cujo funcionamento deu-se entre 1822 a 1850.<sup>40</sup>

Vale registrar que, lá pelos idos de 1846 aparece uma folha intitulada *O Brado Maranhense*, que Sebastião Jorge afirma não ser a mesma gazeta que circulou em 1822, apesar da coincidência do título e apresentarem a mesma epígrafe: “Somos do povo, e tudo faremos pelo povo”.<sup>41</sup>

Com a incorporação do Maranhão ao Brasil independente, fato ocorrido somente em 28 de julho de 1823, a Tipografia Nacional fez surgir a *Gazeta Extraordinária do Governo da Província do Maranhão* - com características de um Diário Oficial e distribuição gratuita - com a finalidade de publicar documentos referentes à nova ordem, e defender os interesses dos maranhenses. Essa gazeta circulou apenas por dez dias, de 4 a 14 de agosto de 1823, quando publicou seis números sob a direção de Lord Cochrane, chegado ao Maranhão pouco antes da adesão com a finalidade de “manter a paz a qualquer preço”. Mais tarde a história nos mostrou, de forma diferente, que Cochrane, com sua “fome de ouro” trabalhava em proveito próprio, daí utilizou o jornal somente a seu favor.<sup>42</sup>

Sebastião Jorge inclui o *Diário Eclesiástico Independente* entre os jornais que circularam em 1823. Segundo o pesquisador, há rumores de que este teria sido o primeiro jornal católico de São Luís, mas quanto a sua existência, ela é questionada, visto que não foi localizado nenhum exemplar que a comprove <sup>43</sup>.

---

v. 2, p. 163, 1908. Edição comemorativa do 1º Centenário da Imprensa no Brasil. apud JORGE, 2008.

40 HALLEWELL, 2005.

41 JORGE, 2008.

42 GALVES, Marcelo Cheche. Os primeiros anos da tipografia no Maranhão: a legitimação da ordem. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 4., 2006, São Luís. *Revisão crítica dos 300 anos de censura. Rede Alfredo de Carvalho*. São Luís, 2006. v. 1, p. 497-503. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/curso/pc3.doc>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

43 JORGE, 2008.

Carlos de Lima, entretanto, enumera-o entre aqueles que circularam no ano de 1823, cujo proprietário tratava-se de José Soares de Azevedo.<sup>44</sup>

No ano de 1824 só se tem registros de circulação do jornal *O Amigo do Homem*, com início em 17 de setembro, estendendo-se até 29 de dezembro de 1827. Teve como proprietário e redator o advogado português João Crispim Alves de Lima, auxiliado por Garcia de Abranches. A circulação do jornal coincide com a administração de Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce, primeiro presidente constitucional do Maranhão, cujo governo foi marcado por violência - deposição, prisão, deportação - e vinganças contra os inimigos. Este não via com bons olhos a iniciativa dos jornalistas, especialmente se não “rezavam a cartilha” do governo. Incluído nesse rol, João Crispim foi alvo de violentas injúrias e calúnias que o obrigaram a abandonar sua atividade no jornal.

Até esse momento, 1824, percebemos que os jornais maranhenses se ocuparam predominantemente em fazer política, ficando seus jornalistas a serviço da classe dominante, principalmente dos portugueses que desejavam manter o colonialismo, ou posicionando-se a favor da liberdade constitucional.

## **O NOVO MOMENTO DA IMPRENSA MARANHENSE**

Diretamente das oficinas da Tipografia Nacional, finalmente surge, em 7 de janeiro de 1825 um jornal capaz de iniciar o debate público e possibilitar o esclarecimento dos fatos políticos aos seus leitores através de seus líderes intelectuais. Estamos falando de *O Argos da Lei*, considerado o primeiro impresso liberal do Maranhão, editado por um maranhense de reconhecida notoriedade, Manoel Odorico Mendes (1799-1864) que, de imediato, ganhou respeitabilidade política com as árduas defesas que fazia em favor da liberdade de imprensa. É certo que não teve vida longa, pois sua tiragem se expira com o número 45, datado de 10 de julho de 1825.

Defensor da lei e do cumprimento dela, Odorico Mendes adotou como epígrafe para o jornal uma frase de A. Ferreira: “*Boas são as leis, melhor o uso*

---

44 LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. São Luís: Instituto GEIA, 2008. v. 2. A monarquia.

*bom d'ellas*". Baseado nesse princípio, o jornal adotava uma escrita em defesa das questões nacionais. A explícita aversão aos portugueses chegou ao ponto de fazer campanha a favor da perda dos seus empregos públicos e deportação para Portugal.<sup>45</sup> A influência do *Argos da Lei* favoreceu a eleição de Odorico Mendes, como deputado à primeira Assembleia Geral Legislativa do Brasil, fato que originou sua mudança para o Rio de Janeiro, onde se afirmou como cultor das belas letras, político e jornalista.

*O Argos da Lei* publica um aviso nos dias 01 e 22 de fevereiro e 01 de março de 1825, sobre a pretensa criação de um periódico intitulado *Miscellanea Política e Litteraria*, sob a responsabilidade de Jose Raimundo da Rocha Araújo e Francisco Sotero dos Reis, declarando ser a proposta baseada unicamente na preocupação com o bem-estar dos seus concidadãos. Não se sabe, ao certo, se o projeto foi consolidado pela falta de registros bibliográficos que possam comprovar a existência de tal gazeta.

Para combater *O Argos da Lei*, em 24 de janeiro de 1825, o português João Garcia de Abranches cria *O Censor*, viabilizado pela Tipografia Mellandiana, basicamente para representar os interesses de parte da população portuguesa. Trazia como epígrafe a seguinte frase de Rollim: "*A Rome les desordres domestiques ou publics étoient reformes par les Censeurs.*"

O primeiro número do jornal esgotou-se rapidamente conforme anunciado na edição seguinte:

*Mil, e mil agradecimentos inviamos ao benéfico público pelo bom acolhimento com que recebeu nosso primeiro N.º, extrahindose em menos de duas horas todos os exemplares que se publicarão: temos sido muito instados para a sua reimpressão, o que não temos por ora feito por embaraços da Typografia com outras obras [foi reimpresso no dia 07 de março de 1825], o que também tem servido de motivo á demora deste.*<sup>46</sup>

---

45 JORGE, 2008.

46 O CENSOR MARANHENSE, 1980, p. 35.

O Censor circulava gratuitamente, salvo algumas exceções. Sua tiragem girava em torno de 400 a 800 exemplares até o nº 9 e a partir daí fixou-se em 500 exemplares. Teve 24 edições com grandes intervalos entre uma e outra, o que foi previsto em seu primeiro número quando esclareceu ao público que o jornal sairia à luz “[...] sem regulação periódica, nem determinado volume, e preço [...]”<sup>47</sup>

Mas o que marcou sua história foi o intervalo entre o nº 7 (24/03/1825) e o nº 8 (29/12/1825), ocorrido por motivos de natureza política, quando o seu editor Garcia de Abranches foi expulso do Maranhão para Portugal pelo então Vice-Presidente interino da Província Manuel Teles da Silva Lobo e Lorde Cochrane. Abranches embarcou no brigue “Aurora” no dia 3 de maio de 1825. Com sua volta do exílio, em dezembro do mesmo ano, o jornal voltou a circular, desta feita intitulado-se *O Censor Maranhense*.

É possível perceber o grau de intelectualidade do redator de *O Censor*, através dos artigos publicados, recheados ou enriquecidos com citações de poetas, historiadores, filósofos e escritores, entre eles Camões, Virgílio, Cervantes, Cícero, Montesquieu, Horácio. O grande sucesso e aceitação do jornal pela sociedade envaidecia Garcia de Abranches mas com humildade declarou que:

*Tão extraordinário successo não proveio de merecimento do Author, que não possui outros ricos cabedões que as suas boas intenções pela prosperidade deste Imperio, e pelo bem geral da Sociedade: isto não foi mais que um efeito necessário da Opinião Publica que se vê altamente oprimida pelos vorazes influxos de hum espirito maligno e seu esquadrão, que entre nós impunemente forceja a promover a anarchia qual na França o aventureiro Clout, Herbert, Marat, ou Chaumet, para vigorarem seus occultos planos, que nós bem entendemos.*<sup>48</sup>

---

47 O CENSOR MARANHENSE, n. 1, p. 1, 24 jan. 1825.

48 Idem, n. 2, p. 35, 5 fev. 1825.

Manter sua independência, esse era um dos fortes motivos pelos quais Garcia de Abranches não fazia questão de oferecer subscrição ao jornal, tornando isso público através do seguinte desabafo:

*O nosso Jornal ainda que não nos comprometemos nunca dallo em períodos certos, sahe quase sempre depois de grandes intervalos de tempo o que pôde ser reparável, porque, não tendo nós Assinantes, nem os querer-mos nunca por não sujeitar-mos nossa doutrina a vis contemplações da parcialidade nefaria, odiosa e repugnante qualidade essecialmente opposta a quem deseja escrever, e manifestar sempre verdades puras; e porque os Assinantes ordinariamente quando não se escreve a seu gosto e modo de pensar, não continuão suas assinaturas, e chorão o dinheiro perdido; e mesmo porque assim o permite ainda a falta de luses no Paiz; haver pouco quem lea papeis que lhe custem dinheiro; (e elles aqui na verdade pouco valem) sómente mandamos imprimir quando nos urge algum motivo mais eficaz, e se nos proporciona commodidade de fazer essa despesa: levando satisfatório interesse de distribuir muitos N.ºs gratuitamente pelos nossos Amigos.<sup>49</sup>*

Até o número 4, de 26 de fevereiro de 1825, o jornal foi impresso na Typografia Mellandiana, de D. G. de Mello, do número 5 em diante na Typographia Nacional que em 1829 passou a denominar-se Typographia Nacional e Imperial, o que foi possível constatar na edição fac-similar, editada pelo SIOGE, em 1980.

As iniciativas para criação de jornais cresciam, a cada dia. O jornal *O Amigo do Homem* de 22 de dezembro de 1827, anunciava que “Quarta-feira 26 do corrente sahe à luz o primeiro nº do O PHAROL MARANHENSE [...]”<sup>50</sup>. Um dia depois da data anunciada, 27 de dezembro de 1827, surge o referido jornal, considerado um dos mais importantes que circularam na primeira

---

49 O CENSOR MARANHENSE, n. 23, p. 364, maio 1830.

50 O AMIGO DO HOMEM. Maranhão, Typographia Nacional, n. 50, 22 dez. 1827, p. 6.

metade do século XIX, pois “[...] fez ressoar por toda a Província e com espantosa alacridade a alvorada da liberdade; sendo cada número dele uma faísca elétrica que fazia vibrar de entusiasmo os corações da passada geração [...]”.<sup>51</sup>

O *Pharol Maranhense* teve como fundador e redator José Cândido de Moraes e Silva, um homem de muita habilidade e lidador incansável que através desse jornal exerceu forte influência na Província como nenhum outro jornalista de sua época<sup>52</sup>. Considerado o porta-voz dos liberais maranhenses daquele período, fez do seu jornal “[...] Não [...] só luz para todos, senão também escudo para proteger pequenos contra os abusos das autoridades e dos poderosos; - apoio aos fracos; - flagelação aos mal-intencionados, aos partidários da recolonização e aos estrangeiros mal-agraçados [...]”.<sup>53</sup>

De uma bravura imensurável, declarou logo no primeiro número do jornal não se importar ser atingido pelo “rancor de alguém ou o ódio de muitos”. Quis o destino que ele próprio fosse vítima dos abusos de poder, sendo perseguido e preso na administração de Manuel da Costa Pinto, então Presidente da Província do Maranhão. Segundo Marques,

*Até certo ponto os desvios da imprensa achavam desculpa nos abusos da autoridade, porque o Marechal Costa Pinto, quando na presidência, mandou recrutar e assentar praça no Corpo de Artilharia ao redator do Farol, só porque fêz reparo, num artigo moderado e respeitoso, de se não dar publicidade ao expediente do governo!*<sup>54</sup>

Tal determinação, considerada arbitrária e maldosa, foi cumprida por José Cândido de Moraes a partir de 08 de agosto de 1828. Durante sua permanência na Corporação sofreu os mais violentos maus-tratos, a ponto de prejudicar e não mais recuperar sua saúde após sair da prisão. Sua liberdade só

---

51 LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. t. 1, p. 105.

52 MARQUES, 1970.

53 LEAL, 1987, p. 99.

54 MARQUES, 1970, p. 391.

aconteceu graças à revogação do ato de aprisionamento, em 14 de janeiro de 1829, primeira providência de Cândido José de Araújo Viana, quando tomou posse na presidência da Província.

Logo que soube de sua prisão, Odorico Mendes retorna à Província e lança *O Despertador Constitucional*, cujo único número circulou em 14 de agosto de 1828, para defender José Cândido de Moraes e Silva. Esse jornal foi impresso na Typographia de Torres, no Rio de Janeiro, pois a Tipografia Constitucional recebeu ordens expressas do governo, seu mantenedor, para não editá-lo. Tal resolução foi tomada devido ao entendimento do Presidente Costa Pinto de que a condição de Parlamentar do seu redator lhe dava imunidade, portanto, os ofendidos não poderiam atribuir-lhe responsabilidade alguma sobre o que viesse a escrever.

Na edição de 16 de outubro de 1829, *O Pharol* anunciava que no final de cada mês sairá um novo Jornal, o *Azorrague dos Corcundas*. A Wikipédia diz que Azorrague “[...] é sinônimo de açoite, espécie de chicote [...] usado para aplicação de flagelo em condenados.”<sup>55</sup>. No aviso, o redator esclarecia não querer assinantes e seria vendido de forma avulsa na casa do Sr. Antonio Joze de Lemos, ao preço de 200 réis cada exemplar. Recusava-se a fornecer dados sobre o objetivo do jornal, o que seria divulgado no seu primeiro número, e declarava não aceitar correspondência alguma, uma vez que seus colaboradores tinham matéria suficiente para preencher os números.<sup>56</sup> A intenção do seu redator, inferimos, seria a de publicar uma espécie de pasquim, provavelmente utilizando-se dos recursos da sátira, do deboche, entretanto, a historiografia maranhense somente se refere um impresso com o título de *Azorrague* na década de 1840.

A credibilidade no jornal *O Pharol* demandou muita procura para publicação de todo o tipo de matéria, levando seu redator à decisão de não mais receber anúncios. Para suprir essa necessidade, em 01 de março de 1831 foi criado o *Jornal dos Annuncios*, publicado pela Typographia Constitucional, uma espécie de suplemento que sairia regularmente com *O Pharol*. Tendo

---

55 AZORRAGUE. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Azorrague>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

56 O PHAROL MARANHENSE. Maranhão: Typographia Nacional e Imperial, n. 133, 16 out. 1829, p. 566.

como finalidade única a publicação de anúncios, o periódico comunicou ao público que não se tratava de uma publicação literária, nem tampouco de um periódico político. Entretanto, só há registro de duas edições desse jornal referentes aos dias 01 e 15 de março de 1831.

Com a morte prematura de José Cândido (18/11/1832), vitimado pela enfermidade decorrente dos maus-tratos que sofreu durante sua permanência no quartel, a redação do jornal ficou sob a responsabilidade de João Francisco Lisboa. Este, para dar conta da tarefa e manter viva a lembrança de José Cândido, tira de circulação o seu jornal *O Brasileiro*. Em edição de 08 de outubro de 1833, *O Pharol* anuncia sua saída de circulação com o seguinte aviso:

*Como tem de acabar a redação do Pharol Maranhense no fim do presente mez de Outubro, mesmo sem completar o trimestre, o Redactor avisa aos Snrs. Assignantes que já pagaram, que hajam de madar receber 800 réis que restam; e também roga aos que ainda não pagaram, mandem os 1600 rs dos dois meses.<sup>57</sup>*

Alguns jornais foram editados no Maranhão para apoiar o governo e fazer apologia aos Presidentes da Província. Além de *O Conciliador*, conforme já relatado anteriormente, em 29 de dezembro de 1827, dois dias depois do nascimento d'*O Farol*, surge *A Minerva*, sob a máscara de folha política e literária comercial, para fazer-lhe oposição. De propriedade do poeta David da Fonseca Pinto, não tinha outro objetivo se não defender o governo de Costa Pinto.

Com fins idênticos, no início de janeiro de 1828 começa a circular *A Bandurra*, também fazendo oposição ao *O Farol Maranhense* e em defesa do governo. Fundado por João Crispim Alves dos Santos, em substituição ao *Amigo do Homem*, anunciava no editorial do seu primeiro número que o jornal seria dividido em duas partes. A primeira parte objetivava “[...] lançar o ridículo sobre os objetos que o merecesse – modo de censura e modo de

---

57 O PHAROL MARANHENSE, n. 439, p. 1824, 08 out. 1833.

emendar certos vícios e defeitos”<sup>58</sup>; na segunda parte publicava artigos oficiais. Deixou de circular no dia 31 de dezembro de 1828, com o número 23.

Em 16 de junho de 1828, Francisco Sotero dos Reis faz publicar um aviso na *Bandura*, anunciando a criação de um periódico intitulado *O Maranhense*, do qual seria seu redator. Circularia duas vezes por semana e as assinaturas poderiam ser feitas na Casa de Ramos Irmãos e Companhia. Antecipava aos potenciais assinantes que eles seriam reembolsados de suas quantias se por algum motivo deixasse de publicá-lo.<sup>59</sup> Não nos foi possível localizar maiores informações sobre sua efetiva circulação, embora Carlos Lima o tenha incluído no rol de títulos de jornais publicados no século XIX<sup>60</sup>. Segundo Jorge, em 1830, este passou a denominar-se *O Constitucional*, sob a responsabilidade de Sotero dos Reis e Odorico Mendes, defendendo as ideias do governo de forma moderada.

*A Estrela do Norte do Brasil* começou a circular em 04 de julho de 1829, tendo como principais redatores o poeta repentista José Pereira da Silva, nosso “Bocage Maranhense”, em parceria com Thiago Carlos de La Rocca. Pereira da Silva ficou muito conhecido pela sua ousadia e coragem em recitar um soneto improvisado, do alto da muralha da Rampa do Palácio, quando da expulsão do odiado Presidente da Província Costa Barros.

O que vem ao caso, no entanto, é o fato de que *A Estrela* criou polêmicas com Garcia de Abranches, redator de *O Censor*, como também não foi bem vista especialmente por João Francisco Lisboa, que através do seu jornal *O Brasileiro* acusa-a de ser aquela uma extensão de *O Conciliador* e defensora de um governo absolutista no Brasil.<sup>61</sup> Com *O Farol Maranhense*, trava uma guerra de audiência, utilizando-se de vários meios, tendo inclusive a ideia de criar o mote “O farol vai se apagando”, incitando os leitores a criarem versos como estas duas quadras aqui reproduzidas.

---

58 A BANDURRA. Maranhão, Typographia Nacional, n. 1, p. 1, 15 jan. 1828.

59 Idem, n. 11, 16 jun. 1828, p. 336.

60 LIMA, 2008, p. 432.

61 JORGE, 2008.

2º Estrofe

*Com a luz da clara Estrella,  
O Farol vai-se ofuscando,  
O Farol já não diz nada,  
O Farol vai-se apagando.*

8º Estrofe

*Com rançosa Theologia  
Seus Pedacos vai traçando,  
E com trovas carmelitas  
O Farol vai-se apagando.<sup>62</sup>*

A 12 de outubro de 1829 começa a circular *A Cigarra*, jornal de Antonio Joaquim de Picaluga, que se declarara seu único redator e tentava ser bem visto aos olhos do governo. Tinha como objetivo defender a pátria, tratar do bem-estar da nação, e usando a lei, “desmascarar com política e dignidade os absolutistas”. Segundo Jorge “[...] defendia os bons brasileiros como os bons portugueses que respeitavam a Constituição, e condenava aqueles que desejavam que o Brasil continuasse colônia.”

A julgar pelo comunicado a seguir, *A Cigarra* travava duelos com a *Estrella do Norte do Brasil*

*O Redactor da Cigarra avisa ao público que esta folha já se não vende na loja de Manoel Pires Verde & C.<sup>a</sup> na Praya grande porque os dignos... e moralizados... estrelleiros o forão insultar por elle alli vender as ditas folhas!!!! Porém acha-se a venda no Palácio do Governo na Casa da Imprensa Nacional com a permissão do Exm.<sup>o</sup> presidente.<sup>63</sup>*

Na mesma edição, podemos comprovar a rixa entre Picaluga e José Pereira da Silva, ao publicar um soneto intitulado “O Eremita Filósofo”, em que denunciava a rede de intrigas que o Jornal se dizia vítima por parte da *A*

---

62 A ESTRELLA DO NORTE DO BRASIL. Maranhão, [s.n.], n. 8 , p. 62, 22 ago. 1829.

63 A CIGARRA, n. 4, p. 19, 10 nov. 1829.

*Estrella do Norte do Brasil*. Era uma resposta às duas quadrinhas feitas pela “[...] espantosa!... cabeça do digno Sobrinho do tio Estrelleiro, para que ele veja que cá também se fazem versinhos”.<sup>64</sup>

Em seu último canto, edição de 17 de abril de 1830, data do encerramento de suas atividades, *A Cigarra* anuncia o lançamento do periódico *O Clarim*, sem determinação do dia. Quanto aos objetivos do jornal presumimos tratar-se de uma forma de pasquim, a julgar pelo teor do aviso, alertando os leitores que “[...] no primeiro numero deste Periódico sahirão os nomes, e tramas dos Columnas desta Província, e seus clubs e então por huma vez conhecerão os Maranhenses que casta de víboras nutrem, e quaes as suas tramas!!! ‘o dia em que sahir, e onde se hade vender, será anunciado.”<sup>65</sup> Seria uma continuação *d’A Cigarra*?

A publicação do jornal *Poraquê* começa a ser esperada a partir de 18 de julho de 1829, quando *A Estrella do Norte do Brasil* publica correspondência anunciando sua criação, com periodicidade semanal. A circulação do jornal seria em dias determinados, à tarde, embora não tenha revelado quais seriam esses dias, entretanto informava o local para realização de assinaturas e de distribuição. O propenso redator do jornal apresentou antecipadamente a epígrafe que escolhera a fim de oferecer uma ideia do que se poderia encontrar em suas páginas:

*Justiceiro vereis o Poraquê  
Sempre em tudo fallar de boa fé,  
Deixando com seus choques repetidos,  
Da Pátria os inimigos confundidos.*<sup>66</sup>

Parece que havia uma grande expectativa sobre a adesão de assinantes, tanto que, oito dias depois de anunciar a criação do jornal, o redator se sentiu desolado com a pouca adesão e mandou publicar, de forma pouco previdente, um aviso reclamando da diminuta quantidade e a falta de interesse dos leitores

---

64 A CIGARRA, n. 4, p. 20, 10 nov. 1829.

65 Idem, n. 19, 17 abr. 1830, p. 88.

66 A ESTRELLA DO NORTE DO BRASIL, n. 2, p. 16, 11 jul. 1829.

em incentivar aqueles que se propunham a fazer um jornalismo crítico no sentido de combater as más doutrinas. E assim se expressou:

*O Redactor do Poraquê tencionando fazer sahir, no 1. d'Agosto p. f., o 1.º N.º do seu Jornal, o não póde ainda assim annunciar por falta d'assignaturas; é notável que, tendo saído o aviso para a redacção do Poraquê em 11 do corrente, se hajão passado 8 dias sem que tenha occorrido mais d'um assignante; e mais notável ainda quando se vê o muito que as más doutrinas aborrecem a muita gente sem que esta auxilie, com meio algum, aos que as pretendem debellar; paciência! Livrará talvez isso de compprometimentos, e incômodos ao Redactor do Poraquê.<sup>67</sup>*

O que ele não sabia era que o número de assinantes já era significativo, tendo que se retratar logo no número seguinte:

*O Redactor do Poraquê, tendo avisado pela Estrella de Sabbado passado 18 do corrente, que não podia começar a sua tarefa sem um n.º d'assignantes bastante para ressalvar a despesa avultada da impressão; tendo publicado, no dito aviso, que só tinha hum assignante; soube, porem, agora que do dia Quarta-feira, em que entregou o aviso, até o dia Sabbado, em que shaio a Estrella, lhe occorrerão mais de 40 assignantes; e declara, que se naquelle intervallho, de Quarta-feira a Sabbado, fosse sabedor deste acréscimo d'assignaturas, teria suspendido a inserção do sobredito aviso.<sup>68</sup>*

Na historiografia sobre a imprensa maranhense há controvérsias sobre o início das atividades do *Poraquê*, mas pelas datas de publicação dos avisos acima, retirados dos exemplares consultados na Biblioteca Nacional, onde se

---

67 A ESTRELLA DO NORTE DO BRASIL, n. 3, p. 24, 18 jul. 1829.

68 Idem, n. 4, p. 32, 25 jul. 1829.

encontram microfilmados, não há como divergir de Valle Cabral apud Jorge<sup>69</sup> que atribui o período de 1829-1830, como data que circulou o jornal.

*O Brasileiro*, jornal editado por José Antonio de Lemos, também integra o período do primeiro reinado. Em sua primeira fase que vai de 08 de fevereiro a 04 de setembro de 1830, trazia como *slogan*: “*Os déspotas querem a ignorância, porque só ella pode segurar-lhes submissos escravos perpetuando a barbaridade*”. A segunda fase vai de 23 de agosto a 11 de novembro de 1832, quando encerrou definitivamente suas atividades, visto que seu redator principal, João Francisco Lisboa assumiu *O Farol Maranhense*. Entre os objetivos do jornal, pretendia respeitar a vida privada de seus concidadãos e não se afastar dos princípios da moderação e da imparcialidade. Para essa nova fase adotou como epígrafe uma frase de Jouy, logo abaixo do cabeçalho, à direita em francês e à esquerda sua tradução: “Jornalistas do mundo inteiro, despi-vos dos preconceitos nacionais, denunciad os crimes, nomeai os criminosos.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Controversa, mas bastante engenhosa, a história da imprensa no Maranhão desperta em seus pesquisadores sentimentos de vários matizes. Não há como negar, no entanto, que ela se iniciou em meio a conflitos de ideias e posições sobre a Independência do Brasil e a adesão do Maranhão a essa causa, contexto esse pouco favorável à implantação de uma imprensa independente.

As posições políticas assumidas pelos jornalistas, nos primeiros anos da imprensa maranhense concentram-se naqueles que saíram em defesa do governo provincial, outros defensores do pensamento livre, embora estivessem atrelados ao governo. Havia também aqueles que desenvolveram um jornalismo mais irreverente, despojado, que não pouparam os adversários políticos, nem as autoridades locais, a despeito da possibilidade de sofrer punição pela ousadia.

A expansão das tipografias favoreceu o fortalecimento do jornal que se transformava num grande veiculador do pensamento do século XIX,

---

69 JORGE, 2008, p. 106.

contribuindo fortemente para a consolidação da sociedade letrada. É bem verdade que mesmo em países evoluídos como a França e a Inglaterra, até o final do século XVIII, a imprensa periódica não tinha atingido seu apogeu. O livro era o instrumento soberano para divulgação das ideias dos escritores. Foi, portanto, no desabrochar do século XIX que o prestígio da imprensa se consolidou em todo o mundo, obviamente com diferenças proporcionais ao desenvolvimento de cada país e de cada Província.

Os jornais maranhenses, em sua maioria, tinham periodicidade semanal e geralmente apresentavam o mesmo projeto gráfico, com poucas variações, sendo, invariavelmente, produzidos em duas folhas, formando quatro páginas. As matérias, na maioria dos casos, eram dispostas em duas colunas por páginas, não apresentavam qualquer rigor ou regência de ordem, levando o leitor a fazer uma leitura contínua de todo o jornal, exceção feita para a primeira página destinada à parte editorial, atas, leis e discursos das assembleias. Nas seções “publicações a pedido” e “correspondências”, encontramos divulgadas as expressões do povo sobre cultura, política, economia, educação, entre outros assuntos. A seção de “avisos”, “anúncios” ou “comunicados”, era sempre a última dos jornais, utilizada, entre outros informes, para divulgação de títulos dos livros à venda ou a serem produzidos; vendas, leilões e procura de escravos, entradas e saídas de vapores com relação dos tripulantes e passageiros, entre outras informações de interesse da sociedade.

Fazer um cotejo entre os diversos padrões de jornal que circularam no Maranhão nos oitocentos foi apenas um objetivo funcional ao qual demos destaque. O que interessa, no caso específico da imprensa maranhense, é que ela, de fato, contribuiu, com os seus jornais na modificação e na relação dos hábitos de leitura. E isso ela conseguiu de maneira modelar, visto que modificou a relação dos leitores com a palavra impressa, tanto que na década seguinte (1840), no Brasil registra-se uma maior efervescência e até mesmo uma preferência por esse tipo de leitura. Finalmente, queremos considerar que com relação ao jornal, ele deu ao Maranhão a oportunidade de mudanças no século XIX que já prevaleciam na Europa desde o século XVIII, oferecendo leituras diferenciadas para satisfazer o gosto e a necessidade de um público ilimitado e heterogêneo.



# **PATRIMÔNIO CULTURAL DE PERNAMBUCO: ARTE E CIÊNCIA NO ACERVO LADJANE BANDEIRA**

Márcia Cristina de Miranda Lyra

## **INTRODUÇÃO**

O poder de síntese enquanto operação mental capaz de engendrar fusões e composições sobre as coisas relaciona-se ao nosso desenvolvimento intelectual, nossa capacidade de aprendizagem e de percepção sobre as experiências humanas e suas condições de mudanças. Uma dessas experiências é no que nela contem de representação simbólica enquanto informação é a percepção do tempo, questionado quanto à memória e ao esquecimento. Elementos que Nietzsche considerava como atributos complementares de forças corporais, para a noção de pertencimento e comprometimento de um indivíduo e de um grupo. É nesta linha de pensar que consideramos a memória. Ela é um elemento modelador de práticas como a responsabilidade, a previsibilidade e a confiabilidade do indivíduo, que é demonstrada, inclusive, por meio do legado de suas produções artísticas e intelectuais, muitas delas, resistentes ao tempo pela sua força expressiva.

Mas a memória em alguns momentos, duradoura ou não, se abstém pela poderosa força do esquecimento. Uma força espontânea e impulsiva que contém um poder de “descanso”, “relaxamento” e “paz” da consciência. A partir do século XX, os avanços nos estudos de teorias científicas, da Neurociência e da Etologia, esta última, ramo da Zoologia para o comportamento animal, incluem problematizações do esquecimento e da memória, da retenção ou não-retenção de informações, como parte do processo de seletividade humana. Assim, as teorias epistemológicas de natureza evolutiva são vistas como uma

atitude racional, ligada aos princípios da capacidade do homem e de suas gerações futuras nas questões relacionadas ao conhecimento:

*A epistemologia evolutiva parte de uma concepção do ser humano como um ser vivo, cujas características desenvolveram-se em uma história evolutiva, determinada – totalmente ou em sua maior parte – pelo processo de seleção natural. Assim, os princípios que dão origem às capacidades do ser humano para o conhecimento podem ser compreendidos e explicados em função de seu valor de sobrevivência, e de sua origem biológica através de um processo de variação e retenção seletiva de características [de informações].<sup>1</sup>*

Nestes estudos, o nível mais elevado e aperfeiçoado de comportamento cognitivo verificado na espécie humana se faz em forma de acumulação ou retenção de informação na geração do conhecimento, que ao final promove a transformação cultural, a qual se insere no conjunto de capacidades transmitidas e desenvolvidas biologicamente para os descendentes.

Este mecanismo de retenção, o esquecimento, se mostra compatível a este poder de “relaxamento e descanso”, como um processo natural e necessário que, na memória biológica, é provocador de espaços para maior absorção da faculdade mental de registro e armazenamento de mais informação no cérebro. Este último é uma fonte formadora de registros perceptivos, repletos de experiências de conhecimentos vividos, de visão de mundo manifesta em tempos e espaços históricos de consciências coletivas dominantes. E registrados em lugares privilegiados na Literatura e nas Artes, como também na História, na Antropologia, Arqueologia, Sociologia, Filosofia e na Psicologia. Disciplinas que, em contato com objetos [arqueológicos] deixados por civilizações já inexistentes, enxergam tais registros com a percepção do fenômeno informacional e comunicacional neles existente. Documentos históricos e monumentos produzidos em épocas passadas e distantes são percebidos como informações como “coisas”, tão bem compreendidos e

---

<sup>1</sup> CAMPBELL, Donald T. Evolutionary epistemology. In: THE PHILOSOPHY of Karl R. Popper. LaSalle, IL: Open Court, 1974. p. 412-463.

assimilados pelos teóricos da Ciência da Informação, como Suzanne Briet e Michael Buckland.<sup>2</sup>

De igual forma, é a valorização de uma obra de arte, na perspectiva e conceituação de objeto documental, informacional e comunicacional, que traz referências a contextos históricos concretos, desde a origem, indo além do seu poder de resistência ao tempo, até a ressignificação como representação simbólica.

A resistência ao tempo e a questão da morte ao longo da história têm sido motivo de preocupação de vários artistas, escritores, historiadores e filósofos, notadamente em produções de obras artísticas nas Ciências, Artes, Filosofia e na Literatura. Vista sob o ângulo humano, a morte não é apenas a destruição de um estado físico e biológico, mas é, simultaneamente, a de um ser que está em permanente relação com os outros e em interação com toda a esfera social. Portanto, para muitos artistas nela se insere a compreensão da consciência do valor da vida individual e da sua fugacidade, a limitação e finitude da vida, a qual deve ser reafirmada, como legado, no sentido da obra do ser humano na terra.

Esta compreensão corresponde a uma “Poética do Infinito”, que se expressa ou se apresenta como uma síntese da consciência histórica em expansão, aberta a múltiplas fluências de espaços e à construção de sistemas de signos criados pela infinita plasticidade de uma força universal, por meio da qual pode o homem, não apenas se moldar, mas agir e se expressar intelectualmente.

Falamos de sistemas que permitem a percepção habitada de tempo, que se faz grande provedora a este mesmo tempo. Seria um tempo sem tempo. Referimo-nos ao tempo do eu-lírico humano do desejo de ter ou de sentir algo que se espera que não tenha fim, que perdure através dos tempos. Como a exemplo da relevância da morte e do esquecimento pela convenção do corpo finito que não se vê capaz de transpor uma possibilidade de futuro pela destruição da carne.

Sobre esta consciente expansão evolutiva, vários artistas e pensadores expressaram seus sentimentos existencialistas de descontentamento, inquietação e insatisfação na fugacidade da memória, da vida e do

---

2 BUCKLAND, Michael. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, n. 45, p. 351-360, 1991.

esquecimento. Para transpor o transitório, elaboraram sistemas de signos sensíveis, ora pela tomada de consciência e imaginação na música, no sonho, no cinema, ora pelas experiências do espaço, como no teatro, no desenho, na pintura, na gravura, na escultura e na arquitetura.

Neste último sistema de signos estão os artistas que se envolveram com a pintura e o desenho. Entre eles e suas obras, está o sujeito perceptor e o objeto percebido, em união com a Filosofia, a Ciência e a Arte. Portanto, os artistas manifestam profundo interesse e preocupação com o ser humano em extensão, daí expressarem, em suas obras, reflexões sobre si mesmos, a transitoriedade do corpo, a morte, a memória e o esquecimento. Na Europa, citamos os trabalhos do pintor renascentista italiano, Leonardo da Vinci, no Século XV, e no Brasil, temos como exemplo, a pintora pernambucana, modernista, Ladjane Bandeira, no Século XX.

### **LEONARDO, REALIDADE E OBRA: “HOMEM VITRUVIANO”**

Leonardo da Vinci nasceu em Vinci, próximo a Florença, na Itália, em 15 de abril de 1452 e morreu em 1519. É considerado, por vários historiadores, o maior gênio da história, devido a sua multiplicidade de talentos para as ciências e para as artes.

O “Homem Vitruviano” é um desenho famoso que acompanhava as notas que Leonardo da Vinci fazia, ao redor do ano 1490, num dos seus diários. É um desenho de um pentagrama humano com o corpo de um homem dentro de um círculo. Deitado de barriga para cima com as mãos e pernas abertas, o corpo masculino poderia ser circunscrito, tendo o umbigo como centro do círculo, num encaixe perfeito e dentro de padrões matemáticos. O redescobrimiento das proporções matemáticas do corpo humano no século XV, por Leonardo e por outros arquitetos e pintores, é considerado uma das grandes realizações que conduzem ao Renascimento italiano.<sup>3</sup> O desenho é considerado um símbolo da simetria básica do corpo humano e, por extensão,

---

3 SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. 6. ed. São Paulo; Editora da UNICAMP; Atual, 1988.

para o Universo como um todo. É interessante observar que a área total do círculo é idêntica à área total do quadrado (quadratura do círculo) e este desenho pode ser considerado um algoritmo matemático para calcular o valor do número irracional  $\phi$ .<sup>4</sup>

O desenho nos fornece um exemplo perfeito de Leonardo sobre a referência estética da proporção, e seus esforços em relacionar o homem à Natureza. A anatomia humana é representada como um microcosmo que contém em si todos os elementos do macrocosmo. (Fig.1)

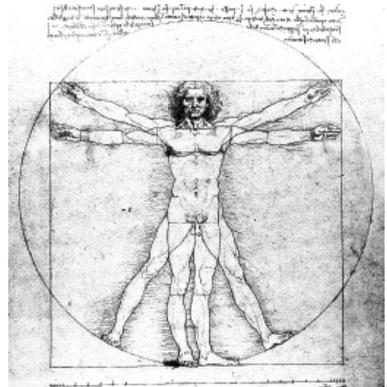


Fig.1 – Desenho do “Homem Vitruviano” de Leonardo da Vinci  
FONTE: Disponível em: <<http://leonardodavinci.stanford.edu.>>

Leonardo viveu num período de transformações que assinalam o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, considerada como a “Primeira Modernidade”, uma época em que muitas crenças arraigadas e tomadas como verdadeiras foram postas em discussão e testadas através de métodos científicos de investigação, inaugurando uma fase em que o predomínio da

---

4 Proporção áurea ou número de ouro. Uma constante real algébrica irracional denotada pela letra grega  $\phi$  (phi) e com o valor arredondado a três casas decimais de 1,618. Muito empregado na Arte. Associado com a natureza do crescimento. Pode ser encontrado na proporção em conchas, seres humanos (o tamanho das falanges, ossos dos dedos, por exemplo), até na relação dos machos e fêmeas de qualquer colméia do mundo, e em inúmeros outros exemplos que envolvem a ordem do crescimento.

religião e seus dogmas deixaram de ser absoluto e abriram caminho para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tal como hoje as conhecemos. Prepondera a compreensão de que a realidade plena é atributo apenas das coisas individuais, numa valorização cada vez maior do individual e do mundo temporal. É a época de um mundo novo, em que não se tem mais a moldura estável da cosmologia cristã e a ordem predeterminada para as coisas.

O Humanismo ou Antropocentrismo como ficou conhecido o pensamento do Renascimento colocou a pessoa humana no centro das reflexões, em meio a teorias de perfectibilidade e de progresso que impulsionavam a ciência a desbravar a Natureza como um local de belezas naturais e culturais a ser desfrutado pelas possibilidades latentes do homem. Um ser completo e integrado, com plena expressão de suas faculdades espirituais, morais e físicas. Afirmando-se perante a Natureza, deixa ele de observá-la simplesmente para entendê-la e alterá-la buscando aquilo que ele considerasse como conhecimento do mundo, mais do que o conhecimento das coisas: o Universo cognoscente.

Sem dúvida, um período de grande ebulição da dúvida pungente em relação a todos os valores na percepção de que o homem natural era um ser, sujeito a forças além de seu poder e não possuía o domínio completo sobre seus pensamentos, capacidades e paixões, nem sobre a duração de sua própria vida. A novidade renascentista, que consolida uma visão de perspectiva histórica do antropocentrismo, estava então ampliada e aprofundada em uma nova visão de mundo e do homem em que junto com influências orientais, judaicas e árabes, havia também o estudo da magia, da astrologia e do ocultismo para a compreensão do humano. Um ser de natureza perfeita que se manifesta à semelhança de Deus na Terra, e como medida e referência do Universo. A vida terrena parece adquirir cada vez mais importância e o homem tem consciência de seu papel ativo na história como agente dos acontecimentos.

Enfim, é a partir do pensamento renascentista que a ideia de uma realidade estática é abandonada em favor da concepção de uma vida dinâmica, e em permanente construção. Em busca da perfeição pelo conhecimento está o germe do pensamento social moderno, que vai se expressar na Literatura, na Pintura, na Filosofia. Noção de realidade que influenciou artistas como Ladjane Bandeira.

## **LADJANE, REALIDADE E OBRA: O “HOMEM INTELORGÂNICO”**

Ladjane Bandeira nasceu em 5 de junho de 1927, em Nazaré da Mata, interior de Pernambuco. É uma figura singular no cenário cultural pernambucano da segunda metade do século XX (notadamente entre os anos 50 e 80), não só por ser uma das vozes femininas mais ativas e destacadas da imprensa e do meio intelectual da época, também por representar, seguramente, um de nossos maiores expoentes artísticos. Detentora de um acervo considerável que contempla as artes plásticas e a literatura, a obra de Ladjane Bandeira, falecida em 1999, continua inédita e desconhecida do público, apesar do reconhecimento que adquiriu por parte da crítica nacional e internacional. Nos últimos dez anos de sua vida, retirou-se da sociedade para dedicar-se exclusivamente ao trabalho artístico e após a década de 80, pela sua determinação em viver reclusa, não realizando exposições e recusando-se a vender, publicar e divulgar seus trabalhos, Ladjane Bandeira caiu no ostracismo. Deixou-nos um rico acervo literário, iconográfico e documental que hoje sob a guarda do ICLB – Instituto Cultural Ladjane Bandeira – começa a ser explorado, e a empreender esforços para a sua preservação e apreciação futura.

São inúmeros os registros encontrados no acervo pessoal da artista com estudos sobre as Ciências Naturais, Exatas e Humanas, em especial as ligadas à Arte e à Ciência. Tinha certas místicas com números, influências de Pitágoras, cuja obra estudou exaustivamente durante décadas. Em entrevista concedida ao Museu da Imagem e do Som de Pernambuco, em 1981, sobre sua trajetória, Ladjane declara que, quando adolescente, tivera como ídolos, na pintura, Miguelângelo e Leonardo da Vinci, na música Beethoven, e na literatura, Dostoiévski. Mais tarde, com o seu desenvolvimento intelectual e a experiência artística e literária, mudaram suas referências, mas Beethoven permaneceu.

Seu “Homem Intelorgânico” expressa uma proposta de natureza evolutiva, que convoca princípios científicos da Biologia, da Física, da Química e da Matemática, e é apresentada em produção literária, artística e documental. Como documento, Ladjane produz um texto auto-explicativo, elaborado sob a

forma de diálogos em que apresenta a *Teoria Intelorgânica* de sua autoria, base para os pressupostos evolucionista do “Homem Intelorgânico.”

Na produção iconográfica elabora dois conjuntos pictóricos. Há uma série de quadros a óleo sobre tela, coloridos, intitulados A METAMORFOSE HUMANO-VEGETAL (Fig.2) e uma outra série, pintada a bico de pena, em preto e branco intitulada A TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA EM CONHECIMENTO (Fig.3 e 4). A estes dois conjuntos pictóricos, síntese de seu pensamento imagético, ela os denomina A BIOPAISAGEM. Em especial, o aspecto plástico deste último conjunto evoca o espaço cósmico, eventos extraterrestres como o nascimento das estrelas, que dialogam com padrões e texturas da biologia humana como órgãos e tecidos humanos. O microcosmo de estruturas orgânicas a exemplo da citologia humana e do macrocosmos, de planetas e estrelas, num infinitesimal e simultâneo desdobramento, interagem em termos estéticos e figurativos sobre um diálogo imagético de corpos como universo e o universo como um corpo.



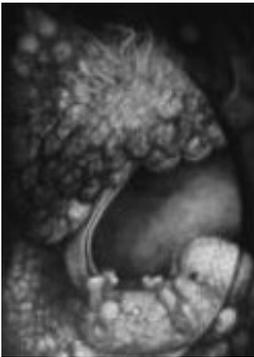
**FIG.2 – Biopaisagem – Primeira sub-série A METAMORFOSE HUMANA**, desenhos e pinturas coloridos, óleo sobre tela e alguns de seus primeiros esboços.

**FONTE:** Acervo ICLB – Instituto Cultural Ladjane Bandeira

Na literatura encontramos poesias, romances, cordel, peça de teatro etc., todos interligados pela temática que apresentam, tanto entre si como com os princípios expostos na *Teoria Intelorgânica*. Citamos poemas como *O processo criador*, *Do autocriador à autocriatura*, *A tríade conjugada*, *Biotrânsito anônimo*, *Biopaisagem Translúcida*, para que se perceba, pelos títulos, a coerência temática da produção literária com a produção iconográfica, em estudos já iniciados na *intersemiose*. Sobre o *Homem Intelorgânico* declara a artista em manuscritos sobre a sua teoria:

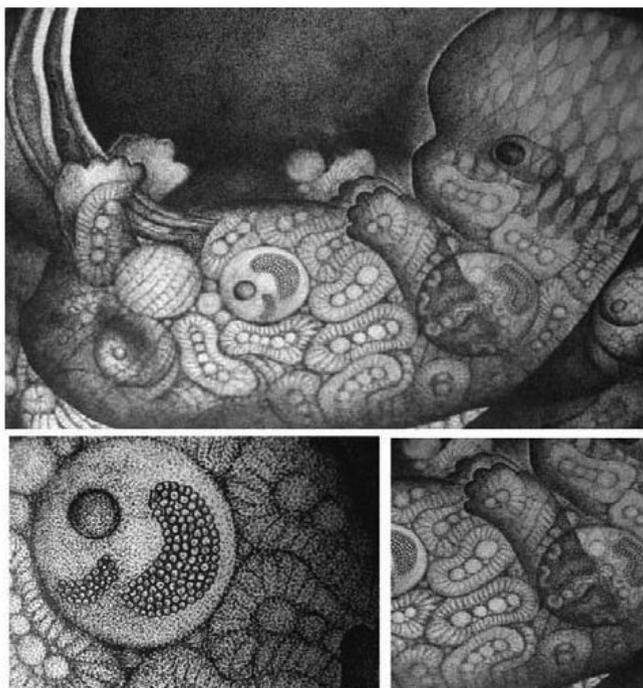
*É uma teoria que aborda o problema da integração do ser humano bio-paisagístico o que significa o meu pensamento de que o ser humano do futuro absorverá a paisagem eliminando o dualismo humano/paisagístico racional/irracional tornando-se ele próprio um ser paisagem-conhecimento quer dizer um organismo integral dentro e fora cognoscente o que seria possível através dos “Organossignos”. Estes, são signos orgânicos que se constituem na unidade básica material-biológica do pensamento. Acredito que no mesmo momento que o átomo é a unidade básica conhecida da matéria o Organossigno (ou qualquer outro nome que lhe venham dar no futuro aqueles que o descobrirem experimentalmente) é a unidade básica do pensamento. Ele através de reações específicas promove a cognoscência ou o conhecimento e poderá ser analisado por meio de aparelhos sensíveis que se venham a construir. Desse modo, com o desenvolvimento da capacidade cerebral do ser humano, que na sua fase atual chamo de protointelorgânico todo o Universo poderá ser cognoscente, porque da maneira que o átomo está na base da matéria terrestre (seja em nossas células, nas de uma planta, de uma pedra, de um grão de areia, é igual em sua composição nuclear já que o núcleo do átomo tem a mesma composição em qualquer que seja a matéria terrestre, galáctica etc.), o Organossigno está na matéria “cognoscente” e “cognoscível”. Assim o ser humano do futuro seria um ser uno composto de humano e paisagem e de tudo o que o cerca – com vantagem de pensar e conhecer a si próprio, humano-e-paisagem e a todo o*

*Universo. Ele será humano-paisagem-Universo-cognoscente. Não é possível ainda aqui uma explicação mais longa e profunda a respeito desta minha teoria, mas tenho muitas reflexões ainda até uma estruturação final.*





**FIG 3 – BIOPAISAGEM – Segunda sub-série: "A Transformação da Natureza em conhecimento"**  
**FONTE:** Acervo ICLB – Instituto Cultural Ladjane Bandeira



**FIG. 4 – Detalhe de um dos trípticos Eclipse em Biomódulo produzido em 1973 a 1979**

**FONTE:** Acervo ICLB – Instituto Cultural Ladjane Bandeira

Ladjane Bandeira viveu no período de transição entre a Arte Moderna e a Arte Contemporânea, num século que se caracterizou por ter uma história de rupturas, que nasceu sobre a égide da confiança inquebrantável do poder da ciência e da técnica para resolver todos os problemas e dificuldades da humanidade. Testemunhou a incredulidade em relação às metanarrativas que, segundo Lyotard, não mais permitiu nos apoiar na dialética do espírito nem mesmo na emancipação da humanidade para validar um discurso científico para a Pós-Modernidade. Numa perspectiva Pós-Moderna do século XX, a ciência é caracterizada pela incerteza e pela desordem<sup>5</sup>. Encontrada nas variáveis ambíguas, nas possibilidades da complexidade da Natureza, na articulação do Homem à Ciência da Natureza, no que exige a evolução de um pensamento plural para o homem moderno, influenciado pelo pensar e pelo fazer da ciência, que mostra um mundo cada vez mais pluralizado.

Como também este mesmo homem, se influencia pelo discurso da ciência da não fragmentação e da noção de interdisciplinaridade que se mostra como temática na medida em que se relaciona à construção de um projeto comum, portanto, a construção “de um produto através de proposições oriundas de vários campos do saber”<sup>6</sup>. Ou seja, a ciência nesse contexto se pauta pela noção de finalidade<sup>7</sup>. Neste momento, fazemos um registro quanto à teoria científico-filosófica elaborada por Ladjane em meados dos anos 70 a 80, e apresentada em seus desenhos, na qual observamos o próprio nome da teoria incluir este aspecto: IN-TELOS-ORGANON. Na sua formação, IN significa dentro, TELOS, que tem um fim, uma direção, uma finalidade e ORGANON é uma estrutura, um organismo. Em Filosofia estrutura se refere à configuração exterior da coisa. A finalidade (TELOS) aqui estrategicamente colocada no centro da palavra se liga ao DENTRO e ao FORA, à essência e à matéria transiente, permanentemente, ecbáticas e cronotópicas.<sup>8</sup>

---

5 MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. p. 24.

6 ORRICO, Evelyn G. D. Interdisciplinaridade: Ciência da informação & linguística. In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). *Ciência da Informação*, Ciências Sociais e interdisciplinaridade. Brasília: IBICT, 1999. p. 147.

7 ORRICO, 1999, p. 147.

8 O conceito de Cronotopo afirma o entrelaçamento entre tempo (cronos) e espaço (topos). Esse conceito tornou-se possível fisicamente a partir da teoria da relatividade de Einstein que compreende o tempo como uma quarta dimensão. Bakhtin analisa o conceito dizendo

Ladjane testemunha a seu tempo não apenas os primeiros pensamentos concretos de uma intrigante realidade como construção cultural de uma nova metanarrativa no contexto para a informação e a geração de conhecimento no mundo virtual, como também o surgimento de conceitos a uma nova ciência: A Ciência da Informação. Valendo salientar que, comprometido com a precipitação do novo ancorado no futuro, o século XX estabelecendo cortes com o passado, como o abandono de suas convicções positivistas na Ciência e na Filosofia, enfrentou como grandes revoluções científicas, a Teoria da Relatividade de Einstein (1905), a Teoria da Mecânica Quântica de Heisenberg (1925) e Teoria da Informação de Shannon (1948). Na origem da Ciência da Informação, Capurro<sup>9</sup> observa que, desde o surgimento, por volta de 1945, e a partir de 1980, ela problematiza a relação da informação como conhecimento no campo da cognição. Posteriormente, prioriza estudos sobre o fenômeno do conhecimento interativo, o que perdura de 1995 até os dias atuais.

## CONSIDERAÇÕES

Percebemos que, tanto no Renascimento como na Modernidade, as épocas de transição foram tempos de buscar novas verdades. E o que isso significa? Significa fundar outros sentidos para alcançar a liberdade de busca da Verdade que, quando atingida, põe o homem livre a novos percursos. Foram estes sentimentos, por conseguinte, que se fizeram como fortes influências nas construções artísticas de Leonardo e Ladjane.

O homem moderno se inseriu no campo da subjetividade, dos sonhos e dos símbolos enquanto possíveis agentes da verdade, valorizando o simbolismo como base do novo espírito científico, passando a adotar o pensamento simbólico, refutado pela ciência, pelo seu pertencimento ao campo do mito, da arte e da religião. O que passa a ser um fator de configuração cultural. Como o

---

(1988, p. 237): “Vamos a chamar cronotopo a conexão essencial de relações tempo-espaco [...] que expressam o caráter indissolúvel do espaco e do tempo, visto o tempo como a quarta dimensão do espaco.”

9 CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 10 nov. 2003, Belo Horizonte. p. 19.

elegeu Stephanie Marllamé (1842-1898), poeta francês, pai do simbolismo que, no exercício da atividade do pensar, utilizava-se dos símbolos para expressar a verdade e ao poeta atribuía a missão de escrever a obra que submeterá ao domínio do espírito humano, ao azar, símbolo da imperfeição desse espírito.<sup>10</sup>

Mallarmé morreu antes de constituir seu sonho, sua grande obra, a expressão de seu pensamento de que no mundo tudo existia para terminar num livro, que seria porventura, um sinal de completude, superação, de realização superior, posto ser a construção de uma estrutura, uma obra arquitetônica, que totalizasse o mistério órfico da terra em sintonia com o universo. A “Grande Obra” não significava reunir todos os seus escritos, mas escrever uma nova verdade.

Leonardo, de igual forma diante da imperfeição do espírito humano e alinhado ao pensamento do homem do século XX, também experimenta a relatividade e a indeterminação das coisas como o acesso ao conhecimento, como uma nova verdade. Assim, lança-se à abstração, ao símbolo, que permite a realidade ampliar-se infinitivamente além dos próprios sentidos humanos.

O “Homem Vitruviano” e o “Homem Intelorgânico” são a expressão pictórica de pensamentos especulativos de preocupações estéticas e existenciais, unindo arte, ciência e filosofia para um projeto de síntese interdisciplinar impactante realizado no desenho de dois grandes artistas e em contextos cosmológicos e contemporâneos a seus respectivos séculos. Nos desenhos estão impregnadas informações sobre as transformações e os avanços do conhecimento humano. Ambos problematizam as complexas relações entre homem, espaço e tempo na esfera do individual e do coletivo. Ambos romperam com suas identificações no mundo exterior, e puseram-se em contato com seus próprios mundos interiores, pelo uso do símbolo.

Problematizando a “Transformação da Natureza em Conhecimento”, ousamos dizer, em nossos estudos preliminares que, possivelmente as teorizações filosófico-científicas destes artistas-filósofos dialogam entre si, no discurso da transformação, mutação ou extensão de um para com o outro. São interessantes fluxos de informações de correntes de pensamentos construídas no intervalo de cinco séculos entre si. Posto que, para ambos, o

---

10 MALLARMÉ, Stéphane. *Quant au livre, poésies*. Paris: PML, 1995.

homem é um projeto em evolução, em suas possibilidades de transformação, autoconhecimento, aperfeiçoamento diante de um universo cognoscente.

Na capacidade de representação do espaço, da natureza e do corpo humano, mostram-se projetos de um homem como um ser essencialmente autônomo, livre, criativo, poderoso em busca da perfeição. É clara a retomada da pergunta sobre o mundo num retorno que valoriza cosmologias antigas para pensar a composição do mundo. Em ambos o conhecimento deixa de ser encarado como revelação, resultante da contemplação e da fé, para voltar a ser, como fora para os gregos e romanos, o resultado de uma bem conduzida atividade do pensamento. Filosofia, Ciência e Arte voltam-se para uma realidade de um universo em transformação numa ânsia por conhecê-lo, descrevê-lo, analisá-lo, medi-lo, por meio de instrumentos e técnicas da pena e do pincel.

Uma obra é eterna não porque impõe um sentido único para homens diferentes, mas porque sugere sentidos diferentes a um homem único, que fala a mesma linguagem simbólica através dos tempos múltiplos: a obra propõe, o homem dispõe”.<sup>11</sup>

Por fim, também percebemos uma saudade em comum: a “saudade do futuro”. A angústia que se impregna nos visionários que quiseram ficar em suas obras por medo de não participar dele [o futuro]. Mas não sabem eles, que nelas permaneceram, se eternizaram e transpuseram o transitório: *A Morte*; e hoje, participam eles do Futuro.

*A minha felicidade está na atividade. Quero que meu trabalho seja perfeito para que permaneça após a minha morte. Para mim não existe retorno, pois a minha meta está nas estrelas. Quero fazer milagres!* (Leonardo da Vinci)

*Antes mesmo de sermos jogados na vida, sem consulta prévia e sem direitos à opção, começamos a ser agredidos pelo tempo. Isso no leva, desde logo, ao desejo consciente ou inconsciente de lutar*

---

11 BARTHES apud BARBOSA, J. Alexandre. In: BARBOSA, A. et al. *O ensino da arte nas universidades*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 21.

*contra essa transitoriedade que nos antecede e ampliar nossa pequena eternidade. Daí por que me empenho em prolongar minha pequena eternidade na eternidade dos outros, através da minha Arte. O que realmente me importa é a saudade do futuro.*

MONTEIRO, Ângelo. O gesto e o grito em Ladjane Bandeira.

*Diário de Pernambuco*, Recife, 20 nov. 1981. Panorama

Literário, p. b7.



# PARA ALÉM DE PORTUGAL: O PROJETO RESGATE NO MUNDO!

Esther Caldas Bertoletti

Desde o seu início, o PROJETO RESGATE DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O BRASIL EXISTENTE NO EXTERIOR, o PROJETO RESGATE “BARÃO DO RIO BRANCO” foi delineado para resgatar as fontes relativas ao Brasil existentes nos países com os quais tivemos relacionamentos históricos, tanto no período da Colônia, como do Império e, se necessário fosse, também, no período da República. Após o início intensivo e profundo dos trabalhos concentrados em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa foi possível, pouco a pouco, avançar para outros contextos com resultados que a cada ano nos surpreendiam. Assim é que o PROJETO RESGATE desenvolveu trabalhos na Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, Áustria, Itália e Vaticano, e à medida que concluídos, foram colocados à disposição dos pesquisadores brasileiros e de todos os interessados. Falaremos do trabalho efetuado nestes países, dos resultados já obtidos e dos que estão sendo alcançados a cada ano.

## HISTÓRICO

Revivendo os sonhos de tantos antigos pesquisadores brasileiros que, não só durante todo o período Imperial, mas na República foram “buscar” nos arquivos e bibliotecas estrangeiros documentos manuscritos sobre a nossa história, o PROJETO RESGATE procurou delinear um projeto que pudesse dar “pistas”, com a elaboração dos GUIAS DE FUNDOS, da verbetagem e da cópiagem, via microfilmagem sistêmica, dos documentos de interesse para a nossa História, principalmente os existentes no Arquivo Histórico Ultramarino

de Lisboa. Todos sonhos e realizações com grandes incentivos, avanços e apoios de historiadores, como José Honório Rodrigues e do Embaixador Wladimir Murтинho. Desta vez, porém, não mais seriam feitas as tradicionais cópias à mão, produzidas por tantos pesquisadores do passado, tais como as elaboradas pelo pernambucano José Higino Duarte Pereira. – Diversos volumes com a cópia manuscrita dos documentos por ele trazidos da Holanda, encontram-se no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, assim como os realizados por Joaquim Caetano da Silva, que se encontram no Rio de Janeiro, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, ambos os Institutos depositários desses e de outros documentos copiados no passado. Outros ilustres copistas, assim eram chamados aqueles que por interesse próprio ou para ajudar aos demais companheiros de pesquisa, detiveram-se anos na Europa reproduzindo documentos. Certamente, o esforço deles em muito ajudou as pesquisas de então, que até hoje suscitam interesse não só para confrontar com os documentos originais agora microfilmados e digitalizados, mas para identificar outros que ao longo dos anos foram “trabalhados” nos arquivos de origem, mudando de caixas, maços e pastas...

O PROJETO RESGATE começou a “trabalhar” em Lisboa com os documentos relativos ao Brasil, organizados por capitânias, no atual ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, antigo ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL. Para isso, promoveu a ida de jovens pesquisadores ligados às Universidades e/ou aos Arquivos Públicos. Foi o caso de Pernambuco, que cedeu professores doutores especialistas em história colonial, em diplomática e paleografia para acompanhar os trabalhos. Ao mesmo tempo, iniciou atividades em outros países, começando pelos mais ligados ao nosso passado colonial, como a Espanha, a Holanda, e a França. Mas, para além desses outros países foi também “revisitado”, na tentativa de reproduzir, o interessante PROJETO da UNESCO de *GUIA DE FONTES PARA A HISTÓRIA DAS NAÇÕES*, delineado nos anos 60-70 e cujos primeiros resultados apareceram em publicações, que foram minuciosamente lidas e que nos serviram de referência.

Assim, é que, pouco a pouco, fomos pesquisando e publicando os GUIAS DE FONTES ao mesmo tempo em que os inúmeros CATÁLOGOS dos documentos portugueses foram sendo compilados. Hoje, temos um total de 23 títulos dos CATÁLOGOS impressos, das diversas Capitânias e Fundos

especiais, contidos em 60 volumes. Ainda faltam ser publicados o *Catálogo dos Documentos Avulsos da Capitania do Rio de Janeiro* e do *Conselho Ultramarino Diversos* e o *Volume Índice dos Documentos Avulsos da Capitania da Bahia*. Lembramos que até meados do século XX, foram publicados os Catálogos de Eduardo de Castro e Almeida pela Biblioteca Nacional relativos às Capitânicas da Bahia e do Rio de Janeiro, em sete volumes, e o de Luisa da Fonseca, também relativo à Capitania da Bahia, documentos do século XVII, pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. E o de Mendes Gouveia, da Capitania de São Paulo, em oito volumes, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, agora reeditado, no âmbito do PROJETO RESGATE, em apenas um volume.

## **RESULTADOS NOS DEMAIS PAÍSES**

O primeiro dos instrumentos de pesquisa publicado foi o GUIA DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS, em 2001, graças ao grande interesse dos pernambucanos. O GUIA teve a organização editorial e o estudo introdutório do historiador e grande amigo Leonardo Dantas Silva, que o editou na Fundação Joaquim Nabuco, pela tão conhecida Editora Massangana. O GUIA foi organizado pelo Professor Marcos Galindo, da UFPE que, nessa época, morava na Holanda e pelo holandês Lodewijk Hulsman. Muito ajudou o Ministro Conselheiro Carlos Alberto Asfora, pernambucano, diplomata na Embaixada do Brasil na Holanda, que não mediu esforços para dar continuidade ao GUIA, com a organização/verbetagem dos documentos localizados e sua respectiva microfilmagem. Já são quatro volumes os CATÁLOGOS publicados da série Maurítiana, em edições bilíngues, sob a coordenação da Professora Marianne Wiesenbron, da Universidade de Leiden.

Logo depois, em 2002, foram publicados e lançados no mesmo ano, os GUIAS da ESPANHA e da FRANÇA. Com relação aos documentos indicados no GUIA da FRANÇA muitos documentos foram microfilmados. – Mais de 120 rolos de microfilmes estão no Brasil, na Fundação Biblioteca Nacional, sendo “lidos e trabalhados”, com a preciosa colaboração e coordenação da historiadora e bibliotecária Virgínia Glória Navarro, funcionária aposentada da FBN, em trabalho voluntário.

Em Sevilha, na Espanha está em preparação um Catálogo dos documentos existentes no Arquivo Geral das Índias, sendo atualizado e complementado o famoso Catálogo do poeta João Cabral de Melo Neto, publicado em 1966, pelo Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty. A historiadora e doutoranda, Prof.<sup>a</sup> Katia Jane de Souza Machado, funcionária da FBN, tem periodicamente “trabalhado” in loco com esses documentos. Esperamos ter, em breve, o Catálogo pronto para, se possível, darmos início à microfilmagem sistêmica dos documentos. Na Espanha, nos primeiros tempos do nosso trabalho, contamos com a grande ajuda da Fundación Histórica TAVERA, que publicou o GUIA. Mais recentemente, tivemos o apoio da FUNDACIÓN HISPANO BRASILEÑA, e o da Universidad de Salamanca-Centro de Estudios Brasileños assim como a permanente colaboração da Embaixada do Brasil em Madrid. O resultado dessa nova parceria culminou com um trabalho de pesquisa do doutorando da Universidad de Salamanca, Juan Vicente Calábria sobre a cartografia relativa ao Brasil existente em diversas instituições espanholas. Também foi publicado o CATÁLOGO DE CARTOGRAFIA MANUSCRITA DOS ANOS DE 1500-1822, editado e lançado em 2008. Marco das relações entre Brasil-Espanha para o qual tivemos a honra de escrever um artigo sobre o PROJETO RESGATE /ESPANHA foi o livro intitulado BRASIL e ESPANHA-Diálogos Culturais, em edição bilíngue, publicado em São Paulo/Madrid, em 2006.

O GUIA dos documentos existentes nos ARQUIVOS BRITÂNICOS E IRLANDESES teve uma segunda edição ampliada, em dois volumes bilíngues publicados em 2007. A primeira edição, de 2003, foi divulgada, graças ao excelente trabalho do Professor Leslie Bethel à época Diretor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, com a ajuda de Oliver Marshall.

Além dos quatro GUIAS referenciados, encontra-se também publicado o GUIA de fontes dos documentos existentes nos ESTADOS UNIDOS, preparado com o apoio do diplomata e historiador Paulo Roberto de Almeida, com participação nas pesquisas, do historiador Francisco Rígido e do nosso Embaixador em Washington, Rubens Antonio Barbosa, nos anos 2001-2002 (EDFUNAG/MRE, Brasília, 2010). Vale a pena lembrar que nos Estados Unidos encontra-se a famosa Biblioteca Oliveira Lima, na Universidade Católica de Washington, onde estão inúmeros documentos coletados por ele

e que serviram para escrever suas famosas obras, entre as quais destaca-se a sobre D. João VI, até hoje considerada uma das melhores sobre o período Joanino.

O Guia da BÉLGICA, em fase final de editoração, coordenado pela historiadora e bibliotecária Sonia Maria Xavier Araújo Ulrich, ex-funcionária da Biblioteca Nacional, trará inúmeras surpresas aos pesquisadores brasileiros. – O Barão do Rio Branco era casado com uma belga e até hoje tem descendentes morando lá.

Temos também o GUIA, sendo finalizado na ÁUSTRIA, país que certamente possui o maior acervo museográfico histórico sobre o Brasil, graças às diversas missões científicas incentivadas pela Princesa Leopoldina. Naquele país, a pesquisadora e museóloga, Patrícia Moura de Siqueira dedicou-se aos acervos museográficos onde estão preservados documentos manuscritos totalmente inéditos, certamente desconhecidos pela maioria dos atuais pesquisadores brasileiros. O Instituto da América Latina da Universidade de Viena tem se mostrado muito interessado em partilhar a publicação do GUIA, assim como o Museu Imperial, de Petrópolis.

Ao longo desses anos, na coordenação do PROJETO RESGATE, pudemos observar que ao se “desvelar” as fontes guardadas em um país com os quais tivemos alguma ligação no passado histórico, aumentam os estudos acadêmicos, não só no Brasil mas, em outros países... Isso se dá pelo fato de o BRASIL, hoje, ser conhecido em todo o mundo, quer pela sua importância atual, quer no passado quando estas ligações aconteceram, interligando-se pela história e herança cultural comum...

Temos também em fase de revisão o GUIA DE FONTES SOBRE O BRASIL localizadas na Itália, em diversos arquivos e bibliotecas, quando foram identificadas as fontes até início do século XX, principalmente as ligadas à grande e mássica imigração italiana para o Brasil. O GUIA preparado por diversos arquivistas e historiadores da Universidade de Bolonha está agora sendo revisado pelo Professor Annielo Angelo Avella, da Universtá di Roma Tor Vergata e da UERJ visando sua publicação para o início de 2011.

Interessante foi também o PROJETO junto à SANTA SÉ, ou seja, ao VATICANO. Os documentos do Fundo Nunciatura de Lisboa foram “trabalhados”, por uma feliz coincidência, por uma equipe da Comissão

Portuguesa para as Comemorações dos Descobrimentos, nos Arquivos Secretos do Vaticano, que nada mais são do que os Arquivos pessoais do Papa, no período colonial do Brasil. O Brasil só manteve relação diplomática com o Vaticano após a nossa Independência, quando passou a existir o Fundo NUNCIATURA BRASIL. Os verbetes de toda a Nunciatura/Lisboa relativos ao Brasil foram preparados por uma equipe portuguesa, com o apoio de especialistas italianos, e repassados para o PROJETO RESGATE, que conseguiu, após algumas negociações da nossa Embaixada junto à Santa Sé, microfilmar os documentos verbetados. Para a obtenção da cópia dos documentos, teve papel de destaque o jovem diplomata pernambucano, João Alfredo dos Anjos, neto do grande historiador José Antonio Gonsalves de Melo. São 11 rolos de microfilmes no Brasil, com as reproduções. A Pontifícia Universidade Católica de Goiás está preparando os índices, sob a coordenação do Prof. Antonio César Caldas Pinheiro, e irá publicar o Catálogo dos verbetes da Nunciatura de Lisboa ao mesmo tempo em que a Universidade Católica de Lisboa, sob a coordenação do Professor Artur Teodoro de Matos, que organiza a publicação completa dos verbetes da Nunciatura de Lisboa. Com a presença, na nossa Embaixada junto à Santa Sé, do Embaixador e historiador Luis Felipe de Seixas Correa, o PROJETO RESGATE deverá prosseguir nos trabalhos nos Arquivos Secretos do Vaticano preparando os verbetes da NUNCIATURA/BRASIL, a partir da sua instalação, conforme especificado no INDICE DE LOS FONDOS Y RELATIVOS INSTRUMENTOS DE DESCRIPCIÓN E INVESTIGACIÓN. Nos últimos anos, têm aumentado muito os estudos sobre as relações do Brasil com a Santa Sé não só pelos pesquisadores, digamos assim, leigos, como pelos padres ligados às Universidades Católicas. Vale a pena, mencionar, por se tratar de um pernambucano, o interesse em colaborar com o PROJETO RESGATE, do padre João Paulo de Araújo Gomes a quem tive o prazer de encontrar em Roma, e que está desenvolvendo intensa pesquisa para a sua Tese de Doutorado, após ter defendido a Monografia de Mestrado sobre a Questão Religiosa (1873-1875) e as Relações Diplomáticas entre a Santa Sé e o Brasil, defendido na Faculdade de História e dos Bens Culturais da Igreja na Pontifícia Universidade Gregoriana, de Roma.

Muito ainda poderia ser feito com relação aos GUIAS DE FONTES SOBRE O BRASIL EXISTENTES NO EXTERIOR..., como por exemplo,

nos arquivos alemães, que chegamos a pensar, mas outros coordenadores certamente a isso se dedicarão, pois o meu tempo está quase acabando na coordenação do PROJETO RESGATE. Foram muitos e muitos anos, desde 1990... Vale dizer que, a partir das primeiras reuniões, em 1983, no Itamaraty do Rio de Janeiro, ainda com a presença do José Honório Rodrigues, acompanhei todas as tentativas e acordos para finalmente termos reconhecido o direito consagrado pela UNESCO de acesso amplo e irrestrito aos documentos sobre o BRASIL, existentes em Portugal. Trata-se da famosa Resolução nº. 4212 de 1974 que especifica que os ex-países colônias têm o direito de copiar, na íntegra, os documentos sobre o seu passado colonial existentes no antigo país metrópole, para não dizermos, colonizador.

Eis em um curto panorama a atual situação do PROJETO RESGATE para além de Portugal... Esperamos que os trabalhos tenham continuidade, para democratização do acesso às fontes a todos os interessados. Foi pensando na democratização do acesso à informação que o Ministério da Cultura já há alguns anos acordou com a UNB a colocação on line de todos os documentos microfilmados e digitalizados pelo PROJETO RESGATE/PORTUGAL, no site: <[www.cmd.unb.br](http://www.cmd.unb.br)>

Convido a todos a uma visita e, quem sabe dentro em breve, possamos disponibilizar todos os documentos microfilmados na Holanda, na França, na Bélgica e na Santa Sé e nos outros países, quando realizarmos os trabalhos de microfilmagem sistêmica e conseguirmos preparar todos os verbetes. Porque não adianta colocar imagens de documentos simplesmente, sem os Verbetes ou os Índices elucidários e indicadores dos assuntos tratados nos documentos, muitos deles quase ilegíveis, devido à caligrafia de época e/ou em línguas menos acessíveis à maioria dos pesquisadores e estudantes das diversas áreas, não apenas os de História.

Muito obrigada e VIVA O DOCUMENTO!

Para conhecer mais o Projeto Resgate ver os Guias e Catálogos dos países para além de Portugal:

## **PROJETO RESGATE “BARÃO DO RIO BRANCO”**

RELAÇÃO DE GUIAS DE FONTES E CATÁLOGOS publicados e em fase de publicação e de elaboração<sup>1</sup>

### **GUIAS DE FONTES**

#### **1 – GUIA DA HOLANDA**

**Guia publicado em português/holandês:** *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês: acervos de manuscritos em arquivos holandeses*. Brasília: MinC/Projeto Resgate; Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana/ Instituto de Cultura, 2001. 376 p.

#### **2 – GUIA DA ESPANHA**

**Guia publicado em português/espanhol:** *Guía de Fuentes Manuscritas para la Historia de Brasil conservadas em España/Guia de Fontes Manuscritas para a História do Brasil conservadas em Espanha*. Madrid: Fundación Mapfre Tavera/ Ministério da Cultura do Brasil, 2002. 702 p.

#### **3 – GUIA DA FRANÇA**

**Guia publicado em português/francês:** *Guia de Fontes para a História Franco-Brasileira: Brasil Colônia, Vice-Reino e Reino Unido*. Recife: L. Dantas Silva, 2002. 320 p.

#### **4 – GUIA DA IRLANDA E GRÃ-BRETANHA**

**Guia publicado em duas edições com versões em português e inglês:**

4.1 – *Brazil in British and Irish Archives*. Oxford: University Oxford/Centre for Brazilian Studies, 2002, 2007. 264 p.

4.2 – *Brasil nos Arquivos Britânicos e Irlandeses: Guia de Fontes*. Oxford: University Oxford/Centre for Brazilian Studies, 2007. 276 p.

---

<sup>1</sup> Colaborou Katia J. S. Machado.

## 5 – GUIA DOS ESTADOS UNIDOS

**Guia de Fontes em fase de publicação:** Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil: Coleções Documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos. Brasília: Ed. Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2010. 240 p.

## 6 – GUIA DA BÉLGICA

**Guia de Fontes em fase de publicação:** O Brasil nos Arquivos, Bibliotecas e Museus da Bélgica: Guia de Fontes (1500-1922).

## 7 – GUIA DA ÁUSTRIA

**Guia de Fontes em fase de revisão para publicação:** Expedição Documental Brasil-Áustria.

## 8 – GUIA DA ITÁLIA

**Guia de Fontes em fase de revisão dos textos para publicação:** Guida alle Fonti per la storia del Brasile Coloniale conservate negli Archivi e Istituti di Conservazione Italiani.

## CATÁLOGOS

### 1 – CATÁLOGO DOS PAÍSES BAIXOS/NEERLANDÊS

**Catálogos publicados nas versões do português, do neerlandês e bilíngue:**

*Brazilië in de Nederlandse Archieven (1624-1654)/ O Brasil em Arquivos Neerlandeses(1624-1654)*. Leiden: Research School CNWS, 2004. 4 v.

Vol. 1, 2004. 206 p. versão bilíngue: português e neerlandês

Vol. 2P, 2005. 626 p. versão em português

Vol. 2N, 2005. 626 p. versão em neerlandês

Vol. 3, 2008. 632 p. versão bilíngue: português e neerlandês

### 2 – CATÁLOGO DE CARTOGRAFIA DE ESPANHA

**Catálogo publicado em português/espanhol:** *Cartografía Manuscrita de Brasil en las Colecciones Españolas (1500-1822)/Cartografía Manuscrita do Brasil nas*

*coleções espanholas (1500-1822)*. Salamanca: Universidad de Salamanca/CEB/Globalia A. G., 2008. 294p.

### 3 – CATÁLOGO DO ARQUIVO SEGRETO DO VATICANO

**Catálogo em fase de preparação dos Índices e publicação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.** Archivio Segreto Vaticano: Documentação referente ao Brasil.

## **SOBRE OS AUTORES**

**ÁLVARO DE ARAUJO ANTUNES**, Doutor em História pela Unicamp, Campinas, fez estágio de pós-doutorado na Universidade de São Paulo e na Universidade de Lisboa. Professor da Universidade Federal de Ouro Preto. Estuda: Brasil colônia e História de Minas Gerais. Autor de: *Espelho de cem faces: o universo relacional de um advogado setecentista*.

**ANCO MÁRCIO VIEIRA**, Doutor em Letras, pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Letras, da Universidade Federal de Pernambuco. Estuda: teoria da literatura e teatro brasileiro. Editor da *Revista Investigações*, DL/UFPE. Autor de: *Adulterios, biombos e demônios, ensaios sobre literatura, teatro e cinema*. (Edições Bagaço).

**CHRISTIANNI CARDOSO MORAIS**, Doutora em História, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Departamento das Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del-Rei. Organizou: *História da Educação: ensino e pesquisa*. (Autêntica).

**ESTHER CALDAS BERTOLETTI**, Advogada, jornalista, Doutora em Direito. Coordenadora do **Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”**, da Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura, Técnica Consultora da Fundação Biblioteca Nacional. Sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ. Sócia correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

**GILDA MARIA WHITAKER VERRI**, Doutora em História, pela UFPE. Professora do Departamento de Ciência da Informação, UFPE. Membro do Comitê Memória do Mundo MOW-Brasil UNESCO. Autora de: *Tinta sobre papel, livros e leitura em Pernambuco no século XVIII. Templários da ausência em bibliotecas populares. Viajantes franceses no Brasil* (Edufpe). Organizou: *Registros do passado no presente. Relendo o Recife de Nassau. Interpretação de Edson Nery da Fonseca* (Edições Bagaço).

**LUIZ CARLOS VILLALTA**, Doutor em História, pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorado: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Prof. Rogério Fernandes e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, sob a supervisão de Roger Chartier. Pesquisas e estudos publicados sobre livro, leitura, educação; contestação política e religiosa no mundo luso-brasileiro na passagem do século XVIII para o século XIX.

**MÁRCIA CRISTINA DE MIRANDA LYRA**, Mestranda em Ciência da Informação pela UFPE, pós-graduada em Cultura Pernambucana, pela FAFIRE. Curso Superior em Administração e Marketing. Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Pernambuco. Atua com arte-educação e tecnologias educacionais. Coordena o Instituto de Educação, Arte e Cultura Ladjane Bandeira – ICLB, Recife.

**MARIA DE FATIMA ALMEIDA BRAGA**, Mestre e Doutoranda em Psicologia Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora do Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Maranhão. Ocupou cargos de Diretora da Biblioteca Central e de chefe do Departamento de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão.

**MARIA VIRGÍNIA LEAL**, Doutora em Semiótica e Linguística pela USP/Université Paris X. Professora do Departamento de Letras, da UFPE, coordena acordos de cooperação internacional nas áreas da Linguística (Universidade de Coimbra) e das Artes (The Brazilian Endowment for the Arts/NY/USA). Áreas de atuação: Linguagem, Trabalho e sociedade; Linguagem, tecnologia e ensino. Pesquisa em andamento: Linguagem, complexidade e decisão: a intertextualidade no Supremo Tribunal Federal. É diretora eleita do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, para o quadriênio 2008-2012.

**MARLOS DE BARROS PESSOA**, Doutor em Linguística Românica pela Universitat Tuebingen (Eberhard-Karls), Tuebingen, Alemanha. Área de atuação: Linguística, com ênfase em Linguística Histórica. Pesquisa em andamento: *Tradições discursivas e leitores em “O Carapuçeiro”*. Autor de: *Língua, textos e história*.



**Editora**  
**Universitária**  **UFPE**

Avenida Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50.740-530

81 - 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: 81 - 2126.8395

[www.ufpe.br/edufpe](http://www.ufpe.br/edufpe) | [livraria@edufpe.com.br](mailto:livraria@edufpe.com.br) | [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br)

ÁLVARO DE ARAÚJO ANTUNES

ANCO MÁRCIO VIEIRA

CHRISTIANNI CARDOSO MORAIS

ESTHER CALDAS BERTOLETTI

GILDA MARIA WHITAKER VERRI

LUIZ CARLOS VILLALTA

MÁRCIA LYRA

MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA BRAGA

MARIA VIRGINIA LEAL

MARLOS DE BARROS PESSOA

Ilustração original da capa: Ladjane Bandeira

ISBN 978-85-7315-840-3



9 788573 158403